



CADERNOS  
DA REVISTA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

3

# Duas Descrições do Algarve do Século XVI

Frei João de S. José, *Corografia do Reino do Algarve* (1577)

Henrique Fernandes Sarrão, *História do Reino do Algarve* (circa 1600)

Apresentação, leitura, notas e glossário

de

*Manuel Viegas Guerreiro*

e

*Joaquim Romero Magalhães*

Livraria Sá da Costa Editora

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA

Augusto Sá da Costa, Lda.

R. Garrett, 100-102

1294 Lisboa Codex

Telex: 15574 SACOST P

1.ª edição, 1983

© Augusto Sá da Costa, Lda.

Todos os direitos reservados,  
de harmonia com a lei em vigor

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo,  
incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia  
e escrita do editor.

Sabois

## APRESENTAÇÃO

O turbilhão renascentista caracterizou-se por uma enorme voracidade pelo novo e pelo antigo, sem destrinça entre um e outro, baralhando o que se via com mitos lidos, experiência com credulidade. Os Antigos, os exemplares antepassados gregos e romanos descreveram? Vamos descrever. Mas o quê? O que eles tiveram diante dos olhos ou o que nós vamos vendo? Respeitar ao mesmo tempo o modelo e os dados da percepção... Conflito, contradição. Abertura do Mundo, encerramento pela literatura.

Moda e necessidade, com o Renascimento chega a corografia. Corografia, não geografia, para seguirmos uma distinção da época. Separação que é ptolomaica, assim traduzida por Pedro Nunes: «O proprio da Geographia he amostrar que a terra conhecida he hũa e continua: e ho sitio natural della: e trata somente das mayores partes e mais principais que nella ha [...]. Porque ho fim do Corographo consiste em representar bem hũa parte: como quem quisesse somente arremedar hum olho ou hũa orelha. E ho Geographo olha somente ao todo: como quem pinta a cabeça. [...]. E portanto na corographia ha necessidade da pintura dos lugares: e nenhũ homem será Corographo: se não for pintor. Mas a Geographia pello cõtrario per mui sotis traços e pontos se esforça de manifestar os sitios e figuras de todo ho mundo: e por esta razam nã tem a Corographia necessidade de instituiçam mathematica. E pera a Geographia nenhũa cousa he mais necessaria. Porque nesta cumpre considerar a grandeza de toda a terra: e ho sitio que tem em comparação do ceo: pera que possamos dizer a quantidade e qualidade que tem qualquer parte que della for conhecida<sup>1</sup>.» A partir daqui está cavado o fosso entre a Corografia, a que se pede uma aproximação ao observado, e a Geografia matemática, por outras palavras Cosmografia. A segunda, por força das necessidades da navegação, da partilha do Mundo, vai desenvolver-se. A primeira, indirectamente empurrada pela mesma realidade — o Mundo novo —, também cresce, mas, relegada para a literatura, vai ter um destino de curiosidade, até que os Estados se apercebam da sua necessidade. Os Estados nacionais, a crescente força da administração pública exigem o conhecimento de territórios, populações, acidentes orográficos, rede hidrográfica, estradas

<sup>1</sup> Pedro Nunes, *Obras*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1940, pp. 92-93.

e pontes... Finanças e defesa a isso obrigam. O Estado moderno tem de dominar o seu próprio espaço, quando não também saber o mais possível dos vizinhos. Daí lançar mão e suscitar o aparecimento de corografias. Procura-se a realidade observada, a contagem. Mas os homens não sabem observar, não sabem contar. Têm de ir criando os utensílios mentais para lá chegar. Para já são forçados a assinalar para reconhecer. Ademais bloqueia-os, empata-os a leitura dos clássicos. E não poucos negam o que têm pela frente em favor dos *mestres*... diga-se de passagem que de preferência os de segunda, os compiladores e divulgadores.

O género descritivo moderno foi inaugurado pelo humanista Flavio Biondo, com a sua *Italia Illustrata*, de 1453. Na Península Hispânica um siciliano, Lúcio Marineo, publicará em 1497 (mais ano menos ano) um *De Laudibus Hispaniae* que representa a introdução — fruste, decerto — da descrição para cá dos Pirinéus. A *Hispania* para os humanistas era, ainda, uma unidade, a velha *Hispania* dos Romanos. Por isso as primeiras descrições se preocupam com o todo. Resultam da observação, de ouvir contar, da leitura de antigos... de bajulice, de cobardia, de vaidade, também; de tudo um pouco. A obra do Sículo vai servir de padrão a quantos depois descrevem a Península, pelo menos na arrumação temática.

Se era bom, se era útil dispor de tais descrições, não era suficiente para o que a Administração precisava. O Estado quer mais rigor, menos sabcença. Mais números, menos citações de clássicos. E vemos que começam a aparecer os secos relatórios de fogos, ruas, igrejas, conventos, rendimentos, sem molho de Plínios e Melas.

Os humanistas, enrodilhados no velho fabulário, têm de abrir os olhos e ver em redor, contrastar a lição dos livros com o *visto*. A partir de meados do século XVI o Novo começa a apagar o Antigo, só buscado como passado. Assim fazem um Florián de Ocampo em Castela, um Gaspar Barreiros em Portugal. Abre-se o caminho a uma corografia que teria de se apoiar na geografia — para voltar à distinção apresentada. Foi o propósito do renascentista-modelo português João de Barros.

Para a Geografia de João de Barros estavam já muitos contribuindo; humanistas, diligentes funcionários, simples curiosos. Frustração, afinal. A obra talvez não tenha passado de apontamentos, que se dispersaram com a morte do autor. Atraso de séculos. A atitude de abertura mental vai estiolar. Trento e a Santa Inquisição encarregam-se das curiosidades, a seu modo. Eficaz. O barroco instala-se. A ânsia da redescoberta e da criação perde-se na teia de uma escolástica ressuscitada num período de depressão económica. Progride, apesar de tudo, a matemática, entre os jesuítas; poucos têm acesso a tal saber. Domina a retórica dos púlpitos. E a descrição quando aparece é abafada em repolhudas tiradas patrióticas, estilo *Flores de España*, *Excellencias de Portugal*, do Doutor António de Sousa de Macedo, ou fragmentárias apresentações de vilas e cidades à Rodrigo Mendes Silva, na *Población General de España*.

A descrição, o conhecimento da terra, deitou raízes. Os tempos foram-lhe adversos. Não chegou aos frutos sãos. O melhor que se colheu foi a obra de Bernardo de Brito, que não passa de um esquema, em 1597, e, em 1599, uma *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão.

Pelo meio iam ficando manuscritos: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Lamego, Lisboa, Algarve, sabe-se lá que mais. O manuscrito, em pleno desenvolvimento europeu da imprensa... Só Lisboa, afinal, tem honras de letra de forma.

As corografias procuram responder às necessidades de informação, ou de propaganda. Parece-nos que para elas se encontrou bastante cedo uma como que chapa: nome da terra, número de vizinhos ou fogos, defesas do casco urbano, produções mais importantes, sem esquecer igrejas e conventos, e os senhores da terra; curiosidades, se as houver, são gostoso tempero: a árvore gigante, a furna misteriosa..., o cipo romano, de preferência a qualquer outra coisa. Em 1561, pelo menos, parece-nos que este esquema já está bem cristalizado, numa obra de grande valor, a *Chorographia* de Gaspar Barreiros. Corografia que é uma viagem de Badajoz a Milão. Infelizmente o autor, em Portugal, só fez obra de antiquário<sup>1</sup>.

Dentro deste esquema apresentam-se as descrições do Algarve no século XVI e nos princípios do século XVII. A primeira contém-se numa *Relação da jornada de El-Rey D. Sebastião quando partio da Cidade de Evora feita pelo coronista João Gascão*, de 1573. O autor, no meio do relato principal — festas, caçadas, corridas de touros, missas —, vai apontando: «Esta Cidade (*Silves*) he a mais antiga de todas as do Algarve, he da Rainha N. Senhora, não chega a 300 vesinhos, teue já muitos mais, he toda cercada de muro, e tem algumas aldeas em seu termo, que tem muitos mais vesinhos. Cá dizem que he terra muito doentia, pelo que se despouoa a terra, e está muito destroçada, tanto que as casas que cahem não as tornão a levantar [...]»<sup>2</sup>. Rudimentar, porque o que interessava ao narrador era a jornada régia — esse o seu objecto —, mas não pode ignorar o cenário. Mero pano de fundo.

Descrição, corografia no exacto sentido — pintura de lugares —, apresenta em 1577 Frei João de S. José: *Corografia do Reino do Algarve dividida em quatro livros*. A descrição segue o modelo referido, e vem no Livro I, «Que contém a Decripção Geral do Reyno do Algarve, e todas as Fortalezas, e outros lugares em particular». Começa — inevitavelmente — por pagar o seu tributo aos clássicos: «Este nome Algarve é Arabigo, e não muito antigo o que parece por Estrabão, Ptolomeu, Mela e Plinio, e por todos os outros Escritores e Geografos mais modernos...» A descrição segue de Ocidente a Oriente, «pela ordem que Estrabão e Plinio o demarcarão». Mas estas velharias, indispensáveis ao tempo, esfumam-se perante a qualidade da informação. Interessa-lhe o Algarve que conhece de vista, onde viveu e vive — provavelmente — quando dá o retoque final à obra. O que nele sobretudo mais importa é a tão minuciosa quanto possível notícia que dá de todas as povoações e fortalezas. Informações preciosas sobre o estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma das terras, com destaque para a decadência urbana de Silves e Tavira, com dados demográficos que não podem ser desprezados. O Algarve tinha, em 1527, 9918 fogos<sup>3</sup>; em 1577, pelos números fornecidos por Frei João de S. José, confrontados com os de João Gascão, andaria talvez pelos

<sup>1</sup> Tratado por Joaquim Romero Magalhães, «Descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1980, n.º 5, pp. 15-56.

<sup>2</sup> In Alberto Iria, *Da Importância Geo-Política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, p. 101.

<sup>3</sup> António de Oliveira, «Recensão crítica», in *Revista Portuguesa da História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976, vol. xv, pp. 494-505.

12 120<sup>1</sup>. Estimativa grosseira, decerto, mas que não deve pôr-se de lado, pelo menos até que novos dados apareçam. Verosímil, em qualquer caso. Porque é um Algarve pujante, com um litoral mercadejando com Portugal e com a Andaluzia, o que nos dá o frade, e que os arquivos confirmam. Problemas importantíssimos para a compreensão do complexo luso-hispano-andaluz são focados. A utilização dos *reales* de prata espanhóis, por exemplo, aí se revela com toda a clareza. O contrabando de gado para Castela, a importância da pesca do atum, enfim, uma enorme mina de informações, de observações directas. O próprio texto é preferível, como sempre, a qualquer sumário que aqui se fizesse. Mas diga-se desde já que este Livro I é a mais notável corografia do Renascimento em Portugal, afastando as patranhas dos Antigos, confessando a sua ignorância, como sobre o nome de Tavira. Era esta também a posição de um Gaspar Barreiros, em atitude crítica instalada. Evidentemente que nem tudo fica limpo. O que se destaca é o modo como Frei João *sente* o Algarve: tenha o leitor sempre presente a distinção, que nunca lhe falha, entre um Algarve litoral e o interior: a ourela do mar e o sertão, em que se destaca a serra.

De alguns esclarecimentos precisam os Livros II e III. Tratam da conquista do Algarve, que ao fim de 20 anos de guerra «foi ajuntado à coroa dos reis de Portugal». Neste século XVI — como ainda muito depois — o Algarve constituía «um reino sobre si», como se dirá no século XVII.

No relato das vicissitudes da conquista, e subsequente problema de passagem do pequeno reino para a coroa de Portugal, Frei João de S. José não faz obra original. Limita-se a copiar, embora refazendo estilisticamente as crónicas anteriores, quase exclusivamente as de Rui de Pina. Vamos arrumar as fontes — apuradas — destes livros.

### Livro I

- Cap. 1.<sup>o</sup> Crónicas gerais de Espanha, em brevíssimos trechos, da perda do rei Rodrigo à conquista de Córdova pelos reis de Castela; Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso III*, cap. v.
- Cap. 2.<sup>o</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso III*, cap. vi.
- Cap. 3.<sup>o</sup> *Ibid.*, caps. vi e vii.
- Cap. 4.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. viii.
- Cap. 5.<sup>o</sup> Fonte não identificada (tradição oral recolhida em Tavira?).
- Cap. 6.<sup>o</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso III*, cap. ix.
- Cap. 7.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. x.

### Livro II

- Cap. 1.<sup>o</sup> *Ibid.*, caps. x e xv.
- Cap. 2.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. x.
- Caps. 3.<sup>o</sup> Elementos dispersos colhidos em Duarte Galvão, Rui a 5.<sup>o</sup> de Pina e Fernão Lopes sobre as armas reais; importante testemunho pessoal no cap. 4.<sup>o</sup>

<sup>1</sup> Joaquim Antero Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970, n. 3. Frei João de S. José omite Castro Marim, Alvor, Lagos e Sagres. Quatro anos antes a estimativa de João Gascão é exactamente a que tinha sido calculada: Lagos, 2000, Alvor, 250, Castro Marim, 250. Sagres tinha apenas soldados. Vd. Alberto Iria, *ob. cit.*, pp. 82, 97 e 120.

Cap. 6.<sup>o</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso III*, cap. XI.

Cap. 7.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. XI.

Cap. 8.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. XII.

Cap. 9.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. XIII.

Cap. 10.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. XIII, acrescentado de um documento, referido mas não transcrito por Pina.

Cap. 11.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. XIV.

Cap. 12.<sup>o</sup> *Ibid.*, cap. XV; *Crónica de D. Dinis*, cap. XII; *Crónica de D. Afonso IV*, caps. LVII e LIX (Batalha do Salado).

Frei João de S. José pegou no texto de Rui de Pina e, sem constrangimento nem respeito, à boa moda do tempo, arrumou-o diferentemente quando quis, parafraseou-o, substituiu-o. Sobretudo melhorou-o. Comparem-se estes dois passos:

### Rui de Pina

Quando ho mestre Dom Payo Correa ganhou dos Mouros Aljustrel, como he dicto, se acha, que estando ainda no dicto lugar, elle como boo cavalleiro, e catollico guerreiro, desejando conquistar esta parte do Algarve, que confinava com Portugal, que toda era de Mouros, pera saber se ho poderia fazer, e como ho faria, *teve conselho com seus cavalleiros, em que nom achou conforme acordo. Porque alguns contrariavam ha empresa, assy por reço da serra do Algarve, como porque era muy povorada, e hos Mouros delle tinham pollo mar seu gramde socorro, e ajuda d'África.*

Mas ho mestre, cujo coração era já favorecido da vôtade de Deos, prepos entêder na conquista, e a nom a leixar. E pera yssó fallou apartado cõ huñ Garcia Roiz mercador, que de contino tratava neste Algarve com christãos, e com hos Mouros suas mercadorias, e secretamente lhe disse que seu desejo era com ajuda de Deos, e por seu serviço cobrar dos mouros, esta terra do Algarve se podesse, pera que emtam avia singular disposiçam pollo desvairo e discordia em que sabia, certo que estavã hos Reys e Senhores que ho senhoreavam. Mas que o nõ cometia, porque nõ sabia, nõ tinha quẽ soubesse as entradas e caminhos da terra, e portanto lhe

### Frei João de S. José

No mesmo tempo que o mestre de Santiago, D. Paio Correa, esteve por fronteiro na provincia Andaluzia, segundo já é dito, trabalhou muito por tomar algũa fortaleza aos Mouros, no Reino do Algarve, que tinha por vizinho, confiado que, como nele metesse o pé, como dizem, e tivesse onde recolher a gente que a ele levasse, tudo o mais lhe seria menos dificultoso. Estes desejos *comunicou por algũas vezes com seus cavaleiros, em que não achou conforme parecer, porque alguns recusavam a empresa pola aspereza da terra e ser muito povoada e os Mouros terem socorro polo mar, que lhe viria d'África, todas as vezes que o houvessem mister. Mas o Mestre, cujo coração era já favorecido da graça do Senhor pera este negócio, deliberou consigo não deixar de o levar ao cabo, por dificuldade algũa que nisso lhe fosse posta, e falou em segredo com um Gracia Rodrigues, mercador, que tratava neste Algarve com os Mouros e com os Cristãos suas mercadorias e nisto andava corrente e lhe dixe que seus desejos eram, com a ajuda do Senhor Deus e por seu serviço, cobrar dos Mouros este Reino do Algarve, se pudesse, pera o que havia então singular conjunção e aparelho, pelas discórdias que sabia certo que havia entre os reis e senhores dele e que, se*

rogava pois elle todo isto sabia que de todo isto lhe dissesse seu parecer verdadeiro, como delle por Christão e boõ homẽ cõfiava.

*Crónica de D. Afonso III, cap. VI*

o já não tinha cometido, era porque não sabia a terra nem por onde lhe convinha fazer as primeiras entradas; e que pois ele tudo isto bem sabia, lhe quisesse dizer seu parecer verdadeiro, como bom cristão e homem em cuja conta ele o tinha.

Livro II, cap. 2.º

Parece-nos indubitável que o relato sai mais claro e formoso das mãos do frade do que das do guarda-mor da Torre do Tombo. O texto fica mais vivo, ganha maior plasticidade. Interessante é ver como Frei João de S. José procura meter-se, por assim dizer, na pele do Mestre D. Paio Peres Correia, e transmitir-nos o que ele pensaria e sentiria em estilo directo, à boa maneira medieval, singelamente, mas com verdade psicológica e sem os empolamentos retóricos dos historiadores do Renascimento. Quais as intenções íntimas — o tempo aqui conta muito, entre Pina e Frei João já houvera Bernardim Ribeiro — do guerreiro, que agora é personagem e não hierática figura de crónica? Passe o anacronismo, esboça-lhe um perfil de motivações. *Esboça*, nada de exageros. Do mesmo trecho:

#### Rui de Pina

... desejando conquistar esta parte do Algarve que confinava com Portugal...

... propoz entender na conquista e a não a leixar...

#### Frei João de S. José

... trabalhou muito por tomar algũa fortaleza aos Mouros, no reino do Algarve, que tinha por vizinho, confiado que, como nele metesse o pé, como dizem, e tivesse onde recolher gente que ele levasse, tudo o mais era menos dificultoso.

... deliberou consigo não deixar de o levar a cabo, por dificuldade que nisso lhe fosse posta...

Pode-se perguntar se não teria Frei João de S. José bebido em algum manuscrito da *Crónica de 1419*. A negativa impõe-se. Comparemos um pequeno trecho das três narrativas:

#### Crónica de 5 Reis

... o mestre quando *os ouuio* como homem sesudo reçeandosse do q̃ podia ser disse ao *comendador* e aos outros não me *pareço*, que *he bem vades* laa porque os Mouros são mujto çiosos assj *da sua terra* como *das molheres* e se uos *la virem* poderuos ha *aqueçer* algũ dam-

#### Rui de Pina

Aho que foy o Meestre, como pessoa prudente muy contrayro, dizendo-lhe que excuzasẽ em tal tempo sua hyda, porque os Mouros, por suas condições, nã erã menos çiosos da terra que das molheres, e por isso cõ qualquer paixam destas seendo homes sem

#### Frei João de S. José

O Mestre, sabendo isto, não foi disso contente, como pessoa prudente e recatada, e disse-lhe que excusassem a ida, porque os Mouros, por suas condições, não eram menos çiosos de suas terras que de suas proprias molheres e que, com qualquer ocasião, sendo

no porque *na sanha* são gente sem foro, sñor disse o comendador nos estamos com elles em treguas e não auemos porque auer medo pero por mais se-gurança nos hiremos de paz e de guerra se algũa cousa nos acontecer...

Cap. 8 de *D. Afonso III*

fee e sem verdade lhe poderiam fazer dano, que custaria depois muy caro. A que ho comendador-moor tornou dizendo, que pois estavam com os Mouros em treguas delles tam desejada, e requerida, que nã avia rezam para elles se reccarem, quanto mais elles para segurar esse pejo hyriam a caça de paaz, e de guerra.

*Crónica de D. Afonso III,*  
cap. 8.º

homens sem fé e verdade, lhe poderiam fazer algum damno que custaria depois caro. Ao qual o comendador-mor tornou dizendo que, pois estavam com eles em treguas pelos mesmos desejadas e requeridas, não havia que temer e que, pera mais resguardo, eles iriam à caça aparelhados de paz e de guerra, que escolhessem eles qual quisessem.

Livro II, cap. 4.º

Não se reabre aqui o problema do autor (ou autores) da chamada *Crónica de 1419*. Saliente-se apenas que dentro dela se encontram — como é bem sabido — materiais de proveniência vária, diferentemente tratados. Um dos trechos claramente independentes é o da *Crónica da Conquista do Algarve*, ou *Coroniqua de como dom Payo Correa mestre da ordem de Santiago de Castella tomou este Reino do Algarve aos Moros*. A figura central desses nove capítulos é o Mestre de Santiago. O rei Afonso III não passa de personagem secundária. Isto basta para não se aceitar que esta narrativa fosse originariamente uma crónica do monarca. *Crónica da Ordem de Santiago* ou de Paio Peres, seguramente. O compilador (ou compiladores) da *Crónica de 1419* juntaram-na a outros materiais, que aliás não chegaram a ser tratados como conjunto. Não passa esta «crónica» de um amontoado de elementos para um trabalho que não se conhece, se é que alguma vez foi escrito. De todo em todo falta a estas páginas a mão de Fernão Lopes. Escreve Rodrigues Lapa: «Em nossa opinião, e considerando apenas o lado estilo do problema, aliás importantíssimo, parece-nos que o estilo da *Crónica de 1419*, sugerindo embora por vezes o de Fernão Lopes, já de si arcaizante, pertence ainda ao século XIV, apesar das alterações textuais dos copistas dos séculos XVI e XVII<sup>1</sup>.»

Como também é mais que sabido, sobre esses apontamentos a que se tem chamado *Crónica de 1419*, redigiu Rui de Pina as suas crónicas de Sancho I a Afonso IV. O estudo do que é ou não de Pina passa, contudo, por pôr de lado as edições conhecidas, e o regresso aos manuscritos. Um exemplo: o comendador-mor que na *Crónica da Conquista do Algarve* morre em combate com os Mouros surge nas edições de Rui de Pina como Pero Rodriguez (cap. VIII). Ora no original (Torre do Tombo, Casa Forte, n.º 350) está Pero Pirez (cap. VIII). Como Pedro Pires

<sup>1</sup> *Lições de Literatura Portuguesa, Época Medieval*, Coimbra, Coimbra Editora, 10.ª ed., 1981, p. 381. Vd. sobre a crónica o artigo de José Pedro Machado, «Crónica da Conquista do Algarve (texto de 1792), comentários e notas», in *Anais do Município de Faro*, Faro, n.º VIII, 1978, pp. 238-274.

o dá Frei João de S. José, e consta da leitura do manuscrito da *Crónica de 5 Reis* (ed. Magalhães Basto). A edição de Carlos da Silva Tarouca (*Crónica de 7 Reis*) em vez de Pero (ou Pedro) tem Ruy...

Frei João de S. José utilizou a crónica de Pina e não a de 1419. Fácil lhe seria, pois existia um exemplar no Convento da Graça em Lisboa (Torre do Tombo, Livraria, Miscelâneas manuscritas da Graça, n.º 1150).

O copista do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa que agora se edita vai pondo à margem algumas notas. Neste caso remete para Rui de Pina — o que não seria difícil descobrir — e para uma *Crónica Geral* de Pedro de Aveiro Ribeiro, que não conseguimos identificar. Como hipótese, o copista utilizaria, ou conheceria, alguém com esse nome que tinha uma *Crónica Geral*, mas que não era o seu autor.

Enquanto o anónimo narrador da *Crónica de D. Paio Peres Correia* usa, com a frescura do século XIV<sup>1</sup>, o discurso directo, Rui de Pina soleniza o discurso indirecto, no que o frade o segue. Segue-o também quando relata que os Mouros não eram *menos* ciosos, etc.; a *Crónica* primitiva dá-os como *muito* ciosos.

Não interessa aqui estudar exaustivamente este problema. Fique porém a certeza de que é Rui de Pina o informador e a fonte. Menos agarrado, no entanto, a Pina está Frei João, do que Pina em relação à *Crónica de 1419*. Veja-se a divisão de capítulos, veja-se como introduziu cortes, interpolando três capítulos, explicando: «E, pois esta escritura me obrigou a tratar de algũa parte das armas do nosso reino, parece que o lugar convida e a natureza mo pede não deixar a matéria imperfeita.» (Livro III, cap. 2.º) Acabado o tema, regressa, sem mais, à ordem cronológica da narrativa que interrompera.

Nos Livros II e III — que interessam à história da historiografia nada adiantando para a história do Algarve — revela-se Frei João de S. José um historiador preocupado com evitar os anacronismos. O tempo, marcação de anos e meses interessa-lhe. «Na geral perdição de Espanha, que foi no tempo do infelice rei D. Rodrigo...», regista no Livro II, cap. 1.º, a abrir. Com a utilização hábil de pretéritos perfeitos, pretéritos imperfeitos simples e compostos e gerúndios consegue transmitir ao leitor em poucas frases o essencial da reconquista, que lhe interessa para entrar no seu assunto. Por vezes põe o leitor de sobreaviso. Fá-lo, por exemplo, acerca da batalha de Ourique, ganha «não com multidão de soldados e munições de guerra, que em seus exércitos não trazia, nem com tiros, bombardas e outros artificios de fogo, que inda naquele tempo não havia» (Livro III, cap. 5.º). Cria assim um bem histórico efeito de distância — perdoe-se-nos a nós o anacronismo.

Talvez nenhum dos Livros I, II e III justificasse a atenção que a *Coro-*

<sup>1</sup> Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso III*, cap. XIII, refere a carta de Afonso X levantando as terçarias, mas não a transcreve. Limita-se a dar-lhe a data, Badajoz, «Mercoless», 16 de Fevereiro de 1267. Frei João de S. José, passando «Mercoless» a terça-feira, transcreve-a. Teria feito pesquisa de arquivo? Ou andava a carta no manuscrito de Pina que utilizou? A carta, em castelhano, foi publicada por Frei António Brandão no cap. XXXIV do Livro 15.º da IV parte da *Monarquia Lusitana*. Vd. a edição de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1946, pp. 268-269.

grafia de Frei João de S. José merece. A sua obra-prima é, sem qualquer dúvida, o Livro IV, *Das particularidades do Reino do Algarve d'Aquem-mar*.

Este título caracteriza mal o assunto que nomeia, tanto pela extensão dele como em sua importância. As 21 folhas do manuscrito constituem uma pequena, mas notabilíssima etnografia do Algarve, decerto a primeira que em Portugal se escreveu. Todos os aspectos da cultura material aí se representam: o *habitat* onde o homem se insere, os modos de vida e técnicas que o servem, as classes sociais, a rumorosa lida quotidiana, no litoral, no campo, na serra, indo da cidade para as fainas agrícolas, descendo do campo a abastecer os pescadores, sob os rigores do trabalho ou fruindo do descanso de dias santos e festivos. Um quadro sempre vivo, como convém ao etnógrafo, que, no tempo, era corógrafo-pintor.

E os métodos de pesquisa que a Etnografia hoje preceitua já avisadamente os utilizou o nosso corógrafo. Não fala do que ouviu mas do que viu, e de que maneira! Foi observador tão atento que parece até ter participado nas tarefas que menciona. E tudo isso se não obtém sem íntimo convívio.

Homem do Renascimento e do Humanismo português, que à sabedoria dos antigos juntava a lição da experiência, em face das novidades que contava do reino do Algarve às gentes de Portugal, receoso que o não acreditassem, tantas eram as fábulas que se encastoavam nos relatos de viajantes, que se sente obrigado a jurar aos Portugueses: «... que ninguém delas duvide nem tenha escrúpulo algum, porque tudo o que aqui escrever afirmo, como cristão e Religioso, não ser somente d'ouvida, mas de vista e experiência de alguns anos que em Tavira, cidade principal do Algarve, estive» (Livro IV. Ao leitor). Mais do que isso, ele o explicita: «Não se varejam as oliveiras, no Algarve, porque, como a terra é de seu natural seca, recebem disso muito prejuízo e não tornam a cobrar ramos muitos anos. Mas também nisto como na postura delas proveu a natureza, mestra e mãe de todas as cousas, porque como a azeitona está madura, em lhe chovendo, tanto possais apanhar como ela por si cai logo, sem esse trabalho e diligência.» (Livro IV, cap. 3.º) *A natureza, mestra e mãe de todas as cousas*. Esta atitude típica do Renascimento Peninsular está sempre presente em Frei João de S. José, dando-lhe a modernidade crítica que o leva a ter sérias reservas com os Antigos que não ignora. Que corrige, se é caso disso. Não se embaraça com as suas patranhas, mas também põe limites à tradicional credulidade do devoto cristão. Não queremos dizer que ingénua confiança nele se não insinue, na menção de alguns milagres... Como poderia ser de outro modo? São as contradições próprias do homem do século XVI. No entanto, recebe em cheio os jorros de luz que os novos tempos lhe traziam. Ama a natureza como natureza, mas devolve-a ao Criador. «Na natureza cada dia experimentamos cousas maravilhosas e nunca ouvidas.» (Livro IV, cap. 6.º) Ou então confessa, a respeito do tocar dos figos: «A maneira que nisto têm não o alcancei, porque é um segredo maravilhoso da natureza.» (Livro IV, cap. 1.º)

Em resumo, Frei João de S. José é o exemplo acabado do humanista cristão. Exalta o valor das letras, não enjeita o colectivo, mas celebra as virtudes do homem individual, com os olhos no Além.

Também neste livro a sua linguagem é simples, sem empolamentos ou maneirismos; mas nem por isso menos própria ou deselegante. Se é uma técnica que analisa, lá vem a nomenclatura local, esclarecedora, e as imagens, de que veste o discurso, não decorrem de fontes literárias eru-

ditas, mas da experiência vivida do dia-a-dia, por onde se nos mete pelos olhos e pelo entendimento. Têm a força do concreto contra a generalidade do abstracto, do vento que fustiga e não da brisa que acaricia, do individual que comove e não do geral que nos deixa impassíveis e impassivelmente superiores e sobranceiros ao mundo. Ora vejamos: para pôr as figueiras escolhem-se «ramos novédios de dous anos té três e isto alporcados, como bacelos em covas assi longas e altas, como se fossem para enterrar finados» (Livro IV, cap. 1.º); «A maneira que têm no tocar é que colhem figos a ùas figueiras que eles procuram ter nas fazendas, e poucas bastam, porque dão muito, e vêm com a sua novidade madura, quando os outros figos estão pequenos como azeitonas, e os enfiam a três e quatro em um fio de esparto, como ave-marias, e os penduram pelos raminhos das outras que os querem tocar, compassadas ao redor, de maneira que quem considera bem ùa figueira destas, quando está com este aparato, se lhe afigura ùa dona muito rezadeira que se não farta de contas.» (Livro IV, cap. 1.º) A visualização — numa imagética de igreja — é bem conseguida. Não interessa substituir o leitor na tarefa de escolha dos textos mais vivos e saborosos. Permitimo-nos, apesar disso, chamar a atenção para a descrição da serra do Algarve, de uma beleza extraordinária — repare-se no ritmo — e que constitui uma das poucas descrições não convencionais de paisagem no nosso século XVI (Livro IV, cap. 10.º).

A *História do Reino do Algarve* do licenciado Henrique Fernandes Sarrão não tem a mesma qualidade do Livro IV da *Corografia* de Frei João de S. José. No entanto, pelo pormenor com que descreve as terras do Algarve — das cidades às aldeias de uma dezena de fogos —, é bem mais completa do que a que se contém no Livro I da anterior. Nesse aspecto é melhor documento, muito mais minucioso na referência às terras e terri-nhas da sua pátria. Enquanto o frade agostinho discute opiniões de eruditos e apura factos da história da conquista do Algarve, o advogado na Casa da Suplicação limita-se a situar igrejas e conventos, fortalezas e torres de vigia, a dizer onde fica este ou aquele acidente orográfico, a descrever uma ou outra curiosidade. Não tem o seu modo de contar o delicioso pinturesco do de Frei João. Não se desvia, um momento, do objectivo que se propõe; por outras palavras: vai direito ao fim, sem rodeios, como timoneiro que bem conhece o rumo, com a segurança do artífice-mestre, que, no cuidado do rigor, dispensa ornatos supérfluos. Usa de uma linguagem clara, perfeitamente ajustada à matéria que exprime, de um estilo, em suma, puro, escorreito, a que não faltam elegâncias que não busca e como essenciais à realidade que descreve. Sabe bem esta seriedade descritiva, esta exactidão em tempo de tanto fogo solto que se dissipa sem deixar coisa que nos preste. Lembremos a este propósito as descrições da Foia (cap. IX), da pesca do atum (cap. VI) e o saboroso episódio do *mês que há-de vir* ou do Maio dos lacobrigenses (cap. VI). Ainda maior estranheza há no facto de um escolar como Sarrão não usar os seus conhecimentos eruditos no texto. Apenas uma simples referência a Ulpiano, no prólogo ao leitor. Mas onde estão os Plínios, Melas, Estrabões e Ptolomeus, com que os académicos deste tempo enchiam páginas de nadas?

Sarrão não segue a moda. Será que a *História* ainda precisava do molho das citações, razão por que tantos séculos, afinal, decorreram antes da sua publicação? Mas ainda bem. Pelo estilo deveríamos colocar o autor no grupo dos funcionários que no século anterior tinham relatado riquezas

de várias regiões do Reino. Também eles descarnados de clássicos. Porém, Sarrão, ao contrário desses servidores de reis ou bispos, não apresenta números nenhuns de rendimentos nem de produções.

Preocupa-se o licenciado Sarrão com a demografia do Algarve, descendo a pormenores de importância, como os 2 moradores de Santo António de Arenilha. Como total dá para o Algarve 16 000 vizinhos ou fogos. Feitas as contas, os seus números dão 16 436. Demasiado? Sabe-se o cuidado que há que tomar com as estimativas das corografias. Já muitos anos antes Gaspar Barreiros — sempre erudito — avisava contra os exageros que costumavam aparecer neste tipo de literatura: os naturais aumentam o número de moradores «por ennobrecer sua pátria»<sup>1</sup>. Terá o nosso licenciado caído nesse pecado? Cremos que alguma coisa. Em 1591 o bispo do Algarve dá para todo o bispado o número de 15 247<sup>2</sup>. Como os finais do século XVI devem ter sido difíceis, não é muito provável que em princípios do século XVII fossem muitos mais. Em qualquer caso, e pensando no exagero de tantos outros corógrafos, o nosso ignorado Sarrão foi bem modesto. Uma estimativa assim obtida não anda, de facto, muito longe do que podemos supor que seria o cômputo real<sup>3</sup>. Noutros aspectos assinalou muito bem transformações a que estava a assistir. Assinale-se a verificação de uma sociedade a caminho de uma ruralização, como se pode ver pelo que respeita a Tavira e a Silves. Quanto a esta última cidade, e traindo uma cultura que a um escolar não poderia faltar, lê-se: «quasi todos a deixão, escolhendo antes a vida do campo, que a política» (cap. 9.<sup>o</sup>, § 12.<sup>o</sup>).

Se dúvidas há nos números que Sarrão apresenta para a população, não surgem outras em matérias tão decisivas como as da exploração agrícola, ou mesmo quanto a aspectos que, através de documentação de arquivo e de Frei João de S. José, se tinham apurado para o século XVI. Tome-se como exemplo a fertilidade do paul de Lagos, onde hortas viçosas «de muita hortaliça, e fruta» se assinalam (cap. 6.<sup>o</sup>), quando nos finais do século XV ainda se aforavam aí terras apauladas e badanal de água, o que é um marcante êxito de aproveitamento de terras<sup>4</sup>. Recorde-se o que se sabia sobre o almarjem de Loulé, reserva de pastagens de que os arquivos permitiam nebulosa aproximação, e que Sarrão explica com toda a clareza (cap. 11.<sup>o</sup>).

Mas é Lagos, pátria querida do autor, que melhor se fica a conhecer. O que bem necessário se tornava, pois foi a cidade do Algarve que mais sofreu com o terramoto de 1755<sup>5</sup>. Até em matéria etnográfica, como o costume do Maio, aqui se recolhe informação. Era costume todos os anos, pelo mês de Maio, vestir um estrangeiro com os mais ricos trajos e

<sup>1</sup> Gaspar Barreiros, *Chorographia*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1968, fl. 54 v.<sup>o</sup>

<sup>2</sup> Arquivo Secreto Vaticano, S. Cong. Concilii, Relationes 635 A: Relação de D. Francisco Cano, 1591, completada com a relação de D. Fernão Martins Mascarenhas, 1598.

<sup>3</sup> Assunto a ser tratado por Joaquim Romero Magalhães em *O Algarve Económico e Social: 1600-1773* (título provisório).

<sup>4</sup> J. A. R. Magalhães, *ob. cit.*, pp. 52-53.

<sup>5</sup> Orlando Ribeiro demonstrou que o terramoto foi mais violento a Ocidente que a Oriente do Algarve: *Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, 2.<sup>a</sup> ed. (s/d), pp. 100-104.

ornamentá-lo com ouro. Ora aconteceu, não se sabe quando, que um estrangeiro, escolhido para os festejos primaveris do dia de Maio, fugiu com a riqueza que lhe tinham emprestado. Maio ficou a ser mês que se não nomeava: era «o mês que passou», «o mês que há-de vir», mas nunca o mês de Maio, por vergonha de recordar a burla. Ainda não há muitos anos assim se referiam os naturais a esse aziago mês, evitando nomeá-lo. Pois agora aqui temos uma explicação.

Frei João de S. José é um notável intérprete do Algarve. Observa, descreve, particulariza, compara, tira conclusões, opina. Nada disso em Sarrão, um escurido e impessoal escritor. Será por a realidade algarvia lhe estar muito próxima? Nele, realmente, não encontramos uma distância explicativa. Tão-pouco dá a claríssima diferença entre o litoral e a serra, em que Frei João de S. José baseia o seu trabalho. Inicia a narrativa por Aljezur e sai por Alcoutim. Não conhece — ou não transmite ao leitor — os dois grandes conjuntos de paisagem facilmente discerníveis. E se se avança a facilidade de distinção é porque na própria *História* ela se irá apresentar. Basta para tanto separar as terras em que diz haver gado e caça daquelas em que dá como produção principal a fruta. Com tanto pormenor caracteriza as actividades agrícolas dominantes nos vários concelhos que daqui se poderá partir para a geografia da produção no Algarve seiscentista. As linhas dominantes de Sarrão não serão infirmadas pelos dados arquivísticos, avance-se desde já.

Problema é a datação da *História*. Na dedicatória o autor data-a de Novembro de 1607. Mas tem o cuidado de avisar que escrevera sobre «fundamentos» construídos por seu pai, o licenciado Sebastião Fernandes (prólogo ao leitor). Ora dois acontecimentos que justamente alarmaram o Algarve não se referem: o assalto de Sagres por Drake em 1587 e, sobretudo, o incêndio e saque de Faro pelas tropas do conde de Essex em 1596. Este último acontecimento, que efemérides não algarvias, como o *Memorial* de Pero Roiz Soares, registam, não é mencionado pelo licenciado Sarrão. Outros acontecimentos, no entanto, e posteriores, aí se referem. Vejamos, pelas regras da velha e indispensável crítica, as datas limites:

- 1587: «No anno do Senhor mil, e quinhentos, e outenta, e sete deo agoa da chuva com muito impetu na arrebalde da villa da parte do norte, e pôs em terra cento, e dez casas, e morrerão quarenta pessoas pouco mais ou menos, e morrendo vestidos forão achados nús, foi como furacão, a que vulgarmente chamão diluvio de Loulee.» (Cap. 11.º) Pero Roiz Soares especifica ter sido no fim de Novembro de 1587. Segundo este memorialista, a Rua de Portugal foi subvertida e teriam morrido 170 e tantas pessoas, «das quais se não acharam para enterar mais de corenta e cinco»<sup>1</sup>.
- 1587: «A entrada desta villa (*Sagres*) na parte, que com a terra firme se ajunta, he de largura de outenta passos pouco mais, ou menos, e vai hum muro lançado de huma parte, e da outra do mar, com sua porta, pela qual se servem da banda da terra [...]. As casas da

1 Acontecimento confirmado pelos registos paroquiais de S. Clemente de Loulé, embora com menos mortos.

- villa serão vinte, e quatro pouco mais ou menos, corre huma entre outra com casa dianteira, e Camara, todas iguais...» (Cap. 5.<sup>o</sup>) Há coincidência entre a descrição e o que se vê na gravura inglesa contemporânea do desembarque de Drake no cabo de São Vicente <sup>1</sup>. Nela se mostra a enviesada porta da fortaleza, e dois renques de casas iguais. A muralha corta o istmo. Só não coincidem nas medidas: aos oitenta passos da *História* corresponde na gravura a indicação de 600 pés — «The castel wall is in length from clif to clif .600. fouts». 7,5 pés por passo? Alguém mediu mal.
- 1594: «A cidade (*de Lagos*) tem duas freguesias, em huma das quais (que se chama Nossa Senhora da Graça e he a matrix)...» (Cap. 5.<sup>o</sup>) A designação, contestada, da Igreja de Santa Maria da Graça como matriz data de 1594 <sup>2</sup>.
- 1599: «Tem mais (*Faro...*) hum collegio de padres da Companhia que com sua doutrina e exemplo fazem grande fruto na cidade.» (Cap. 13.<sup>o</sup>) Segundo a *Synopsis Annalium*, do jesuíta António Franco, que foi beber nas cartas ânuas, os jesuítas instalam-se em Faro em 1599 <sup>3</sup>.
- 1600: «Em Lagos ha tres mosteiros hum de São Francisco da ordem da Piedade, muito devoto, outro de frades da Trindade, que se vai fazendo, e outro de freiras carmelitas...» (Cap. 5.<sup>o</sup>) A construção do Convento da Trindade, iniciada em 1597, foi embargada em 1598. Só em Julho de 1600 as partes em litígio chegaram a composição, recomeçando as obras <sup>4</sup>.
- 1606: «Huma legoa para o nordeste entre o rio d'Asseca, e o caminho que vay (*de Tavira*) para a villa de Castro Marim está hum mosteiro de frades de Nossa Senhora d'Ajuda.» (Fl. 40.) D. Luiz Caetano de Lima diz que esses religiosos (Paulistas da Serra de Ossa) «se mudarão para dentro da Cidade, onde já vivião pelos annos de 1606» <sup>5</sup>.
- 1607: A fundação de um convento de Capuchos da Piedade de Tavira não aparece <sup>6</sup>. Pode admitir-se que Sarrão vivesse em Lagos ou em Lisboa e não estivesse ao corrente de tão miúdos acontecimentos. Mas o certo é que outros de igual peso são referidos, abundantemente, na *História*.

<sup>1</sup> In Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Lisboa, Cosmos, 1959, vol. 1, entre as pp. 208-209.

<sup>2</sup> Manoel João Paulo Rocha, *Monographia. As forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*, Porto, Typographia Universal (a vapor), 1909, p. 83.

<sup>3</sup> *Synopsis Annalium Societas Jesu in Lusitania*, Augusburgo-Graz, Philipi, Martini, Joannis Veith, Haeredum, 1726, ano de 1599.

<sup>4</sup> M. J. P. Rocha, *Monographia...*, p. 89; Alberto Iria, «O Algarve sob o domínio dos Felipes», in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, vol. VI, t. II, p. 296; João Baptista da Silva Lopes, *Memorias ecclesiasticas para a historia do bispado do Algarve*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848, p. 230.

<sup>5</sup> D. Luís Caetano de Lima, *Geografia historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, t. II, 1736, p. 306.

<sup>6</sup> *Ibid.*, t. II, p. 307.

Será exagero crítico supor que a obrinha estaria pronta *circa 1600*? A dedicatória seria posterior, quem sabe uma demão mais, e oferecida a D. Manuel de Lencastre, nomeado governador do Algarve em 31 de Outubro de 1606 <sup>1</sup>. A parcimónia de elogios a D. João II, aliás, contrasta com um capítulo sobre a prosápia dos seus descendentes. Suspeite-se de acréscimo posterior.

A obra põe um problema de datação. O autor é um desconhecido. Só se sabe o que ele próprio diz: advogado em Lisboa na Casa da Suplicação, natural de Lagos e filho do licenciado Sebastião Fernandes. Uma pesquisa, ainda que rápida, em documentação de Lagos não permitiu encontrar-lhe vestígios.

Também não se sabe muito de Frei João de S. José. Informa Diogo Barbosa Machado que nasceu em Tentúgal, na nobre família dos Aboim, tendo professado nos eremitas de Santo Agostinho, em Lisboa. No seu instituto, na sua religião, atinge postos de destaque: em 1569 sabe-se que era mestre de noviços em Lisboa e subprior em 1573. Prior em Tavira, entre aquelas duas datas, para aí novamente voltou, finando-se em 1580.

Discípulo de Frei Luís de Montoya, escreve um livrinho de piedade com o título de *Família augustiniana* (Lisboa, 1565), no qual hoje só historiadores das mentalidades conseguem pegar. Trata-se de uma obrinha destinada a amigos e benfeitores da Ordem, para comunicar «o tesouro das graças e bens spirituaes de nossa sancta religiam». Quem a leia julgará Frei João de S. José como um frade ignaro, um mais entre tantos do século XVI. A sua religiosidade fica em missas, relíquias, devoções. Pode ter sido útil. Os gracianos, por esse tempo, era gente debaixo das atenções do Santo Ofício: em 1562 foi martirizado Frei Valentim da Luz, que pagou na fogueira as liberdades de pensamento e linguagem que usara enquanto prior em Tavira <sup>2</sup>. Uma piedade mais sentida e menos formalista já não era possível nesse final do Concílio de Trento. O curioso é que o nome de Frei João de S. José nunca aparece no processo do seu irmão agostinho: significativo de uma grande habilidade e prudência. Nem com os erasmianos, nem com os tradicionalistas. Estudioso, foi reunindo materiais para uma crónica da sua Ordem, que acabou por se perder. O castelhano Jerónimo Roman, que lhe sucedeu no encargo, levou-os para Castela, onde desapareceram <sup>3</sup>. Homem de acção, isso foi-o. Em 1573 relata com vivacidade uma questão típica da época: «Processo e verdadeira relação do que passou àcerca das precedências da Ordem dos Eremitas do glorioso nosso padre, e doutor da Igreja Santo Agostinho, e do glorioso padre S. Domingos, nesta cidade de Lisboa, Évora e Santarém do Reyno de Portugal.» Coisa complicada, tão complicada e importante como as precedências numa sociedade do Antigo Regime. Frei João de S. José, ao tempo subprior em exercício no Convento de Lisboa, avança à frente dos seus e acaba por abandonar espalhafatosamente a Sé de Lisboa em plena procissão de Corpo de Deus <sup>4</sup>!

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Felipe II, Livro 16 de Padrões, Doações, Ofícios e Mercês, fl. 216.

<sup>2</sup> José Sebastião da Silva Dias, *O Erasmismo e a Inquisição em Portugal. O Processo de Fr. Valentim da Luz*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1975.

<sup>3</sup> Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Manuscritos, n.º 436.

<sup>4</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Fundo Geral, cód. n.º 5426.

Religiosidade sem novidade num homem enérgico e de acção, compreende-se a escolha que o leva a Tavira pôr em ordem o Convento da Graça, que não estaria em cheiro de santidade depois de Frei Valentim da Luz por lá ter lançado o seu veneno crítico. Ordem nos espíritos, obras na casa. Ele próprio nos informa que em 1569 fez começar a construção junto do postigo de Malforo.

Beirão, dos campos do Mondego, o Algarve vai ser para ele terra de espantos e maravilhas. Que procura entender. Que consegue transmitir.

A modernidade da obra de Frei João de S. José terá levado a que no tempo não o lessem. Depois, muitos o têm aproveitado.

Destino inverso teve a obra de Henrique Fernandes Sarrão. Pela sua simplicidade descritiva foi logo usada, mas muito poucas vezes citada. Século e meio levaram a servir-se dela como se de corografia contemporânea se tratasse. R

Não se lhe descobre rasto nem em Massay, nem em António Vasconcelos, nem em Faria e Sousa, nem em Mendes Silva, que lhe são posteriores. Parece que pode avançar-se que só veio a ter utilidade para o P.<sup>e</sup> Carvalho da Costa, talvez pelos fins dos anos 90 do século XVII<sup>1</sup>, na *Corografia Portuguesa e Descripçam topografica do Reyno de Portugal*. Veja-se:

#### Sarrão

As duas serras, de que acima falei, vão correndo de oriente a ponente: são tão altas, que dellas se descobre todo o Algarve, e a maior parte do Campo d'Ourique, e Alentejo, e muita parte do mar Oceano, quanto a vista pode alcançar, e são balizas para os navegantes que saindo do mar profundo a primeira terra, que vem muitas legoas ao mar, são estas duas serras, cujas extremidades apparecem por cima das nuvens.

(Cap. 9, § 2.)

#### Carvalho da Costa

Está este lugar situado nas fraldas de duas serras, que correm de Nascente a Poente, tam altas, que dellas se descobre grande parte do Campo de Ourique, e muyto mayor do vasto Oceano, servindo de balizas aos Navegantes, que vem buscar os nossos portos; porque a primeyra terra, que descobrem deste Reyno em distancia de muitas legoas ao mar, sam estas duas serras, que precedem na altura à de Cintra.

(T. III, p. 5.)

Em vários outros passos topam-se prováveis inspirações. Mas Sarrão não seria certamente autor de nomeada, e o P.<sup>e</sup> Carvalho da Costa relega-o para o purgatório dos «outros autores», que lhe não mereceram honras de citação.

Nada permite supor que D. Luiz Caetano de Lima tenha utilizado a *História* na sua *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa* (1734-1736). Ligeiramente mais tarde surge a primeira referência. Em 1747

<sup>1</sup> A *Corografia* do P.<sup>e</sup> Carvalho da Costa data de finais do século XVII, c. 1692; vd. «Uma questão histórico-bibliográfica — A Chorografia do P.<sup>e</sup> Carvalho», in *Revista de História*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1916, n.º 19, pp. 285-236.

Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, dá a seguinte informação: «Henrique Fernandes Serram, natural da Cidade de Lagos em o Reyno do Algarve. Advogado da Caza da Suplicação, tão perito nas especulaçoens juridicas como versado em a lição da Historia profana. Escreveo com estilo sincero. *História do Reino do Algarve*. Dedicada a D. Manoel de Lancastro. M. S. Conserva-se na Biblioteca Severiana onde o vio João Franco Barreto como affirma na sua Bib. Port. M. S.» (T. II, p. 448.)

No *Dicionário Geográfico* (1747), o P.<sup>o</sup> Luiz Cardoso escreve: «Tratão do Algarve os Geografos antigos e modernos, e além destes Henrique Fernandes Sarrão, na *História* que fez deste Reyno, e se acha ainda manuscrita.» (S. v. «Algarve», t. I, p. 286.) Citou, e aproveitou. Às mãos cheias:

### Sarrão

He comumente de bons ares, e livre de enfermidades, por causa dos ventos do mar, que cursão nelle [...]. Os naturaes do Algarve se chamão Algaravios: são muito determinados, e animosos, mais amigos da honra, que de fazenda, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo, muito leaes, a quem servem, se os tratão com cortezia, e brandura, tem a confiança em gram maneira, e os que são pobres, fazem fundamento só no spirito: finalmente na arte do mar são excellentes, nas letras não tem o menor lugar, nem nas armas o segundo.

(Cap. 2.)

### Luiz Cardoso

He o Algarve, geralmente falando terra sádia, de bons ares, e livre de enfermidades por ser lavada dos ventos. Os naturais se chamão Algaravios, são muito determinados, e animosos, mais amigos da honra, que de fazenda, inclinados à guerra, muito leaes a quem servem, se os tratão com cortezia, e brandura, e gente de confiança. Na arte de marear são excellentes, nas letras não tem o menor lugar, nem nas armas.

(T. I, p. 284.)

Luiz Cardoso aproveita a *História* como se de uma descrição sua contemporânea se tratasse. Mas com ele também está terminado o destino corográfico da obrinha de Sarrão.

Apenas um autor, oitocentista, o notabilíssimo Luiz Augusto Rebello da Silva, utilizará, como documento histórico, a *História*. Escritor (e personagem decisiva do nosso século XIX em tantos domínios) de alto quilate, usará elementos fornecidos por Sarrão quer na *Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII* (t. IV, p. 647), quer na *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865. Parte I* (1097-1640) (p. 54). E nada mais. Depois de Rebello da Silva, que a possuía, deu-se como perdida, embora sempre procurada.

Quanto aos manuscritos agora publicados, o da *Corografia* de Frei João de S. José é uma cópia do século XVIII, e encontra-se nos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, n.º 109, cotejada com uma outra cópia do mesmo século, que é o manuscrito 124, cota 467, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Não se conhece original nem cópia mais antiga. Será original o de Henrique Fernandes Sarrão? Rebello da Silva, seu penúltimo possuidor, avança um prudente talvez (*Memoria*, p. 54). A mesma prudência deve hoje ser mantida. Na verdade, a *História* está escrita em letra humanística, que tanto pode ser anterior como posterior. E pode muito bem ser de 1607. Certeza, apenas

pela letra, não pode ter-se <sup>1</sup>. O manuscrito, de 200 mm × 140 mm, embora presumivelmente de princípio de Seiscentos, foi encadernado na segunda metade do século XVIII. Nele se gravou um superlivro de ornatos rococó com as armas de S. Francisco rodeadas pela seguinte legenda: O P. F. MANOEL DE S. CARLOS. COMM. GER. DA TERR. STA. Segundo Annibal Fernandes Thomas trata-se do «P. Manoel de S. Carlos, comissario geral da Terra Santa. Vivia ainda em 1780, no Convento de S. Francisco da Cidade em Lisboa, pois que d'esse anno existe delle na bibliotheca de Evora uma carta dirigida ao arcebispo Cenaculo. Seculo 18.<sup>o</sup>» <sup>2</sup>. Na Biblioteca Severiana não estaria quando o Palácio de Vimeiro ardeu em 1755. Outro exemplar? Sabe-se lá. Alberto Iria encontrou na Torre do Tombo referência a um perdido manuscrito desta *História* com 96 páginas <sup>3</sup>. O mesmo? O que se publica tem de facto 48 folhas com o texto. Mas ainda 3 folhas com o rosto, a dedicatória e o prólogo ao leitor e 2 de índice. Ainda, em branco, 1 folha no princípio e 2 no final. Total de folhas escritas, 53. Em branco, 3. O manuscrito agora publicado pertence à magnífica livraria do Dr. Raul Rêgo, a quem cabe ter decidido a sua divulgação. Mais um serviço à cultura nacional, de quem já tantos lhe prestou.

A leitura dos textos de Frei João e de Sarrão é respectivamente de Viegas Guerreiro e Romero Magalhães; pertencem ao primeiro a actualização ortográfica e pontuação. Original genuíno, no sentido de provir das mãos do autor, não o temos para a *Corografia* de Frei João de S. José. A cópia manuscrita que utilizámos é do século XVIII e inclui forçosamente algumas alterações introduzidas pelo copista. Não era, por outro lado, isenta de hesitações e duplicidades ortográficas e de pontuação a língua quinhentista como a dos dois séculos que se lhe seguiram. Não se surpreenda, pois, o leitor por encontrar, a cada passo, vocábulos arcaicos e formas duplas: Fárão, géolhos, lhe e lhes, pera e para, rezão e razão, Aljazur e Aljezur, para dar alguns exemplos. Todo o nosso cuidado foi o de tentar estabelecer um texto que, sendo acessível ao leitor comum, a quem nos dirigimos, tanto quanto ao erudito, respeitasse o mais possível o idioma de origem. Também tivemos de actualizar, em parte, a pontuação.

Com o manuscrito da *História* de Sarrão procedemos do mesmo modo, mas pôs-nos este em menos dificuldades por mais uniforme na linguagem e na ortografia.

<sup>1</sup> Agradecemos ao erudito professor e diplomata doutor Avelino de Jesus da Costa a apreciação do manuscrito.

<sup>2</sup> Annibal Fernandes Thomas, *Os ex-libris ornamentaes portuguezes. Reproduções e notas descriptivas, com 175 illustrações*, Porto, Typ. a vapor da Empresa Litteraria e Typographica, 1905, p. 64. Indicação da Dr.<sup>a</sup> M. Graça Pericão Faria, a quem a agradecemos, bem como as facilidades de pesquisa na preciosa livraria do visconde da Trindade (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra). Vd. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Catalogo dos manuscritos da Bibliotheca Publica Eborense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, t. II, p. 514. Agradecemos a informação sobre as cartas a Cenáculo ao director da Biblioteca, Dr. António Leandro Alves.

<sup>3</sup> Alberto Iria, *Descobrimentos Portuguezes. O Algarve e os Descobrimentos*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1949, t. I, p. 90.

As abreviaturas (n. m.) que se seguem às notas precedidas de asterisco querem dizer *nota à margem* no manuscrito.

E finalmente aqui ficam agradecimentos a António Machado Guerreiro, que teve a bondade de nos ajudar na correcção de provas do livro de Frei João.

## **COROGRAFIA DO REINO DO ALGARVE**

*dividida em quatro livros*

*pera mor declaração da obra escrita pelo R. P. Frei João de S. José  
da Ordem dos Eremitas  
de S. Agostinho da Província de Portugal  
no ano de 1577.*

## **LIVRO I**

*Que contém a descrição geral  
do reino do Algarve e de todas as cidades, vilas,  
fortalezas e outros lugares em particular*

## Capítulo 1.º

*Da grandeza dos reinos dos Algarves  
daquém e dalém em África  
e do que os Reis de Portugal possuem  
em particular, que é ãa parte da nossa Lusitânia.*

Este nome Algarve é arábigo e não muito antigo, o que parece por Estrabão, Ptolomeu, Mela e Plínio e por todos os outros escritores e geógrafos mais modernos, nenhum dos quais em suas escrituras, em que compreenderam o universo, fizeram menção dele; pelo que está claro ser moderno e dos tempos que os Mouros conquistaram e possuíram este reino, como os são também alacil, almexal, alboção, alcaria e outros muitos que no mesmo reino, como estes, correm e se usam. E sabemos de certo haverem-se-nos pegado da mesma gente e língua e herdarmo-los deles com a terra, pela muita conversação que com eles tivemos.

E é de saber que as terras que os Mouros chamam Algarves são muito grandes e de muitos senhorios e cingem boa parte do mar Mediterrâneo duma banda e da outra e também do oceano. Da banda de Espanha começam do cabo de S. Vicente e correm ao levante até Almeria, que é na provincia Bética ou Andaluzia, e daí, atravessando o mar Mediterrâneo, se estende[m] por África, desde o reino de Tremecem, pelo estreito de Gibraltar, té o cabo de Gué, tomando toda a ribeira da Mauritânia, Tingitânia, em que há muitos reinos de grande fertilidade e jaz a melhor terra de toda África.

A toda esta região assim divisada chamaram os Mouros antigamente os reinos de Benamarim e, ao presente, Algarves, daquém e dalém-mar, e foi a derradeira que na África, em parte, nossos reis cristãos sujeitaram à fé da Santa Igreja, havendo muitos anos que era possuída dos seguidores da seita de Mafoma.

E porque minha tenção não é tratar de todos os Algarves em geral, como os tenho divididos, mas somente desta parte que está mística com nossa Lusitânia e é sujeita aos reis de Portugal, deixarei o mais a outros que nisso se quiserem ocupar.

Começando, pois, a deitar o primeiro traço, geralmente, a este reino do Algarve, de que falo, pela costa do mar oceano contra levante, pela ordem que Estrabão e Plínio o demarcaram, digo que começa do Sacro Promontório, que é o cabo de S. Vicente, e passa pelo cabo de Santa Maria, a que os geógrafos chamam *Promontorium Cuneum*, té dar na barra do rio Guadiana, onde está a vila chamada Santo António de Arenilha e da mesma vila sobe pelo rio acima contra o norte, antre Portugal e Castela, passando pola vila de Alcoutim e pelas ribeiras do Leite e Vascão, que atravessam as serras e vêm despejar suas águas em Odiana, té a vila de Alcoutim, sete léguas pela barra dentro. Daí corta pelo sertão, antre as serras chamadas do Algarve e o campo de Ourique, e por Monchique e a Nave Redonda a O de Seixes, direito ao mar, aonde este rio

se mete no oceano, junto do mesmo cabo de S. Vicente, onde esta demarcação começou.

Aos moradores deste reino, vizinhos do Sacro Promontório, chama Ptolomeu Turdetanos e diz que possuem aquela parte de Lusitânia que o rio Guadiana divide da província Bética, que é Andaluzia\*. Mas estes Turdetanos, segundo este mesmo autor diz, mais se estendiam pola Lusitânia do que agora os Algaravios, conforme a demarcação acima dita, porque lhe dá no sertão duas cidades que agora se incorporam em Portugal, que são Mértola e Beja, quinze léguas fora dos seus termos. E ainda Estrabão nos dá a entender que pola costa do mar oceano chegavam estes Turdetanos té a boca do rio Tejo, que é a barra de Lisboa\*.

É cousa maravilhosa as excelências que este autor Estrabão escreve da província Turdetânia e os primores que conta dos Turdetanos sobre todos os povos de Espanha. Da terra diz que seus campos lhe respondiam com duas novidades cada ano e que havia tanta abundância de riquezas nela que, quando os Cartaginenses os vieram a conquistar com Barca, seu capitão, as manjadouras dos cavalos e as dornas e talhas, em que recolhiam o vinho e águas, tudo era de prata.

Dos mesmos Turdetanos afirma que eram os mais domésticos e sábios de toda Espanha. E que tinham livros muito antigos de poesia e leis escritas em verso, que, segundo se dizia, havia mais de seis mil anos que eram feitas\*.

De Beto, rei de Espanha, se escreve que foi o primeiro que nos Turdetanos deu conhecimento das letras e que Asclépio Mirliano regeu muito tempo suas escolas e no fim escreveu um livro dos louvores dos Turdetanos e de sua terra. E, posto que a principal Turdetânia fosse a que agora chamamos Andaluzia, também os nossos Turdetanos, que são os acima ditos seus vizinhos, tinham com eles muito parentesco e semelhança não só nos nomes mas também em todas as excelências que deles se escrevem, como na lição deste mesmo autor parece\*.

Há neste reino, ao presente, quatro cidades, muitas vilas, fortalezas e outros lugares: alguns no sertão e os mais na ourela do mar, dos quais diante farei particular menção, cada um em seu devido e próprio lugar.

---

\* Ptolomeu, lib. 2.º, c. 4.5 (n. m.).

\* Estrabão, lib. 3.º (n. m.).

\* Coelius in *Monastichon Regum Hispan* (n. m.).

\* Estrabão, lib. 3.º (n. m.).

## Capítulo 2.º

*Da maravilhosa disposição do Sacro Promontório,  
com a declaração deste vocábulo,  
a que, ao presente, chamamos cabo de S. Vicente,  
com a razão da mudança deste nome.*

Ao cabo de S. Vicente, de que me pareceu bem começar, chamam os antigos geógrafos *Sacrum Promontorium*, nome composto de duas partes, cada uma das quais tem seu particular sentido e pede dele declaração. *Promontorium* se diz qualquer terra sobranceira ao mar, que por ele faz entrada notável mais que toda a outra junto de quem está com ponta, onde fenece, a que communmente chamamos cabo. Pera o que é de notar que os Romanos, gente em tudo bem olhada e curiosa, a todos os lugares puseram em Espanha e fora dela seus particulares nomes pera divisarem as terras e entenderem melhor as paragens dos mares por onde navegavam. E, por esta razão, no cabo de Palas, na costa do reino de Murena, chamaram *Promontorium Scombrarium*; ao cabo de Gatas, no reino de Granada, chamaram *Promontorium Caridemum*; ao cabo de Santa Maria, que começa no foz do rio Guadiana e acaba na vila de Albufeira, chamaram *Promontorium Cuneum*; ao cabo de Espichel, junto de Sisimbra, na Lusitânia, chamaram *Promontorium Nerium*. E assim a outros muitos, de maneira que este vocábulo *promontorium* era comum e geral a todos os que tinham as qualidades acima ditas; e, pelo que mais lhe acrescentavam, se entendia qual era o de que falavam. Acrescentaram, pois, *Sacrum* a este de que tratamos, que, em seu sentido, tanto queria dizer como cabo Santo e dedicado a Deus, profetizando já em algũa maneira o que depois nele havia de ser e nós agora vemos, segundo que adiante em seu lugar parecerá. Mas eles não entendiam desta maneira, porque, cegos em seus erros, attribuíam aos ídolos feitos de pedra e madeira a honra que só à divindade se deve, e esta foi a causa por que a este *promontorium* ou cabo chamaram Sacro, pelo terem dedicado a Hércules, homem facinoroso que os gentios honravam como deus\*. Em este promontório lhe tinham seu templo edificado, segundo o diz Artemidoro, escritor e filósofo antigo, e nele o honravam com serviços e cerimónias acostumadas, trabalhando de o ter propício em suas necessidades. Onde este mesmo autor diz que osromeiros, que a este templo vinham, faziam montinhos de pedras pouco distantes uns dos outros polo caminho por onde vinham, que serviam de balizas aos que o não sabiam, como, ao presente, se costuma e o vimos em Monserrate e Guadalupe, casas de muita devação, a que os Castelhanos chamam *mojones*. Outros havia cuja devação passava mais adiante: estes, por si ou à sua custa, traziam água de outras partes, por no mesmo cabo haver falta dela, de que bebiam os caminhantes que por

\* Estrabão, lib. 3.º (n. m.).

sua devação vinham em peregrinação ao templo. E, se estes romeiros ou peregrinos acertavam de chegar perto deste Sacro Promontório, em se querendo pôr o Sol, não ousavam passar mui adiante, aquele dia, mas ficavam-se, aquela noite, num bairro, que não longe estava já pera isto, crendo, segundo suas falsas imaginações, que os Deuses tinham reservado as noites pera si e não lhes prazia que nelas alguém lhe sacrificasse ou andasse caminho.

Este mesmo filósofo Artemidoro, que estas cousas escreve, movido por sua devação e desejo de ver este Sacro Promontório e também oferecer em o templo que nele estava, veio-o a visitar desde Grécia, donde era natural. E, considerando sua figura e o que com ela representava, comparou seu peito alteroso e sobranceiro ao mar a um navio bem emasteado. Pera fazer esta comparação e semelhança, segundo Estrabão dele escreve, tomou três ilhas pequenas, que este cabo junto de si inda, ao presente, tem, e de uma delas lhe fez a proa e das outras duas os mastos, por serem mais alterosas\*.

No tempo que Artemidoro o viu e apodou, o que ele saberia bem fazer, porque era prudente e bem entendido, ser-lhe-ia esta semelhança mais apropriada do que é ao presente, por estar já gastado do mar, cujas ondas continuamente nele roem, há mais de mil e quinhentos anos que isto passou, e também por os moradores e vizinhos o terem já cultivado e limpo de arvoredos que nele havia, em cujo lugar sucederam torres e edifícios, com que está mais honrado e fortalecido, de maneira que não temos já necessidade de *mojones* ou balizas pera atinarmos com ele.

Não se pode, contudo, negar ser este um dos mais célebres lugares de sua qualidade e o que com sua saída ponta mais entrada faz ao mar, polo que com razão se poderia bem contar por ãa das maravilhas do mundo. Nele, segundo diz Estrabão\*, se acaba, como em um final e baliza remotíssima, toda a máquina da terra da banda do ocidente, porque nele fenecem as duas partes do mundo, Europa e África, e os Lusitanos e Mauritianos são os últimos moradores delas. Nele se acham, em um mesmo instante, diferentes ventos. Nele as águas continuamente se encontram ãas com as outras e todas juntas num corpo, tomando força, calam por baixo dele por furnas e cavernas que a continuação delas já tem feito; e isto com tão grande ímpeto que parece que neste só lugar a Natureza de contínuo peleja e trás contenda consigo mesma.

As naus, navios e outros baixéis que navegam de levante a poente e de qualquer outra parte de nossa Europa aí vêm obededer. E também os pescados, que ao Estreito, em manadas e cardumes\*, vão desovar e fazer sua criação, primeiro a ele chegam a reconhecer a terra e saber, com o natural distinto que Deus lhe deu, em que rumo e paragem estão, de maneira que julgará quem isto com atenção considerar que todas as criaturas do mundo em alguma maneira lhe são sujeitas e reconhecem senhorio.

No mais saído de sua ponta está um mosteiro de religiosos descalços do P. S. Francisco, bem acomodado a penitência e contemplação, pera o que parece que foi ali feito, e nele acham caridade e hospedaria as

\* Ilha de Caens, ilha de Figueira, ilha de Gongor (n. m.).

\* Lib. 3.º (n. m.).

\* Atuns, corvinas, sardinhas (n. m.).

pessoas de que é frequentado. Este mosteiro mandou edificar o bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho, que a este lugar foi muito afeiçoado, e pera seu amparo e defensão mandou talhar com um da banda da terra, por causa dos Mouros que não longe dele saíam.

El-rei de Portugal, D. João o 3.<sup>o</sup>, vendo que ainda isto não bastava, mandou pegado com o mesmo mosteiro ordenar \* ãa fortaleza, em que continuamente há soldados, muita artilharia e outros petrechos de guerra, com que se defende o mesmo lugar, e também as naus e navios dos Cristãos, que em torno dele se acolhem dos imigos, que naquela paragem de maravilha faltam.

Fez mais este mesmo bispo D. Fernando Coutinho ãa torre, pegada com o mosteiro, que é onde ora estão as armas, e levantou-a sobre todo o outro edificio pera que servisse de farol e pôs no mais alto dela ãa grande lanterna com ãa lâmpada, em que havia lume continuamente todas as noites, pera os navegantes que andassem perdidos e todos os mais poderem, ainda que houvesse tempestades, reconhecer a terra, cousa pera o lugar não menos necessária que lustrosa. E, posto que por sua morte deixou renda pera a fábrica e sustentação dela, tudo acabou, como há-de suceder às mais cousas que agora vemos.

Não longe deste lugar, defronte de Odemira, fomos salteados de Ingreses luteranos três religiosos, que, no ano de 1569, pera este reino do Algarve por mar íamos, pelos quais depois de metidos a tormento, despidos e roubados, os mais da companhia a nós determinaram pendurar em ãa entena dum galeão bem artilhado, em que vinham, por nos terem mui contrários à sua seita e ladroíces. Mas, como não fôssemos dignos de tão boa sorte, um portuguez, que com eles andava de mistura, mostrando-se mais propício à nação, os tornou de maneira que nos deixaram, não sem outro novo perigo do mar, porque nos ficou a caravela despejada e boiante, com tempo levante, que nos era contrário; com este trabalho dobrámos o cabo, onde, deitando o batel ao mar, nos baldeámos ao pé dele sobre um arrecife, pelo qual subindo em pés e mãos nos achámos em cima, os mais de nós escalavrados por causa de seu áspero rochedo e penedia. Logo ordenámos ãa devota procissão, cousa piedosa de ver, e encaminhámos pera o mosteiro, todos postos em ordem, a fazer graças do nosso livramento, na qual uns éramos descalços e outros despidos, em camisa, e nenhum como dantes vinha. E, posto que isto não procedia de sobeja devoção, mas da força passada que nos pusera em tal estado, não nos faltavam lágrimas que oferecer ao Senhor, considerando cada um que não havia muitas horas que se vira em poder daqueles cruéis imigos, com bem poucas esperanças de isto poder fazer. Fomos recebidos dos religiosos com a caridade que a todos mostram e a vista da nossa miséria lhe pedia. E confesso que, em parte, folguei com a ocasião e me fez esquecer o trabalho passado ver este lugar, cousa que muito desejava, e tomar experiência do que dele escrevo, ainda que foi à custa da própria pessoa. Um religioso deste mosteiro, estando um dia com o capitão de Sagres pescando à cana no mais baixo das rochas deste cabo, menos recatados do que deviam, foram cativos por ãa galé de mouros que dobrava junto da terra sem ser sentida, e fazendo-se logo

\* Edificar (n. m.).

ao mar, alegres da presa que tinham feito, despiram ao frade e seu companheiro e puseram-nos ao remo, segundo seu costume. E um dos turcos, querendo festejar a presa e alegrar a companhia com fazer zombaria do frade e dos Cristãos, vestiu-se o hábito com seu capelo e, fingindo grande devação, começou-se a entrar pela coxia da galé e, de remeiro em remeiro, como quem por rua pública vai de porta em porta, pedia esmola por amor de Deus e de Xão Franxico. Não gastou muito tempo neste exercício, de que muito se regozijavam todos, quando, chegando às Areas Gordas, onde determinavam fazer aguada, houveram vista dalgũas velas, de que nada ficaram contentes, e o padre pedinte deitou o hábito de si com mais presteza do que o vestira. Estas velas eram cinco galés de Portugal, em que andava por capitão-mor D. Fernando Álvares de Noronha em guarda da costa do Algarve, o qual, havendo vista da galé dos mouros, em cuja busca ia, por ter já notícia do mau recado que havia feito, deu-lhe logo caça, e, posto que trabalhou de se acolher à força de remo, quis o Senhor que a alcançou e rendeu. Era esta galé de um turco, grande cossairo, chamado Ramadão, o qual ali foi morto, tendo feito antes naquela costa muito dano aos Cristãos.

Logo o capitão-mor mandou tirar do remo o religioso e os outros cristãos e meter nele ao turco mendicante e a todos os companheiros e dar-lhe com o rebém a esmola que antes pedia. O religioso tornou a tomar e vestir-se seus hábitos, dando muitas graças ao Senhor Deus e ao bem aventurado P. S. Francisco, que acudiu por sua honra e teve por bem de o livrar dentro em vinte quatro horas, um dia natural, em que se viu cativo e logo livre e tornado a seu mosteiro, mas com propósito de mais não pescar naquela costa.

### Capítulo 3.º

*De como o corpo do glorioso mártir S. Vicente  
foi trazido do reino e cidade de Valença d' Aragão  
a este Sacro Promontório,  
no tempo que Espanha se perdeu,  
e nele esteve escondido muitos anos.*

A este Sacro Promontório do reino do Algarve foi trazido o corpo do glorioso mártir S. Vicente, natural da cidade de Saragoça, no tempo que Espanha se perdeu e foi tomada de Mouros e nele esteve escondido por espaço de muitos anos. E por que a certeza disto chegue aos Franceses da Província de Aquitânia, os quais dizem e ainda escrevem que o têm em um seu lugar chamado Beuter, a que foi levado de Valença, por diligência de um monge, direi aqui por quem e a maneira como veio a este nosso Sacro Promontório e como depois dele foi tresladado à igreja-mor, chamada Sé, de nossa notável cidade de Lisboa, do reino de Portugal, onde é honrado e tido em grande veneração seu sepulcro por todo o povo. Aos quais não deve nossa escritura parecer sonho ou invenção de homens que desejam enobrecer seu reino e cidade com a relíquia que não têm, mas verdade autêntica de que fazem expressa memória todas as crónicas dos reis de Portugal, escritas por seus cronistas, varões sábios e de muito crédito, no que se lhe deve dar inteira fé, como ao mais que escreveram. E isto não é agora notório ou novamente sabido neste reino de Portugal e seus vizinhos, porque S. Boaventura, doutor santo, grave e sem suspeita, o escreveu em Itália há já trezentos anos, no princípio da vida do bem-aventurado confessor S. António Português, natural e vizinho da mesma cidade e igreja em que o corpo deste glorioso mártir a cerca de nós descansa, o que parece devera bastar pera tirar escrúpulo a qualquer que nisso tivera dúvida.

Contam, pois, os cronistas portugueses \* que, acabando o vitorioso D. Afonso, primeiro rei de Portugal, de vencer e desbaratar cinco reis mouros nãa só batalha, no campo de Ourique, o ano do Senhor de 1139, e mortos muitos milhares de mouros, imigos do nome cristão, tornou-se a Coimbra, naquele tempo cabeça de seu reino, trazendo consigo grandes depojos e muitos mouros cativos. O que sabido por S. Teotónio, primeiro prior do insigne mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade, seu grande devoto e amigo, saiu a receber ao caminho, como outras muitas vezes fazia, alegrando-se de sua boa fortuna. E sendo enformado que antre aqueles mouros cativos vinham também alguns cristãos de mistura, pediu a el-rei que os quisesse libertar, pois sua fé o merecia. E, maravilhando-se el-rei como aquilo podia ser, mandou que lhos trouxessem diante e, vindos, lhe perguntou de que nação eram e que fé era a sua e se era verdade que

\* Rui de Pina, Pero de Aveiro (n. m.).

eram cristãos. E chegando-se deles dous, que antre os outros eram mais anciãos e de autoridade, responderam a el-rei, dizendo: «Senhor, nós outros na fé cristãos somos e de nação valencianos e os Mouros, entre quem vivemos, nos chamam Monçárabes \*, que quer dizer mestiços ou mistura dos Alarves, e a causa disto e como passa na verdade contaremos a Sua Alteza, segundo nos ficou em memória de nossos antepassados. Não muito depois daqueles trabalhosos tempos, quando Espanha se começou a perder, passou a ela de África um por nome Albedramen, a cuja ira e poder ninguém bastava resistir. Este, com menos receio que algum outro, se atreveu a entrar mais dentro por ela e sujeitar a todos sem diferença, assim Mouros como Cristãos, e pô-los debaixo seu senhorio. Vendo isto nossos antepassados que, segundo nos ficou por notícia, eram dos moradores da cidade Valença, no reino de Aragão, temeram muito e desejando escapar sua tirania fugiram para lugares mais secretos, em que, escondidos, se pudessem valer, té ver o que o Senhor determinava do povo cristão naquelas partes. E, pera que com o mesmo Senhor pudessem merecer algũa cousa, tiraram consigo o corpo do glorioso mártir S. Vicente, que na mesma cidade padecera e inda estava e com ele se passaram ao Algarve e na ponta que mais dele sai ao mar fizeram sua pobre morada, consolados, em parte, por terem consigo aquele santo tesouro por cujos merecimentos lhes parecia seus trabalhos poderem ter remédio. Mas como a ira do Senhor, movida pelos pecados dos homens, não estivesse aplacada inda de todo, vindo ali ter acaso depois de alguns anos um mouro natural da terra, acompanhado dalguns seus, dos quais se não puderam esconder, foram todos por eles mortos, tirando alguns meninos e moços que consigo levaram cativos, dos quais descendemos nós, os que aqui estamos presentes. E, se do que dizemos a Sua Alteza querer tomar algũa experiência, damos por sinal de nossa verdade os vestígios de suas pobres moradas que ainda no mesmo lugar parecem e também os corvos que o frequentam desde o tempo que o corpo do glorioso mártir a ele foi trazido, por cuja causa os Mouros lhe puseram nome Monte dos Corvos.»

A enformação deste mesmo caso, não muito dessemelhante à que aqui estes cristãos a el-rei deram, nos deixou Rasis, mouro \*, historiador de Albaras Miramolino, rei de Córdova, no livro das histórias que escreveu das antiguidades e sucessão dos reis sarracenos em Espanha, que ainda temos volto em espanhol, o qual, posto que no que tratou das Sagradas Escrituras fingiu e disse muitas parvoíces, como mouro e infiel que era, imitando os poetas antigos, porém chegado à história das cousas de seu tempo, que tocavam à matéria profana de que escrevia, falou bem e não deve ser enjeitado \*. Este, na história de Albedramen, quarto rei deste nome e décimo nono na sucessão dos Sarracenos, diz estas palavras à letra.

Andando a era dos Mouros Alarves em cento e trinta e oito \*, veio de África a Espanha um mouro por nome Albedramen, poderoso e grande

---

\* Destes cristãos *muçarabes* trata Gerebay, lib. 23.<sup>o</sup>, cap. 7 (n. m.).  
 \* Foi Rasis grande doutor em Medicina (n. m.).  
 \* Escreveu Rasis aos 958 da encarnação do Senhor (n. m.).  
 \* E de Cristo 760 (n. m.).

cavaleiro, o qual, vencendo em batalha e matando a Joseph, que naquele tempo reinava, conquistou e pôs debaixo de seu senhorio toda Espanha, e, passadas algũas cousas que não fazem tanto ao nosso propósito, por ser a origem deste Albedramen, diz logo mais adiante: este Albedramen tomou por força de armas todas as cidades e vilas que os Sarracenos possuíam em Espanha, moveu também guerra contra os Cristãos e, partindo-se pera Sevilha, tomou Évora, Beja e depois Santarém e Lisboa e todo o Algarve e em tal maneira affligiu Espanha que não havia cidade ou lugar em toda ella que se tivesse por segura e não receasse seu poder, e os moradores delas, desemparando suas casas e fazendas, fugiam pera os montes e serras das Astúrias. Este destruiu todas igrejas que achou em Espanha, em cujo tempo havia nela muitas fábricas notáveis, assim do tempo dos Gregos como dos Romanos, e todos os corpos que pôde daqueles em que os Cristãos criam e chamavam santos tirou fora delas e os fez queimar publicamente, o que, vendo os Cristãos, cada um recolhia destas cousas o que podia e fugia com ellas pera os montes mais solitários, de maneira que tudo o que podiam escapar puseram em salvo e levaram escondido às serras das Astúrias e a outros lugares semelhantes. E, como Albedramen se fosse chegando pera Valença, os cristãos que nela moravam tinham o corpo dum morto por nome Vicente, o qual eles adoravam como a Deus e persuadiam ao povo que aquele homem fazia ver cegos e ouvir os surdos e dava saúde aos enfermos, e desta maneira enganavam a gente simples e sem letras. Mas estes, como souberam a vinda de Albedramen, temeram ser descobertos com seus enganos e fugiram, levando consigo o corpo daquele que digo. Escreve mais este mesmo Rasis que falando com outro mouro, Alibachaces, cavaleiro e natural de Fez, lhe contara que, estando ele no Algarve já havia alguns anos, fora um dia caçar com alguns de sua casa e, alongando-se àquella ponta que a terra mais mete ao mar, achara alguns cristãos dos que fugiram de Valença e tinham inda consigo o corpo do homem Vicente acima dito, com que de lá fugiram, os quais moravam em algũas pobres casinhas que haviam feito, e, por saber que eram Cristãos, os mandou matar, não deixando deles senão alguns meninos e moços que consigo levava cativos e o corpo de seu Vicente se ficara só no mesmo lugar.

Não deixa de parecer verdadeira a história deste mouro àcerca dos trabalhos daqueles tempos em que os Mouros se apoderaram de Espanha, os quais, com zelo de sua diabólica seita, não se contentavam com matar cristãos que podiam haver vivos, mas ainda, como este diz, queimavam e derramavam as relíquias dos gloriosos mártires e confessores que nas igrejas achavam, desejando pôr em esquecimento seus nomes, pelo que convinha aos cristãos, que de suas mãos podiam escapar, fugir com ellas e esconderem-se pelos montes e serras, ou pera outras povoações que ainda estavam em poder de Cristãos. E desta causa succedeu vermos hoje em nossa Espanha muitos corpos de santos mudados das cidades e terras onde primeiro estavam e eram honrados e levados a diversos lugares, sem acharmos os tempos ou razão por que se isto fizesse, nem a causa que moveu aos naturais deixarem levar dos estrangeiros os corpos de seus santos e padroeiros, sobre que muitas vezes acontecia terem brigas e contendas entre si mesmos. Destes foi o corpo do glorioso discípulo de Cristo, S. Manços, que tínhamos em nossa Évora e agora está em um lugar de Castela, junto a Medina de Rio Seco.

A bem-aventurada Eulalha e Júlia, sua companheira, tão celebradas, em Mérida, dos Vetões, vemos mudada[s] aos Eunos de França. S. Leandro, bispo de Sevilha, não parece, nem temos novas algũas de seu corpo. A virgem S. Leocádia, a que tanta honra fazia Toledo, trocou o Tejo com o Rhin e foi-se a Colónia, à cidade Agripina. S. Ildefonso, conhecido e reverenciado em todo o mundo por sua muita santidade e doutrina, desemprou sua própria cidade e se passou às Astúrias de Oviedo, à cidade Samora. Quem pois nos poderá dar rezão de tantas e despropositadas mudanças? Quis o senhor Deus, que em tudo provê, que no-la desse Rasis, um mouro infiel daquele tempo, como temos ouvido.

## Capítulo 4.º

*De como o corpo do glorioso mártir S. Vicente  
foi trasladado do Sacro Promontório  
pera a cidade de Lisboa  
em tempo del-rei D. Afonso Henriques.*

Ouvindo el-rei D. Afonso Henriques as rezões dos valencianos cativos, de que algum tanto me diverti, e tendo porventura notícia desta escritura de Rasis, que naquele tempo era mais fresca, foi muito alegre e nasceu em seu coração um firme, constante desejo de haver aquella tão preciosa reliquia e tê-la em seu reino. E tomando conselho com os seus em que maneira isto poderia ter efeito, foi acordado que fizesse tréguas com os Mouros por certo tempo e que ele mesmo em pessoa o fosse buscar. As quais feitas sem nenhũa dilação, porque os Mouros nenhũa outra coisa desejavam, partiu-se logo o devoto rei de Coimbra pera aquele lugar, com tanto fervor e devação, que punha em esquecimento todo o perigo e trabalho a que se oferecia. E, chegando lá, fez buscar o santo corpo com toda diligência, mas, por muito que nisso trabalhou, como o Senhor tinha determinado de o colocar na mui nobre cidade de Lisboa, onde hoje está, que ainda naqueles tempos e depois, por alguns anos, foi possuída dos Mouros, não permitiu que fosse achado; com cuja vontade o devoto rei se conformou, como em todas as mais cousas fazia. E se tornou a seu reino, ainda que algum tanto desconsolado por não poder alcançar o cumprimento de seus desejos.

Despois disto, andando o tempo, teve o Senhor por bem alimpar a insigne cidade de Lisboa das imundícias torpes de Mafamede, pera a fazer ãa das mais nobres e célebres cidades de toda nossa Europa e nela ser servido de grande número de fiéis clérigos e religiosos de todas as ordens, pera cujo efeito esforçou o coração do magnânimo e invencível rei pera que viesse sobre ela e lhe pusesse cerco. O qual logo fez com ajuda de algũas gentes estrangeiras que o Senhor lhe mandou pera este efeito, e, a cabo de cinco meses, a cidade foi entrada, aos vinte e cinco dias de Outubro de 1147, em dia dos santos mártires S. Crispino e Crispiniano. E não se esquecendo o devoto rei da empresa do glorioso mártir S. Vicente, cujos desejos sempre estavam vivos e inteiros em seu coração, fez logo edificar um mosteiro, com muita despesa e renda que lhe deu, e dedicou-o à honra deste glorioso mártir, aparelhando-lhe o lugar onde fosse honrado, quando o Senhor tivesse por bem e fosse servido de lho conceder. E como viu tempo e conjunção pera isso, mandando-lhe el-rei mouro de Sevilha, Albojaque por nome, pedir tréguas por cinco anos, lhas concedeu, somente por ter mais liberdade e ocasião de fazer buscar e trazer a seu reino o corpo deste glorioso mártir. E assim o pôs logo em obra, mandando por mar ao dito cabo certas pessoas de muito esforço e crédito, com boa guarda de armas e todo o mais necessáro, em cuja companhia quis que fosse um dos cristãos valencianos que na batalha do Campo de Ourique tomara, de que acima fiz menção, pera que mais certificadas do lugar buscassem

aquela santa relíquia, com toda diligência, e não tornassem a Portugal sem ela. Os quais, partidos de Lisboa, fizeram sua viagem sem algum impedimento do mar, que naquele lugar continuamente anda alterado e soberbo com suas ondas, que, por então, estiveram quedas e se humilharam em maneira que no mesmo cabo saíram a terra, tomando isto por bom presságio do seu caminho. E postos logo em oração, de geolhos, primeiro que outra coisa fizessem, rogaram ao Senhor que lhe aprovesse de lhe mostrar aquela santa relíquia e nisto satisfazer os bons desejos do devoto rei, de que sucederia não pequena glória a sua majestade e ao glorioso mártir, sendo seu corpo trazido e dado por padroeiro a este reino tão próspero logo em seus princípios. Acabada sua oração, começaram logo a cavar, com grande confiança, onde o cristão valenciano mostrava alguns vestígios da habitação antiga, em que os corpos inda não faltavam, em testemunho do tesouro que ali fora posto, e, havendo aberta a terra por algúas partes, chegaram ao ataúde em que fora posto, já gastado da humidade, com o santo corpo dentro nele, de que ficaram muito alegres. E começando a recolher em ùa arca bem consertada, que pera isso levavam, um dos companheiros, com indiscreta devação, meteu no seio um osso do santo corpo e logo sentiu sobre si a mão do Senhor e caiu cego sem poder ver cousa algúã. E, conhecendo a causa de sua desventura, tornou a pôr a santa relíquia onde a tomara, confessando o seu atrevimento, e o santo mártir, aceitando sua penitência, lhe tornou logo a vista, por seus merecimentos, em presença de todos, de que deram glória a Deus pelo milagre e certeza que lhes deu de acharem o que buscavam. Isto feito, recolheram-se ao navio e, dando vela pera se tornar, viram vir dous corvos, os quais, chegando ao navio, um se pôs na popa e outro na proa, não querendo deseparar seu companheiro e patrono.

Chegados ao porto de Lisboa, não quiseram tirar logo o santo corpo do navio nem manifestar o que traziam, receosos de alvoroçar o povo, porque el-rei era ausente, mas esperaram o silêncio da noite e então o levaram secretamente à igreja de Santa Justa, onde naquele tempo chegava o mar e está ainda a porta chamada de S. Vicente, por causa desta alegre entrada, que o glorioso mártir por ela fez. Mas, como já era chegado o tempo em que o Senhor tinha ordenado manifestar o corpo deste glorioso seu cavaleiro pera ser honrado de todo o povo cristão, todos os moradores da cidade acudiram pela manhã à igreja de S. Justa, como se pera isso foram chamados, e começaram a contender entre si mesmos, dizendo uns que fosse levado ao mosteiro de S. Vicente, que el-rei pera ele edificara, e outros não; senão que se devia pôr na Sé, como igreja principal, pera que ali fosse venerado de todo o povo. A isto acudiu Gonçalo Viegas, capitão dos ginetes, que na cidade estava, e com boas rezões pacificou todos, dizendo que não se devia determinar cousa algúã daquele santo corpo sem parecer d'el-rei, que estava ausente, e que a ele pertencia fazer nisso o que fosse sua mercê. Parecendo isto a todos bem, D. Roberto, daião da Sé, homem de boa vida e prudente, não satisfeito das rezões de Gonçalo Viegas, sabendo que nestas dúvidas é melhor a condição e parte dos que possuem, foi-se secretamente a D. Monis, prior de S. Justa, e rogou-lhe muito que por honra do glorioso mártir lho deixasse mudar logo à Sé, que era igreja nobre e principal de toda a cidade, onde com mais devação e concurso seria honrado de todo o povo, que era o fim pera que o Senhor o concedera a este reino. Finalmente, tantas e tais rezões lhe deu, que o persuadiu e lhe concedeu o que pedia.

Ao outro dia vieram logo os cónegos da Sé com toda a cleresia e com solene procissão levaram o santo corpo à sua igreja, dando todos muitas graças ao Senhor e ao glorioso mártir S. Vicente, por escolher este reino e cidade pera sua morada e descanso na terra, por cuja intercessão esperavam receber do Senhor grandes mercês e benefícios.

Em gratificação deste benefício que o prior de S. Justa, D. Monis, fez em deixar mudar o corpo deste glorioso mártir à Sé, como dito é, acordou o bispo dela com o cabido de lhe dar ãa prebenda nela, pera ele e pera todos os priores da mesma igreja que depois dele fossem; e assim se fez.

El-rei, quando isto soube, dizem as crónicas que chorou com prazer, porque era muito devoto e católico cristão; e teve por bem que estivesse na Sé, onde lhe foi feito um rico sepulcro ou reliquairo na capela-mor, à banda da epístola, e a guarda dele é encomendada a dous cónegos dos mais anciãos do cabido. E tornou el-rei a mandar ao mesmo lugar, pera que com mais diligência buscassem se ficara ainda algũa reliquia do santo corpo; e foi achado um pequeno osso da cabeça e foi-lhe trazido com alguns pedaços do ataúde em que fora ali posto. E mandou-os pôr na Sé, com as mais reliquias.

Em memória desta mercê e beneficio recebido deu el-rei por insínias à mesma cidade de Lisboa ãa nau e nela a imagem do glorioso mártir S. Vicente, com dous corvos, um na popa e outro na proa, como se eles puseram, acompanhando seu santo corpo, como parece na bandeira da Câmara da mesma cidade e em cima de muitas portas dela. E o cabido tomou também a mesma imagem por armas e selo.

E, por que isto que aqui se diz destes corvos não pareça patranha aos que tanta notícia deste caso não têm, testemunha é todo o povo de Lisboa, e os estrangeiros que nela vêm e a isso atentam, como hoje em dia andam na mesma Sé mansos e domésticos, havendo quatrocentos anos que isto passou, sem nunca dela faltarem. Antes contam os cronistas \* que um moço por nome João, que servia na Sé, tirou com ãa pedra e deu em um e foi cousa maravilhosa que nesse ponto ficou tolhido de todos seus membros. O que vendo seu pai e havendo grande tristeza deitou-se diante o sepulcro do glorioso mártir S. Vicente em oração, rogando-lhe com muitas lágrimas que houvesse piedade dele e de seu filho: e foi logo são como de antes.

Sabido este milagre, não ousou mais alguém fazer-lhe mal, mas antes muitas mulheres devotas têm por costume, quando vão ouvir missa à Sé, levarem-lhe pão nas mangas por devação do glorioso mártir; e eles têm já cuidado de o ir buscar por suas mangas, quando as vêem assentadas.

Depois que el-rei D. Afonso Henriques teve o corpo do glorioso mártir S. Vicente em Lisboa, principal cidade de seu reino, como já é dito, mandou edificar ãa igreja no lugar em que no Algarve muitos anos esteve, em memória deste feito, e, dali em diante, por honra de tão glorioso hóspede, que aposentou em si, deixou e perdeu o nome de Sacro Promontório, que antigamente tinha, e se chamou cabo de S. Vicente, e por ele é agora conhecido antre todos os outros.

\* Galvão (n. m.).

**Sagres**

Sagres é ùa vila bem murada, com sua fortaleza, a qual o Infante D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo em Portugal e filho del-rei D. João o 1.<sup>o</sup>, mandou edificar em ùa angra que o mar faz duas léguas da ponta do cabo de S. Vicente pera o levante, por que os Mouros ou quaisquer outros inimigos não tivessem lugar de sair nela a fazer saltos nas povoações pequenas que estão pela terra dentro. Nesta mesma vila e fortaleza vivia este infante algum tempo e nela faleceu, sendó de idade de 67 anos, na era do Senhor de 1455. Diz João de Barros, na primeira parte da sua *Europa*, que este Infante D. Henrique, quando edificou esta vila e fortaleza, lhe pôs o nome Terçanabal, mas que outros lhe chamavam a Vila do Infante, pola ele mandar edificar e gostar muito da sua vivenda. Agora o nome por que a conhecemos é Sagres, o qual o padre Gaspar Barreiros quer que seja mais antigo do que dizemos que é a mesma vila e que se deriva desta dicção *Sacro*, tomada do Sacro Promontório, que é o cabo de S. Vicente, em cujas fraldas ela está. Possível é que esta angra, em que o Infante mandou edificar esta vila e fortaleza, se chamasse antes disso Sagres, e que este nome antigo prevalecesse até nossos tempos e os outros dois mais modernos se lhe acabassem com o tempo. É, ao presente, alcaide-mor desta vila Rodrigu'Eannes de Sarre.

**Lagos**

A cidade de Lagos é marítima, está edificada na ladeira dum tejo, que faz rostro ao levante, e junto dela, da mesma banda, entra ùa ribeira no mar, que corre do sertão. Tem diante de si ùa fermosa baía em que há vilas e lugares de que adiante farei menção. Entram nela naus e navios de toda sorte e é muito frequentada de Levantiscos, por causa do muito pescado que desta cidade levam embarrilado em conserva. Tem duas fortalezas, ùa antiga, chamada Solária, e outra nova, que em nossos dias mandou fazer o católico rei D. João, o terceiro deste nome, a que se pôs nome Pinhão, ambas sobranceiras ao mar e bem providas de toda munição necessária aos tais lugares. Além disto, no cais, tem um lugar alto à maneira de baluarte, com alguns tiros grossos que varejam todo o porto e baía dele, de maneira que por mar está bem fortalecida.

A cidade, ou vila que antes era, é cercada de muros antigos, com seu castelo, e os arrabaldes lhe começou a cercar, em nossos dias, Diogo da Silva, alcaide-mor da mesma cidade, filho do regedor João da Silva. A mais água que nela há lhe vem de fora por canos, os quais lhe acabou de fazer el-rei D. Manuel, o primeiro deste nome.

Nesta cidade há o principal trato dos atuns, que importa muito, como direi adiante no 4.<sup>o</sup> livro. E nela tem el-rei e a rainha seus feitores, por cuja causa há nela muitos mercadores estrangeiros levantiscos e de outras partes, que tratam neste pescado e em outras cousas, com que a terra engrossa cada vez mais.

O ano de 1573 do Senhor, el-rei D. Sebastião, o primeiro deste nome, foi a visitar este reino do Algarve e, por ser a primeira vez que nele entrava, todas as cidades e vilas determinaram de o festejar e cada ùa por si lhe fazer solene recebimento. Os Lacobrigenses, que eram os primeiros, por entrar el-rei pelo cabo de S. Vicente, onde foi por mar, se armaram

todos e com suas enxaravias e albernozes em cima, à maneira de Mouros, de pé e cavalo, fizeram um fermoso exército e, antes que el-rei entrasse, puseram-se todos em emboscada, em certo lugar, donde lhe saíram ao encontro, com suas bandeiras despregadas e, postos em ordem de peleja, cercaram-no e prenderam-no com grandes alaridos, como os Mouros costumam; do que el-rei mostrou muito gosto e, entrando na terra e vendo a grande povoação e gente lustrosa e abastada, fê-la cidade e concedeu-lhe alguns privilégios pera mais se enobrecer, de que todos ficaram satisfeitos.

Sobre o nome e sítio desta cidade têm lançado os escritores modernos diversos juízos e pareceres: porque isto trazem consigo as cousas desta qualidade, a que os tempos têm gastada a memória, com seus contínuos sucessos. Também deu a isto grande ocasião as muitas cidades e outras povoações que quasi de um mesmo nome se acham nos escritores antigos, que houve em nossa Lusitânia e em toda a Espanha, os quais quis aqui pôr, pera que o leitor veja quanta razão têm os moradores que sobre esta antigualha ainda ao presente não cessam antre si de altercar. Os nomes das cidades são os seguintes: Arcobriga, Arcobrica, Arabriga (Arrabada), Cetobriga, Conimbriga, Deobriga, Flaviobriga, Gerabriga (Alenquer), Cattagobriga (Gradamiro), Juliobriga, Lacobriga (Lagos), Lancobriga, Langobriga (Castelo da Feira), Lavobriga, Lacobria, Medobriga (Almodovar), Mirobriga, Merobriga, Mundobrica, Nertobriga, Segobriga (Segouta), Setobriga, Turobrica, Talabrica, Vertobrica, Cesarobrica.

A causa que dão da semelhança de tantos nomes dizem que é o natural desejo que os homens têm de despertar e continuar sua memória na estimação dos homens que ao mundo estão por vir. Pera isto escrevem que, depois de Espanha povoada, houve nela um rei, que foi o quarto dos primeiros que nela reinaram, chamado Brigo, o qual, movido por este comum desejo, edificou muitas cidades na mesma província, a que pôs por remate de seus nomes o mesmo que ele tinha, antepondo-lhe algumas sílabas ou dicções com que se diferenciassem ãs das outras, como nas acima ditas parece. E se isto, na verdade, assim passou, como tem a semelhança, com razão poderemos chamar Briga à nossa província Lusitânia, como o fizeram os Castelhanos pela mesma causa, pois achamos nela muitas cidades e vilas intituladas deste nome, como é esta Lacobriga de que falamos. Lancobriga no Campo de Ourique, Cetobrica, adonde agora chamamos Troia, junto de Setuval, Merobriga que dizemos ser Odemira, Mirobriga que é Marvão, meia légua de Portalegre, Arabrica, junto da Serra da Arrábida, Conimbriga que foi Condexa-a-Velha, Mundobriga que dizem ser Montemor-o-Velho, e com estas outras muitas que, por serem arruinadas, não temos já delas mais que os nomes que achamos nos livros dos escritores antigos\*. A esta opinião parece contrariar a autoridade de Plínio e de outros depois dele, o qual diz que Luso ou Lisa, seu companheiro, que foram depois deste rei Brigo quatrocentos anos ou mais, lhe deram este nome Lusitânia, mas a isto se pode bem responder que não diz Plínio que foram estes os primeiros que a povoaram e a ela trouxeram moradores.

Outros escrevem\* que este nome Briga quer dizer castelo ou povoa-

\* *Enchiridion de los tiempos* (n. m.).

\* *Florião do Campo; Enchiridion de los tiempos; Garibay, lib. 4.º, cap. 8, e outros* (n. m.).

ção na língua dos Cântabros, que são os Biscainhos, que afirmam ser a primeira de nossa Espanha, e que este nome Briga foi nela geral e comum a todas as povoações daquele tempo e que o que mais lhe acrescentavam era por se diferenciarem ãas das outras ou por respeito de seus edificadores que o tal beneficio lhe fizeram, pera o que trazem não poucos exemplos de outras muitas províncias e nações que em suas línguas isto mesmo fizeram, os quais escuso relatar aqui por não fazer mais largo processo sobre cousa que não importa muito à nossa escritura. A opinião destes, a meu ver, bem se compadece com a de cima, porque em todas as províncias e nações do mundo houve quem primeiro nelas começou a edificar cidades e vilas de que essas mesmas povoações podiam tomar a ocasião que nossa Europa tomou do rei Brigo, cuja história nesta parte tem para comigo muita força, pelo que acima fica dito.

Mas tornando à nossa cidade de Lagos, donde me diverti, diz Garibay, no 6.º livro de sua História \*, que Quinto Metello, capitão romano, estando em Espanha com dignidade proconsular, o ano de 76 antes de nossa redenção, pôs cerco à cidade Lacobriga, que agora se chama Lagos, perto de Alvor, ambos lugares de Portugal, mandando aos soldados levar mantimento pera cinco dias, tendo tenção de a tomar à sede, por não ter Lacobriga dentro em si pera se sustentar mais que um só poço de água nadível e toda a mais que tinha em seus arrabaldes lha podia bem tirar. O que, sabido por Sertório, capitão famoso dos Lusitanos, mandou à dita cidade dous mil soldados com outros tantos odres de água, os quais entraram na cidade sem lhe poder resistir o exército romano; mas antes, como Metello mandasse seis mil soldados a buscar mantimentos a outros lugares do Algarve, os salteou Sertório com três mil soldados lusitanos e os desbaratou e fez levantar o cerco. Esta história é tomada de Plutarco, da vida de Sertório, na qual diz Garibay, como acima fica dito, que esta cidade, que agora chamamos Lagos, de que tratamos, é a mesma que antigamente se chamava Lacobriga, onde diz Plutarco que isto aconteceu.

Nicolau Coelho, em seu *Monasticbon* dos primeiros reis de Espanha, falando del-rei Brigo, diz que a Lacobriga antiga, que Pompónio situa no Algarve, junto do cabo de S. Vicente, é já destruída e não há dela senão algũas ruínas de edificios antigos, junto da cidade de Lagos do Algarve. Diz mais que esta Lacobriga antiga e outras muitas cidades de Espanha, que são semelhantes a esta nos nomes, foram edificadas do mesmo Brigo, quarto rei de Espanha, que foi quatrocentos e onze anos depois do dilúvio geral. O autor do *Enchiridion de los tiempos* esta mesma opinião aprova e diz que também este rei Brigo edificou Medobriga, que ele tem ser Montemor-o-Velho. Mas acerca da cidade Lacobriga, de que tratamos, não se determina qual seja. O mestre Vaseu, na sua descrição do reino de Portugal, escreve que esta Lacobriga estava edificada junto de um lugar chamado Alagoa, que é vizinho da cidade Silves, onde diz que de seus edificios se acham inda ruínas, à qual cidade lhe parece que sucedeu Lagos, mais chegada ao cabo de S. Vicente.

Outros \*, interpretando este nome Lacobriga em Ptolomeu, guiados somente pela semelhança do nome, dizem que é Talavera, e outros que

\* Cap. 16 (n. m.).

\* Francisco dela Hierva (n. m.).

Coimbra, não advertindo não poder ser isto, pois Pompónio a situa no Sacro Promontório, a que agora chamamos cabo de S. Vicente; a mim mais provável se me faz não ser ela nenhũa destas, mas a própria cidade Lagos, de que tratamos, de que nenhum deles dá origem, pera o que me não faltam algũas rezões que ao leitor não cuidão parecerão mal, ùa das quaes é ter Lagos pouca água dentro em si e por isso lhe vem de fora por canos que dissemos acima que el-rei D. Manuel lhe acabou, a qual falta sabemos que tinha a antiga Lacobriga, pois escreve Plutarco que não havia dentro nela mais de um só poço e que a mais que em seus arrabaldes havia se atrevia Quinto Metello a lha impedir, quando por sede a quis tomar e lhe pôs cerco, como acima fica dito. Outra rezão e argumento se toma da ordem que Pompónio guarda em contar as terras e lugares, per que assim as vai escrevendo primeiras ou derradeiras, como as acha situadas, conforme a ordem onde começa ou acaba, como em suas escrituras facilmente se pode ver. E, como ele comece a descrição da costa do Algarve no Sacro Promontório para levante, se Lacobriga estivera junto da Alagoa, primeiro houvera de nomear Portus Annibalis e a Albufeira e depois Lacobriga, porque desta maneira cuidáramos ser verdadeira a opinião destes <sup>1</sup>. Mas como isto se acha pelo contrário e Pompónio a nomeie primeiro e a faça mais vizinha do Sacro Promontório que outra terra algũa e ainda a faça marítima, o que não tem a Alagoa, parece que se pode sustentar ser hoje Lagos a mesma Lacobriga. E também não faz pouco ao caso ser muito bom porto de mar, ao qual se chegam todos os bons edificadores, assim por escusarem o perigo dos inimigos que a ele acodem, como por ser o mar bom vizinho aos que se chegam a ele.

No Concílio 4.<sup>o</sup> Toledano, celebrado em tempo de Sisenando ou Sisebuto, quarto rei dos Godos, e do papa Honório I, cuja eleição foi no ano do Senhor 622, em que se ajuntaram setenta bispos e se achou presente S. Isidoro, arcebispo de Sevilha, subscreveu com eles o dito concílio *Servus Dei, episcopus lacobrigensis*. Este bispo, por nome Servo de Deus, podemos crer que foi da cidade Lacobriga, de que tratamos e que foi a este concílio com os bispos de Évora, Viseu, Lisboa, Porto, Lamego e Idanha, \* todos bispos lusitanos que a ele foram e subscreveram, como em seus escritos parece. E, posto que depois, pelos tempos, seu bispado se mudasse ou extinguisse, porque o que sobre isto passou não tenho alcançado, pelos muitos trabalhos que succederam a esta província, não é de espantar, porque isto mesmo lemos que succedeu à cidade de Beja, cuja cadeira se mudou para Badajoz, e aos bispados da cidade britolense, situada no campo de Ourique, e da arecobricense, também da Lusitânia, cujos bispos se acharam o subscreveram no mesmo concílio e agora de seus bispados nem ainda das mesmas cidades, onde eles estavam, não achamos mais que os nomes.

Tem Lagos dentro em si um mosteiro de freiras da ordem de Nossa Senhora do Carmo, que, em nossos dias, se começou e está já posto em bons termos, pela muita devação da gente da terra, e um mosteiro de Capuchos e duas freguesias.

<sup>1</sup> Parece haver engano; Albufeira está depois de Lagoa. Lacobriga seria, portanto, nomeada depois de Portus Annibalis.

\* Esta é a ordem do concílio em que subscreveram (n. m.).

Desta cidade de Lagos foi natural o bem-aventurado P. Fr. Gonçalo, chamado de Lagos, religioso da ordem dos Eremitas do P. S. Agostinho, cujo corpo se guarda na vila de Torres Vedras, e é tido em grande reverência, por cujos merecimentos Nosso Senhor tem feito e faz hoje em dia muitos milagres, que no mesmo mosteiro desta ordem são guardados e se acharam na história de sua vida, que, com a dos outros santos e beatos desta ordem e província, cedo sairão a lume, com o favor divino. É, ao presente, alcaide-mor desta cidade Lourenço da Silva, filho de Diogo da Silva, e dista do cabo de S. Vicente seis léguas para levante <sup>1</sup>.

### Alvor

A vila, que chamamos Alvor, presumem alguns ser a mesma a que Pompónio em sua *Geografia* chama *Portus Annibalis*\*, por estar na mesma paragem em que ele a situa, que é no marítimo do Sacro Promontório, depois de Lacobriga, da banda do levante.

A particular razão deste nome não achei quem ma desse. Possível é que, vindo este capitão de sua pátria, Carthago, por mar, a nossa Espanha, no tempo em que nela trouxe guerra com os Romanos sobre a esforçada Sagunto, desembarcasse neste porto ou lhe acontecesse algum caso pelo qual lhe ficasse este nome. Mas, se é Alvor a mesma povoação a que Pompónio chama *Portus Annibalis* ou outra, eu o não ousou afirmar; fique no bom juízo de cada um, posto que a mim muito me persuade ser esta, ver que é porto de mar, que concorda com o sítio e nome antigo, o que não tem outra povoação pelo sertão, mas dentro de que se mostram inda algũas ruínas, que alguns suspeitam ser o *Portus Annibalis* antigo.

Nesta vila Alvor faleceu el-rei D. João, o segundo deste nome e o décimo tércio antre os reis de Portugal, a 18 de Outubro de 1495, porque, como por causa da enfermidade fosse ao Algarve, aos banhos de Monchique, e sentisse que lhe não aproveitavam, passou-se a esta vila Alvor, por conselho dos médicos, onde a poucos dias faleceu, como tenho dito.

No rio de Alvor entram naus e navios carregados té a vila, com preamar.

### Vila Nova

Vila Nova chamada de Portimão, a diferença de outras que neste reino há deste mesmo nome, é povoação nova, como seu nome nos dá a entender e se vê pelos geógrafos antigos, nenhum dos quais, escrevendo muito particularmente os lugares desta costa do Algarve, fez dela algũa memória, fazendo a de outras, que, em sua comparação, lhe ficam muito desiguais.

Tem boa foz e entram nela navios de 150 e 200 toneladas e sobe pelo sertão duas léguas té Silves, onde tem alguns lugares que por este rio estão e lhe dão muita graça e proveito.

<sup>1</sup> Na cópia há um erro tão manifesto — na linha 31 da p. 41 — que não tivemos dúvida em deslocar para aí uma parte do texto que se encontrava no final da descrição de Lagos, imediatamente antes da conclusão: «É, ao presente, ...».

\* Pompónio Mela, lib. 3.º, cap. 1 (n. m.).

É Vila Nova povoação grande em seu género, nobre e de bons edificios pera a terra, e de muito trato pera diversas partes, dentro e fora do reino, pelo bom porto que tem, e vai cada dia em crescimento. Muitas cidades há em Itália e em outros reinos a que ela faz não pouca vantagem e que carecem das boas partes que nela louvo.

Na entrada da barra tem um castelo chamado Ferragudo, que edificou o bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho, e um mosteiro de religiosos do bem-aventurado P. S. Francisco, chamado Capuchinhos, que dão à vila, que mais dentro está, graça e majestade.

Foi conde desta vila D. Martinho de Castelo Branco, filho de D. Gonçalo de Castelo Branco, o que rompeu primeiro a batalha de Castro Queimado, que el-rei D. Afonso V desbaratou, polo qual serviço e por outros lhe fez mercê desta vila e lhe deu bandeira quadrada. Foi seu escrivão da puridade e veador da fazenda e do príncipe D. João, sendo rei, e almotacel-mor, vedor das obras do reino e resíduos, monteiro-mor e governador da casa do cível. Ficaram dele filhos dos quais o mais velho foi este D. Martinho de Castelo Branco, a quem el-rei D. Manuel deu título de conde desta Vila Nova de Portimão, a bandeira quadrada, e foi também veador da fazenda del-rei D. João o 2.<sup>o</sup> e del-rei D. Manuel e camareiro-mor do príncipe D. João, seu filho, que foi rei de Portugal, o terceiro deste nome. Ao presente é senhor desta vila D. Martinho, filho do acima dito D. Francisco (*sic*).

Terá esta vila 1.500 vizinhos e começou-se a edificar em tempo del-rei D. Afonso, quarto deste nome, por doze homens que a isso se obrigaram, o principal dos quais se chamava Portimão, donde tomou o nome.

## Silves

A cidade de Silves, em que, ao presente, está a cadeira bispal de todo o reino do Algarve, não é muito antiga; o que parece, porque nenhum dos geógrafos que deste reino escreveram faz menção dela, não deixando de a fazer de Alvor que não está mais longe dela que duas léguas e meia. Se Silves tem esta dignidade antes da perda geral de Espanha, não o ousaria a afirmar, por não ter achado té o presente certa notícia disso; mais me parece que podia estar em Estombre polas rezões que em seu lugar apontarei. A primeira memória que dela acerca disto acho é que el-rei D. Sancho, o primeiro filho do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, tomou esta cidade aos Mouros, o ano do Senhor 1189, com a ajuda de ãa armada de Franceses e Ingreses e Alemães que ia em socorro da Terra Santa e com vento contrário entraram na barra de Lisboa, e que o mesmo rei, acabando de a despejar dos Mouros, a fez cidade e pôs nela bispo que tivesse cargo dela\*. A *História Pontifical* diz que este rei foi D. Sancho Capelo, mas, se o autor dela lhe não escorregou a pena por descuido, enganou-se, porque neste ano 1189, em que isto passou, reinava em Portugal D. Sancho o 1.<sup>o</sup>, acima dito, e não D. Sancho o 2.<sup>o</sup>, que, a diferença do 1.<sup>o</sup>, foi chamado de alcunha Capelo, o qual tomou o reino aos 1223 anos do Senhor que são 34 depois que isto aconteceu.

\* Na *Crónica* desse mesmo rei (n. m.).

Não durou muito a Silves esta boa sorte e estado em que dizemos que el-rei D. Sancho o 1.º a pôs, porque, estando este mesmo rei ausente, ocupado na conquista de outras terras, veio sobre ela Jacob, rei mouro de Córdoba, com grande exército, e a tornou a tomar, dando-se-lhe a partido, depois de grandes combates e de não poder sofrer o estreito cerco que nela tinha posto. Quase 70 anos depois desta cidade ganhada por el-rei D. Sancho e perdida, como fica dito, a tornou a tomar o grande capitão e mestre D. Paio Correa, português de nação, mas então vassalo del-rei de Castela, de maneira que em seu lugar se dirá.

Estando, pois, esta cidade sujeita a Castela com algũas outras terras que este capitão e mestre D. Paio Correa neste reino do Algarve tomara aos Mouros, imigos de nossa fé, el-rei D. Afonso, o décimo deste nome, filho del-rei D. Fernando, o que ganhou aos Mouros Córdoba e Sevilha, querendo enobrecer esta cidade e melhorar a igreja cathedral dela, no ano do Senhor 1255, fez esmola ao bispo dela, chamado D. Garcia, e ao cabido, por alma do seu pai el-rei D. Fernando, de todas as igrejas que então havia no Algarve e ao diante houvesse, reservando pera si o padroado delas, e mais lhe deu os dízimos das bodegas e de todo o almoxarifado do Algarve e lhe confirmou os donadios que antes tinha dado a D. Fr. Roberte, bispo que antes nela fora, com outros bens na mesma provisão nomeados \*. Desta doação ficamos entendendo não haver muito tempo que Silves era bispado, pois inda seu bispo nem o cabido tinham igrejas anexas nem os dízimos e outras cousas que nesta provisão el-rei novamente lhe concede. Depois disto, no ano 1270, sendo já o reino do Algarve da coroa de Portugal, el-rei D. Afonso, o terceiro deste nome, querendo reparar, conservar e dotar com dões a sé desta cidade, a exemplo dos príncipes católicos, concedeu ao venerável P. Mestre Bertholameu, bispo dela, e a todos seus sucessores canonicamente eleitos o direito padroado da igreja de S. Tiago de Tavira, pera que o encomendassem em suas orações, a qual sé diz o mesmo rei nesta doação que de tempo antigo era muito rica, famosa e resplandecente \*.

Naquele tempo, que há agora 306 anos, bem podia ser isto, mas, ao presente, muito ao contrário vemos tudo, assim no serviço, fábrica e ornamento da sé como nos edificios e moradores da cidade, na qual casa que ãa vez cai nunca mais se levanta e a mor parte dela está já arruinada e sem gente. A causa disto dizem alguns ser a maldição de um bispo inocente que nela foi morto; outros dizem, o que é mais de crer, ser seu sítio, de muitos anos a esta parte, doentio e de maus ares <sup>1</sup>, pelo que, certos meses de Verão, a mais da gente que pode se vai viver a outras terras e a suas quintas, quem as tem, de maneira que não aguarda nela senão algũa gente da mais pobre e alguns cónegos e outros clérigos pera serviço da igreja. Esta foi a causa por que alguns bispos trabalharam mudar a sé e cabido pera Fárão, lugar marítimo e sadio; e as bulas desta mudança foram expedidas e a terra, de vila, feita cidade, mas não houve efeito, porque alguns dos cónegos naturais da terra e que nela tinham suas casas e fazendas o contrariaram e sobre isso houve enfadamentos

\* Está esta doação em Lisboa, na Torre do Tombo (n. m.).

\* Palavras da doação que está em Lisboa, na Torre do Tombo (n. m.).

<sup>1</sup> Causados pela estagnação das águas do rio, que favoreceria a malária, pensamos.

entre eles, até que este presente ano de 1577 houve efeito esta mudança na Semana Santa.

Não tem Silves dentro em si nem fora mosteiro algum de frades nem de freiras, que é assaz argumento de sua pouca bondade, nem outra freguesia mais que a Sé. Polo rio abaixo edificou, quase ãa milha, o bispo D. Manuel de Sousa um mosteirinho dos Capuchinhos do P. S. Francisco, porque outros não creio que aguardaram aí.

Tem ãa ribeira que lhe corre por junto da banda do sul, com ãa boa ponte, onde, com águas vivas, chega a maré, que lhe sobe pela barra acima duas léguas.

Alguns dizem, e não sem razão, que a edificação de Vila Nova na boca da barra deste braço de mar foi grande parte da diminuição desta cidade, à qual se mudou todo o trato e comércio que a ela vinha, de maneira que o bem de ãa fez mal a outra.

O termo de Silves é grande e há nele muita terra boa pera semear e pera criações e se faria nela muito proveito, mas falta-lhe a gente e a astúcia e trabalho que à arte e exercício da agricultura é necessário. Um sítio de terra lhe cai contra o mar que tem quase duas léguas em comprimento, toda chã e frutífera, em que os moradores têm suas quintas de figueirais, olivais e vinhas, a que chamam Lobite, a qual, se caíra em mãos de nação italiana, fizeram nela outro paraíso terreal; mas como os Portugueses naturalmente somos pouco astuciosos e nos contentamos com pouco, quási tudo, ao presente, está perdido, o que lamentando um dos seus naturais dizia:

*Ai de ti, pobre Lobite,  
Que assi te enches de panasco!  
Quem te vira noutro tempo,  
Quando tu por ãa davas cento  
É parecias outro Damasco.*

É este bispado sujeito nas apelações ao bispado de Évora. O alcaide-mor de Silves é, ao presente, Fernão da Silva, filho de Rui Pereira da Silva e neto do regedor João da Silva.

### Alagoa

A vila chamada Alagoa está de Silves ãa légua pera levante, pela rota que neste caminho levamos; terá 300 vizinhos, tomou o nome de ãa grande alagoa de água empoçada que tinha diante si, a qual se vazou e enxugou depois por certas aberturas que lhe fizeram em torno e pelo meio, não sem grande indústria e gasto, mas tudo bem empregado, porque, além de ficar a terra mais sadia, lavra-se nela muito pão e toda a semente que lhe deitam dá em grande abundância.

Não falta quem diga que junto desta vila estava antigamente a cidade de Lacobriga, de que Pompónio fez menção no Sacro Promontório, mas já disto dei algúas rezões, quando tratei de Lagos. Não longe desta vila se começou, em nossos dias, um mosteiro de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Carmo, o qual vai em crescimento, posto que lhe faltaram os dízimos da Alagoa acima dita, a cuja sombra se começou, e os religiosos dele fazem muito proveito a toda a comarca com seu exemplo e doutrina.

**Albufeira**

Albufeira é ãa vila moderna, bem cercada, situada na ribeira do mar oceano, cinco léguas de Lagos, contra o levante. Terá, ao presente, 500 vizinhos, antes mais que menos \*. Faz a costa junto dela ãa baía e o mar ãa pequena entrada, com que a cinge da banda do levante, mas já agora lha vai entupindo de areia, cada vez mais, com suas inquietas ondas. O mais dela é povoado de lavradores e tem muitos figueirais e nela se carrega muita mercadoria desta pera diversas partes.

É, ao presente, alcaide-mor dela Luís de Azevedo e agora Diogo de Azevedo, seu filho.

**Alcantarilha**

A vila chamada Alcantarilha está légua e meia de Albufeira pelo caminho que levamos <sup>1</sup>. Terá passante de 200 vizinhos \*, todos lavradores de boas terras e figueirais que em seu termo tem. Esta vila se começou a cercar agora em nossos dias por ocasião de ãa saída que fizeram os Mouros na costa do mar, que perto está, o ano do Senhor 1550, em que a saquearam com alguns lugarinhos que não longe dela estão.

**Fárão**

A cidade de Fárão <sup>2</sup> é marítima, moderna, pelas mesmas rezões que em Vila Nova apontámos. Foi a primeira que el-rei de Portugal, D. Afonso o 3.<sup>o</sup>, tomou aos Mouros, depois que seu sogro, el-rei D. Afonso de Castela, lhe deu este reino do Algarve. Está bem assentada e é cercada de bons muros, com seus arrabaldes de fora, e tem boas casas, todas povoadas de mareantes, mercadores e outra gente que vive por sua lavoura.

Tem Fárão bom porto e seguro, a que se entra pola foz do rio Bias, que está apartada da cidade quási ãa légua e meia, e este rio é de água salgada e tem duas bocas; por esta, que é a maior, entram navios de 150, 200 toneladas e pola outra, menos principal, caravelas e outros baixéis desta sorte.

Está Fárão afastada de Silves distância de nove léguas pela costa e tem muito e bom peixe, mas de pão algũas vezes é falta, por ter pequeno termo; porém, como é porto de mar, sempre lhe acode de fora, quando se sinte falta.

\* 600 (n. m.).

<sup>1</sup> Pela ordem que o autor leva parece que Alcantarilha deveria vir depois de Alagoa.

\* 300 (n. m.).

<sup>2</sup> Faro, do árabe Hárun(e) > Haron > Farom > Farão > Faro. Ibne Hárune governou, no princípio do século XI, um pequeno principado, constituído no Al-Gharb, com sede em Faro, nesse tempo Santa Maria do Ocidente e depois de Ibne Hárune. (Cf. David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal», in *Revue Hispanique*, Neuvième Année, 1902, pp. 64-65; Mário B. Nogueira, *A Cidade de Faro em um manuscrito da Biblioteca Nacional*, separata da *Revista de Portugal*. Série A — Língua Portuguesa, vol. XXVI, Lisboa, 1961, pp. 260-261.

Há nela duas freguesias, ãa de Santa Maria chamada de Fárão, igreja grande e antiga, onde se determinava mudar a matriz de Silves e, como fica dito, já está mudada este ano de 1577, na Somana Santa, a outra, S. Pedro, que agora fazem os mareantes de novo e virá a ser um templo sumptuoso, conforme aos princípios que leva.

Tem esta cidade em si e em seu termo passante de 2.000 vizinhos e há nela gente nobre e cavaleirosa. Fê-la el-rei D. João o 3.<sup>o</sup> cidade, em tempo do bispo D. Manuel de Sousa, que foi o primeiro e que mais força pôs na mudança da igreja cathedral pera esta terra.

Importa a el-rei a alfândega dela, uns anos por outros, 2.000 cruzados. Esta cidade e a de Silves, já desde o tempo del-rei D. João o 2.<sup>o</sup>, são património das rainhas de Portugal e só os dízimos do peixe miúdo e do sal e a portagem desta terra lhe importa comumente 3.000 cruzados e às vezes mais. Há nela três armações de atuns que também são das rainhas e elas de sua mão põem os oficiais que feitorizam toda esta renda e com ela respondem a seus tempos ordenados.

Pouca distância fora dela tem um mosteiro do P. S. Francisco, que fundou Nuno Rodrigues Barreto pera Capuchinhos, e nele moraram algum tempo. E no ano de 1564, à instância da devota rainha D. Caterina, mulher del-rei D. João o 3.<sup>o</sup>, trocaram com os observantes de Vila Nova e se melhorou toda a casa e cerca, como se fora feita de novo. Dentro, na própria cidade, tem outro mosteiro de freiras capuchas da mesma ordem, que vivem em grande recolhimento e aspereza, o qual teve princípio em ãas mulheres honradas e velhas que naquele mesmo lugar faziam vida recolhida, à maneira de beatas; e esta devota rainha lhes edificou mosteiro sumptuoso e provê de todo o necessário.

D. Afonso, irmão de D. Fernando, o segundo duque de Bragança, foi conde de Fárão no tempo que era vila e, ao presente, é alcaide-mor dela Rui Barreto e também o foram seus antepassados.

### Loulé

«Loulé é vila grande e bem assentada, situada no sertão, duas léguas de Fárão pera a parte do norte \*. Não é das antigas de que os geógrafos fazem memória, porém é a segunda que el-rei D. Afonso o 3.<sup>o</sup> tomou aos Mouros, depois de Fárão, neste reino do Algarve. Tem grande e bom termo e por isso é abastada de pão, vinho, azeite, carne, figos e de peixe que lhe vem cada dia de Fárão, de maneira que tem todo o necessário pera a vida humana, sem o ir buscar fora, o que se acha em poucos lugares.

Há nela e em seu termo passante de 1000 vizinhos e quási todos são lavradores e criadores de muitos gados, porque é terra muito aparelhada pera esta grangearia, pela serra que tem por vizinha. Mora nela muita gente nobre e abastada e que pera qualquer rebate de Mouros, que nesta costa continuam muitas vezes, se prezam não serem os derradeiros.

Tem dous mosteiros de religiosos, um deles antigo, no cabo da vila, que foi primeiro da ordem do P. S. Francisco e ela o deixou por certos

\* De Loulé a Évora são 30 léguas, caminho mais direito pela serra (n. m.).

respeitos e é agora dos eremitas do P. S. Agostinho; o outro foi edificado agora, de novo, algum tanto apartado, pera os capuchinhos do mesmo P. S. Francisco.

Foi conde desta vila Loulé D. Henrique de Meneses, filho do conde D. Duarte de Meneses, o que morreu em África, em tempo del-rei D. Afonso o 5.<sup>o</sup>, o qual rei a deu em condado a este D. Henrique, seu filho, depois da morte de seu pai. Depois disso ficou Loulé à condessa de Marialva, sua filha, por cuja morte se tornou à coroa e foi conde dela o infante D. Fernando \*, filho del-rei D. Manuel. Ao presente é alcaide-mor dela Gonçalo Nunes Barreto.»

### Estoi

Estoi, ao presente, é um lugar de pouco mais que 150 vizinhos, perto de Fárão, ùa légua do mar e donde se ele bem vê e quatro de Tavira.

Nesta vila ou aldea se acham ruínas e vestígios de edificios antigos, que alguns dizem serem da Ossónoba antiga, que os geógrafos situam no Promontório Cúneo, que é o cabo de Santa Maria. Pera prova disto trazem rezões bastantes, com que claro mostram não poder ser Ossónoba Silves, como o disse Olivário nas anotações que fez sobre Pompónio Mela. E com ele Valgrísio, nos *Ptolomeus de Veneza*, nem ainda Estômbar, como outros querem, pois estes dous lugares ambos estão muito afastados, no Sacro Promontório e não no Cúneo, onde Pompónio e Plínio situam a Ossónoba de que falamos. Além disto, temos o *Itinerário* de Antonino, o qual de Balsa, que é Tavira, a Ossónoba não põe mais de dezasseis milhas que quadram bem com as quatro léguas que hoje há neste caminho de Tavira a Estoi, sem lhe minguar cousa algũa; e de Tavira a Silves há treze grandes, que é muito crescimento.

O sítio e termo de Estoi é muito fresco, de muitas fontes e boas águas e de tal disposição que poderia bem nela estar ùa grande povoação, como foi Ossónoba em seu tempo, o qual, pelas memórias que os escritores nos deixaram, achamos que de cinco cidades ou lugares que neste reino do Algarve havia, que eram Estrum, Balsa, Ossónoba, Portus Annibalis e Lacobriga, Ossónoba era a mais nobre e antiga de todas elas. Mas, como o tempo tem por costume gastar todas as cousas e pô-las em esquecimento, também gastou a Ossónoba, da qual diz Razis, mouro e cronista do rei Almançor de Córdoba, que, em seu tempo, inda era grande e populosa e podemos dizer que dela nos não ficou mais que a ossada e o nome que ainda dura pera sua memória. Há ainda dela ùa torre e uns aquedutos, mas já arruinados, afastados donde foi a cidade, quanto um tiro de besta, da banda do leste ou meio dia, pelos quais vinha água a Ossónoba de ùas fontes por um cano chamado alfau. Acham-se assi mesmo edificios que serviram de banhos e todas as casas deste lugar Estoi estão edificadas sobre fundamentos e alicerces velhos, segundo afirmam os antigos, e se servem ainda os moradores da água que pelos canos corre, como faziam antigamente.

Foi esta cidade Ossónoba um dos mais antigos bispados da Lusitânia e ainda de toda Europa, porque seu bispo, por nome Vincênsio, se acha

\* D. Duarte (n. m.).

presente e subscreveu no Concílio Eliberitano da província Bética ou Andaluzia, que se celebrou em tempo do Papa S. Silvestre e do grande emperador Constantino, cuja mãe, S. Elena, com seu neto Constantino, dizem alguns\* se achou presente. E está claro ser este o primeiro concílio da nossa Espanha e que concorreu com o grande e geral Nisseno, segundo de seus escritos parece. Também na repartição que este mesmo emperador Constantino fez dos bispados de Espanha, que foi inda antes deste concílio, ficou este de Ossónoba sujeito ao bispado de Mérida, que naquele tempo era cabeça da Lusitânia e com ele o de Beja, Lisboa, Coimbra, Lamego, Évora e outros de que já se não pode dar razão, pelas mudanças que neles depois houve. Este bispado de Ossónoba dizem alguns escritores\* que se mudou pera Silves, mas que razão pera esta mudança houve, nem o tempo em que se fez nenhum até o presente achei que nisto falasse, o que eu agora aqui farei por me cair mais em obrigação nesta escritura. Pera o que é de notar que esta cidade Ossónoba e seu bispado permaneceu em sua dignidade desde o tempo do emperador Constantino, em que começou, té a geral perdição de Espanha, em que passaram mais de quatrocentos anos, e nela se perdeu com os mais que nesta província havia. Parece claro isto pelo concílio oitavo toledano, celebrado em tempo do devoto Ressidundo, vigésimo nono rei dos godos, a cerca dos anos 700 do Senhor, pouco antes desta lastimosa destruição, no qual concílio se achou presente e subscreveu Saturnino, bispo de Ossónoba. De maneira que, com verdade, podemos dizer que este bispado e também a mesma cidade se destruiu e se perdeu nesta tormenta de tão largos anos, que os Mouros possuíram quâsi toda Espanha, de que a pior parte coube a este reino do Algarve, por estar deles mais vizinho e nele terem os Mouros a escala de toda a África, donde veio esta peste à nossa Espanha. Isto mesmo podemos dizer da cidade britolense que Ptolomeu situa no campo de Ourique e da Alcobriga Lusitânia, cujos bispos se acharam presentes e subscreveram neste mesmo concílio; e agora nem de seus bispados nem das mesmas cidades nem de seus sítios temos particular notícia.

### Tavira

A cidade de Tavira, sem algũa dúvida, é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são as três excelências que fazem ùa terra nobre e que com razão se pode gloriar delas.

É Tavira cidade marítima muito bem assentada e situada pelos geógrafos no Promontório Cúneo, a que agora chamamos o Cabo de Santa Maria, e a primeira de que fazem menção os que a descrição desta costa do Algarve começam do rio Guadiana, como foram Pomónio Mela e Ptolomeu. Foi chamada esta cidade dos geógrafos antigos Balsa e agora seu nome é Tavira ou Tavilla e a razão desta mudança dizem

\* O bispo de Girona (n. m.).

\* Resende (n. m.).

alguns dos moradores ser o acontecimento seguinte: como o mestre de Santiago, D. Paio Correa, passasse por esta cidade o mesmo dia que a ganhou aos Mouros, estando com eles em tréguas, e fosse socorrer aos sete cavaleiros que andavam a caçar e os achasse já mortos, segundo em seu lugar se dirá, foi movido a grande ira e disse à gente que consigo levava: «Ta — vira ou Ta — a villa», como quem diz *Ta*, não vades mais adiante, mas voltaí atrás e tornemos dar na vila que atrás nos fica e tomemos vingança da injúria que estes Mouros a nossos cavaleiros e a nós fizeram.

Poucas terras há em que não haja ãa patranha semelhante, como a de nossa Lisboa, porque não a vamos catar mais longe, de cujo nome querendo um dar razão disse que *Lix* fora um homem e que *Boa* era sua filha\*. De Évora outros também, movidos por duas cabeças, ãa de homem e outra de mulher, que esta cidade traz por armas aos pés de um cavaleiro armado, dizem que é Évora e Evorinho\*, não sabendo que significam estas cabeças, as do mouro e de sua filha, que estavam por atalaias na torre, quando Giraldo Sem Pavor subiu a elas e lhas cortou e tomou esta cidade e a entregou a el-rei D. Afonso Henriques. E, posto que isto assim seja, não se pode deixar de crer que algũa ocasião havia de haver pera ãa vila ou cidade perder seu antigo nome e tomar outro tão despropositado como é o de Tavira, que sucedeu ao de Balsa, pois sabemos bem que lho não puseram os Mouros no tempo que este reino possuíram nem é de sua língua nem se corrompeu de um em outro, como foi o de Cetobriga em Setuval e o de Eburobritium em Bombarral e o de Merobriga em Odemira; e vemos em nosso mesmo reino haverem acontecido semelhantes mudanças em alguns lugares como a Scalabis, que por lhe vir por nova hóspeda ou moradora a gloriosa Virgem Santa Eiría, natural de Tomar, perdeu seu primeiro nome e agora lhe chamamos Santarém e a Conimbriga antiga, que, por mudar a outra parte sua povoação e deixar a que antes era, lhe chamamos hoje Condexa, e desta mesma maneira podemos ter que acontecesse a esta cidade Tavira, enquanto não achamos outra razão de sua mudança mais suficiente que a acima dita, pois pareceu a outro que bastava pera perder o nome a antiga e famosa Cartago pela ver destruída e espantando-se dizer: *Tune es?* e daqui lhe ficar este que agora tem.

Os vizinhos, que Tavira pode ter em si e em seu termo, serão três mil, pouco mais ou menos, e foi toda cercada de bons muros, ao modo antigo, mas já em algũas partes estão arruinados e ocupados com casas da banda de dentro e também dos arrabaldes, que depois os moradores fizeram, o que não se devia permitir, ao menos em cidades e outras terras marítimas e fronteiras aos imigos, como é Tavira. Todos a ãa nos dizem que foi já muito mais nobre e populosa e quem a vir assim o julgará, porque, sem dúvida, a terceira parte dela está arruinada e sem moradores e a mais barata mercadoria e que mais presto nela se acham são casas, ao menos se não estão na praça ou nos lugares mais frequentados de povo. Muitas causas apontam os moradores deste menoscabo e diminuição e uns dizem que foi deixar el-rei D. João o 3.<sup>o</sup> os lugares que os Portugueses haviam ganhado e possuíam em África\*, porque,

\* A *Crónica del-rei D. Afonso, o Sábio* (n. m.).

\* Refere Resende na sua *Évora*, cap. 14 (n. m.).

\* Arzila, Azamor (n. m.).

como Tavira era a principal terra do Algarve, ela servia de escala a todos eles e com a continuação dos passageiros e das mercadorias que dela vinham, que era muito mel, cera, courama, pescado seco, tâmara, cavalos e gado e com outras, que em retorno do mesmo reino iam, engrossava a terra muito. Outros dizem que também deu causa a isto mudarem-se muitos mercadores e outros homens ricos da mesma cidade pera Sevilha e mais lugares marítimos de Castela, polos muitos ganhos que sentiam nos tratos das Índias do mesmo reino, cujo rei não consente ir tratar a elas os estrangeiros, mas somente seus naturais ou ao menos moradores de suas terras. Eu, que alguns anos nesta cidade fui morador, alcancei outra que não faz pouco ao caso, que não calarei, e é a pouca humanidade e muitas vexações que se fazem aos estrangeiros, que de outros reinos a ela por mar vêm com suas mercadorias, pelos que têm arrendadas as alfândegas e outros direitos, de maneira que os que isto ãa vez experimentam vão escandalizados e jurando de lhe não tornar a entrar mais pela barra dentro. O contrário disto sabemos que se faz em Aiamonte, primeiro lugar de Castela, seis léguas afastado pera levante, onde o duque, senhor da terra, franqueia algũas mercadorias e noutras favorece aos que as trazem e desta maneira os estrangeiros acodem mais a seu porto; e a vila de pouco tempo a esta parte vemos ir em grande crescimento, ao contrário da nossa Tavira.

Está dividida esta cidade em duas partes, como Roma e Sevilha, e passa-lhe um braço de mar pelo meio, ãa légua adiante, o qual lhe dá muita graça e frescura, e tem sua ponte por onde os moradores se comunicam sem enfadamento. Na boca ou barra deste rio, que está afastada da cidade quási ãa légua, faz, ao presente, el-rei D. Sebastião ãa torre e fortaleza, com que as naus grossas, que estiverem da barra pera dentro ou a ela se acolherem, ficarão mais seguras e os imigos menos ousados do que sofam de acometerem qualquer insulto.

Desta barra à de Fárão acima dita há quatro léguas pera a banda do poente e de ãa à outra corre um braço de mar por dentro de terra quanto um tiro de espingarda e às vezes mais e menos, a que os de Tavira chamam rio de Santa Luzia, por causa de ãa ermida que junto dele está, o qual a natureza pôs por muro e amparo dos imigos às terras que a este espaço estão, por não ser navegável em muitas partes senão com barcos e outros baixéis desta sorte. Há continuamente pescadores neste rio e toma-se nele todo género de peixe e de marisco e tudo tão avantejado na bondade e sabor que facilmente se conhece.

O ano de 1571 se descobriu nesta costa, defronte da cidade, duas léguas ao mar, tanta soma de ostras todas juntas, pegadas ãas nas outras, que diziam os pescadores que faziam vulto de ãa grande serra. Os primeiros que a começaram a pescar foram Castelhanos, com uns ancinhos grandes de ferro a que chamavam rastros e uns grandes penedos em cima deles, com ãa rede de cordas de trás e tudo isto levavam à toa por cordas, ãa barca remando com grande força, de maneira que todas as ostras que o ancinho com seus dentes levantava, apanhava a rede que detrás ia. Amanhecera um dia neste lugar passante de vinte barcos castelhanos, todos a pescar com estes engenhos, o que visto polos da governança da cidade, mandaram a eles o bergantim da vigia, que sempre anda armado, e tomaram-lhe as velas e mais as ostras, porque se atreveram a pescar naquela paragem, sem licença, e, posto que davam de concerto boa soma de dinheiro por os deixarem pescar e se obrigavam trazer à cidade cada dia ãa barca de

ostras a vender por bom preço, não lho aceitaram por reclamarem os pescadores da terra, dizendo que este ganho pertencia a eles; valia o milheiro delas vinte reales de prata, que são pouco mais de sete tostões, e, em Castela, dobrado, e eram tão grandes e fermosas como quantas os homens viram. Durou esta pescaria pouco mais de um ano e faziam os pescadores tanto proveito nelas, posto que as mais iam para Castela, que não havia quem fosse ao mar pescar outro peixe; mas, sobrevindo ãas tormentas, moveu-se a areia com a força das ondas e tornou a cobrir esta mina e não se pescaram mais como soíam. Disto não pesou a muitos do povo e diziam que fora castigo de Deus pera os pescadores, os quais o faziam tão mal com a cidade, que, morrendo as ostras junto dela, não havia quem pudesse alcançar um cento e pera Castela iam cada dia barcadas delas. E desta maneira fazem também ao pescado, porque muitas vezes se acontece que em Aiamonte está o nosso peixe às moscas, como dizem, e em Tavira não se pode achar ãa venda dele, por valer lá sempre mais caro e lho pagarem em reales, que eles estimam mais que os nossos patacões.

Mas, tornando-me à cidade, digo que teve dentro de si duas freguesias e cinco derramadas pelo termo e dous mosteiros de religiosos e um de freiras e ãa boa Casa da Misericórdia e um hospital com mais de quinhentos mil réis\* de renda, as quais casas ambas os moradores fizeram à sua custa. A principal freguesia chama-se Santa Maria e é da ordem de Santiago, como o são quási todas as deste reino; a outra é da invocação do apóstolo S. Tiago, a qual el-rei de Portugal D. Afonso III deu ao bispo e cabido, como já acima disse, falando em Silves.

O mais antigo mosteiro é dos Observantes do P. S. Francisco e, posto que seu edificio é da tẽpera velha, como se diz, de poucos anos a esta parte se vai melhorando nas oficinas. Está bem situado, tem boa cerca e nela muita água. O segundo mosteiro, na ordem do tempo, é de freiras de S. Bernardo. Começou-o a edificar el-rei D. Manuel e depois o acabou o bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho, e lhe dotou cinquenta mil réis de juro e outros alguns foros na terra pera sua manutença. O terceiro mosteiro é de religiosos Eremitas do P. S. Agostinho, ao qual deu motivo e prencípio, no ano de 1542, um religioso da mesma ordem, por nome Fr. Pedro de Vila Viçosa, o qual já antes disto tinha começado outro em Azamor e, como el-rei D. João o 3.<sup>o</sup>, neste tempo, deixasse os lugares que este reino possuía em África, foi-lhe forçado deixar ele também o que tinha começado. E passando a esta cidade Tavira, que então ainda estava próspera, como tenho dito, fez seu assento na judaria, que estava junto dum poço, que inda está dentro na cerca do mesmo mosteiro, e da esnoga fez igreja, a que pôs por invocação de N. S.<sup>a</sup> da Graça e alcançou pera ela muitos poderes de Roma e ajuntou logo consigo alguns religiosos de sua ordem, com quem vivia pobremente, pedindo polas portas dos fiéis, mas tendo muito cuidado que na casa não faltassem sermões, confissões para o povo e todo o outro género de consolação que nos mosteiros bem ordenados costumam achar os que a eles vão. Neste lugar e desta maneira viveram muitos anos sem começar novo edificio, porque acerca do sítio havia diversos pareceres, té o ano de 1568

\* 600 (n. m.).

em que a ordem me mandou a esta terra pera que, tomado sobre o caso maduro conselho, se determinasse o que mais convinha. E assim, com a ajuda e favor divino, se começou a obra, como ora vai, o ano seguinte de 69, na qual assisti quatro anos com os trabalhos que as obras de tal qualidade trazem consigo, mas não sem algum gosto de me parecer que, por tempo, poderia vir a ser um dos bons conventos da Província.

El-rei D. Manuel o 1.º fez a Tavira cidade, posto que ela neste foro esteve nos tempos antigos, como consta dos autores que dela escreveram, mas por estar só quatro léguas de Ossónoba, de que acima tratei, que era bispado, o não foi ela também, não lhe faltando partes pera isso, como outra qualquer, e a razão por que não se fez, depois da perda de Espanha, creio ser por el-rei D. Sancho Capelo ganhar primeiro dos Mouros a Silves e a querer logo enobrecer com esta dignidade, da qual a não quis privar el-rei de Castela, D. Afonso, quando a segunda vez a tornou a tomar. Rende sua alfândega e sisa a el-rei dez mil cruzados, uns anos por outros. E o Marquês de Vila Real tem nela a renda da portagem da terra e do mar e os quintos do pescado que morre na costa e o dízimo do que morre no alto. De tudo isto fez mercê el-rei D. Afonso o 5.º a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, o primeiro marquês e instituidor da Casa de Vila Real, pera ele e seus sucessores pelos serviços que lhe fez em África, onde foi o primeiro capitão da cidade Ceita, situada na garganta do freto Hércules, a que agora chamamos Estreito de Gibraltar.

O termo de Tavira, que cai no longo da costa, julgado por homens desafeiçoados e que o entendem, é o mais alegre, fresco e proveitoso de todo o reino, que, a não lhe faltar paz, pudera competir com o melhor de nossa Espanha. Todo está povoado de quintas, cheio de hortas e prantado de figueiras, amendoeiras, romeiras, oliveiras e outro arvoredo de toda sorte. De maneira que quem olha na Primavera representa ãa bela vista e não há ramalhete de diversas flores e ervas cheirosas nem pano de armar, por fresco que seja, a que se não possa bem comparar. Os julgadores\* que ãa vez a ela vão e os feitores, que por algum respeito fazem nela detença, todos a ãa voz lhe dão este mesmo louvor e a não deixariam, se lhe fosse possível, e tem-se por refrão entre eles verdadeiro que, *quem ãa vez morou em Tavira, sempre por ela suspira*. E esta, a meu ver, se pode dar por boa razão, porque Tavira é povoada de toda ou da mais fidalguia do reino e nela se acham pessoas de todas as gerações nobres de Portugal, porque, como da conquista dos lugares de África, em que os reis trabalharam muito tempo, esta fosse a escala, onde todos acudiam, achando-se os homens nela favorecidos da natureza, fizeram nela seu assento. Há nela Melos, Cunhas, Corte-Reais, Paçanhas, Barretos, Pantojas, Correias, Ichoas, Viegas e outra muita gente nobre que nela mora e que está derramada por suas quintas e fazendas. Todos estes, não menos que os que estão em África, vivem sempre com o olho sobre o ombro e recatados dos imigos que muitas vezes fazem saídas nesta costa, a qual eles no Verão vigiam de dia e de noite, com o pé na estribeira e lança em punho, como dizem, sem por isto terem salário ou prémio algum mais que a honra de defender sua pátria, porque se prezam pouco de ricos e muito de

---

\* Justiças (n. m.).

bons cavaleiros. E, como isto assim seja, não pouca obrigação tem o rei de os favorecer a todos com honras e mercês, pois eles vigiam por que nós durmamos. Eles trabalham por que nós descansemos e nos servem de muro e fortaleza, a cuja sombra o reino se tem por seguro. E, quando cá nos chega a nova do rebate, já eles lá têm todo o seu cabedal metido a terreiro.

El-rei D. Manuel deu a alcaidaria-mor desta cidade a Vasqu'Eanes Corte-Real e dele ficou a seu filho Bernardo Corte-Real, cuja filha e herdeira casou com Martim Correa da Silva, que agora é alcaide-mor dela.

O derradeiro de Janeiro de 1573 entrou a primeira vez nesta cidade el-rei D. Sebastião e saíram-no a receber os moradores, os mais custosos que puderam, a Nossa Senhora da Luz, ùa légua da cidade, com oito bandeiras da ordenança de pé e de cavalo e os capitães lhe beijaram a mão. Na porta que chamam de Malforo, por onde entrou, tinham feito um arco triunfante e junto dele um teatro, donde lhe fez a fala António Mimoso, prior que era da igreja de Santa Maria, a qual ouviu com atenção. Fez esmola ao mosteiro de S. Francisco de cem cruzados e ao de Nossa Senhora da Graça duzentos pera as obras dos ditos mosteiros. Mandou soltar todos os presos que não tinham partes e tomou alguns filhos de fidalgos no mesmo foro de seus pais e outros de menos estofa por moços da câmara. E que todo o mercador, que pagasse quarenta mil réis de direitos, tivesse menagem e a toda a cidade concedeu os privilégios de Montemor. E depois de estar na terra três dias partiu pela posta a Crasto Marim de que adiante farei menção.

### **Cacela**

A vila de Cacela é marítima e está duas léguas de Tavira pela costa contra levante. Foi esta vila, em outro tempo, muito maior do que agora é, como parece pelas ruínas e alicerces velhos que em torno dela estão e também porque o Mestre de Santiago, D. Paio Correa, deu em troco por ela aos Mouros dous lugares a saber: Alvor e Estombre, como em seus lugares parecerá.

Tem boa fortaleza, num teso, sobranceira ao mar, e nela começa ùa fermosa baía que se estende por espaço de quatro léguas pela costa contra levante té dar na foz do rio Guadiana, na qual há continuamente muitos pescadores com suas cabanas, onde chamam Monte Gordo, e se toma nela muito pescado, mas quási todo ele se come em Castela por estar vizinha e nela sempre valer mais.

O termo de Cacela tem boas terras de pão, figo, e criações e por ele está derramada quási toda a gente da vila, em suas quintas e fazendas, mas não muito segura nos imigos, que no Verão poucas vezes faltam nesta costa.

El-rei D. Afonso o 3.<sup>o</sup> fez doação pera sempre, com parecer e consentimento dos principais do reino, de castelo e vila de Cacela, pela saúde de sua alma e de seus descendentes, ao Mestre de Santiago, D. Paio Pires Correa, e a toda a Ordem cuja presente é.

### **Arenilha**

S. António de Arenilha é ùa vileta pequena, situada na foz de Guadiana, na volta que a costa faz da banda de Portugal pera o norte, donde

lhe entra este rio. Nem ela nem seu termo têm de que lhe façamos mais larga memória nesta escritura. É senhor dela, ao presente, Luís Leite, filho de António Leite, capitão que foi em Mazagão e depois em Azamor, antes que el-rei D. João III deixasse os lugares de África, e este lugar lhe deram em recompensa ou em casamento com a primeira mulher, chamada D. Catarina, segundo alguns dizem.

### Castro Marim

A vila de Castro Marim é marítima e ãa das antigas deste reino do Algarve. Faz memória dela Antonino, em seu *Itinerário*, e chama-lhe *Estrum*, como se lê na melhor impressão destes livros, que é a de Paris; e prova-se ser este lugar *Estrum* Crasto Marim e não Xarez, como alguns sem razão ou fundamento interpretam, pelo sítio onde está, pelo conto das milhas e léguas e pelo nome que ainda retém em parte, que são os mais certos argumentos que nesta matéria de ãa terra podemos ter. No mesmo Antonino está bem entendido tudo isto, mas a falta da consideração e pouco discurso, que alguns escritores têm acerca dos lugares, lhes faz muitas vezes errar na computação deles e dizerem ãa cousa por outra, como nesta vila veremos, pera cuja declaração digo que Antonino, em seu *Itinerário*, faz dous caminhos deste lugar Esturi ou, por melhor dizer, *Estrum* té outro, a que ele chama *Pax Julia*, um deles per compêndio que é per atalho, como dizemos, e outro por rodeio, como ele sempre costuma\*. No primeiro põem setenta e seis milhas, desta maneira: de *Estrum* a *Mirtilis* quarenta milhas, que concordam bem com as dez léguas que há hoje de Castro Marim a Mértola; e de *Mirtilis* a *Pax Julia* põem trinta e seis, que vem a fazer, sem algũa falta, as nove léguas que há de Mértola a Beja e quatro milhas por légua, como sempre ele conta. No outro caminho por rodeio põem de Esturi a Balsa vinte e quatro milhas, que são as seis léguas que há de Castro Marim a Tavira, e de Balsa a Ossónoba põem dezasseis milhas, que caem bem com as quatro léguas que há de Tavira a Estoi, que dizemos ser a Ossónoba antiga. É dali prossegue a sua rota té dar em *Pax Julia*, donde ficamos entendendo não poder ser outro lugar *Estrum* senão o nosso Crasto Marim, como tenho dito, sem o irmos buscar a Castela, onde os geógrafos o não situam. E, quanto ao nome mudar-se de Estur em Crasto, que não difere muito, não o tenho por dificultoso, considerando as muitas mudanças que o tempo tem feito em nossa Espanha, não só nos nomes mas ainda nos mesmos lugares com que já agora não atinamos.

Está Crasto Marim edificado na cabeça de um monte alto, de todas as partes cercado de mar senão do poente, e seu sítio é bem acomodado ao lugar donde está, que é fronteira de Castela, onde tem por competidora ãa grande vila, mas espalhada, chamada Aiamonte, não se metendo antre ambas elas mais do que espraia o rio Guadiana em sua barra, que pode ser pouco mais ou menos de ãa légua.

É o mais desta vila cercado com boa fortaleza e seu arrabalde e tudo junto representa majestade aos que a vêem de longe, polo lugar alteroso

\* Vide *Itinerarium Antonini*, pág. 96 et 97 editionis coloniensis et ipsius notas, p. 574 et seqq. et 582 (n. m.).

em que está posta, com que mostra seus edificios, tudo o qual bem considerado, parece que favorecido da própria natureza está ameaçando não só à sua vizinha Aiamonte mas a toda Castela. El-rei D. Dinis, vendo nela estas partes, renovou seus antigos edificios e a fez convento cabeça do Mestrado e Ordem dos Cavaleiros de Cristo, que ele novamente instituiu nestes reinos\*, e lhe applicou, por autoridade do papa Clemente V, as rendas que os Templários antigos tinham em Portugal, cujas reliquias estes eram. Depois disto alguns anos se mudou este convento para a antiga vila de Tomar, que antes fora da Ordem dos mesmos Templários e é hoje um dos célebres conventos de toda a Cristandade assim em renda como em toda a virtude e religião.

Tem Castro Marim muitas marinhas de sal, muito peixe, em seu termo muitas carnes e muita caça em seus montados, mas como tem tão perto de si Castela, onde estes mantimentos sempre valem mais caro, ela lhe come tudo.

É alcaide-mor dela, ao presente, D. Luís de Ataíde.

### **Azinhal**

Azinhal é um lugarinho de trinta vizinhos, pouco mais de ãa légua de Crasto Marim, cujo termo é pelo rio Guadiana acima, da banda de Portugal.

*A do Leite a Maior* é ãa aldea que terá cem vizinhos, está antre Crasto Marim e Alcoutim, três léguas dũa vila e da outra, algum tanto metida pelo sertão.

*A do Leite a Menor* é ãa aldea de vinte vizinhos; está junto donde a ribeira do mesmo nome se mete em Guadiana, três léguas abaixo de Alcoutim.

### **Alcoutim**

Alcoutim é ãa vila situada na ribeira de Guadiana, seis léguas da barra, pelo rio acima, pera o norte. É pequena na povoação, mas fresca no sítio, porque goza do mesmo rio que lhe bate nas portas e de muito arvoredos e fructa de que as ourelas deste rio estão acompanhadas assim da banda de Portugal como de Castela, com que faz sua navegação não pouco delectosa, em especial nos meses de Verão e Primavera.

Tem Alcoutim muitas criações de gados e caça de toda a sorte, porque seu termo é grande e está no melhor das serras do Algarve, por onde lhe correm as ribeiras do Leite e Vascão; e vão despejar as suas águas em Guadiana que as leva consigo ao mar.

Esta vila é da Casa de Vila Real, por respeito de D. Maria Freire, filha e herdeira de João Freire, senhor de Alcoutim, a qual casou com D. Fernando de Meneses, segundo Marquês de Vila Real. El-Rei D. Manuel estando em Muja, depois de fazer conde de Alcoutim este D. Fernando acima dito, que foi filho de D. Pedro, primeiro Marquês de

---

\* No ano do Senhor 1320 (n. m.).

Vila Real, lhe fez graça e mercê deste condado e título de juro, de maneira que os filhos legítimos mais velhos do Marquês de Vila Real se intitulassem condes de Alcoutim por esta ordem: e foi depois D. Pedro, filho deste D. Fernando, e D. Miguel, filho deste D. Pedro, e D. Manuel de Meneses, irmão deste D. Miguel que por sua morte é agora Marquês de Vila Real e Conde de Alcoutim.

Nesta vila Alcoutim e seu termo, que parte com o de Mértola, se acaba o reino do Algarve da banda do levante e começa a província Dantre Tejo e Guadiana. E aqui faz volta ao poente por entre as serras do mesmo Algarve e o Campo de Ourique té se ir a meter no mar oceano, junto de Odemira e de seu rio. Nesta paragem, que é o sertão deste reino, há muitas vilas e outros lugares, mas alguns não de muita importância por causa da terra ser montuosa e falta de águas no Estio e também de pão, que é o que dá alento e forças aos lavradores e outros homens para se ajuntarem e fazerem grandes povoações. Há, porém, muitos fatos de gado de toda a sorte, que pastam por toda ela e se criam em suas ribeiras, os quais dão não pouco refrigerio aos caminhantes com sua vista, leite, queijo, se é tempo dele. E, como isto assim seja, não gastarei tempo em fazer tão particular memória delas como fiz das do marítimo, onde jaz o principal do Algarve, mas passarei com as nomear pela ordem em que elas estão situadas, quanto me for possível, como o fizeram os geógrafos antigos que com só isto se contentaram inda nas principais de todo ele.

A aldea de *Martim Longo* é o primeiro lugar que se offrece nesta volta que fazemos pelo sertão, do levante para poente; é lugar grande e abastado, porque tem boas terras de pão e de criações. É termo da vila de Alcoutim, nove léguas dela pela serra dentro. Haverá nela como quatrocentos vizinhos, muitos deles homens ricos pera a terra e que acodem a qualquer rebate de Mouros não com menos concerto que os que moram na cidade.

*Vale do Chopo* é um lugarete de quarenta vizinhos, termo de Alcoutim.

O *Pereiro* é ùa aldea de trinta vizinhos, termo de Alcoutim.

*Aldea dos Giões* terá cinquenta vizinhos, é termo de Alcoutim.

*Moncarapacho* é um lugar pequeno, duas léguas de Tavira, cujo termo é. Mas tudo ao dorredor de si tem povoado de quintas, em que continuamente mora muita gente fidalga e outros homens honrados que vivem por suas fazendas. É terra abastada, porque nela se colhe o principal figo e azeite de todo o Algarve. Tem ùa igreja grande e boa, provida de todo o necessário, e fazem-se os officios divinos nela com tanta perfeição como dentro em Tavira. Tem também Casa de Misericórdia e é toda gente lustrosa e de opinião e que aos repiques dos Mouros, que pelo Verão muitas vezes nestas partes há, não são os derradeiros que acodem.

*A Fonte do Bispo* é um lugar de cento e cinquenta vizinhos, duas léguas de Tavira pelo caminho de Loulé. É terra fresca, de boas águas, e toda povoada de quintas, com muitos figueirais, amendoais, vinhas e terras de pão que a fazem alegre e abastada.

*Salir* foi antigamente vila castelada, edificada num teso que fica alteroso da banda do norte e do poente, donde lhe cai ùa fermosa várzea de pão, das melhores que há dentro nas serras do Algarve. Tem inda alguns pedaços de muro com seus cubelos, mas já tudo arruinado. Moram dentro alguns poucos lavradores e os mais estão

espalhados pela serra e acodem os dias santos a ãa freguesia, que junto do castelo está, invocação de S. João Bautista. Haverá em toda ela trezentos fogos e é termo de Loulé, duas léguas pera o norte.

*Paderne* é um lugar de setenta vizinhos, termo de Loulé. Acham-se junto dele sinais de edificios antigos, como que foi já em algum tempo povoação de mais importância. É terra fresca e de criações.

*Pera* é um lugar junto de Alcantarilha, não longe do mar. Jaz no termo de Silves e terá quarenta vizinhos, todos lavradores, por ser terra de pão e que toda se semea. Faz o mar defronte dela ãa fermosa praia da banda do sul, na qual está ãa armação de atuns que se chama a armação de Pera.

*Monchique* é um lugar, quatro léguas de Silves, cujo termo é, e caí-lhe da banda do norte, à vista da mesma cidade. O sítio deste lugar parece maravilhoso a todo o homem que considera os segredos da natureza, a qual repartiu todas as cousas e as pôs em seus divididos lugares pera ornato e conservação do Universo. A graça e recreação que tem Sintra, na província da Estremadura, e serra da Estrela, em toda a Beira, essa podemos dizer que tem Monchique em todo o reino do Algarve, porque nele somente, Inverno e Verão, correm os mesmos ares, nascem as mesmas águas, se acha todo o género de fruta, isto é, a cereja, a castanha, o pero, a laranja e todo o mais que costuma recrear e dar deleitação à natureza humana. E tanto mais tenho isto por maravilhoso neste lugar, quanto toda a outra terra, assim a que jaz em torno como a que está mais apartada, por espaço de quarenta léguas, carece desta fresquidão e parece que dá a entender que só neste lugar ajuntou a natureza o que negou às outras partes do Reino.

Tem Monchique, ãa légua de si, uns banhos de água saudável, aos quais, por conselho dos físicos, se foi a banhar el-rei D. João, o segundo deste nome, não faltando em Portugal outros mais perto em que isto pudera fazer.

O ano de mil quinhentos setenta em que el-rei D. Sebastião visitou o Algarve, foi a este lugar e se satisfez muito da sua frescura e se tratou de o fazer vila; e el-rei a fizera, sem dúvida, se não houvera quem disso o remontou por seu interesse.

*Mixilboeira Pequena* terá trinta vizinhos, está pegada com o rio de Vila Nova, um tiro de bombarda da mesma vila, da banda do nascente. É termo de Silves, lugar aprazível e de muita pescaria e marisco. Neste lugar se embarca o mais figo do Algarve e o porto onde o embarcam, que está junto das casas, tem cem braças de altura, o que se não acha noutra parte algũa de todo este rio.

*Mixilboeira Grande* está mais adiante, no rio do Alvor; terá trezentos vizinhos. Tem muita água, caça e marisco e é termo de Silves.

*Porches* está duas léguas de Silves, cujo termo é. Lugar de quarenta vizinhos, terra de pão e criações.

*A Bordeira* é um lugarinho de quarenta vizinhos, termo de Lagos.

*Budens* terá outros tantos vizinhos, como Bordeira, e também é termo de Lagos.

*Aldeia do Bispo* está légua e mea do cabo de S. Vicente, terá sessenta vizinhos. É lugar de boas águas, e sadia, e tem muitas criações.

*A Raposeira* é ãa aldeia, mea légua do cabo, terá cem vizinhos e é termo de Lagos.

*Aljezur* é ãa vila situada no alto, mea légua do mar, onde se mete ãa ribeira do mesmo nome, que faz um pequeno porto, dobrando já

o cabo pola costa do sul pera o norte. Terá duzentos vizinhos. É terra de muitos e bons vinhos e criações de gado de toda a sorte, mas no Verão é pouco sadia.

O *de Seixes* é o derradeiro lugar que o Algarve tem ao longo da costa, do lado do poente pera o norte, cujo termo chega a Odemira, que é o primeiro lugar de Portugal. Tomou o nome d'ũa ribeira que não longe se mete no mar e nele faz ãa pequena barra em que há embarcação. Terá oitenta vizinhos e é termo de Aljezur.

Afora os acima ditos há no reino do Algarve outros muitos lugares como são Sines, Vila Nova de Mil Fontes, Benfali, os Colos, a Murteira, a Carrapateira, Algoz, Carvoeiro, o Freixo, Pena Grande, a Peninha, a Nave Redonda, Alte, Quarteira, Marim e as Alcarias e A dos Pretos, dos quais não faço aqui mais particular memória por não ter inteira notícia delas e me parecerem de menos importância.

No situar de todas estas terras do reino do Algarve segui, quanto me foi possível, as paragens em que cada ãa delas está discorrendo, primeiro polas que jazem na costa do mar de poente a oriente e depois, dando volta, pelo sertão, em busca das que se esconderam entre suas empoladas serras; e, se com tudo isto o leitor achar algũa cousa das que eu aqui digo estar menos verificada do que lhe a ele parece, lembre-se que somos homens, aos quais é mais próprio o errar que acertar, em especial nesta matéria, pola muita dificuldade que todos os geógrafos acharam nela.

*Fim do Primeiro Livro*

Laus Deo

## LIVRO II

*De, por e em que tempo foi conquistado  
o reino do Algarve daquém-mar,  
havendo mais de quinhentos anos  
que era possuído dos Mouros*

---

## Capítulo 1.º

*Do tempo em que se perdeu Espanha  
e se começou a recuperar pelos Cristãos  
e com ela o reino do Algarve.*

Na geral perdição de Espanha, que foi no tempo do infelice rei D. Rodrigo, derradeiro dos Godos\*, cujo reino começou o ano de nossa redenção de 712 e durou sete e meio, se perdeu também o reino do Algarve daquém-mar, que é ãa parte dela\*. O qual rei D. Rodrigo, pelejando com os Mouros na derradeira batalha que com eles houve, que começou em domingo, nove dias andados de Setembro de 714, e durou té o domingo seguinte, foi no fim dela vencido morto; ou, segundo outros dizem, desaparecido da mesma batalha, em maneira que não se achou mais memória dele senão em Viseu, cidade de Portugal, um letreiro que dizia assim: *Aqui jaz D. Rodrigo, derradeiro rei de Espanha.*

Passados seis anos despois deste geral dilúvio se começaram a juntar e fazer corpo alguns cristãos, que às Astúrias de quási toda Espanha se foram retirando e escaparam, por ser terra montuosa e áspera, e levantaram por rei a D. Pelaio, filho de D. Fávila, duque que fora de Cantábria, que é Navarra\*. E com o favor divino começaram a tornar sobre si e fazer rosto aos Mouros e ganhar alguns poucos lugares dos muitos que eram perdidos.

Este D. Pelaio, que depois se intitulou rei de Leão, foi o primeiro que fez resistência aos Mouros depois da derradeira batalha em que se perdeu el-rei D. Rodrigo, do qual contam as crónicas que, estando escondido numa cova, nas Astúrias, com quási mil companheiros, foi nela pelos Mouros achado e combatido, primeiro com rezões e afagos polo inclinarem à sua seita e depois com as armas para o destruírem. Mas o Senhor piadoso, que já como pai açoutara a seu povo, provocado por seus pecados, e o queria tornar a reconciliar à sua amizade, mostrou ali suas misericórdias com milagre singular. E foi que todas as setas, dardos e pedras que os Mouros tiravam à cova para matar os cristãos, que nela estavam, se tornavam a eles e os feriam e matavam. O que vendo D. Pelaio saiu da cova com seus companheiros e matou deles mais de trinta mil, e os que escaparam subiram-se a um monte pera ali se fazerem fortes, e, por vontade do Senhor, que já favorecia seu povo, caiu o monte com eles e matou a todos sem ficar algum deles. E, seguindo os Cristãos esta vitória, ganharam em pouco tempo a cidade de Leão, nas Astúrias, e todas as outras terras suas comarcãs, de que logo este D. Pelaio se intitulou rei,

---

\* Pero d'Aveiro em sua *Crónica* (n. m.).

\* Em menos de dous anos foi perdida Espanha (n. m.).

\* *Enchiridion de los tiempos*, fls. 13, 41 (n. m.).

como já é dito \*. Desta vitória tomaram ousadia outros cristãos da província Tarracona, que é Aragão, e de Cantábria, que é Navarra, os quais também se haviam retirado aos montes Pirineus, cujos vizinhos eram, pera sair de seu desterro e dar com ímpeto nos inimigos, que estavam apoderados e feitos senhores de suas terras e herdades. Pera o que melhor efetuarem levantaram por rei a um cavaleiro nobre de antre eles, chamado Gracia Ximenes, o ano do Senhor 722, oito anos depois da geral perdição de Espanha, o qual, com o favor divino e bom esforço de seus companheiros, ganhou o reino de Navarra e se intitulou rei dela por consentimento de todos. E assim por esta maneira o fizeram outros muitos cristãos, andando o tempo, e daqui succedeu dividedir-se Espanha em diversos reinos e senhorios, sendo primeiro, em tempo dos Romanos e depois dos Godos, toda junta ãa só monarquia. Nesta sucessão dos tempos veio a reinar em Castela e Leão el-rei D. Fernando o 2.º \*, no ano de nossa redenção 1216, no qual estes dous reinos se tornaram a ajuntar a segunda vez. Este rei houve muitas batalhas com os Mouros; em ãa delas lhe tomou a cidade de Córdoba, no ano de 1235, na qual achou os sinos que el-rei Almançor mandara tirar da igreja do apóstolo Santiago, em Galiza, em desprezo dos Cristãos, e os mandou tornar a ela com muita festa e alegria. Na tomada desta cidade dizem as crónicas que se achou presente D. Frei Paio Pires Correa, português de nação e mestre da Ordem de Ducres, que agora é de Santiago, em Castela, pessoa nobre e de grande casa, guerreiro singular contra os Mouros, inimigos de nossa santa fé, ao qual el-rei a deixou encomendada, tornando-se a Castela, pera que a governasse e defendesse \*.

Desejava muito este rei D. Fernando tomar aos Mouros a cidade de Sevilha e província Andaluzia, que toda era de Mouros naquele tempo e, na volta que fez a Castela, deixou isto muito encarregado a D. Paio Correa e a um D. Rodrigo Alvres, asturiano, mandando-lhe que nesta empresa pusessem todas as suas forças. Os quais, querendo satisfazer aos desejos del-rei e ao que lhe deixava encomendado, partiu-se D. Paio Correa pera S. Lucas de Barrameda e D. Rodrigo Alvres pera Alcala de Guadalaxara, onde, com muitas gentes que consigo levavam, guerreando continuamente, puseram a cidade em todo o aperto que o rei dela, constringido da necessidade, lhe deu grande quantidade de ouro por tréguas de um ano que os ditos fronteiros lhe prometeram. Neste ano semeavam os Mouros o mais do pão que tinham na cidade com fundamento de colher muita novidade pera alguns anos, com que depois pudessem sustentar a guerra que os Cristãos lhe fariam. Disto foi logo el-rei avisado, e não havendo por boas as tréguas que os fronteiros com os Mouros tinham feito, ajuntou muita gente e vindo-se em pessoa a Sevilha com os mesmos fronteiros pôr cerco sobre a cidade, que durou dezasseis meses, no fim dos quais se deram os Mouros, com seguro das vidas, em dia de S. Clemente do ano de 1248. E neste meio tempo da tomada de Córdoba e Sevilha, que foram treze anos, os quais o mestre D. Paio

\* *História Pontifical*, p. 249, liv. 4.º (n. m.).

\* D. Fernando 3.º, o Santo (n. m.).

\* Rui de Pina, na *Crónica de el-rei D. Afonso o 3.º* D. Paio Pires se chamava nas doações que el-rei lhe fez (n. m.).

Correa esteve por fronteiro na Andaluzia, não cessava de fazer contínua guerra aos Mouros, e ora os acometia nãa parte ora noutra, em maneira que os enleava e em nenhum lugar estavam seguros nem se sabiam dar conselho com ele\*. E, nas muitas entradas que por suas terras fez, foi ùa na Lusitânia, junto do Campo de Ourique, na qual tomou a vila de Aljustrel, e noutra, a de Mértola, que em seu sítio e fortaleza está não pouco arriscada. As quais el-rei de Portugal, que então era D. Sancho Capelo, assi chamado por causa de um certo vestido de que usava, logo mandou pedir a el-rei D. Fernando, seu primo com irmão, por serem de sua conquista. El-rei D. Fernando mandou logo ao Mestre que lhas entregasse, e ele, polas almas de seus antepassados e amizade grande que com o Mestre tinha, as deu à Ordem e Mestrado de Santiago, como na mesma doação parece, cujas inda, ao presente, são.

---

\* Rui de Pina, *Crónica del-rei D. Afonso o 3.º*, cap. v (n. m.).

---

## Capítulo 2.º

*De como D. Frei Paio Correa,  
Mestre de Santiago em tempo del-rei de Castela,  
D. Fernando o 2.º,  
tomou aos Mouros Estômbar e Alvor,  
no reino do Algarve.*

No mesmo tempo que o mestre de Santiago, D. Paio Correa, esteve por fronteiro na provincia Andaluzia, segundo já é dito, trabalhou muito por tomar algũa fortaleza aos Mouros, no reino do Algarve, que tinha por vizinho, confiado que, como nele metesse o pé, como dizem, e tivesse onde recolher a gente que a ele levasse, tudo o mais lhe seria menos dificultoso \*. Estes desejos comunicou por algũas vezes com seus cavaleiros, em que não achou conforme parecer, porque alguns recusavam a empresa pola aspereza da terra e ser muito povoada e os Mouros terem socorro polo mar, que lhe viria d'África, todas as vezes que o houvessem mister. Mas o Mestre, cujo coração era já favorecido da graça do Senhor pera este negócio, deliberou consigo não deixar de o levar ao cabo, por dificuldade algũa que nisso lhe fosse posta, e falou em segredo com um Gracia Rodrigues, mercador, que tratava neste Algarve com os Mouros e com os Cristãos suas mercadorias e nisto andava corrente e lhe dixe que seus desejos eram, com a ajuda do Senhor Deus e por seu serviço, cobrar dos Mouros este reino do Algarve, se pudesse, pera o que havia então singular conjunção e aparelho, pelas discórdias que sabia de certo que havia antre os reis e senhores dele e que, se o já não tinha cometido, era porque não sabia a terra nem por onde lhe convinha fazer as primeiras entradas; e que pois ele tudo isto bem sabia, lhe quisesse dizer seu parecer verdadeiro, como bom cristão e homem em cuja conta ele o tinha. E Gracia Roiz, em quem havia bom entendimento e juízo, lhe deu logo pera isto tão bom conselho e ardil e também aviamento de tudo o que pôde, que o Mestre se persuadiu e apartou logo alguns dos seus corredores, por maneira d'almoguavaria, e os mandou diante, com instrução de Gracia Rodrigues, a considerar a terra e fazer nela algum salto, onde melhor lhe parecesse. Os quais partiram d'Aljustrel, donde o Mestre estava, e passaram pola Torre d'Ourique e andaram de noute com muito tento por não serem dos Mouros sentidos e o primeiro lugar a que chegaram foi a Torre d'Estômbar, e, considerando com diligência a gente e guarda que nela havia, entenderam que estava desprecebida e sem algum receio de Cristãos, pelo que deram de súbito nela com o maior ímpeto que puderam e aprouve ao Senhor Deus que sem muita

---

\* Rui de Pina, na *Crónica del-rei D. Afonso o 3.º*, cap. vi, e Pero d'Aveiro Ribeiro, na sua *Crónica Geral*, p. 217 (n. m.).

força ou perigo foi logo tomada. Esta nova mandaram logo ao Mestre, que não com menos alegria que pressa fez prestes seus cavaleiros com que logo partiu, levando suas guias diante pera descobrirem a terra, e, chegando à Torre, houve prazer com os seus louvando-lhe seus esforço e valentia. Dali a poucos dias foi sobre a vila de Alvor e a tomou e povoou de Cristãos pera que a possuíssem e defendessem.

Como o Mestre foi em posse destes dous lugares e teve onde recolher suas gentes e mantimentos, deles fez tanta guerra e damno aos Mouros que moravam em Silves e sua comarca, que, vendo-se perseguidos e que não podiam lavrar suas terras nem sair fora senão todos juntos, fizeram consultar antre si e cometeram ao Mestre que, se quisesse, lhe dariam Cacela, junto com Tavira, por Estômbar e Alvor que lhe tinha tomado. O que os Mouros nisto pretendiam era que, como estes lugares estavam em meio do Reino e mais juntos do cabo que agora chamamos de S. Vicente, onde então a terra era mais povoada, recebiam e podiam receber, ao diante, dos Cristãos mais damno que de Cacela, que era mais no fim da terra e estava junto com Tavira, que era lugar forte e de grande povoação, cujos moradores e vizinhos, por serem muitos poderiam mais facilmente deitar fora e tornar a tomar a vila aos Cristãos.

Desta troca aprouve também ao Mestre, por Cacela ser lugar forte sobre o mar e naquele tempo bem cercada, polo que logo se mudou pera ela e lhe deixou livres os outros lugares.

### Capítulo 3.º

*Recontros que o Mestre D. Paio Pires Correa  
teve com os Mouros, estando em Cacela,  
nos quais foram vencidos e desbaratados.*

Aposentado o Mestre em Cacela com toda sua gente e posta nela toda boa guarda e provisão necessária, logo se fez prestes pera ir sobre o lugar Paderne, que sabia estar menos aprecebido; e porque, como quer que os Mouros antre si havia muito tempo que tinham grandes diferenças e desconcertos, porém a necessidade e perigo em que os pôs a ida do Mestre ao Algarve lhe causou que logo foram amigos pera com iguais corações defenderem suas pessoas e terras\*. Pelo que sabendo os de Fárão, Tavira e outros lugarinhos comarcãos que o Mestre era saído de Cacela com sua gente a correr a terra, como tinha por costume, avisaram os de Loulé pera que, o dia seguinte, todos juntos, lhe tomassem o passo e se encontrassem com ele. E o outro dia, em amanhecendo, logo se ajuntaram todos sobre este acordo e foram dormir contra a serra, a um lugar a que chamam o Desbarato. O Mestre e os seus, caminhando toda a noute, nada disto sabiam e, porque as escutas que adiante levava sentiram rumor de gente, não quis o Mestre ir mais adiante, mas fez sinal que repousassem. E, como foi manhã, o Mestre, com sua singular e costumada destreza, ordenou toda sua gente em esquadrões e, guiados de sua bandeira que ia diante estendida, não andaram muitos passos quando houveram vista dos Mouros, que jaziam num vale embrenhados, os quais, vendo a pouca gente que o Mestre levava em sua comparação, foram muito alegres e cobraram grande esforço e ousadia, tendo por certo que a vitória ficaria com eles. Isto não permitiu o Senhor que fosse assim, porque o Mestre, cuja confiança não estava nos homens posta senão em só Deus, por cuja honra e fé pelejava contra os inimigos da verdade, deu logo neles Santiago, sem mais tardar, e a batalha foi tão bem pelejada d'ambas as partes que a vitória esteve duvidosa por grande espaço. Ao fim os Cristãos apertaram tão esforçadamente com os Mouros que não puderam mais sofrer, mas voltando as costas fugiram com desacordo cada um por onde melhor podia, ficando muitos deles mortos e feridos, sem se poderem bulir. Outros se recolheram a um lugar a que chamam o Furadouro, caminho da Fonte do Bispo, e o Mestre com os seus se tornou ao lugar da batalha e não quis seguir mais o alcance por ver sua gente muito cansada do trabalho passado e logo aquela mesma tarde os que fugiram da batalha se ajuntaram com outros muitos que a eles se vinham e lamentando sua desventura mostraram grande tristeza do desbarate passado, em especial os de Tavira, por verem que cobraram por vizinhos homens de tanto esforço. Havendo antre si conselho sobre o que fariam disseram alguns deles: «Estes Cristãos já nos não temem

\* Rui de Pina, na *Crónica del-rei D. Afonso o 3.º*, cap. vi, e Pero d'Aveiro no lugar já dito (n. m.).

nem têm em conta, como vedes, e isto não sem causa, pois que por nossa fraqueza ou desventura sempre deles nos apartamos vencidos. Mas contudo esforçemo-nos e não desmaiemos de todo, porque mais acostumado é nos que seguem o exercício da guerra serem muitas vezes de uns mesmos vencidos e nãa só batalha restaurarem todo o perdido e mais ficar ainda de ganho. Isto, se bem o consideramos, não pode deixar de ser agora, pela conjunção a que somos vindos. Os Cristãos, muitos deles estão feridos e todos cansados e ainda seguros pela vitória que de nós houveram, parecendo-lhes que já em nós não há forças pera lhe resistir e muito menos pera os acometer. Ajuntemo-nos todos e, em amanhecendo, sem mais tardar, demos sobre eles, porque este é o dia em que os havemos de desbaratar e deitar fora de nossas terras.» E, vindo todos neste parecer, levantaram-se de madrugada e foram-nos esperar ao Almarjem, caminho de Cacela, por onde sabiam que haviam de passar.

O Mestre, que destes conselhos não podia ser sabedor, como foi menhã, começou com os seus a marchar pela serra caminho de Cacela e já sobre a tarde chegou ao lugar onde os Mouros o esperavam. E não levava já toda sua gente, porque muita dela mandara ao Monte, onde agora é Castro Marim, a recolher alguns dos seus que passavam pela ribeira. E logo em os Mouros tendo vista do Mestre saíram a ele com tão grande ímpeto e grita que o puseram em grande perigo e trovação, mas recobrando sobre si, como quem em semelhantes casos andava versado, não sem grande trabalho retirou sua gente atrás pera um oiteiro que a serra faz contra Tavira, que depois foi chamado o Cabeço do Mestre, onde pola fortaleza e boa disposição do lugar ficavam algum tanto mais seguros. Os Mouros chegando-se ao oiteiro o combatiam rijamente e com tanto esforço trabalharam por deitar dele o Mestre com os seus, que, se a noite não sobreviera, que os apartou, eles sairiam com a sua, como tinham dito, se o Senhor d'outra maneira o não ordenara. Afastados os Mouros, constrangidos pela escuridão, alojaram-se ao pé do oiteiro, com detriminação de, ao outro dia, em amanhecendo, darem fim ao que tinham começado. O Mestre, logo como foi noite, visto o perigo em que estava, mandou a Cacela com grande presteza pedir socorro e, como era perto, logo essa mesma noite lhe veio. O que sentindo os Mouros que não longe estavam e tinham suas espias, cada um se acolheu a sua casa, antes que amanhecesse, no qual houveram bom conselho, porque o Mestre tinha detriminado, com o socorro que lhe veio, dar sobre eles o outro dia, como fez; mas achando-os já postos em salvo se tornou em paz e com alegria pera Cacela.

## Capítulo 4.º

### *Da morte dos sete cavaleiros e de como o Mestre tomou Tavira.*

Vendo-se os Mouros, em especial os moradores de Tavira e seus comarcãos, perseguidos do Mestre e que em nenhum lugar estavam seguros dele houveram ante si conselho e acordaram de lhe mandar pedir tréguas té o mês de Setembro\*, porque era já entrado o mês de Julho, em que lhe era necessário recolher o pão e fazer seu alacil do figo e vendima, o que não ousavam fazer com medo do Mestre e de suas gentes. Não enjeitou o Mestre este requerimento, posto que, ao conceder dele, se mostrasse aos Mouros carregoso, porque lhe pareceu ter necessidade deste tempo pera se recrearem os seus dos muitos trabalhos passados e também pera se perceber de mais gente pera o que detriminava, pelo que lhe mandou logo passar suas certidões, que nos tais casos se costumam. E sendo os Cristãos e Mouros seguros, por rezão destas pazes, começaram a comunicar-se uns com os outros no que lhe compria. Mas elas duraram pouco e não chegaram ao termo por eles assentado e a causa foi esta. D. Pedro Pires, comendador-mor de Santiago, que andava em companhia do Mestre, disse um dia a outros cavaleiros que, por seu desenfadamento, pois estavam em tréguas, deviam ir caçar às Antas, que eram dali três léguas, para o que tinham boas aves de alternaria. O Mestre, sabendo isto, não foi disso contente, como pessoa prudente e recatada, e disse-lhe que escusassem a ida, porque os Mouros, por suas condições, não eram menos ciosos de suas terras que de suas próprias mulheres e que, com qualquer ocasião, sendo homens sem fé e verdade, lhe poderiam fazer algum damno que custaria depois caro. Ao qual o comendador-mor tornou dizendo que, pois estavam com eles em tréguas pelos mesmos desejadas e requeridas, não havia que temer e que, pera mais resguardo, eles iriam à caça aparelhados de paz e de guerra, que escolhessem eles qual quisessem.

Com esta confiança partiu de Cacela D. Pedro Pires com outros cinco companheiros e, tomando o caminho direito por Tavira, entraram pela ponte e atravessaram polo meo da praça e porto da vila, a cavalo, com seus açores e outras aves de caça em suas mãos; e foram ter às Antas, ùa légua de Tavira, junto da ribeira, onde começaram a caçar com muito prazer e contentamento.

Os Mouros vendo-os passar por suas portas, a cavalo, tão seguros, e parecendo-lhes, como gente apoucada, que o faziam em seu desprezo, receberam grande dor; porque sua vista lhe refrescou a memória de muitas mortes e outros damnos que por muitas vezes deles em suas

---

\* Rui de Pina, na mesma *Crónica*, cap. VIII, e Pero d'Aveiro, no lugar acima dito (n. m.).

pessoas e terras tinham recebido. E, ajuntando-se alguns, disseram com grande dor a outros: «Certamente os homens que sofrem tanta afronta e desprezo, como estes Cristãos com ousadia e soberba nos fazem, são mais que mortos e mostram que não têm vergonha nem coração e que carecem de verdadeiro juízo. Vós não vedes estes homens, que são nossos inimigos e nos têm feito tantos danos e afrontas em nossas mesmas pessoas e terras, que assim passam por nossos portos, seguros e sem receo, como se a vila fora sua, fazendo de nós bestas e sem sentido?» Ao reboliço destas palavras se ajuntaram logo muitos, com grande alvoroço, e detriminaram ir, como logo foram, muito indinados, em busca dos cavaleiros cristãos que andavam caçando com muito gosto, bem fora de cuidar o que se lhes aparelhava. Os quais, como os viram vir ao longe, com grande pressa e estrondo, logo suspeitaram o que podia ser; e, deixadas as aves e seu desenfadamento ocioso, se ajuntaram e falando antre si disseram: «Claro vemos que estes Mouros vêm sobre nós e o principal remédio que nisto temos nos há-de vir de Deus, o qual por sua grande piedade tenha por bem de nos socorrer e esforçar neste trabalho. O conselho mais acertado que j'agora podemos ter é que nos esforcemos como cavaleiros a sofrer qualquer afronta que nos vier; e aprazerá ao Senhor Deus, pois somos Cristãos e pelejamos por sua fé, que não somente nos defenderemos destes inimigos da verdade, mas que também os venceremos; e, quando ele d'outra maneira o ordenar e não pudermos salvar as vidas, vendamo-las por seu justo preço e hajamo-las por bem empregadas, pois as oferecemos em cousa de santo seu serviço.» Isto dito, mandaram logo um recado ao Mestre, com grande pressa, fazendo-o certo do perigo em que ficavam e pedindo-lhe que os quisesse vir a socorrer; e, para que entretanto se pudessem defender, fizeram um palanque de paus de figueiras velhas, que acharam, onde logo se recolheram todos seis. Os Mouros, em chegando, os acometeram com grande força e acharam neles, inda que poucos, esforço e resistência; e não tão facilis (*sic*) de entrar como cuidavam. Nesta conjunção acertou de passar pela estrada Garcia Roiz, o mercador, com que o Mestre se aconselhara sobre a vinda do Algarve, como atrás fica dito, o qual ia de Fárão pera Tavira com suas mercancias, segundo costumava, e, vendo o ajuntamento e reboliço dos Mouros, seguiu o fio deles para saber o que podia ser. E, achando os cavaleiros cristãos em tão grande trabalho, tocou-lhe o espírito do Senhor e tornou depressa adonde deixara as cargas e disse aos que consigo levava: «Ide vosso caminho e levai essas cargas e parti-as antre vós, cá, se eu viver, não me faltará a misericórdia do Senhor, e também, se morrer, melhor sorte será a minha, pois acabo em seu serviço.» Isto dito, deu a correr e deitou-se dentro do palanque com os cavaleiros cristãos, oferecendo-se ao mesmo perigo, os quais foram com ele muito esforcados, e os ajudou por espaço do dia em que se defenderam, rodeados dos inimigos, dando e recebendo muitas feridas, sem repouso algum nem poderem dar fé uns do que os outros faziam. Mas, como eram no mais de sete e as forças com a continuação do trabalho lhes falecessem, foi seu palanque entrado e eles todos sete mortos, dando fim a suas vidas, como esforcados cavaleiros de Cristo, nosso redentor, a troco d'outras que lhe duram pera sempre. O que não fizeram sem boa vingança dos inimigos, ficando por testemunha desta verdade muitos corpos de Mouros naquele lugar, daqueles que mais se lhe atreviam.

Não era inda esta contenda acabada, quando chegou o recado ao Mestre, em Cacela; donde logo partiu sem tardança, com desejo de os socorrer; porque bem sabia que os cavaleiros eram tais, que sem nenhum desfalecimento de suas honras ou haviam morrer pelejando ou vencer aos inimigos. E seguiu o caminho por onde eles foram, porque este era o mais direito, e, sem contradição algũa, entrou pela vila e praça dela com toda sua gente; e tão aceso ia no desejo de os livrar que não lhe lembrou que, nesta conjunção, a pudera tomar sem algum perigo ou, porventura, se lhe lembrou, o que é mais de crer, o dissimulou por então, estimando em mais, como bom capitão, a perda de seus cavaleiros com cujo favor e ajuda podia tomar esta e outras muitas, como já tinha feito. E, chegando às Antas e vendo-os mortos, rodeados de corpos de Mouros, foi muito anojado de tão feo caso, e com grande ímpeto de ira deu logo sobre muitos Mouros que inda ali achou e matou tantos que a ossada deles durou ali por longo tempo. E a outros que fugiram foi seguindo ao alcance, fazendo neles grande destroço té chegar à vila, cujas portas acharam fechadas pelos que dentro ficaram e somente lhe abriram um postigo escuso que está contra Malforo, junto donde agora se edifica um mosteiro do P.<sup>o</sup> Santo Agostinho, invocação de Nossa Senhora da Graça, sobre que deu o Mestre subitamente com eles e os feriu tão rijo que, não tendo eles acordo pera se defender nem cerrar o postigo, entrou de volta com eles e se apoderou da vila, não sem grande estrago dos Mouros. Era, a este tempo, senhor dela um mouro por nome Albenfalila, do qual não se soube se morrera nestes encontros ou se fugiu pera outra parte onde mais não fosse visto. De maneira que esta batalha e a morte dos cavaleiros e a tomada da vila tudo foi junto num dia, que foi 11 de Junho, dia do apóstolo S. Bernabé, de 1242, no qual se faz solene procissão na mesma cidade, em memória deste benefício. E apoderado já o Mestre da cidade e posto nela bom recado, foi-se às Antas pelos corpos dos sete cavaleiros e com muitas lágrimas e suspiros os mandou apartar d'antre os Mouros e os trouxe consigo. Havia na cidade ãa mesquita edificada no mais alto dela; esta mandou o Mestre consagrar e a dedicou à gloriosa Virgem Maria Nossa Senhora e nela mandou pôr os corpos destes seus cavaleiros num sepulcro de pedra grande e bem lavrado, em que foram entalhados sete escudos com as vieiras e armas do apóstolo Santiago. Os nomes dos cavaleiros são estes: D. Pedro Pires, comendador-mor de Santiago, em Castela, Mem do Vale, Durão Vaz, Alvaro Garcia, Estêvão Vaz, Beltrão de Caia e o mercador Garcia Roiz. São tidos em muita devação de todo o povo da terra e, ao presente, está seu sepulcro sobre o altar da mão esquerda coletral à capela-mor; e isto não sem muita razão, pois derramaram o seu sangue, como os mártires, por defensão da verdadeira fé de nosso redentor Jesu Cristo, com o qual é de crer que reinam agora em sua glória.

---

## Capítulo 5.º

*Aparecimento que estes santos cavaleiros fizeram  
a el-rei D. Afonso de Castela,  
tendo cercada Tavira,  
com que levantou o cerco e se tornou a Castela.*

El-rei de Portugal, D. Afonso, o quarto deste nome, casou o infante D. Pedro, seu filho, com D. Branca, filha d'el-rei D. Afonso de Castela e Leão, que já era seu genro, e, vindo a infante a Portugal, achou-se que era muito enferma, pelo que o infante tomou muito desgosto dela em maneira que foi tornada a Castela onde se meteu freira no mosteiro das Huelgas de Burgos \*. Depois disto tornou o infante a casar com D. Constança, filha de D. João Manuel, principal senhor de Castela, que rei não fosse, do que el-rei de Castela nada ficou contente, posto que em suas palavras e cartas mostrasse o contrário, e trabalhou quanto poudo pelo estorvar; té inda depois de já feito impedir a vinda da mesma infante a Portugal, de que naceram desgostos e contendas entre ambos estes reis, sogro e genro, que duraram alguns tempos. Durando estes enfadamentos, el-rei de Portugal entrou por Castela e D. Pedro, seu irmão [seu filho], por Galiza, onde fizeram muito damno assim nos Castelhãos como em suas terras. El-rei D. Afonso de Castela também passando Guadiana por junto de Alcoutim, por ùa ponte de barcas que mandou fazer, pôs cerco sobre a vila de Crasto Marim, onde naquele tempo estava o convento do Mestrado de Christus e, polo lugar ser em si forte e ter boa gente que o defendia, levantou-se e passou diante a Tavira e cercou-a com todo seu exército. Ele pousava no mosteiro de S. Francisco da mesma cidade, junto do qual tinha o melhor de sua gente. A um sábadó de madrugada corria a vila em torno, considerando por onde melhor a bateria: o qual feito, tornou-se ao arraial a concertar sua gente por affectuar seus desejos, e chegando à porta do mosteiro, onde poisava, acertou de olhar para a vila e viu estar sobre a igreja de Santa Maria, que dali parece toda, sete homens de grandes corpos, vestidos todos de branco, com bandeiras nas mãos da mesma cor e nelas as armas do apóstolo Santiago. El-rei, vendo isto, foi muito espantado e mandou chamar o guardião da casa, que era homem antigo e sabia dar rezão do que lhe perguntavam, e contou-lhe o que vira, pedindo-lhe muito que nisso lhe quisesse dizer o que entendia. O guardião, sem nisso mais cuidar, lhe respondeu, dizendo: «Senhor, aqueles sete homens, que vistes sobre a igreja, são sete cavaleiros que morreram mártires por nossa fé, quando esta terra se tomou aos Mouros; e seus corpos estão sepultados naquela igreja sobre que os vistes, onde o Senhor por eles tem feito muitos milagres; e

---

\* Pero d'Aveiro em sua *Crónica Geral*, fls. 242 (n. m.).

temos confiança em seus merecimentos que, enquanto aqui estiverem, esta terra não será tomada por inimigos nem sairá do poder e senhorio em que agora está.» Ouvindo el-rei esta resposta tão bem dada pelo velho guardião, pareceu-lhe bem e, por devoção dos santos mártires, não quis bater a vila nem ir mais adiante em seu propósito, mas logo se tornou para seu reino, sem fazer mal algum em Portugal.

## Capítulo 6.º

*Como o Mestre D. Frei Paio Pires Correa  
tomou aos Mouros Salir,  
Alvor, Estômbar e a cidade de Silves.*

Muito contentamento recebeu o Mestre com a tomada de Tavira, por ser a principal cousa do Algarve em povoação, bom sítio e fortaleza, e, considerando que o Senhor notavelmente o favorecia e que por seu meo era servido libertar aquele povo e tirá-lo do poder dos Mouros e torná-lo ao grémio de sua Igreja, como antes fora, não se descuidou de tão gloriosa empresa, mas todos os meos pera isto haver efeito buscava, com muito cuidado e diligência \*. Pelo que, depois de deixar Tavira abastecida de todo o necessário e com boa guarda, ajuntou suas gentes e foi sobre a vila de Salir e tomou-a por força, não se podendo defender de sua grande potência. Depois disto foi sobre Alvor, que antes trocara com os Mouros por Cacela, como atrás fica dito, e tornou-a a tomar segunda vez, Daí foi pôr cerco sobre Paderne, que era castelo muito forte e tinha boa comarca antre a serra e Albufeira, e logo despediu parte de sua gente e a mandou correr o termo de Silves, onde, andando alguns dias, tomaram outra vez a torre de Estômbar, que já fora sua. O que ouvindo Albenafão, rei daquela terra, que residia em Silves e nela tinha sua corte e aposento, e crendo que com esta gente seria também o Mestre D. Paio Correa, contra quem estava muito irado, ajuntou seu exército e saiu de Silves com propósito de ir sobre ele e o desbaratar. O Mestre, sendo disto avisado, levantou o cerco que tinha posto sobre Paderne e por caminho escuso e desviado se veo pôr sobre Silves, onde lhe tomou todas as portas da cidade, pondo em cada ãa boa guarda de seus cavaleiros. Albenafão, quando soube que na torre de Estômbar não havia mais gente que a que a tomara e defendia, não curou de fazer detença nela, mas fez logo volta sobre Silves, receoso d'algum ardil do Mestre, que bem conhecia. E, querendo-se recolher à cidade, achou tomadas as portas pela gente do Mestre e cometeu entrar por força a porta que dizem da Zoia, que lhe pareceu mais despejada que as outras, e quis logo sua dita que encontrou com o Mestre, que de fora tinha a guarda dela, num campo junto da cidade, onde agora está ãa ermida de Nossa Senhora da Invocação dos Mártires. E logo ambos juntos começaram ãa porfiada peleja em que o Mestre, por ter sua gente dividida em muitas partes e el-rei a sua junta, se viu em grande perigo, carregando toda sobre ele com grande ímpeto por lhe tomar a porta que defendia. Mas ainda com tudo isso não puderam e trabalharam por se meter debaixo da torre Zoia, que é edificada sobre arcos, à maneira de ponte, saída pera fora dos muros, por que os que

---

\* Rui de Pina, na *Crónica* já dita, cap. 3.º, e Pero d'Aveiro, no mesmo lugar (n. m.).

em cima estavam os ajudassem e defendessem; mas nem isto puderam, porque o Mestre lho defendeu. Os Mouros, que estavam pelos muros e torres da cidade, vendo seu rei à porta e com grande ventagem de gente, cobraram coração e desceram para o recolher, mas os Cristãos, sentindo isto, acudiram com grande esforço e apertaram-nos tanto, que da volta que fizeram pera se recolher se emborilhou o Mestre também com eles: onde se diz que nesta entrada morreram mais Mouros e também Cristãos que em nenhũa outra parte do Algarve.

El-rei ficou de fora e a porta logo tomada pelo Mestre, e, sendo disto muito triste, andou a cavalo em torno da cidade buscando todas as portas dela, e em todas achou resistência, porque assim o tinha o Mestre provido. E por derradeiro foi-se a um postigo chamado da Traição, que estava no alcácer, que era seu aposento, o qual também achou impedido, pelo que já como desesperado da honra e vida feriu rijamente das esporas ao seu cavalo e fugiu do arraial, mas não da vingança divina, porque, passando o rio, abaixo da cidade, para se deitar da outra banda, deu o cavalo com ele num pego, onde nunca mais foi visto, o qual depois foi chamado o pego de Denamafom, em memória deste acontecimento.

Os Mouros, que na cidade ficaram vivos, recolheram-se ao alcácer e fizeram-se nele fortes pera se defender, mas o Mestre não o quis bater, antes lhe deu seguro que vivessem na cidade, se quisessem, e lavrassem suas herdades, com lhe prometerem obediência e o mesmo tributo que antes pagavam ao rei mouro; no que os Mouros logo concordaram e conheceram a mercê e boa obra que nisto do Mestre recebiam. Esta maneira de misericórdia e reconciliação se diz que o Mestre teve sempre nos lugares que tomou no Algarve, cujos alcáceres não batia, dando seguro aos que neles se recolhiam, por que de todo se não despovoassem; e, por esta causa, ficaram muitos Mouros em todos os lugares do Algarve, forros e senhores de suas fazendas e nelas duraram longos tempos.

Já esta cidade fora outra vez tomada aos Mouros por el-rei D. Sancho o 1.º, filho d'el-rei D. Afonso Anriques, com ajuda de gentes de diversas nações que, indo em socorro da Terra Santa, entraram no porto de Lisboa o ano de 1189; e logo o dito rei fez nela igreja cathedral e mandou celebrar os officios divinos. Mas depois disto, em tempo deste mesmo rei D. Sancho, entrou em Portugal, com grão poder, el-rei mouro de Sevilha, chamado Jacob. E, depois de tomar e destruir Alcácer do Sal, se foi pôr cerco sobre Silves que pouco havia que fora tomada aos Mouros. E os Cristãos, que dentro estavam, depois de muitos trabalhos e mortes e sem esperança de socorro, a deram aos Mouros com partido das vidas e desde este tempo a tornaram a possuir os Mouros té o tempo que o Mestre a tornou outra vez a tomar pela maneira acima dita.

---

## Capítulo 7.º

*De como o Mestre de Santiago, D. Frei Paio Correa,  
tomou aos Mouros Paderne  
e governou todas as terras que no reino do Algarve  
lhe tinha tomadas  
té virem em poder dos reis de Portugal.*

Logo que o Mestre se viu em posse pacífica da cidade de Silves pela maneira acima dita, pôs no alcácer dela boa gente de guarnição, por que os Mouros que nela ficavam não ousassem rebelar ou tornar atrás do que com ele tinham capitulado \*. Proveu-a também de todo o necessário, desejando que a terra se fosse melhorando, pela comarca e sítio que nela via; o que acabado, tornou logo a fazer seu caminho pera a fortaleza de Paderne e, depois de a ter bem cercada, mandou cometer aos Mouros que nela estavam que lhe dessem livremente, e que ele lhe prometia de o fazer bem com eles, como o tinha feito com os de Silves, os quais estavam em suas casas e tinham suas fazendas, livres e contentes como estavam antes. Mas estes, confiados em suas forças e na boa fortaleza que tinham, parecendo-lhe que se poderiam bem defender, não se quiseram dar; pelo que o Mestre os mandou combater rijamente em tal maneira que em poucos dias a vila e o alcácer foram entrados. E por dous cavaleiros da Ordem, que nestes combates morreram, que o Mestre muito sentiu, não os quis o Mestre depois receber a algum partido nem usar com eles de sua piedade costumada; antes mandou que todos andassem a espada, porque o mereciam.

Esta vila Paderne e sua fortaleza foi naquele tempo cousa grande e nobre, segundo mostram inda ao presente as ruínas e vestígios que de seus edifícios ficaram. E alguns escrevendo a razão de sua diminuição dizem que, por o sítio se fazer por tempos doentio e correrem nele maus ares, muitos dos moradores se passaram a morar a Albufeira, por ser mais sadia e estar junto do mar que com sua abundancia e liberalidade a todos favorece.

E é de saber que todos os lugares acima ditos, que são Tavira, Silves, Alvor, Paderne, Salir, Estômbar e Cacela, o Mestre de Santiago, D. Frei Paio Correa, português de nação, conquistou e ganhou aos Mouros pela maneira acima dita, em tempo d'el-rei de Castela e Leão, D. Fernando, o segundo deste nome, cujo vassalo era, estando por seu mandado por fronteiro na Província Andaluzia, antes que o dito rei ganhasse aos Mouros a cidade de Sevilha, em cuja tomada o Mestre também se achou presente, e é de crer que nela fez cavalaria dignas de sua pessoa. E, tomada Sevilha, el-rei D. Fernando não quis sair mais dela, enquanto viveu, que foram três anos e meo; o qual tempo o Mestre,

---

\* Rui de Pina, na *Crónica* acima dita, cap. x, e Pero d'Aveiro, no mesmo lugar (n. m.).

por mandado do mesmo rei D. Fernando, governou as terras do Algarve acima ditas, afora as suas do mestrado que em Castela tinha.

E, por morte d'el-rei D. Fernando, herdou o reino de Castela e Leão D. Afonso, o 10.º, seu filho, no ano do Senhor de 1252, o qual teve grande familiaridade com o Mestre, por sua muita cavalaria e virtude, e lhe deu sempre muita parte de si e de suas cousas e o mandou estar e residir no Algarve para conservação e segurança das terras que nele tinha ganhadas; porque havia no mesmo reino inda outras que estavam em poder dos Mouros.

### **LIVRO III**

*Que trata de como o reino do Algarve  
veo em poder dos reis de Portugal  
e foi acabado de conquistar  
da maneira que ora está*

## Capítulo 1.º

*De como a rainha de Portugal, D. Brites,  
foi a Castela e pediu a el-rei D. Afonso,  
seu pai,  
o reino do Algarve daquém-mar.*

Correndo a era de nossa geral redenção de 1252 e morto el-rei de Castela e Leão, D. Fernando, em Sevilha, foi levantado e obedecido por rei destes mesmos reinos o príncipe D. Afonso, seu filho, o décimo deste nome, que foi chamado o Sábio, na cidade de Sevilha, havendo três anos e meo que fora tomada aos Mouros.

Este rei D. Afonso foi nobre de condição, liberal, virtuoso, cavaleiro, e letrado em tanto que escreveu as *Sete partidas*, compôs as *Histórias gerais* e um livro intitulado *Thesouro* e fez as tábuas que de seu nome são chamadas Alfonsinas.

Estava neste tempo o império romano vago, por morte do emperador Federico, e ouvindo os eleitores a fama deste tão illustre príncipe, saída por toda a cristandade, de suas grandes virtudes e excelências, escolheram-no pera esta suprema dignidade, dele bem merecida, no ano do Senhor de 1255, como quer que depois a renunciou a rogo do papa Gregório X, por paz do povo cristão que muitos anos antes nem a Igreja nem o mesmo Império tinha, pelo qual não é menos de louvar que do mais que nele havia.

Este rei de Castela e Leão, D. Afonso, casou ãa filha, por nome D. Brites, a quem muito queria, com D. Afonso, rei de Portugal, o terceiro deste nome, que primeiro fora conde de Bolonha, e com ela lhe deu muitas vilas e castelos em dote, da qual houve o príncipe D. Dinis, que depois lhe sucedeu no reino, e outros filhos e filhas. E considerando este rei D. Afonso o 3.º como em seu reino de Portugal não tinha já lugares alguns que conquistar, porque os reis seus antepassados, sendo nisto muito solícitos, cada um em seu tempo fizera tão crua guerra aos Mouros que possuíam a mor parte dele, que muitos deles vencidos e mortos e outros fugidos pera outras províncias foram constrangidos a lho deixar em paz, desejava muito não lhe falecer esta ocasião assi pera acrescentar em seu estado e honra e não parecer some-nos deles como principalmente pera nisso servir a Deus Nosso Senhor e se mostrar zeloso de sua fé verdadeira: com isto lhe veo à memória que o Mestre de Santiago, Correa, tinha ganhado no reino do Algarve as terras atrás ditas no 2.º livro, que eram da conquista e senhorio de Castela, em que havia inda outras muitas em poder dos mesmos Mouros, detriminou sabiamente pedir estas terras e conquistas a el-rei seu sogro, de cuja liberalidade e nobreza nada duvidava, pola experiência que todo o mundo de suas obras tinha. Deste pensamento deu parte à rainha D. Brites, sua mulher, a qual o confirmou muito mais nele, e logo ambos antre si detriminaram que ela fosse a corretora deste negócio e tomasse o

trabalho de ir em pessoa a Castela visitar el-rei seu pai e da parte de seu marido e sua levasse esta embaixada. E, por que nisto não houvesse mais dilacção, fosse logo prestes. E, entrando por Castela, achou el-rei seu pai em Toledo, o qual com sua ida foi mui alegre e a recebeu com muita honra e contentamento, porque lhe tinha grande amor e sempre lho mostrara per palavras e obras.

Passados depois disto alguns dias, estando a rainha só praticando com el-rei seu pai em cousas de sua pessoa de que ele mostrava ter muito gosto, lhe dixe que ela de seu marido tinha já muitos filhos, como ele bem sabia, e que Portugal era pequeno pera os agasalhar a todos, com outras palavras e rezões que seu desejo e necessidade naquela hora lhe apresentava, pelo que de parte d'el-rei seu marido, sua e de seus netos pedia lhe quisesse dar as terras que o Mestre de Santiago, D. Paio Correa, tinha ganhadas aos Mouros no Algarve, com a mais conquista do mesmo reino, afirmando-lhe que, tirados à parte os desejos que tinha de o ver e honrar sua bênção, esta fora a causa de seu caminho. El-rei, que de seu próprio natural era largo e magnânimo, posto que nisto de alguns mal julgado, ouvindo a petição de sua filha a que muito queria e as boas razões que em sua causa alegava, mostrou-se disso alegre e contente e, sem mais dilacção, lhe mandou passar carta patente selada, na qual fez doação pera sempre a el-rei de Portugal, D. Afonso, seu genro, e a todos seus descendentes do reino do Algarve, com todas as terras ganhadas e por ganhar que nele havia \*. E em reconhecimento desta boa obra quis que o mesmo rei de Portugal e seus filhos ficassem obrigados em sua vida dele somente a lhe dar cinquenta cavaleiros d'ajuda todas as vezes que ele os pedisse contra os reis de Espanha com quem ele tivesse guerra; e porque este rei de Castela, D. Afonso, folgava muito com a vista e conversação da rainha D. Brites, sua filha, pela grande afeição que lhe tinha, não lhe deu lugar que logo se tornasse a Portugal, como ela quisera, pelo que ela mandou a provisão acima dita a el-rei seu marido, o qual a estimou tanto como antes a desejava. Mandou-lhe também outras com ela do mesmo rei pera o Mestre D. Paio Correa e pera outros nobres cavaleiros, que em sua companhia no Algarve andavam, pelas quais lhe notificava a doação que a el-rei de Portugal, seu genro, e a seus descendentes fizera e lhes mandava que assim a comprissem.

---

\* Depois foi desta doação e d'outras acusado em cortes de Valhadolid (n. m.).

## Capítulo 2.º

*De como el-rei de Portugal,  
D. Afonso, o terceiro deste nome,  
acrescentou o escudo de suas armas  
e se intitidou primeiramente rei do Algarve.*

Recebida a doação acima dita por el-rei de Portugal, D. Afonso, com muita alegria e alvoroço, por ser cousa que muito desejava, não tardou em a dar a execução, mas logo o fez saber ao Mestre D. Paio Correa e a todos os outros nobres cavaleiros que em sua companhia andavam, mostrando-lhe as provisões d'el-rei de Castela, seu sogro, que sobre isto lhe mandara, e todos geralmente se mostraram muito contentes, em especial o Mestre D. Paio Correa, que era português de nação, o qual, posto que vassalo d'el-rei de Castela, sempre se mostrou grande servidor e amigo assim d'el-rei D. Sancho, sobrenome Capelo, como também deste rei D. Afonso, seu irmão, que depois o tomou por compadre em agradecimento destas amizades. Pelo que logo, sem mais dilacção, assim ele como os mais cavaleiros, por virtude das provisões acima ditas, entregaram o reino do Algarve a el-rei de Portugal com todas as fortalezas, vilas, lugares e terras que nele eram ganhados aos Mouros e a conquista das que estavam por ganhar, metendo-o em posse pacífica dele com todas as cerimónias e solenidades ao caso necessárias. E o mesmo Mestre D. Paio Correa, polo amor que a el-rei e a sua nação tinha, se ficou em sua companhia por algum tempo, e como seu vassalo o acompanhou e ajudou a conquistar os mais lugares do Algarve, como adiante em seus lugares se verá. Isto feito, logo el-rei entendeu em ornar o escudo de suas armas reais com insígnias deste novo reino, que acrescentara à sua Coroa, e também o título de sua potência em suas provisões e embaixadas, que aos reis estranhos mandava, entitulando-se nelas primeiramente rei de Portugal e do Algarve d'aquem mar: do escudo dos reis seus antepassados tirou um cordão de púrpura com seus nós, que o cercava em torno e atravessava quatro vezes em sinal de fortaleza e de não poder ser entrado, e acrescentou nele ãa orla larga da mesma púrpura e castelos dourados, com que estas armas ficaram muito mais lustrosas e ricas.

Sobre o número destes castelos há não piquena variedade nas memórias antigas, porque em alguns selos das provisões deste rei, que inda duram, se acham oito. S. um em cima e outro em baixo e três em cada ãa das ilhargas e noutras partes catorze, pelo que ficamos entendendo que acerca disto não se teve respeito aos castelos que lhe foram dados juntamente com o reino do Algarve, donde se tomou o motivo desta alteração, os quais eram sete. S. Cacela, Tavira, Paderne, Estômbar, Silves, Alvor e Salir, mas se deixou sempre ao juízo dos pintores e outros officiais a que a obra se cometia. Parece isto bem claro, além do acima dito, nos selos d'el-rei D. Dinis, seu filho, nos quais se acham dez; nos de D. João o 1.º, dezasseis; nos de D. Manuel, treze; nos de D. João o 3.º,

catorze, e noutros, sete, e este é o número que agora se usa nos d'el-rei D. Sebastião, o qual é mais conveniente, por muitos respeitos, com que nas armas reais melhor parecem.

O motivo que el-rei D. Afonso teve pera acrescentar suas armas foi a posse que tomou deste novo reino do Algarve, que à coroa de Portugal ajuntou, como já é dito, e o que nelas acrescentou não foi sem muita consideração e conveniência, como a tal príncipe convinha, porque a orla vermelha pôs em lugar do cordão de púrpura com que o primeiro rei D. Afonso Henriques as cercou em sinal do muito sangue português que na conquista deste reino a nossa nação derramou por a fé de Cristo, nosso redentor, quando o libertou e tirou da mão dos Mouros infiéis, em cujo poder estava havia mais de quinhentos anos. E os castelos, que na orla meteu, que eram e são as armas de Castela, acrescentou por respeito da rainha D. Brites, sua mulher, filha d'el-rei de Castela, D. Afonso, o décimo deste nome, que foi eleito emperador, em memoria do benefício recebido, a que os Portugueses se prezaram sempre não serem pouco agradecidos. E, pois esta escritura me obrigou a tratar de algũa parte das armas de nosso reino, parece que o lugar convida e a natureza mo pede não deixar a matéria imperfeita, mas que satisfaçamos nesta parte aos curiosos entendimentos, desejosos de alcançar as cousas em sua perfeição, ao menos quanto é possível, pera o que servirão os capítulos seguintes.

### Capítulo 3.º

*Das armas do primeiro conde de Portugal,  
D. Henrique,  
tronco e origem donde procedem todos os reis dele.*

Não há menos opiniões antre os naturais àcerca das armas que o primeiro conde de Portugal, D. Anrique, trouxe, quando de sua pátria veio, que em todas as outras cousas antigas deste reino, e a causa disto cuido não ser outra senão a muita barbaria daqueles tempos e a pouca curiosidade que sempre os Portugueses tivemos em assoalhar nossas obras e pôr em memória o que depois importa e desejamos saber. Deste não pequeno descuido tomaram ocasião alguns estrangeiros pera se nos entrarem por casa e quererem saber mais e repreender as faltas dela que os próprios moradores, afronta, sem dúvida, não pouco de sentir, mas digna de perdão, pois, como digo, nosso sobejo silêncio nesta parte os fez falar a eles e licenciar a pena com tanta ousadia em matéria que aos naturais mais pertencia.

Vindo, pois, a nosso prepósito, diz o autor da corónica do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, que o conde D. Henrique, seu pai, de que falamos, quando de sua pátria saiu e veio a nossa Espanha, trazia no escudo de sua nobreza campo branco sem outra cousa algũa. Não falta a quem isto faça dúvida, respeitando sua pessoa que todos affirmam descender de alto sangue de reis e príncipes de diversas nações, os quais não costumam trazer seus escudos desacompanhados das armas das suas gerações donde procedem, de que não pouco se prezam. Mas a esta objeição se pode facilmente satisfazer com a consideração das excelências que concorreram em sua pessoa. Porque, como fosse mancebo de altos pensamentos, quando saiu de sua terra em companhia de outros dous dos mesmos quilates de que as corónicas fazem larga menção, todos desejosos de mostrar seu valor e esforço contra os Mouros, inimigos de nossa fé, que inda eram senhores de muita parte de Espanha, não quis este tomar as armas de seus avolários, assim creio que o fizeram também os outros, mas trazer seu escudo com campo branco, detriminando ele por si fazer obras com que o ornasse de braços dignos de seus merecimentos, porque estes são os mais excelentes e que se trazem com mais gosto. E não foi esta invenção nova no conde D. Henrique, porque muitos anos antes dele lemos do esforçado Vuifredo, 3.º conde de Barcelona, que, ajudando ao emperador Luís Bablo nas guerras que trouxe com os Normandos, onde fez proezas estranhas com que ganhou muita honra e crédito pera sua pessoa, saindo um dia da batalha muito ferido, se foi ao emperador e mostrando-lhe em o arnês, com que pelejara, seu escudo sem divisa algũa mais que o campo dourado, lhe pediu que lhe desse armas pera ele e seus sucessores. O emperador chegando-se a ele, alegre de ver seu grande esforço, molhou os quatro dedos da mão direita no sangue que de suas feridas

corria e fez com eles no escudo quatro raias d'alto a baixo, dizendo: «Estas serão vossas armas, conde.»

Outros escrevem que trazia o conde em seu escudo ãa cruz azul cor de céu, que o atravessava d'alto a baixo, e d'uma ilharga a outra, e desta opinião são os mais, mas não há na origem ou razão dela menos dificuldade que na de cima; porque sabemos não serem estas as armas d'alguns seus avoengos, posto que muitos lhe dão. A isto se responde que também estes falam verdade nisto que dizem, porque, como este conde D. Henrique, depois de casado e estar em Portugal, passasse em companhia d'outros muitos príncipes cristãos em socorro da Terra Santa, que quatro ou cinco anos havia fora tomada polos Cristãos aos Turcos, e havia inda entre nós e eles cada dia grandes batalhas e recon-tros, dizem todos os autores, que desta matéria tratam, que o papa Urbano II, que a esta santa empresa os moveu, lhe deu este sinal da cruz por armas e insígnia de sua empresa, com cuja virtude fossem mais fortes que todos os inimigos.

Deste santo e vitorioso sinal se contentou tanto o conde D. Henrique que pera nobreza sua e de seus descendentes não quis outro senão a ele sobre o campo branco que antes trazia, crendo firmemente que com ele destruiria os Mouros que em seu condado lhe tinha[m] ocupadas as mais de suas terras e os deitaria fora dele como na Terra Santa donde ele foi vira por experiência pouco tempo havia. E não se enganou o conde, nestes seus pensamentos, da confiança, segundo depois pelo tempo sabemos que aconteceu, porque assim o costuma fazer Deus Nosso Senhor com aqueles que só nele põem suas esperanças e as tiram do mundo e das suas cousas.

## Capítulo 4.º

*Das armas que el-rei D. Afonso Henriques,  
o primeiro de Portugal,  
tomou em princípio de seu reino  
e da ocasião que pera isso teve.*

El-rei D. Afonso Henriques, o primeiro de Portugal, não trouxe outras armas em seu escudo mais que as de seu pai, o conde D. Anrique, que, como fica dito, era ãa cruz azul em campo branco, té que no Campo d'Ourique foi levantado por rei de Portugal por todos os de seu exército, da maneira que em sua corónica lemos.

Mas, depois que neste lugar, com ajuda e favor de Cristo, redentor nosso, que lhe appareceu no céu, venceu os cinco reis mouros, com quem estava em campo, logo tratou de tomar novas armas significadoras não só desta grande vitória mas também dos meios por onde a alcançou, que foram as insígnias de nossa geral redenção com que Cristo nosso redentor lhe appareceu. E primeiramente repartiu a cruz azul, que seu pai, o conde, antes trazia, em cinco escudos pequenos, à honra e reverência das cinco chagas; e em memória dos cinco reis vencidos, ordenando-os em maneira que eles mesmos ficassem fazendo a cruz antiga; e meteu neles os trinta dinheiros por que nosso redentor em sua sagrada paixão foi vendido. O modo que nisto teve foi não menos devoto que delicado e curioso, e por isso de poucos entendido, porque fez deles ãa enigma e história abreviada, cousa a que os reis de Portugal seus sucessores sempre foram incrinados no tomar de suas insígnias. Isto fez metendo treze dinheiros em cada escudete, repartidos de três em três e na ponta mais baixa um só e desta maneira se acha ainda, ao presente, nas armas deste rei, que el-rei D. Afonso o 4.º mandou pintar com o retrato do mesmo rei, tirado ao natural, e pôr na capela-mor da Sé de Lisboa, em que se mandou sepultar; onde estiveram com os retratos dos outros reis de Portugal da mesma maneira tirados té nossos dias, que o cabido mandou fazer coro na mesma capela-mor, e então se tirou dela esta curiosa antigualha e a recolheu Brandão, provedor das capelas deste mesmo rei D. Afonso, com que agora tem ordenada ãa antecâmara que, segundo ele diz, estima mais que o seu morgado.

O primeiro segredo destes treze dinheiros é que eles com o mesmo escudete em que estão significam os treze reis mouros com seu emperador Miramolim, de Marrocos, que este rei D. Afonso Anriques venceu e desbaratou, tendo eles cercado seu filho, o príncipe D. Sancho, na vila de Santarém, a qual foi uma das mais abalizadas vitórias que algum dos príncipes cristãos té o presente de seus inimigos alcançou, de que tenhamos memória.

Há outro segredo no número destes dinheiros e é que, com serem no mais de treze, significam trinta e por tantos se contam, porque os três da primeira ordem não servem mais que de dar a entender e mostrar

que os dez, que abaixo deles estão, se hão-de contar três vezes e desta maneira ficam sendo trinta em cada escudo, como também os cinco, que se agora metem em cada um, não fazem mais de vinte e cinco e, pera que façam trinta em número, havemos de contar o do meio duas vezes. Ordenou-se isto assi não só porque, com serem treze, significam o vencimento dos treze reis acima ditos, mas também por evitar o grande número de trinta que nos escudos, por serem pequenos, não pareciam bem e se contam com dificuldade: e com tudo isto alguns menos considerados os puseram todos, como em algũas partes os vemos, regendo-se pelas palavras da corónica deste rei, sem mais outra consideração, a qual diz que tomou por parte de suas armas trinta dinheiros, deixando a ordenança disso a quem pertencia. Polas bordaduras do escudo principal mandou este rei D. Afonso Anriques deitar um cordão de púrpura com seus nós, que, depois de o cercar em torno, atravessava polo meio duas vezes em cruz, o qual em ser vermelho mostrava muito sangue que na conquista deste reino se derramou pola fé de nosso redentor donde estas armas tomaram seu princípio, e pelos nós e círculos dele sua fortaleza e a confiança que os reis de Portugal devem ter de não serem vencidos de seus imigos, por virtude deste sinal saudável da santa cruz.

Não eram naquele tempo estes escudos, assi o maior como os menores, do mesmo talho que agora os vemos, mas à maneira de grandes pavese com ferrões agudos nas pontas de baixo, porque os que a pé se combatiam os ferravam em terra pera detrás deles peleijar e não voltar atrás, sem primeiro arriscar a vida, e os iam mudando adiante todas as vezes que lhe era possível, a que chamam ganhar terra aos imigos.

## Capítulo 5.º

*Das alterações e mudanças que houve  
no escudo das armas reais de Portugal  
desde o primeiro rei D. Afonso Anriques, que as tomou,  
té el-rei D. Sebastião, que, ao presente, reina.*

Da maneira que acima é dito permaneceram as armas reais deste reino de Portugal sem mais alteração algũa que de notar seja, em tempo do mesmo rei D. Afonso Anriques, que as tomou, e de seu filho D. Sancho, o primeiro deste nome, e de D. Afonso II, seu neto, e de D. Sancho II, seu bisneto, té chegarem a D. Afonso, também seu bisneto, que primeiro foi conde de Bolonha.

Este rei D. Afonso, terceiro deste nome, por rezão do reino do Algarve, que à coroa de Portugal acrescentou, tirou do escudo real o cordão de púrpura que o cercava e em seu lugar pôs a orla larga da mesma cor com castelos dourados, que agora lhe vemos, como já no capítulo segundo fica apontado.

O primeiro rei que depois de D. Afonso o 3.º, acima dito, fez alteração nas armas reais foi D. João de boa memória, o primeiro deste nome, o qual, como antes de ser rei era mestre da ordem dos cavaleiros que em Castela se chamam de Calatrava e em nosso Portugal de Avis e inda, sendo rei, não deixasse o mestrado, quis pôr nas armas reais ãa lembrança disto e, por esta causa, meteu a comenda de Avis no escudo real, enfiando os cinco menores na aspadela; de maneira que ficava com as pontas, que são as flores do lírio, na orla de todas as quatro partes. Também reduziu os dinheiros ao número de cinco em cada escudete, como agora os vemos, dos quais pera fazermos trinta, havemos contar os do escudo do meio duas vezes.

El-rei D. Duarte, o primeiro deste nome, pôs detrás do escudo das armas reais a comenda de Avis, que seu pai, el-rei D. João o 1.º, pôs na dianteira, de maneira que só as pontas dela lhe pareciam por detrás, na orla, e em todo o mais as deixou como antes estavam.

El-rei D. João o 2.º tirou de todo a comenda de Avis do escudo real. E, considerando que os dous pequenos das ilhargas, jazendo deitados, parecia quebra e perdimento de batalha nas armas reais, conforme as leis delas, mandou-os erguer e pôr direitos, como agora os vemos. Nesta forma, que é a mais perfeita e que melhor parece, as trouxe despois el-rei D. Manuel o 1.º, e el-rei D. João o 3.º, e as traz agora el-rei D. Sebastião o 1.º, cuja vida e estado real Nosso Senhor Deus prospere por muitos anos, pera nestes reinos e em todo o mundo lhe fazer grandes serviços. Amen.

Tãopouco me pareceu fora de propósito focar aqui, brevemente, a excellência, fortaleza e esforço que Deus Nosso Senhor tem dado por virtude destas santas armas aos reis de Portugal, logo desde seu princípio té os tempos presentes; e assim temos confiança que será té o fim do mundo.

E desta glória, se assim se pode chamar, o principal cabe ao devotíssimo e magnânimo rei D. Afonso Anriques, tronco e princípio dos de Portugal, porque a ele, como fundamento desta casa real, apareceu Cristo, nosso redentor, crucificado, estando para romper batalha com cinco reis mouros e se assegurou da vitória, de cujas insígnias ele entendeu que lhe convinha armar-se contra os inimigos daquele Senhor que em tal tempo lhe aparecera. E a princípios tão santos e gloriosos como estes não podia deixar de suceder o que agora vemos.

Do emperador Constantino o Magno escreve Eusébio em sua *História Eclesiástica* que, estando em campo contra Maxêncio, emperador tirano, lhe apareceu no céu com o sinal da cruz e ouviu vozes de muitos anjos que diziam: «Constantino, com este sinal vencerás.» E assim foi que tomando ele logo este sinal, feito de prata e ouro, e fazendo-o levar em seu exército como pendão real, não só venceu os inimigos, mas di em diante foi um dos abalizados príncipes que a Igreja Católica teve.

Também do glorioso S. Martinho, bispo turonense, se lê que, como o emperador Juliano, o Apóstata, lhe atribuisse a medo e covardia o não querer exercitar o ofício de tribunado, que seu pai na corte tivera, lhe respondeu com grande constância: «Por que não te pareça que o enjeitar tua cavalaria me nace de medo e covardia, como dizes, e não de zelo e amor de religião cristã, amenhã verás que, armado não de armas de ferro ou aço mas somente do sinal glorioso da cruz de meu Senhor Jesu Cristo, entrarei por meio dos inimigos tão seguro e sem temor como agora aqui me vês diante ti.»

Não é, pois, de maravilhar, se o nosso bom rei D. Afonso Anriques, armado deste mesmo sinal e também das cinco chagas e mais insígnias da paixão de Cristo, nosso redentor, com que no céu lhe apareceu, venceu cinco reis mouros numa batalha e noutra ao emperador Miramolim, de Marrocos, com treze reis que em sua companhia vinham; e isto não com multidão de soldados e munições de guerra, que em seus exércitos não trazia, nem com tiros, bombardas e outros artifícios de fogo, que inda naquele tempo não havia, mas com poucos portugueses e estes, esforçados, que em seu pequeno e novo reino tinha, os mais deles armados de seus próprios vestidos, com bestas, muitas delas de pau, de que inda não faltam relíquias e espadas largas de quatro palmos em comprido com cabos de cruz, que eram os melhores daquele tempo, o que tudo claro mostra não serem isto somente obras humanas, mas também grandes favores de potência divina.

E quem duvida haver-se estendido o império dos reis de Portugal tanto que vemos hoje suas quinas reais postas em Oriente, nos mais distantes términos da terra, e lá terem sujeitos tantos reis de diversas seitas da gentildade, conquistados por tão largos e perigosos mares, senão por virtude e respeito destas santas insígnias da nossa redenção, de que estão compostas e enobrecidas suas reais armas?

Que forças, que poder humano foram bastantes para, em partes tão remotas de nosso Portugal que ficam sendo os mais distantes polos que nosso Deus criou no mundo, pera combater, sujeitar e fazer tributários passante de vinte reinos cujos nomes aqui quero pôr pera mor testemunho desta verdade, que são o reino de Goa, o de Ceilão, o de Malaca, o de Cochim, o de Pimenta, o de Samorim, o de Cananor, o de Mangalor, o de Onor, o de Bracalor, o do Idalcão, o de Zamaluco, o de Cambaia, o de Ormuz, o das ilhas de Maldiva, o de Melinde, o de Mombaça, o de

Narsinga, o de Moçambique, o de Sofala, com outros muitos de gente bárbara e indómita, todos os quais estavam em suas terras e reinos, favorecidos uns dos outros e de todo o necessário à vida humana, e lá os fomos a buscar, descobrir, e à força de ferro e fogo sujeitar, e se isto não foram obras da mão direita do mui alto, que a nossa nação portuguesa, esquecida nesta última ourela da terra, quis engrandecer desta maneira? Pelo que tenho por muito acertado não se fazerem mais alterações ou mudanças nestas reais armas, posto que o tempo deu não poucas ocasiões pera isso, como aqui vemos, por que não misturemos as cousas profanas com as divinas e fiquemos sempre entendendo que a glória de nossas vitórias não as alcançamos tanto por nossas forças como polo socorro divino, dado a nós por virtude da cruz e chagas santíssimas que os reis de Portugal trazem em suas armas reais, com isto bastantes a conquistar todo o mundo.

## Capítulo 6.º

*De como el-rei D. Afonso de Portugal,  
depois de lhe ser dado o Algarve,  
foi sobre a vila de Fárão, que era de Mouros,  
e lhe pôs cerco,  
onde o mestre D. Paio Correa  
se veio também ajuntar com ele.*

Metido el-rei D. Afonso em posse do Algarve, como acima fica dito, logo tratou de conquistar os lugares que inda nele estavam polos Mouros, porque esta fora ãa das causas que o moveram a o desejar e pedir a el-rei de Castela, seu sogro. Pera o que mandou, com grande diligência, ajuntar e fazer prestes muitas gentes em seu reino e, como foi feito, se partiu para Beja e dali para Almodovar que é no Campo d'Ourique e passou a serra polas Cortiçadas, levando seu caminho direito para a vila de Fárão que era do senhorio de Miramolim, rei de Marrocos. Nesta vila estavam dous mouros principais, s.: Aloandro, que a tinha da mão do mesmo rei, e Bombarão, seu almoxarife, a quem pertencia arrecadar os direitos que os Mouros lhe pagavam no Algarve e mandar-lhos a África, a seus tempos ordenados. Estes dous mouros tinham a vila bem provida assim de gentes que nela continuamente estavam, como também de mantimentos, armas e todo o mais ao exercício da guerra necessário, porque era ela um dos melhores [portos] de mar de todo o Algarve, e escala principal da Mauritânia, em África. Dentro do alcácer dela tinham ãa fusta bem aderençada, a qual, com engenhos pera isso já feitos, deitavam ao mar per cima do muro e com ela mandavam seus avisos a Miramolim, em África, pedindo-lhe socorro ou dando-lhe notícia de como a terra estava. Sobre tudo isto, a vila era cercada de bons muros, altos e fortes e por estas razões os moradores dela viviam confiados e com pouco temor dos Cristãos, parecendo-lhes que suas forças e a bondade do lugar os defenderiam, se com eles entender quisessem.

A este tempo o Mestre de Santiago, D. Paio Correa, estava no mesmo Algarve e, como soube da ida d'el-rei, logo se foi pera ele com todas suas gentes. Esperou-o na vila de Salir, antre Loulé e Almodovar, onde, ajuntando-se ambos, o Mestre lhe fez sua reverência devida e el-rei o recebeu com grande honra e sinais de muito amor, porque eram já compadres e seus serviços lho mereciam.

Desta vila Almodovar se partiu logo el-rei com todo seu exército já posto em ordem e, chegando à vista de Fárão, pareceu-lhe lugar forte e bem pousado, como o era, e que pera o combater lhe era necessário força de gente e bem ordenada. E, portanto, o primeiro que fez, em chegando, foi repartir em estâncias todo o muro aos principais fidalgos e capitães que consigo levava, com boa companhia de gente, pera que todos a um mesmo tempo dessem bateria aos Mouros per todas as partes e não dessem lugar aos inimigos de fazer um corpo nem de se poderem ajudar uns aos

outros. A primeira estância tomou el-rei pera si, junto do alcácer, que era o mais forte e perigoso, e ocupou todo aquele lanço do muro que há té a porta, que agora é chamada dos Freires. O segundo deu ao Mestre com toda sua gente, que foi desta porta dos Freires té a porta da vila. O terceiro deu a um rico-homem e bom cavaleiro, título que naquele tempo não importava pouco, chamado Pero Estacho ou Estaço e foi da porta da vila té ãa torre que adiante está, que depois foi chamada de João de Boim. A este mesmo João de Boim, que era pessoa de grande estima deu el-rei outro lanço, s.: esta sua torre com todo o mais que havia té o Alcácer, onde el-rei estava.

Além destes capitães aqui nomeados eram com el-rei outros cavaleiros e pessoas mui principais do reino, s.: D. Fernão Lopes, Prior do Esprital, o Mestre d'Avis, o chancarel D. João d'Avinhão, Mem Soares e João Soares e Gaspar Lourenço e outros muitos.

Como el-rei teve a vila cercada por terra pela maneira acima dita, proveu logo, como prudente, sobre o que lhe era necessário pera o mar, por lhe tirar as esperanças de haverem socorro de África nem doutra parte algũa. Mandou chegar à barra sua frota que trazia de navios e naus grossas e ordenou que os mais fortes e bem armados entrassem no rio e se atravessassem no canal dele, os quais mandou forrar de couro da banda do mar, por que, se por caso os imigos viessem e lhe deitassem fogo, lhe pudessem acudir, antes que se ateasse e fizesse muito mal. E desta maneira ficou a vila cercada também por mar, o que os Mouros sentiram muito e foram postos em grande cuidado, mas contudo mostravam esforço com detriminação de se defender.

## Capítulo 7.º

*De como el-rei D. Afonso de Portugal  
combateu a vila de Fárão,  
no Algarve,  
e a rendeu per força e depois a deixou aos mesmos Mouros,  
ficando-lhe tributários  
e com privilégio de seus vassallos.*

Feitas as diligências acima ditas, mandou logo el-rei aos capitães, que estavam repartidos pelo muro, que, a certo sinal, combatessem rijamente a vila, cada um pelo lugar que lhe era encarregado, os quais o fizeram com grande esforço e sem cansar nem dar repouso aos Mouros, que, por se verem combatidos por todas partes, não se sabiam dar a conselho nem onde primeiro acudissem. E como isto se continuasse de dia e de noite por espaço de tempo no qual os Cristãos, animados com a presença de seu rei, que amiúde os visitava e esforçava com suas boas palavras e obras, matavam, feriam e cativavam a muitos, não receando os perigos e mortes em que cada hora se viam, os Mouros, também por defenderem a si e a sua pátria, pelejavam com grande esforço; e, em muitos dos Cristãos que mais descuidados achavam, vingavam sua ira, mas, como isto não fosse em comparação dos danos e mortes que continuamente recebiam sem esperança de socorro ou favor de parte algũa senão de verem seus muros postos por terra e a eles entregues à fúria dos inimigos, houveram antre si são conselho, em especial Aloandro e Bombarão, e saíram de dentro com sinal de paz, pedindo que os deixassem falar a el-rei, com o qual começaram a tratar de se dar a partido.

Sobre a conclusão deste negócio se foi el-rei falando com eles té dentro da vila pola porta que junto do alcácer estava, onde tinha sua estância, sem disso dar conta aos do arraial nem aos capitães que em suas estâncias residiam, acompanhado somente dos de sua guarda e dalguns outros que junto dele se acharam. E, posto que el-rei fez isto assim por tomar resolução no caso, com mais quietação e sossego dos seus, em que podia haver diversos pareceres (com acontece), contudo não foi sem grande perigo de sua pessoa e pouca consideração do que podia succeder, como logo direi. Neste caminho se acabaram de concertar o alcaide e almoxarife com el-rei de lhe darem a vila, com certas condições que adiante direi, e o meteram logo em posse do alcácer com os que ele quis, que foram até dez cavaleiros dos que o acompanharam, sendo o mesmo alcácer primeiro despejado dos Mouros principais acima ditos.

O Mestre e os outros capitães achando el-rei menos do arraial e sendo-lhe dito que era dentro na vila não creram que podia ser isto por seu bem senão que fora enganado e os Mouros lhe tinham feito treição; e foram por isso muito anojados e correu logo esta nova por todo o arraial, de que todos ficaram turbados sem saber o que lhes convinha a fazer. Com este ímpeto se detriminaram logo todos a entrar a vila por força, cada

um por onde pudesse e sobre isso perder a vida pola liberdade de seu rei; e os do Mestre num instante trouxeram soma de lenha e com ela materiais pera pôr fogo às portas. E o combate se travou tão desiso que os Cristãos por entrarem a vila e os Mouros, que tão-pouco do concerto sabiam, por lha defender morreram d'ambas as partes mais sem conto que em todos os encontros passados. E tudo isto causou a inadvertência d'el-rei, que acima disse, o qual neste tempo andava com o alcaide e almoxarife ocupado em tomar posse do castelo e fazê-lo despejar dos Mouros, e, ouvindo grande estrondo das armas e alaridos dos Mouros, que no arraial e por toda a vila soava, ficou com grande sobressalto; mas, sendo avisado da causa disto, subiu a grão pressa a ùa torre do alcácer e mostrou-se aos do arraial, erguendo o braço e fazendo sinal de paz; e mostrando-lhe as chaves da fortaleza, pera que entendessem que já estava em posse dela. E mandou logo recado ao Mestre e aos outros capitães do exército que se quietassem e não combatessem mais a vila, dando-lhe rezão (que antes devera fazer) do concerto que com os Mouros tinha feito. O alcaide Aloandro saiu também do alcácer e andou por a vila sossegando os seus e dando-lhe conta do que com el-rei fizera, de que todos foram contentes, porque bem ficaram entendendo deste derradeiro combate, que com os Cristãos houveram, que, se este remédio seu alcaide tão presto não buscara, pior lhe houvera de sair seu partido. E, pera que uns e outros ficassem mais seguros, mandou el-rei deitar pregão por todo o arraial que nenhum cristão fizesse mal a algum mouro, inda que eles andassem nem entrassem na vila, posto que as portas estivessem abertas, salvo os capitães acompanhados dos que eles quisessem, mas que todos os mais residissem em suas estâncias que lhe eram assinadas. O concerto que el-rei fez com os Mouros foi que os que se quisessem ir pera outras partes o pudessem fazer logo, com tudo o que possuíam, e os que na vila quisessem ficar lhes dava suas casas, fazendas e herdades, com condição que pagassem a el-rei os mesmos tributos e direitos que antes a Miramolim pagavam. E que el-rei ficasse obrigado a os favorecer e defender assi dos Mouros como de qualquer outra nação que lhes quisesse fazer mal e que os cavaleiros mouros da terra ficassem por seus vassallos e o acompanhassem, quando lhe comprisse, e por isso lhes fizesse favor e mercê como os outros de sua corte; e esta é a causa por que os Mouros duraram em todo o Algarve mais de trezentos anos depois disto, sendo livres e senhores de suas fazendas. Desta maneira cobrou el-rei D. Afonso a vila de Fárão no mês de Janeiro da era de César, que então corria, de 1298 e de Nosso Senhor Jesus Cristo [de] 1260.

## Capítulo 8.º

*De como el-rei D. Afonso de Portugal  
foi sobre a vila de Loulé e a tomou  
e o Mestre de Santiago, D. Paio Correa,  
tomou Aljezur.*

Não passaram muitos dias depois da tomada de Fárão, quando el-rei logo mandou aparelhar suas gentes pera ir sobre Loulé, que estava daí duas léguas adentro, pelo sertão. Os Mouros desta vila já antes sabiam que el-rei estava sobre Fárão e bem suspeitaram que, depois que a tomasse, havia de ir também sobre eles, pois os tinha tão perto; pelo que começaram com tempo a fortalecer o lugar e provê-lo de tudo o que lhe parecia ser necessário pera o cerco que esperavam. El-rei, que noutra cousa não entendia, como viu suas gentes algum tanto restauradas dos trabalhos passados e aparelhadas pera o que esperavam, partiu de Fárão com o Mestre D. Paio Correa e com todo o seu exército e, chegando a Loulé, pôs-lhe cerco, repartindo seus capitães pelos muros da vila, que eram fortes e bons, dando a cada um sua estância, como fizera em Fárão, pera que, ao tempo detriminado, juntamente dessem bateria aos Mouros e entrassem a vila, se pudessem. Os Mouros, aos primeiros encontros, mostraram esforço; e presumiram defender-se e d'ambas as partes havia mortos e outros damnos, que nestes conflitos costumam não faltar, mas como já tinham os corações enfraquecidos do que sabiam haver acontecido aos de Fárão, seus vizinhos, e de se verem sós e sem esperança algũa de socorro, não durou muito seu esforço; e a vila foi entrada sem enfadamento de cerco e eles postos à mercê d'el-rei, que deles a houve como com os de Fárão \*. E vendo el-rei que o Mestre D. Paio Correa trazia em sua companhia cavaleiros de muito esforço, exercitados nos ardis da guerra, que por eles serem tais e se acharem os primeiros nos perigos e combates passados eram já mortos muitos deles, movido a piedade e doendo-se da perda de tão boa gente, disse ao Mestre, nesta vila de Loulé, que lhe pesava muito ver morrer tão bons cavaleiros como consigo trazia e que não se achariam facilmente outros tão singulares e de tanto esforço, querendo também nestas palavras louvar ao Mestre e mostrar-se-lhe agradecido aos bons serviços que dele e de sua gente nos combates passados recebera. O Mestre, como era sábio e prudente, entendeu o porque el-rei dizia e mostrando o bom ânimo que pera suas cousas tinha, respondeu-lhe: «Senhor, não hajais compaixão da morte de meus cavaleiros, cujas vidas vistes acabar em seu ofício e com tanto merecimento, pois as empregaram em serviço de seu Deus e defesa da nossa fé verdadeira. E se porventura a falta deles sentis, inda eu sou

---

\* Tomou-se Loulé em dia de S. Clemente, cuja invocação é ãa só freguesia que agora tem (n. m.).

vivo, a quem não faltarão outros tantos afora estes que me ficaram, pera juntamente com eles vos servir noutros mores perigos que os passados.» Desta reposta mostrou el-rei receber muito contentamento e por lhe parecer que já a sua presença não era necessária no Algarve, pois as fortalezas dele estavam providas de sua mão, detriminou partir-se pera Portugal, como fez, e deixar nele ao Mestre D. Paio Correa, pera segurança dos lugares tomados e também pera acabar de alimpar a terra desta perdida gente; o que o Mestre aceitou de boa vontade, por dar fim à empresa daquele reino que contra o parecer de muitos dos seus tão prosperamente lhe sucedera. Pelo que logo juntou seus cavaleiros e, correndo a terra contra o Cabo, foi avisado que grande recova de Mouros ia junta pela serra; uns diziam que a juntar-se com outros, pera consultarem antre si o que lhe convinha fazer, pois viam Silves, Tavira e os mais lugares polos Cristãos, e outros afirmavam, o que pareceu mais verdade, que iam do Cabo pera Aljezur a ùa boda a que eram convidados, porque os da vila os saíram a receber fora, quási uma légua, e eles vinham seguros, sem armas, vestidos de festa. O Mestre, como isto soube, foi mui alegre e seguiu-lhe o alcance, e havendo vista deles apertou com os de cavalo e alcançando-os matou e cativou quási todos. E alguns que escaparam acolheram-se à vila e tão acoissados iam que não tiveram acôrdo de fechar as portas da vila polas quais o Mestre entrou após eles e se apoderou da vila com os seus, sem algum partido dos Mouros dela.

Tomado este lugar Aljezur, não ficava em todo o reino do Algarve outro em poder dos Mouros senão Albufeira, da qual se afirma havê-la ganhado aos Mouros o Mestre d'Aviz, D. Lourenço, em tempo deste mesmo rei D. Afonso; mas não achei escrito se foi logo nesta conjunção ou depois, andando o tempo; e por esta razão se diz que a mesma vila foi sempre e é inda agora do mestrado.

Desta maneira teve fim a conquista do reino do Algarve d'aquém mar, de que falámos, a qual se começou em tempo d'el-rei de Portugal, D. Sancho o 2.º, pelo Mestre de Santiago, em Castela, D. Paio Correa, português de nação, capitão mui esforçado e grande guerreiro contra os imigos de nossa fé verdadeira, da maneira que no princípio do 2.º livro fica dito, e se acabou no deste rei D. Afonso o 3.º, havendo quási 500 anos que estava em poder de Mouros e contaminado com a suja lei de Mafoma. Durou esta conquista pouco mais de vinte anos, no fim dos quais foi ajuntado à coroa dos reis de Portugal, em que, com o favor divino, confiamos perseverará té o fim do mundo, pera glória do Senhor Deus e aumento de nossa Santa Igreja.

## Capítulo 9.º

*De como o Mestre de Santiago, D. Paio Correa,  
se foi pera Castela  
e, por divisões que houve, veio a Portugal  
o infante de Castela, D. Luís, chamado Pontus,  
e o reino do Algarve foi posto em terceira  
em poder de D. João de Boim e de D. Pedr'Eanes Portel,  
seu filho, cavaleiros portugueses.*

Acabada a conquista do reino do Algarve pela maneira acima dita, considerou o Mestre D. Paio Correa que já em Portugal não tinha pera que mais se deter, pois o Senhor Deus lhe comprira seus desejos, e via os Mouros privados do senhorio do Algarve e aos Cristãos restituídos à posse dele; pelo que pediu licença a el-rei de Portugal, D. Afonso, pera se ir pera Castela a seu mestrado, o qual lha deu de boa vontade, posto que sentisse muito sua ausência por seus bons serviços e merecimentos de sua boa pessoa. E chegando a Castela deu conta a el-rei D. Afonso o 10.º de tudo o que no Algarve era feito e de como el-rei de Portugal, seu genro, o tinha já posto todo debaixo do seu império, do que el-rei se mostrou muito contente por lhe succeder tão prosperamente sua empresa. Os principais senhores de Castela com esta nova não ficaram muito satisfeitos, porque também o não foram da doação que el-rei fizera do Algarve a Portugal, e disto o repreendiam e inda penitenciaram depois nas cortes de Madrid e lho estranhavam todas as vezes que isto lhe caía em prática; nem tinham pera si que el-rei de Portugal havia de cumprir a obrigação dos cinquenta cavaleiros, mas que havia de ser como a outra antiga do condado de Portugal que fora feita ao conde D. Anrique.

A estas murmurações e desconfianças pareceu a el-rei necessário atalhar com mandar a Portugal o infante D. Luís, seu irmão, pera que, em seu nome e pessoa, tomasse juramento e menagem a el-rei que compriria as condições da doação e sobre isso fizesse as mais diligências que pera sua segurança lhe parecessem necessárias. Veio pois o infante a Portugal com poder bastante d'el-rei, seu irmão, e além de tomar d'el-rei de Portugal todas as seguranças conformes às condições de sua obrigação pera mais honesta desculpa d'el-rei de Castela pera com os seus, que todos desconfiavam, determinou deixar estas terras do Algarve em algũa maneira isentas d'el-rei de Portugal e sujeitas ao de Castela, não porque, na verdade, deixassem de ser suas, conforme a doação passada, mas que, por esta ocasião, el-rei de Portugal tivesse mais cuidado e lembrança de cumprir as obrigações dela e o de Castela não fosse notado de sobejamente pródigo em dar as terras da sua coroa sem algũas obrigações e segurança de se lhe não levantarem com elas. Pera isto, enformando-se primeiro, como é de crer, da nobreza, poder e virtude, porque tudo era necessário, dos cavaleiros portugueses, que el-rei em sua corte e reino tinha, entregou-as a D. João de Boim e a D. Pedr'Eanes de Portel, seu filho, os

quais eram pessoas de nobre e limpo sangue e de grandes casas no reino, pera que as tivessem como fiéis, com menagem e juramento que logo fizeram diante o mesmo infante e de todo o povo, que, quando el-rei de Portugal se descuidasse e não comprisse a condição dos cinquenta cavaleiros que a el-rei de Castela havia de dar, que eles com suas pessoas e com as ditas vilas e castelos o cumprissem inteiramente, o que el-rei de Portugal neste caso era obrigado. E de tudo isto se fizeram escrituras e autos públicos com todas as solenidades acostumadas.

## Capítulo 10.º

*De como por diferenças que houve entre el-rei de Portugal  
e o de Castela tornou a Portugal o Mestre D. Paio Correa  
com outros dous principais fidalgos de Castela  
por embaixadores e das pazes  
que por seu meio foram feitas.*

Como o infante D. Luís de Castela teve concluídas as causas de sua vinda a Portugal, despediu-se d'el-rei e tornou-se a Castela; e fez saber a el-rei, seu irmão, e a outros grandes do reino o que em Portugal deixava feito, com o que el-rei se alegrou muito e os seus se mostraram algum tanto mais satisfeitos, mas el-rei de Portugal não o ficou assim do rigor da terceira com que os lugares do Algarve lhe ficavam, por isto ser fora das condições da doação, ainda que, por então, o dissimulou polos enfadamentos que sabia que sobre isso passava em Castela el-rei seu sogro; e, ajuntando-se a isto outras diferenças que sobre os termos e partições dos reinos de Portugal e Castela se levantaram, foram estes dous reis, sogro e genro, postos em discórdia; do que o de Castela se dava por mais agravado. O que sentindo a rainha D. Brites trabalhou logo soldar estas quebras com sua prudência e virtude de todos conhecida; e pôde tanto com el-rei seu pai que, dando-se ele por mais ofendido, ele foi o que mandou a Portugal embaixadores de paz, a saber, ao Mestre de Santiago, D. Paio Correa, que sabia ser especial amigo e servidor d'el-rei, seu genro, e a D. Martim Nunes, Mestre dos Cavaleiros do Templo, nos três reinos de Espanha, e a D. Garcia, adiantado-mor do reino de Múrcia, os quais, vindo a Portugal e tratando estas cousas por boas razões e sem paixão diante el-rei e seu conselho, acordaram antre si certas condições, com que ficaram em paz e amigos como dantes e assentaram que, pera que estas pazes durassem, el-rei de Portugal e seus filhos e sucessores livremente pera sempre dispusessem de todas as vilas, fortalezas e mais terras do reino do Algarve, segundo fosse sua vontade, sem embargo de quaisquer promessas e condições que antre eles fossem postas; salvo da ajuda dos cinquenta cavaleiros de que o não desobrigaram, mas que isto ficasse na boa fé e verdade d'el-rei, sem outra mais condição ou segurança algũa. Postas as cousas nesta boa concrusão, os embaixadores se tornaram a Castela satisfeitos e acharam a el-rei em Badajoz, o qual de tudo foi mui contente; e confirmou as pazes e concertos por seus embaixadores antre ele e el-rei de Portugal, seu genro, feitos, e mandou suas provisões aos acima ditos D. João de Boim e Pedr'Eanes de Portel, seu filho, pelas quais lhe mandou que entregassem a el-rei de Portugal, D. Afonso, seu genro, todas as vilas, castelos e terras do reino do Algarve. E pelas mesmas provisões lhes levantou as menagens e todas as outras obrigações e juramentos que a ele e ao infante D. Luís, em seu nome, por reção do reino do Algarve tivessem feito; e isto por carta selada de suas armas reais, feita em Badajoz, em terceira feira, dezasseis dias de Fevereiro da

era de Cristo, nosso redentor, de 1267, sottoscrita per Milão Pires secretário que, per mandado d'el-rei, a fez escrever, cujo teor é o seguinte:

«Provisão que el-rei de Castela e Leão, D. Afonso o 10.<sup>o</sup>, mandou a D. João de Boim e a Pedr'Eanes Portel, seu filho, pera que entregassem o reino do Algarve com todas suas vilas e castelos a el-rei de Portugal, seu genro.

D. Afonso, pola graça de Deus rei de Castela, de Toledo, de Leão, de Galiza, de Sevilha, de Córdoba, de Múrcia e de Jaen. A vós, D. João de Boim, maiordomo d'el-rei de Portugal, e a vós, Pedr'Eanes, filho do mesmo D. João de Boim, saúde e graça. Mandamos a vós firmemente e outorgamos que, vista esta carta, deis e entregueis a el-rei D. Afonso de Portugal ou a quem ele mandar todos os castelos do Algarve, que são estes: Tavira, Loulé, Santa Maria de Fárão, Paderne, Silves e Aljazur, com todas suas pertenças e com todos seus direitos e com todas suas rendas e com toda a terra do Algarve e seu senhorio. E se porventura o dito rei D. Afonso for morto antes que esta entrega seja feita, mandamos e outorgamos a vós e a cada um de vós que deis e entregueis a D. Dinis, primeiro filho e herdeiro deste D. Afonso, rei de Portugal, ou a outro seu irmão ou irmã, se D. Dinis morresse antes que esta entrega fosse feita, todos os castelos e toda a terra do Algarve e todas as cousas sobreditas. E nós, sobredito rei D. Afonso, quitamos pera sempre a vós, D. João de Boim e a Pedr'Eanes, vosso filho, a menagem que a nós fizestes sobre todos os preitos e posturas que foram postas e escritas antre nós e D. Afonso, rei de Portugal, e D. Dinis e seus filhos e filhas deste rei de Portugal, por razão do Algarve. E desd'aqui adiante damos a vós e a cada um de vós por quites pera sempre da menagem que nos fizestes dos castelos sobreditos do Algarve e de todos os preitos e de todas as posturas sobreditas que des aqui adiante nunca a nós nem a outrem por nós sejais obrigados de responder de todas estas cousas sobreditas nem de nenhũa delas. E dizemos e outorgamos e damos por direitos que a vós e a cada um de vós dando e entregando os castelos sobreditos do Algarve ao sobredito D. Afonso, rei de Portugal, e a D. Dinis e a outro seu filho ou sua filha deste rei de Portugal, assim como sobredito é, que vós façais direito em os dar e lhos entregar. E este rei de Portugal e seu filho e sua filha fazem direito em os receber assim como sobredito é. E vós e cada um de vós fazeis todo o vosso direito destes castelos e sois livres da menagem que a nós fizestes deles. E se des aqui em diante algũa carta ou cartas parecessem sobre estes castelos ou sobre a menagem que sobre eles fizestes ou sobre os preitos e posturas que foram feitas a nós sobre o Algarve não valham e sejam cassadas e não hajam nenhũa firמידão. E esta carta seja firme e segura para sempre e nunca possa vir em dúvida. Damos, pois, a vós esta carta aberta, selada de nosso selo de chumbo, que tenhais em testemunho. Feita em Badajoz, por nosso mandado, terça-feira, dezasseis de Fevereiro era de Cristo de 1267. Milão Pires a fez escrever.»

## Capítulo 11.º

*De como el-rei de Castela, D. Afonso o 10.º,  
quitou a el-rei de Portugal, D. Afonso,  
seu genro, e ao infante D. Dinis, seu neto, e a todos seus sucessores  
a obrigação dos cinquenta cavaleiros  
em que lhe eram por respeito do reino do Algarve  
e o soltou a Portugal, livre pera sempre.*

Não ficou el-rei de Portugal inda satisfeito de todo com esta doação e entrega do Algarve, por razão da obrigação e tributo que com ele lhe ficava dos cinquenta cavaleiros, nem se tinha por senhor absoluto dele, enquanto ela durasse, pelo que, considerando muitas vezes o remédio que nisso teria, acordou com conselho da rainha D. Brites, que em tudo o ajudava, mandar o infante D. Dinis, seu primogénito, a seu avô, el-rei de Castela, e por seu meio lhe pedir que lhe soltasse esta obrigação, que muito sentia, afirmando-lhe, como era verdade, que por esta maneira o teria mais obrigado para tudo o que dele em qualquer tempo lhe cumprisse.

Isto puseram logo em obra, porque o infante, posto que inda moço, já estava em idade pera poder caminhar, como fez, e, bem acompanhado, chegou a Sevilha, onde foi recebido d'el-rei seu avô com muitas festas e grande alegria. E, passados os cumprimentos e visitasões acostumadas, propôs sua petição a el-rei conforme a instrução que levava; agradecendo-lhe primeiro a mercê da doação e convenção passadas e depois pedindo-lhe que da obrigação dos cinquenta cavaleiros e de qualquer outra que tocasse ao Algarve quisesse relevar a el-rei D. Afonso, seu pai, e a ele e aos que deles descendessem, porque era isto pera o reino sujeição e pera eles enfadamento; e que fazendo-lhe a mercê livre, conforme a sua pessoa e ânimo real, os punha em muito mor obrigação além da em que eles já estavam pelas muitas razões que pera isso havia.

El-rei, contam as crónicas, que, ouvindo isto, esteve algum tanto suspenso, sobre a resposta, a qual lhe não quis dar sem os de seu conselho polo que sabia que já sobre este caso passava. Mas depois disto, tendo-os juntos, propôs a petição de seu neto com palavras significadoras de seu ânimo, a que só D. Nuno de Lara pôs contradição, dando pera isso algumas razões honestas e que faziam a bem de seus reinos. Mas os outros, como entenderam que a vontade d'el-rei era satisfazer em tudo a seu neto, não lha quizeram contrariar; antes lha louvaram. E assim ficou assentado por todos eles sobre esta detriminação e assento que durou alguns dias. Foi o infante D. Dinis com el-rei, seu avô, a Jaen, onde, acabado de concluir, houve por bem que se tornasse a Portugal e lhe mandou dar ãa provisão que trouxesse a el-rei seu pai, escrita em pergaminho e selada com selo pendente das armas de Castela e Leão que dizia desta maneira:

«Carta de final doação que fez el-rei de Castela e Leão, D. Afonso

o 10.º, do reino do Algarve a el-rei D. Afonso de Portugal, o terceiro deste nome, seu genro, e a todos seus sucessores.

Saibam quantos esta carta virem e ouvirem como eu D. Afonso, pela graça de Deus rei de Castela, de Toledo, de Leão, de Galiza, de Sevilha, de Córdoba, de Múrcia e de Jaen, quito pera sempre a vós D. Afonso, por esta mesma graça rei de Portugal e do Algarve, a menagem que fizestes a mim por carta e a D. Luís, meu irmão, em meu nome, pera fazer a mim cumprir os preitos e posturas e as convenças que foram postas antre mim e vós e D. Dinis e outros vossos filhos e herdeiros, por razão da ajuda dos cinquenta cavaleiros que a mim devia ser feita em meus dias polo Algarve. A qual ajuda e os quais preitos e posturas e menagens em qualquer maneira que fossem feitas, assi per cartas, como sem elas, eu quito pera sempre a vós e a D. Dinis e a outros vossos filhos e herdeiros que nunca por isso a mim nem a outrem por mim vós nem eles nem outrem por vós nem por eles sejais nem sejam teúdos de nenhũa cousa por razão dos castelos nem da terra do Algarve que vos dei. E outorgo que, se algũa carta ou cartas parecer ou permanecerem sobre a menagem ou menagens ou sobre preitos ou posturas ou convenças ou sobre o serviço ou ajuda que a mim devesse ser feito ou feita polos castelos ou pola terra do Algarve, que des aqui adiante nunca valham e sejam quebrados e de nenhũa firmidão. E renuncio e quito todo o direito e toda demanda que eu haveria ou haver poderia por essa carta ou por essas cartas contra vós ou contra D. Dinis ou contra os outros vossos filhos ou vossos herdeiros ou contra os cavaleiros que tiveram ou tivessem os castelos do Algarve. Em tal guisa que nunca a mim essa carta ou cartas possa nem possam prestar nem a outrem por mim nem a vós nem a D. Dinis nem a vossos filhos nem a vossos herdeiros nem aos sobreditos cavaleiros empecer. E em testemunho desta causa dou a vós, sobredito rei de Portugal e do Algarve, esta minha carta aberta e selada do meu selo de chumbo, que tendes em testemunho. Feita a carta em Jahem por nosso mandado, sábadó, sete dias do mês de Maio e era de César de 1305 anos. E eu Milão Pires a fiz escrever. E do ano de nosso redentor de 1267.»

## Capítulo 12.º

*Da morte e sepultura do Mestre de Santiago, D. Paio Correa, e de como estes dous reis de Portugal, D. Afonso e D. Dinis, pai e filho, e seus sucessores ajudaram sempre aos reis de Castela em suas empresas em agradecimento do reino do Algarve.*

Com esta carta e com grandes dádivas que o infante D. Dinis recebeu d'el-rei, seu avô, se tornou a Portugal, com que el-rei, seu pai, foi muito alegre; e o Mestre o acompanhou té Portugal e depois, tornando a Castela, já no fim de seus dias, se recolheu na vila de Veres, que era o principal convento e cabeça do seu mestrado de Santiago, em Castela, onde se diz que bem e catolicamente acabou sua vida, já depois de velho, a 10 dias de Fevereiro da era de César que então corria de 1313 anos e de Cristo, nosso redentor, de 1275. Em seu testamento mandou que, depois de morto, o trouxessem ao Algarve, à cidade de Tavira, que ele ganhara aos Mouros, desejando, em companhia dos santos mártires e cavaleiros que nela sepultara, esperar o final juízo, quando todos nos levantarmos a ouvir nossas particulares sentenças e receber o prémio e galardão de nossas obras.

Foi sepultado na capela-mor, da banda do evangelho, junto do altar da igreja de Santa Maria, principal da mesma terra, que ele intitulou a Nossa Senhora, quando a tomou e achou feita mesquita; mas sua alma é de crer que goza dos bens eternos da glória do Paraíso. A isto nos deve persuadir o grande zelo que do exalçamento da nossa fé sempre mostrou, ajudando a ganhar a cidade de Córdova e Sevilha, em Castela; e ele mesmo, por sua pessoa, Mértola, Aljustrel, em Portugal, e pouco menos que todo o reino do Algarve, sendo ele o primeiro nos perigos e oferecendo cada dia sua vida ao cutelo pola fé que cria. Ora isto, acompanhado de esmolas e orações e otras boas obras que fazia, pois o Senhor o deixou cumprir seus dias em paz e em seu mestrado, argumento é bastante pera o crermos dele e honrarmos não só sua alma mas também seus ossos, que não quis deixar senão em poder de Portugueses. Obriga-nos assi mesmo a honrarmos e não nos esquecermos deste ilustre varão a dívida da nação portuguesa, que neste e noutros semelhantes mostrou sua fineza, e os muitos serviços que a estes reinos com liberal vontade fez no melhor de sua vida. E é de notar que não foram té o presente os reis de Portugal desagradecidos do beneficio e doação do reino do Algarve; nem lhe fundiu menos aos reis de Castela pera com os Portugueses a quitação dos cinquenta cavaleiros; e a dos trezentos do Conde D. Anrique por respeito de Portugal; porque, se com atenção lermos as crónicas e outras escrituras daquele tempo, acharemos por verdade que com grande vantagem lho avemos satisfeito; e que nos lugares de África e também em sua Castela nunca fizeram cousa notável em que nos não achassem diante. E, porque isto não pareça contar largo a quem do que digo não tiver

tanta notícia, apontarei brevemente alguns exemplos sem fazer a ninguém injúria nem passar os termos da verdade além do que se acha escrito.

Este mesmo rei D. Afonso o 10.<sup>o</sup>, que nos deu o Algarve, sendo em sua velhice privado do reino nas cortes de Valhadolid, socorreu-se a el-rei de Portugal, D. Afonso o 3.<sup>o</sup>, seu genro, a quem dera o Algarve, o qual lhe mandou logo em seu favor trezentos cavaleiros pagos à sua custa, que lá andaram muito tempo e fizeram cousas notáveis de que suas crónicas dão bom testemunho\*.

El-rei D. Dinis, filho do acima dito D. Afonso o 3.<sup>o</sup>, sendo-lhe pedida ajuda por el-rei de Castela, D. Fernando, seu genro, pera ir sobre o reino de Granada, lhe mandou o conde D. Martim Gil de Sousa, seu alferes-mor, com setecentos homens de cavalo, muito bem aparelhados, e lhe emprestou dezasseis mil e seiscentos marcos de prata pera seus gastos\*.

El-rei D. Afonso o 4.<sup>o</sup>, filho d'el-rei D. Dinis acima dito, mandou grande frota de naus, por mar, e ele mesmo em pessoa foi por terra com todos os fidalgos e mais gentes do seu reino em socorro d'el-rei de Castela, D. Afonso, seu genro, em tempo que quatro reis mouros muito poderosos lhe tinham cercada Tarifa, em Andaluzia, e o reino estava em tanto perigo que os Castelhanos, vendo a el-rei de Portugal em Sevilha, que os ia a socorrer, o saíram a receber, todo o povo e cleresia em procissão, com todas suas relíquias, dizendo em altas vozes, com muitas lágrimas: «Bem-aventurado seja o rei de Portugal, que vem, no nome do Senhor, para salvar os Cristãos das bocas dos dragões, imigos da santa fé de Cristo, nosso redentor.» E, depois disto, estando já todos juntos no lugar da batalha e havendo pareceres no conselho d'el-rei de Castela que Tarifa se desse aos Mouros, se eles a quisessem aceitar, com condição de logo se tornarem pera África a suas terras, el-rei de Portugal, com esforço maravilhoso e ânimo cristão, deu seu voto, dizendo: «Eu não saí de meu reino de Portugal pera consentir que a cidade, nem vila, nem terra algũa de Cristãos se dê a Mouros, nem por minha honra tal consentirei. Antes vim e estou prestes a oferecer meu corpo à morte por Cristo, cuja esta empresa é, e ele o fez por nós e pera em sua virtude e esforço guerrear com forte coração estes imigos de nossa fé. Porque decerto não tenho aqui algum de meu conselho nem de meu reino que o assim não aprove e lhe pareça bem; cá por se não perder Tarifa eu farei o que faria pola principal cidade de meus reinos.»

E vindo todos neste parecer repartiram-se os Cristãos pera o encontro; el-rei de Castela se pôs contra Benamarim, rei de Marrocos, que tinha seu exército ao longo do mar, e el-rei de Portugal contra el-rei de Granada, que o tinha assentado da banda da serra, ao qual el-rei de Portugal e os seus apertou com tão forçoso ímpeto que, a poucas horas, lhe fez virar as costas e fugir primeiro que todos, o que foi causa dos outros desacroçarem e perderem a batalha e el-rei de Marrocos dizer aos seus as palavras que se seguem, não sem grande nojo e tristeza:

«Vede, vede aquele bêbado d'el-rei de Granada como vai fugindo d'el-rei de Portugal, com grande medo\*.»

\* Rui de Pina (n. m.).

\* Rui de Pina (n. m.).

\* Foi esta batalha no ano de 1378 (n. m.).

Afirma-se que eram os Mouros nesta batalha cinquenta mil de cavalo e tantos de pé que não tinham conto; porque se vinham com suas casas, mulheres e filhos a morar em Espanha, que por tão certa tinham por si a vitória. Morreram deles quatrocentos e cinquenta mil, e dos Cristãos somente vinte pessoas, o que não pode ser sem evidente socorro de Nosso Senhor Deus. Ficaram no campo grandes despojos d'ouro e prata e outras riquezas sem conto, das quais el-rei de Portugal não quis tomar pera si senão um filho d'el-rei de Granada, que na batalha vencera, e consigo trouxe a Portugal, e cinco bandeiras d'el-rei de Granada, seu pai, que perdeu na batalha, contentando-se só com a honra que nela ganhou.

El-rei de Castela, D. Anrique, levantando-se-lhe o infante seu irmão com o reino, socorreu-se a el-rei de Portugal, D. Afonso o 5.<sup>o</sup>, seu cunhado, o qual lhe mandou em sua ajuda dous mil homens, antre de cavalo e pé, com que lhe fez levantar o cerco que o infante e o Mestre de Santiago tinha[m] posto sobre Sevilha\*.

Em vida d'el-rei D. João o 3.<sup>o</sup>, de boa memória, foi o infante D. Luís, seu irmão e filho d'el-rei D. Manuel, com o emperador Carlos V, seu cunhado, na tomada de Tunes e Goleta, com um galeão, o melhor que ia na frota, ãa nau e dezanove caravelas muito bem providas de gente, armas e artilharia, as quais foram as primeiras que tomaram porto, por levarem a dianteira a toda a outra armada.

E não é isto tudo o que desta matéria se pudera trazer por não fazer largo processo fora do propósito e instituto do livro, como bem poderá ver quem for lido nas crónicas dos reis de Portugal e Castela; nem se entenda que isto se faz à conta de semelhantes beneficios o qual é a mor glória que os Portugueses em nossas empresas temos.

---

\* Pero d'Aveiro em sua *Crónica Geral* (n. m.).

## **LIVRO IV**

*Das particularidades do reino  
do Algarve d'aquém-mar*

*Ao leitor:*

Há neste reino do Algarve muitas cousas notáveis e maravilhosas e tão particulares dele só, que não se acham em outro algum, assi na própria natureza da terra como também nos costumes de que usam os moradores dela. Pelo que a muitos vi já espantarem-se e fazerem grandes admiracões, ouvindo-as contar, e ainda pôr nelas algum escrúpulo; e certo eles, em parte, têm razão, porque muitas delas o merecem e são dignas disso. Porque quem em Portugal ou em outra qualquer parte do mundo ouve dizer que no Algarve se vareja o figo e não a azeitona e que num só figueiral, andando continuamente quinze, vinte pessoas, não podem tanto apanhar que mais não madureça té se acabar, e que os figos se tocam com uns bichinhos que nacam e saem d'outros e os que assi não são tocados logo em pequenos pecam e caem, e que o azeite o faz cada um em sua casa, pisando a azeitona com os peis, e que as uvas, pera o vinho ser bom, depois de vendimadas as deitam em terra, em monte, e as deixam apodrecer e depois o faz cada um em sua casa com um sacco, qualquer cousa destas per si trás consigo admiração a quem delas não tem experiênciã e devem ser contadas com resguardo, quanto mais todas elas juntas. Tudo isto não obstante, porque a matéria do livro o desejava pera sua perfeição e entendi que lhe não daria piqueno lustro, detriminei tratar aqui cada cousa destas brevemente, mas isto com tal condição que ninguém delas duvide nem tenha escrúpulo algum, porque tudo o que aqui escrever afirmo, como cristão e religioso, não ser somente d'ouvida mas de vista e experiênciã de alguns anos que em Tavira, cidade principal do Algarve, estive. E porque algũas destas cousas podem aproveitar pera outras terras, se delas quizerem usar, avisarei em seus lugares, dando-lhe nisso também meu parecer.

---

## Capítulo 1.º

*De como se põem e adubam os figueirais  
e se toca o figo.*

As principais fazendas do Algarve são os figueirais e deitam-se os homens mais a eles que a outra cousa, porque se dão em toda a terra e é novidade de cada ano e mais certa que o pão, que, por ser a terra muito enxuta de seu natural, não se dá bem, se lhe não chove muito amiúde, salvo em algũas ribeiras ou lugares húmidos, que no Algarve são poucos.

Não se põem as figueiras de raiz das vergõntes que nascem aos pés das velhas, como cá fazemos, porque lá comumente não lhe consentem ter mais de um pé, e estas são as boas; nem, ainda que as tenham, as colhem pera pôr, mas de ramos novedios de dous anos té três, e isto alporcados como bacelos, em covas assi longas e altas, como se foram pera enterrar finados; e não as deixam sobre a terra, mas cortam-nas um palmo debaixo dela pera que debaixo arrebente e comece a criar pé. Dão-se bem em as terras novas, e, enquanto são pequenas, querem que as cavem cada ãa e as tenham muito mimosas.

São as figueiras de muito adubio e trabalho e o figo não de tanto proveito, e, por esta causa, os algaravios, que só nelas tratam, poucos deles são ricos.

Querem-se lavradas duas vezes no ano e quem mais ferros lhe dá mais e melhor fruto colhe, e também escavadas no princípio do inverno pera tomarem água, e depois cerradas e cavadas e, ao fim, espojadas, como lá dizem, e isto já em Maio ou Junho, que é enterreirá-las, como em Portugal fazemos às oliveiras no tempo da safra, pera depois varejarem e melhor apanharem o figo.

Os que no Algarve têm fazendas grossas todos comumente moram nelas e os outros também lá têm suas casas e no princípio do mês de Julho se vão pera elas a fazer e consertar suas esteiras de funcho <sup>1</sup>, que na terra há muito, porque, quando vem por dia de Santiago, já comumente há esteiras de figo a secar. É tão comum isto no Algarve que não se tem nele por gente quem neste tempo não apanha figueiral ou seu ou arrendado. Aos santos domingos pouca gente fica nas povoações, porque ou estão nas fazendas continuamente os de casa ou esses que nelas ficam nestes dias vão a ver e desenfadar-se com os outros; e é tanto o regozijo e contentamento que mostram neste tempo, a que chamam alacil, uns dum cabo e outros d'outro, com diversos cantares e tangeres, que facilmente se pode deles entender que pera eles aquela é a melhor parte do ano e ainda o mais alegre da vida. Todos neste tempo andam fartos e contentes, assi ricos como pobres <sup>2</sup>, e se melhoram nos vestidos de suas pessoas e

---

<sup>1</sup> Ainda hoje se usam; também as fazem de cana.

<sup>2</sup> Diz-se, no Algarve, que, no tempo do figo, nem os cães passam fome.

alfaias de casa, de maneira que este tempo, no Algarve, é como a ceifa em Alentejo, quando anda o trigo pelas eiras.

As figueiras que se tocam não são as que dão este figo que cá trazem a vender, mas só de algũas castas particulares a que eles chamam figueiras de metal, e os figos delas assi tocados são muito estimados, de que fazem presentes e serviços, cada um a quem deve ou tem obrigação. A maneira que têm no tocar é que colhem os figos a ùas figueiras que eles procuram ter nas fazendas, e poucas bastam, porque dão muito e vêm com a sua novidade madura, quando os outros figos estão pequenos como azeitonas, e os enfiam a três e quatro em um fio de esparto, como ave-marias, e os penduram pelos raminhos das outras que querem tocar, compassados ao redor, de maneira que quem considera bem ùa figueira destas, quando está com este aparato, se lhe afigura ùa dona muito rezadeira que se não farta de contas. Nestes figos assim postos, que pera outra nenhũa coisa prestam, se criam uns bichinhos, cada um de seu grãozinho, dos que têm os figos dentro, como milho, e saem pelo olho do figo maduro, à maneira de mosquitos de vinho, piquenos, e se põem nos olhos dos outros figuinhos que estão piquenos e verdes e os tocam. A maneira que nisto têm não o alcancei, porque é um segredo maravilhoso da natureza <sup>1</sup>, e daí se vão e morrem sem mais serem vistos. Basta que eles lhe põem tal virtude que estes figuinhos assi tocados crecem e maduram a seu tempo e se fazem muito fermosos. E os que não acertam de ser assi tocados ou por lhe não chegar algum destes bichinhos ou por seu dono lhe não fazer esta diligência, os figuinhos logo começam a se ensoar e pecam e assi pequenos caem da figueira. Todas as figueiras, geralmente de qual sorte que sejam, folgam muito com este beneficio e os figos são muito diferentes dos outros; mas não as tocam todas, porque seria necessário ter quási outras tantas figueiras de tocar, além do grande trabalho e não muito proveito que disso se segueria a seu dono.

Há outro segredo nisto não menos maravilhoso que o já dito e é que as figueiras que se costumam tocar desta maneira, sejam de que casta quiserem, todos os anos que as deixarem de tocar como que sintem muito a falta deste beneficio e dão logo a entender e se lhes perdem os figos, mas se as não põem neste foro não o deitam de ver (*sic*) e dão sua novidade como as outras. As figueiras de tocar, que são como as que cá chamamos baforeiras ou doudas, não querem enxado nem arado nem outro beneficio algum, antes lhe faz prejuízo e por isso estão sempre sujas e cheias de mato. Estas representam os maus e ruins que com os beneficios se fazem piores.

---

1 O milagre da natureza observado por Frei João de S. José é a fecundação através do *cineps prenes*, criado em figos que sazoam em épocas diferentes. Isto revela uma técnica desenvolvida no tratamento do fruto e a sua importância, pois o cruzamento apenas melhora a qualidade de algumas castas. Baptista Lopes (*Corografia*, 1840, p. 142), referindo-se a esta técnica, acrescenta: «No Algarve é tão antigo este conhecimento como na Grécia e Malta, onde também está em uso desde tempo imemorial.»

## Capítulo 2.º

*Do apanhar e enseirar do figo  
e do muito que importa cada ano  
ao reino do Algarve.*

Chegando o tempo em que começa a amadurar o figo, que, como tenho dito, é comumente pelo Santiago e dura até Nossa Senhora de Setembro, vendo os Algarvios que já deles se podem fazer esteiras, tomam os apanhadores seus cestos d'arco no braço esquerdo e uns cambos, que já pera isto têm feito, com outros cestos grandes pera o carroto ao almeixal e começam de lugar assinado a rodear as suas figueiras, a levar todas por ordem e desta maneira as correm a primeira vez, a que eles chamam dar cambo <sup>1</sup>. Mas, entrando mais a safra, levam suas apanhadeiras e homens que lhe varejam o figo: os quais, depois de rodearem as figueiras com os cambos, sobem a elas e com suas varas sacodem os a que não podem chegar com a mão e todos deitam no chão e caem nos terreiros que pera isso lhes têm feitos. Alguns costumam não o apanharem naquele mesmo dia, porque dizem que, jazendo assi no chão, se faz mais teso e enxuto. De maneira que, entrada a força do alacil, no apanhar, varejar ou sacudir do figo nenhũa diferença há do apanhar d'azeitona em Portugal, o ano que há safra, salvo que esta se faz com mais alegrias e menos trabalho. E em se apanhando o figo ou do chão ou da figueira o vão logo deitar nas esteiras, que já pera isto no almeixal jazem estendidas, esverdeando-o primeiro, de maneira que o verde fique todo nũa esteira e o mais seco noutra, apartado, por que, ao levantar das esteiras, esteja todo sazoado.

Se neste tempo acerta de chover, dá muito trabalho e perda, se persevera, porque tudo se suja e apodrece. E também, se vêm nortes rijos, lhe fazem prejuízo aos que estão por colher nas figueiras, porque os encolhe, endurece e faz ãas coroas pretas e ruins e também com os orvalhos.

O que muito aproveita ao figo e o faz crescer e madurar são os levantes, que cá em nosso Portugal os ensoa; e assim, segundo as regiões e climas da terra, são proveitosos ou prejudiciais os ventos e tempos diversos do ano.

As esteiras, enquanto andam no almeixal, se enrolam cada dia com o mesmo figo em se o sol pondo e se tornam a desenrolar ao outro dia em ele saindo, por causa da humidade e orvalho da noite. E tanto que o vêm sazoado e pera recolher escolhem primeiro o mais alvo e maior, a que cá chamamos doudo, a ãa parte e o merchante, que é o meão, a outra e o mais pequeno o branco, a que eles chamam confeitos, a outra; e o demais que fica é o choucho que eles guardam pera os servidores e pera os porcos e bestas, porque todos se mantêm dele. Os que querem fazer figo

---

<sup>1</sup> Rodear as figueiras, dar cambo, são expressões ainda em uso.

limpo de encomenda ou pera sua casa lavam-no logo, em o escolhendo, nãa bacia ou alguidar cheio de água com um olho de azeite nela, e tornam-os a enxugar e depois em alguns arcazes grandes ou onde cada um pode, calcando-o primeiro aos pés, quanto mais lhe é possível, com um saco ou pano em cima, por limpeza <sup>1</sup>. E desta maneira se conserva melhor e entra menos nele o bicho. Alguns lhe deitam, de mistura, alguns grãos de erva doce ou semente de tomilho, porque tudo isto lhe dá cheiro e sabor. O que se faz pera vender não se usa com ele de tanta cerimónia, mas, em o levantando da esteira, o levam à tulha, as quais fazem das mesmas esteiras de funcho, que são muito boas pera isto, e ali o pisam aos couces, sem pano debaixo nem algũa outra cortesia. Estes assim tratados deitam aquela farinha, que lhe cá vemos, que algũa gente pouco entendida cuida que é açúcar e não é senão sujidade, que no figo fica, ao tempo do enseirar, com o azinhavre, que do mesmo figo sai, o qual está bem visto no lavado, que nenhũa cousa disto cria.

Os figos, que nas mesmas figueiras se passam, são brancos e de melhor sabor que os que nas esteiras se secam, mas não são de tanto peso pera seu dono e, por isso, dizem que os figos das figueiras, que têm os donos preguiçosos, são os melhores, porque primeiro se secam que os apanhem.

Pera rechear se escolhem os figos nas esteiras primeiro que outros alguns, e estes se abrem por junto do pé e lhe metem as amêndoas dentro. Há mulheres que neste tempo não vivem doutra cousa. Também se fazem queijos destes figos, lavrados com amêndoas e festejados com mil labores por cima e outras mil envenções de figuras, que estas mulheres cada dia enventam e lhe mandam fazer pera apresentar e fazer serviços <sup>2</sup>.

Os Mouros da costa da África sabem já mui bem o tempo do alacil, em que se apanha o figo no Algarve, e dos lugares mais vizinhos que são Tetuão, Safi e Larache vêm i, com bom levante, num dia e noute, e fazem suas entradas onde lhes parece que os algaravios estão espalhados. E, posto que neste tempo de dia e de noite a terra se vigia, algũas vezes fazem presas nos descuidados, primeiro que sejam sentidos; e outras ficam também alguns deles no Algarve por moradores, posto que não por sua vontade.

O bispo do Algarve, D. João de Mello, que depois foi arcebispo de Évora, passando ãa vez de Tavira pera Silves, ao longo da costa, achou ãa manada destes, de dia, embrenhados em um lugar escuso não longe da vila Albufeira, os quais tinham saído à primeira noute a fazer presa, como tenho dito, e, detendo-se mais nela do que convinha, quando tornaram a se embarcar, acharam a fusta em seco. E, recolhendo-se a esperar a maré, quis sua mofina que fizesse por i o bispo seu caminho e houvesse notícias deles, o qual logo com sua gente e com outra, que se ajuntou, deu sobre eles e os cativou; e com a mesma fusta mandou a el-rei de Portugal, D. João o 3.<sup>o</sup>, de presente, dizendo-lhe que soubesse Sua Alteza que os bispos do seu reino do Algarve também eram cavaleiros. Pera remédio destes perigos há agora nos lugares mais suspeitosos algũas torres <sup>3</sup> e outras casas fortes em figueirais e fazendas dalguns fidalgos

<sup>1</sup> Ainda hoje se faz isso.

<sup>2</sup> Prática corrente, cujo produto é hoje consumido principalmente por turistas.

<sup>3</sup> Ainda se vêem em alguns lugares, mais ou menos em ruínas.

e homens ricos [aonde] se acolhem e fazem fortes de noute, porque de dia não ousam eles a sair em terra, se não vem gente grossa.

É o figo bom mantimento, em especial pera os do Algarve, que o têm já em costume, e serve muitas vezes em lugar de pão à gente dos montes e aos pobres <sup>1</sup> e também de cevada às bestas, de farelos aos porcos e ainda aos cães e gatos, porque, enquanto ele dura, todos geralmente participam dele. E a todos sustenta e, por isso, chamam os Mouros a este tempo alacil, que quer dizer em sua língua mesa de Deus, que a todos farta.

O comum preço do figo, quando há novidade, é a dous reales, quatro vintéis o cento do figo cheio, a seis o quarteirão dos doudos, que é ùa arroba, a outo a peça do merchante, que são duas arrobas, e daqui sobe ou abaixa conforme qualidade dos anos. O mais deste figo se leva do reino pera Frandes e daí vai muito dele pera mais longe. E o modo de o vender e comprar, quando vêm as naus da carregação, é o seguinte: os mercadores da terra são os que communmente compram e lhe põem o preço, que chamam motte e manda cada um deles apregoar pela cidade ou vila que ele quer comprar o figo e tomará, a tal preço, peça e quarteirão, porque assí costumam; que quem lho quiser vender por aquele preço lhe leve a casa; e esta é a comum vendá e compra desta fruta, salvo se algũas pessoas particulares o querem bom e de bons petos, porque estas encomendam-no antes ou vão-no lá a buscar. Quando os Framengos o compram por si mesmos, é cousa gostosa ver alguns deles fazer a experiênciã desta mercadoria: porque não abrem as seiras nem querem ver o figo, mas tomam um espeto e dão duas ou três estocadas por diversas partes das seiras e depois passam o espeto pela boca e, se o acham azedo, não o querem, mas, se lhe sabe a doces, dizem *bono, bono* e logo o pagam sem mais referta.

Não importa pouco ao reino do Algarve a novidade e rendição de seu figo, porque já está averiguado por moradores da terra que isto entendem e lhes passa pela mão que, como os anos são bons desta fruta, não importa menos de vinte e cinco, trinta mil cruzados o que sai pela barra, afora o que se come na terra e pelo sertão se leva pera todas as partes do reino e de seus vizinhos.

---

<sup>1</sup> Há 40 anos ainda isto era assim. O figo torrado comia-se a todas as horas e muito, depois da ceia. Ia-se à arca a buscar figos. Sufa um homem de casa com uma algibeira cheia deles e tinha comida para uma refeição e até para um dia. Às trabalhadeiras dava-se de merenda um balaio de figos e aos pobres que pediam pelas portas também se davam figos. Hoje tudo mudou. Pouco se comem. Como têm pequeno preço, não se plantam figueiras e até se arrancam para pôr, em vez delas, laranjeiras, lá aonde a água das barragens ou poços pode chegar. Até parece que é uma árvore condenada a desaparecer.

### Capítulo 3.º

*Dos olivais do Algarve  
e da boa invenção que acharam os Algaravios  
de fazer o azeite.*

Os olivais, no Algarve, não se prantam de estaca como em nosso Portugal, porque não prendem, por causa da terra ser seca; mas logo a natureza proveu de tantos zambujeiros que, nacendo nas próprias fazendas e pelos montes, convidam os homens a lhe fazer benfeitoria; nem se sente nisto falta algũa. Cria a terra estas árvores muito grandes e assi é também o fruto que dão e por isso deste reino se faz conserva todos os anos, que se leva em pipas e quartos pera as Índias e outras muitas partes do mundo.

Não se varejam as oliveiras no Algarve, porque, como a terra é de seu natural seca, recebe[m] disso muito prejuízo e não tornam a cobrar rama em muitos anos. Mas também nisto como na postura delas proveu a natureza, mestra e mãe de todas as cousas, porque, como azeitona está madura, em lhe chovendo, tanto possais apanhar como ela por si cai, logo sem esse trabalho e diligência. Mas também tem seu desconto e é que, se, sendo ela madura, lhe não chove, como algumas vezes acontece serem os anos secos, ela se fica em cima e se seca na mesma oliveira, sem querer cair, e então lhes buscam remédios, subindo às oliveiras e abanando-as e sacudindo-as, uns com canas, outros com paus, que é não pequeno trabalho, por elas serem grandes, como já disse, e ficarem desta diligência mal tratadas por alguns anos.

Toda a azeitona se apanha à mão assim como vai caindo e isto não é muito dificultoso por ser grande e fermosa; e assim é também o azeite belo e saboroso; quer-se feita em fresco ou ao menos que lhe não tardem muito, ao contrário da nossa galega de Portugal, porque, se se descuidam dela, come-a o sal e funde muito menos.

Não costumam os Algaravios fazer seu azeite comumente em lagares de mós e varas como cá, posto que alguns há que ficaram do tempo antigo e já se vão desfazendo, salvo quando a novidade é tanta que a necessidade os contranja; e não sei se a pouca confiança dos lagareiros, a que eles em toda a parte dão ocasião, se o mau aviamento, que no fazer do azeite muitas vezes há, deu motivo a se inventar um motivo fácil e proveitoso de que todos estão tão satisfeitos, que, se não é em algũa grande safra, não há homem que sua azeitona queira dar a lagares de vara.

Tem outra bondade este artifício não pouco de estimar e é que cada [um] faz seu azeite em sua casa ou quinta e todas as vezes que se antolha pouco ou muito como quer e, como tudo passa por suas mãos e se vê polo olho, escusam-se muitos escrúpulos que nisto costumam sobrevir, isto é, se fundiu mais sua azeitona ou se lha misturaram com a do vizinho, com outros enfadamentos que algũas vezes não pouco enfadam. É pois o caso que todos os Algaravios, pera fazer seu azeite e vinho,

já têm em suas casas um ou dous lagares de pau, feitos de duas ou três tábuas grossas, pesadas, muito juntas sobre ãas travessas com suas bordaduras ou torno, as quais assim juntas fazem cinco, seis palmos em largo e oito, nove em comprido, à maneira de tabuleiro, e a isto chamam eles lagar<sup>1</sup>. Tem ãa bica no meio duma das cabeceiras e assentam-no sobre dous banquinhos pera isto feitos, quando se querem servir dele; e, acabado o seu offcio, encostam-no a ãa parede té que o tornam a haver mister. É tão fácil e maneiro este engenho que o carregam sobre qualquer besta e o levam de um cabo pera o outro com pouco trabalho e serve de lagar de azeite e também de vinho, com o alimparem primeiro.

As alfaias deste lagar é um vaso de barro, piqueno, como asado grande, que levará dous ou três almudes d'água, estreito em baixo e largo na boca, a que chamam pilão, com um pequeno buraco abaixo um pouco do meio, que serve de sangradouro, o qual tapam com um pequeno pano, que serve de torneira. Tem mais ãa saca de almáfega da largura do mesmo pano e de seis palmos em comprido, a qual cosem muito bem e lhe metem um cordel no repolego da boca por que, quando estiver atada, não despida o atilho com a força. É também necessário ãa caldeira de bom tamanho pera aqueitar a água e duas outras panelas pera cozer o azeite, onde lhe deitam seu sal, se a azeitona o não leva. Estes são todos os petrechos deste mister, que não são de muito custo nem dificultosos de achar. Os mestres deste offcio são quantos negros<sup>2</sup> e homens de trabalho há no Algarve, posto que uns o fazem melhor que outros; mas, como isto é tão geral, mui poucos há que se não tenham por officiais deste mister.

Aparelhadas, pois, todas estas cousas, levanta-se o lagareiro à meia noite, se é diligente e quer acabar cedo, e toma na saca sua tarefa, a que chamam saquilada, que são quatro alqueires de azeitona, e entrando com ela no lagar, com as pernas e braços bem arregaçados, estende a saca no lagar com a azeitona e assim em seco a pisa com os pés um bom pedaço, erguendo-a algũas vezes e tornando-a a deitar da outra banda. Isto feito, ergue-a e desata-a e deita-lhe dentro duas ou três panelas de água quente, quanto ele pode sofrer, mexendo-a com um pau, que no lagar pera isso traz, como a tocho, e logo tornando a atar a estende outra vez no lagar e a torna a pisar e dar muitas voltas dum cabo pera outro como primeiro. Depois disto, ergue a saca em pé e, assim atada, o que dela fica vazio em cima enrola no pau, com que mexe, e anda com ele ao redor como quem arrocha e com os giolhos, mãos e pés espreme quanto pode. Desta maneira sai o azeite juntamente com a água e corre no pilão que está debaixo da bica do lagar, o qual, como se enche, o vão sangrando por baixo, pera que dê lugar acabar o azeite. Isto que tenho dito faz té cinco vezes, deitando-lhe água quente em todas elas, na derradeira das quais não há mais que fazer que deitar o bagaço fora e esta é toda a ciência deste mistério.

<sup>1</sup> Ainda se encontram lagares destes na beira-serra e serra algarvias, raros, porém, os que funcionam.

<sup>2</sup> Eram muitos os que havia, por então, no Algarve; escravos que vinham de Cantor, de Arguim, de Cabo Verde, da Guiné. Competiam, no trabalho, com a gente pobre, obrigando-a a emigrar.

O azeite se tira do pilão com um púcaro e se deita nas panelas em que se há-de cozer, e, quando já é pouco, se tira com ãa vieira de concha ou d'arame por ser delgada; e nas panelas se lhe dá ãa boa fervura e se lhe tira a escuma que de si deita e logo o recolhem ao pote em que se há-de guardar.

Destas saquiladas faz um homem quatro no dia, por tarefa, e as acaba a hora de véspera ou mais cedo, se é diligente, e daí té noite se vai a dormir e a repoisar pera o trabalho do outro dia. Cada saquilada destas, se a azeitona é boa, deita um alqueire de azeite, pouco mais ou menos; de maneira que dezasseis alqueires de azeitona, que um homem faz cada dia, dão quatro alqueires de azeite, que são quinze, dezasseis na moedura com que os lagareiros dos lagares de vara poucas vezes ou nunca respondem.

Muitas vezes têm feito algũas pessoas experiẽncia disto, dando ãa moedura ao lagar e fazendo outra em casa da mesma azeitona; como acima fica dito claramente se mostra responder com muita vantagem o que se faz em casa às saquiladas, inda que o bagaço do lagar communmente fica mais seco e escouçado, mas o segredo disto eu o não alcanço, os lagareiros o digam e respondam por si.

O azeite feito desta maneira tem notável melhoria do que é feito no lagar, porque não se lhe mistura o sumo dos amagos ou miolos dos caroços da azeitona, que não são nada doces, porque todos ficam inteiros e o azeite fica muito mais belo, limpo e apurado por mão de seu dono e sobre tudo ele sem escrúpulos e livre da obrigação de contentar lagareiros.

Desta maneira há no Algarve pessoas que fazem nas suas quintas quinhentos, seiscentos alqueires de azeite, com seus negros e pessoas de casa, e, como nos olivais nunca faltam oliveiras secas e outras velhas que é necessário cortar pera meterem de novo, esta lenha lhe serve para fazer azeite e muitos, que não têm fontes ou poços, fazem alvercas e covas onde recolhem água da chuva; e assim ficam não tendo necessidade de buscar cousa algũa fora de casa. Particularizei tanto este engenho e invenção, por me parecer que se pode usar dele em qualquer parte e ser tão fácil e proveitoso. Não ponha alguém dúvida na casta da azeitona ou nas feições dela, porque no Algarve também há a nossa galega e outras a que chamam verdeal e longal, que têm uns bicos muito mais agudos e saídos e toda ela se faz desta maneira que tenho dito.

### Serviço do lagareiro que faz o azeite

Lembro aqui também que o lagareiro tem necessidade de ãa pessoa que o sirva, isto é, que lhe aparelhe e dê de comer, faça fogo e dê água, sangre o pilão e tire e coza o azeite e traga a azeitona ao lagar té que acaba. Não sai dele, assi polo trazer sempre quente como por lhe o ar ser muito prejudicial pera a saúde neste tempo em que anda sempre suado; e, por isso, sempre se os lagares põem em lugares abrigados, em que lhe não dê vento, e, quando estes servidores são diligentes e cuidadosos, um basta pera dous lagares, com um só fogo e caldeira, se ambos estão juntos em ãa só casa.

## Capítulo 4.º

### *Das vinhas, uvas e vinho do Algarve.*

A postura das vinhas do Algarve é a de Portugal, mas o adubio é muito menos, porque comumente não as cavam, nem empam, nem trazem tão mimosas como noutras partes.

No vidonho há muita diferença, porque, em Portugal, o de vara é o melhor e que se tem mais ao Verão e o mourisco se gasta logo no Inverno; isto é no Algarve tudo ao contrário, porque o de vara é o somenos e que se bebe logo e o mourisco é o melhor e que se guarda pera o Verão e, por isso, as mais das vinhas se prantam deste vidonho.

São as uvas mouriscas lá tão acerejadas e saborosas como as assarias de cá e comumente todas elas são fermosas. As de que fazem a passa, que cá nos mandam [por muito (?) dinheiro], são assarias e d'outra casta, a que eles chamam sabra, e a mestria que lhe fazem não é outra senão colhê-las, como são maduras, e deitá-las a secar nuns terreiros, que fazem nas mesmas vinhas, sobre a terra estendidas, à maneira de canteiros, por terem depois lugar de as virar e tomar o sol d'ambas as bandas e é bom cobri-las de noite por causa do orvalho que lhe faz mal. E, como são passadas, as apanham e enseiram como as cá vemos.

No tempo do vendimar, os que mais disto sabem e querem fazer melhor vinho não colhem as uvas a granel, mas cada vidonho per si, porque desta maneira se conserva melhor, e não pisam logo as uvas mas as deitam umas sobre outras, em montes, no almeixal já dito, onde as deixam estar doze, treze dias, em especial as mouriscas, e as rociam cada noite com ùa pouca de água, de maneira que ùas com outras aqueçam e apodreçam. E afirmam que, quem as aqui mais deixa estar, melhor vinho faz. A rezão que pera isto dão não parecerá mal aos que deste mister entendem, porque dizem que o engajo ou peço das uvas e também o folheillo, quando as vindimam, tem um sabor ríspido e mau. Juntas ùas com as outras estão-se adelgaçando e compondo, de maneira que, quando as pisam, não têm que deitar de si, mas fica só o de dentro dos bagos, sem outra mistura, que faz o vinho singular. E bem creio eu que, se esta diligência se fizesse em Portugal às uvas mouriscas, posto que cá são mais carnosas e grossas por causa das terras serem mais húmidas e frescas, não receberiam pequeno benefício, o qual vemos por experiência nas que se penduram, que, quanto mais estão, têm melhor gosto e sabor.

Todo o vinho lá é branco, porque a tinta se dá mal e por isso há mui pouca pranta desta. Tem, porém, ùa cor dourada, que lhe dá a mesma graça que achamos no vermelho.

A maneira de fazer o vinho é a mesma que do azeite, de maneira que não há mais ciência nisto que meter as uvas na saca, como fica dito da azeitona, e, no próprio lagar bem lavado, pisá-las muito bem e dar-lhe

o arrocho té três vezes e sai o vinho limpo e sem folheillo nem bagulho ou grã algũa e faz um homem folgadamente ãa pipa cada dia, com sua água-pé. Este não é menor proveito e descanso que o do azeite, porque, todas as vezes que vos parece tempo, mandais o lagar à vossa vinha ou quinta, se o lá não tendes, e fazeis vosso vinho quanto podeis e vos vem à vontade, sem enfadamento de buscar lagares, carretos, e de quem vos dê pressa a que despejeis o lagar pera outro, a quem se secam ou apodrecem as uvas. Há nisto outro bem e é que se escusa o carreto das uvas da vinha ao lagar, onde elas não recebem menos prejuízo que do pulgão ou lagarta, na vinha, e vos fica a lagaragem em casa pera ajuda dos custos.

A cada pipa de vinho, em especial ao mourisco, se deita na mesma pipa, antes de começar a ferver, um grande cântaro de água ou dous meãos pera lhe quebrar a fortidão; e, se isto se lhe não faz, corre risco de se tornar vinagre. Alguns costumam deitar-lhe gesso nas uvas, quando as pisam ou as põem em monte ou também na pipa e isto aprenderam dos Castelhanos vizinhos, o qual conserva e aclara muito o vinho, mas aos que o não costumam beber desta maneira não é nada proveitoso ao estômago nem tem bom sabor.

## Capítulo 5.º

### *Da amêndoa do Algarve.*

A amêndoa, no Algarve, é boa fazenda, porque não requer algum adubio, não apodrece com a chuva nem se toma do bicho, nem tem seu dono com ela mais gasto que varejá-la, quando ela mesmo por si se abre e despede a casca, na amendoeira.

Querem-se estas árvores enxertadas e fazem-se muito grandes e fermosas com o benefício da enxertia.

São as amêndoas de muitas castas, porque há ãas, a que eles chamam marquesanas, que são grandes e quási redondas, outras longais e outras molares. E destas, na verdade, o são algũas tanto, que as comem os pássaros e também as formigas nas mesmas amendoeiras polas junturas das ilhargas, de maneira que, se seu dono as não apanha, com tempo, algũas vezes, quando acode, não acha senão as cascas sem miolo.

Enterreiram-se as amendoeiras e varejam-se, como fazemos em Portugal às oliveiras, e depois tiram-lhe a casca, que elas mesmo depois de maduras começam a dar. E põem-nas ao sol a secar dous ou três dias. Vale o alqueire da amêndoa com casca, no Algarve, comumente, dous reales de prata, quatro vinteis pouco mais ou menos, conforme os anos, e as molares sempre valem mais, dez, vinte réis por alqueire. Não importa pouco esta fruta ao Algarve, porque, no ano de 1574 que houve esterilidade dela, se dizimaram somente em Tavira cem moios dela, confessado polos que tinham este officio.

## Capítulo 6.º

### *Da pescaria dos atuns que morrerão na costa do Algarve.*

Os atuns são uns peixes grandes, sem escama, à maneira de golfinhos, e são alguns deles tão grandes que pesam seis, oito arrobas e deitam de si tanta carne como um grande porco. Este peixe é o mais proveitoso que no mar se pesca, porque tudo dele se aproveita. Dos olhos fazem azeite, das ovas fazem macamas, que os Bretões estimam muito, porque as acham boas pera o estômago; da carne fazem conserva e de ùa só espinha que tem fazem lenha, de maneira que pouco ou nada dele se deita fora.

Assado em fresco é singular e também o salgado, guisado como coelho; feito em conserva, dura muito tempo e se leva embarrilado pera todas as partes do mundo.

Este pescado a mor parte do ano anda engolfado por todo mar oceano e, certos meses, que são os três da Primavera, Março, Abril, Maio, em que faz criação, sentindo-se provocado a despedida, se ajunta em grandes cardumes e com o natural distinto que Deus Nosso Senhor deu a todas as cousas pera sua conservação, vem buscar a corrente das águas ao estreito de Gibraltar, onde o mar oceano se comunica com o Mediterrâneo, como por um canal, com tanta força e ímpeto que, em espaço de seis horas, que ùa maré gasta em encher, o faz retirar atrás e entra por ele quási duzentas léguas. A estas correntes acode este pescado, como digo, a desovar e vem deferir primeiramente ao cabo de S. Vicente e dali faz sua viagem, não longe de terra, por toda a costa do Algarve, e corre pera diante té a ilha de Cales que está antes do Estreito, de maneira que em toda esta paragem se faz a pescaria dele.

Vem sempre diante dos atuns grande multidão de corvinas, parece que pera o mesmo efeito; alguns dizem que vêm fugindo deles e que as correm pera as comer. E delas se faz também conserva para o Inverno.

Um segredo se conta dos atuns que, se o não ouvira a homens de crédito e que os pescam, me pusera algum escrúpulo, mas como na natureza cada dia experimentamos cousas maravilhosas e nunca ouvidas, a essa mesma conta podemos também deitar esta. Dizem que, chegados os atuns ao Estreito, ao tempo do desovar e despedir de si a semente, se põem com os rabos pera a força da água e a recebem nas guelras ou parpatanas, como lá lhe chamam, que pera este efeito abrem, e a tornam a levar consigo pera onde vieram e lá se criam e não tornam cá senão depois de grandes, que têm necessidade de desovar como os pais. Tem isto aparência de verdade, porque, se cá ficasse esta semente, cá se criariam e achariam atunzinhos pequenos, mas não é assi e os pescadores isto têm por muito certo.

A pescaria deste peixe não só é proveitosa, como tenho dito, mas também de muito gosto e desenfado, porque, nos meses que acima disse, acode a ela grande soma de pescadores de todo Algarve, com suas mulheres, filhos e outra chusma e fazem suas cabanas por toda a costa onde

estão as armações e continuamente acode a elles toda a gente comarcã a lhe trazer todo o mantimento e refresco necessário e levar peixe, assi deste como d'outro que também ali morre. De maneira que cada armação parece ãa feira. Cada armação não traz menos de 70, 80 homens de serviço, com suas barcas e caravelões pera recolher e levar o peixe onde se há-de dizimar e pagar os mais direitos, afora os mercadores do reino e d'outros muitos estrangeiros que tratam nele e o levam a suas terras.

Há na costa do Algarve desde o cabo de Santa Maria té o de S. Vicente doze armações destas, ãas apartadas das outras, nove das quais são d'el-rei e as três das rainhas de Portugal e em todas elas andam seus feitores e escrivães, por cuja administração corre todo o rendimento desta pescaria. Os direitos, que aos reis se pagam, são de dez peixes sete, e os três ficam aos pescadores e os reis são obrigados a pôr somente as redes. Parece zombaria poder-se tomar com elas peixe nem outra cousa algũa, porque são de cordinhas de esparto delgadas e as malhas tão largas que por cada ãa delas caberá bem um porco. Com cada ãa destas redes, sabendo os pescadores que vêm os atuns, cercam quase uma légua de mar em torno e os tomam em meio, os quais, em tocando com o focinho em algũa baracinha da rede, tornam pera trás com tanto medo que se deixam tomar e matar, antes que passar adiante. Ficam muitas barcas e caravelões dentro no cerco, com a mais da gente, muita dela já exercitada neste mister, e os que pera isto vão levam uns ganchos de ferro engastados em ãas pequenas hásteas de pau, os quais lhe metem pelos lombos ou por onde podem e os alam acima dous ou três homens, não sem trabalho, mas com muito gosto.

No tempo que os atuns morrem todos andam abastados e contentes, assi ricos como pobres, porque todos ali têm que fazer e ganham sua vida e é este outro alacil no Algarve.

Importa esta pescaria dos atuns, alguns anos, passante de 100.000 cruzados, dos quais os pescadores levam sua parte e el-rei o mais. Mas alguns anos que acode pouco, por causa dos tempos que lhe cursam ao contrário, os pescadores recebem a maior perda, porque são grandes os gastos destas armações pela muita gente que trazem nelas <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O atum passa, actualmente, longe, não vem às armações, de que restam casas e utensílios, autênticos museus ao ar livre.

## Capítulo 7.º

### *Dos solhos que se pescam no Algarve.*

Há no reino do Algarve outra particular pescaria que é a dos solhos, peixe real e de grande estima e que importaria mais que a dos atuns se morressem em tanta abundância.

Toma-se este peixe no rio chamado Guadiana, que em parte divide este reino do de Castela, e comumente são os solhos mores que os atuns, porque são mais grossos e mais compridos. O primeiro peixe destes que se toma é do comendador de Mértola, ãa vila antiga que está por este rio acima 12 léguas da barra, não longe do lugar onde se pesca, que é agora de D. Fernão Mião, capitão dos ginetes, e os moradores dela lho mandam onde ele a esse tempo está e ele o sabe agradecer. Os outros, que logo depois deste primeiro se tomam, muitas vezes importam a seu dono dez, doze mil réis cada um, com que nesta terra se compra ãa boa junta de bois.

No ano de nossa geral redenção de 1321, estando el-rei D. Dinis em ãa vila chamada Muja, doze léguas de Lisboa, pelo Tejo acima, lhe apresentou D. Guedelha, rabi-mor dos Judeus, um solho vivo, que pouco havia se tomara no Tejo, onde chamam Montalvo, no Campo de Valada, termo de Santarém, o qual tinha tão grande boca que lhe metia um raposo morto por ela e o botava logo fora com o resfôlego. Tinha por cima do espinhaço, desde o rabo até a cabeça, trinta conchas, como empolas, e era de dezassete palmos em comprido, bem medidos, e de sete de grosso e pesou dezassete arrobas, pelos pesos de Santarém. Não costumam estes peixes morrer neste rio, mas parece que se apartou dos outros com que vinha e tomou a barra do Tejo e subiu por ele acima té o lugar onde o tomaram e, por ser isto desacostumado e o peixe em si grande, o mandou o mesmo rei pintar na Torre do Tombo, em Lisboa, com a história deste acontecimento.

## Capítulo 8.º

*Do esparto que nace no Algarve  
e do proveito que se faz dele.*

O esparto, erva bem conhecida polo uso que temos dele, nace no reino do Algarve, não se semeia, mas antes ele per si nace antre penedos e em terra que de nenhũa outra cousa presta, e nace per si em moutinhas piquenas, sem o semear em nem lhe fazerem benfeitoria algũa. O tempo de o colherem e em que ele está bem sazonado é do S. João por diante e esta é a postura da câmara, mas a gente pobre, que tem esta seara por sua, não lhe espera tanto, mas por Abril e Maio a começam a apanhar e levar pera suas necessidades. Colhe-se com uns pauzinhos piquenos, pouco mais de palmo, a que chamam maniquetes, em torno dos quais o embrulham, e chegam as pontas à moca, de maneira que, puxando, arrancam tudo o que tem emburilhado. E isto apanham negros e negras e gente pobre e o vendem em molhos não muito caro. Lavram-no, em todo o Algarve, indiferentemente, mulheres ricas e pobres e as donzelas em seus estrados, mas estas com luvas, e dizem que este é o retrós deste reino, posto que mais áspero e não tão macio como o de Granada.

Fazem dele ãas tiras de mão travessa em largo, quanto o esparto sofre, e de doze braças em comprido, a que chamam empreitas, as quais comumente valem a real de prata ou dous vintéis, se não são algũas de sobremão e encomenda, que valem mais caras. Proveu Deus Nosso Senhor esta terra de tão bom remédio pera o figo, sem o qual padecera muita falta e também a necessidade de muita gente pobre que desta novidade, tão sem custo, se sustenta.

Faz-se dele cordoagem grossa e delgada, seirões e seiras e alboções, que são como alcofas pera acarretar terra, e outros serviços, de maneira que o esparto não somente dá proveito e ajuda a seus naturais, os Algarvios, mas também às gentes d'outras muitas partes do mundo, como cada dia vemos.

## Capítulo 9.º

### *Da palma do Algarve e das obras que se fazem dela.*

Nace também no Algarve a palma montesinha, de todos bem conhecida polo uso que temos dela. Cria-se em moutas pelas serras e também por toda a outra terra má e boa e têm trabalho os lavradores com ela, porque, como deita as raízes altas pola terra e feitas em cepa, onde ãa vez nace, por muito que as arranquem e queimem, sempre tornam a brotar de novo. Não se levantam com pé alto como as outras palmas caseiras e mansas que cá vemos, mas fazem ãas moutas redondas e baixas de folhas sobre ãas hasteazinhas, à maneira de braço com dedos, como as cá vemos nas vassouras que de lá vêm. Dão na Primavera fruto, que são uns cachos que lhe nace nos olhos de cada mouta, à flor da terra, e são como grandes ameixas, oito e dez pegadas umas nas outras, mas não têm bom sabor; contudo a gente pobre se aproveita delas e, à falta d'outro melhor mantimento as comem cozidas. Tiram-se também delas palmitos, que são os olhos das mesmas palmeiras que têm debaixo da terra, quando estão tenros, que é desde Janeiro té Março; estes são como pés de cardo e têm melhor sabor que o seu fruto e os vendem neste tempo ao menos pera os moços, que fazem muito por eles.

Das folhas maiores destas palmas se fazem as vassoiras, que se levam por diversas partes da nossa Europa, e as melhores e as que se fazem de encomenda valem a três réis, mas as comuns, que os pastores de gado pela serra fazem, valem a real e meio e a dous réis, mas assim se desfazem mais presto e duram pouco.

Corta-se a palma polas serras e montes no mês de Julho e Agosto e aí mesmo se seca, mas, se lhe chove depois de cortada, faz-se negra e de pouca dura.

Esta é a sementeira e novidade da gente pobre, como disse do esparto, porque a todos é comum e ela por si nace e se cria sem indústria nem benefício de alguém. E, por muito que dela colham, nunca falta.

Dos olhos desta palma, que se colhem quando estão tenros, a que chamam cogolhos, fazem obras proveitosas e outras tão delicadas e custosas que por maravilha as levam por reinos estranhos. Dos cogolhos maiores se faz grande multidão de alcofas, pintadas de vermelho e preto, que duram muito e são de boa serventia, por serem leves e limpas. Dos outros mais pequenos se fazem sombreiros, a que chamam palhetes, com seus cordões do mesmo, festejados de tanta laçaria, arte e delicadeza, que em toda a parte onde os levam são de muita estima. Fazem isto mulheres e ganham por este ofício sua vida, e[m] especial as que são mais polidas na arte, por que lavram; deles são delicados e finos, que com mil réis e três cruzados que lhe deis por cada um deles, não ficam muito contentes. Fazem também desta

mesma palma cordões pera cingir, condeças e alcofinhas, com outras mil bugiarias que as mulheres curiosas estimam muito pera sua costura e brincos, as quais ornam, pera melhor parecerem, com diversas laçarias e botões de ouro e seda em que gastam boa parte de seus mealheiros, com que os pobres se poderiam bem cobrir.

## Capítulo 10.º

### *Das serras do Algarve.*

É cousa notável de ver as serras e grandes montes de que está cercado o reino do Algarve da banda de Portugal, que é do norte, e, sem dúvida que lhe não fazem ventagem os Alpes ou Pirineus senão na muita passagem que diversas gentes fazem por eles e as muitas guerras e acontecimentos que os autores escrevem que neles houve, com que ficou tão celebrada a sua memória, porque, no mais, nenhũa ou muito pouca diferença lhe acho. Tem sete léguas em largo, que, com dificuldade, se andam num dia, e em comprido desde o rio Guadiana, que lhe cai da banda de levante, té Odemira, onde vão acabar no mar oceano, da banda do poente. São tão continuadas em se erguer e abaixar, fazer de si mil sobrançarias e diferenças de personagens, que quem os vê de alto e considera com espírito sua variedade, não pode deixar de se maravilhar da ordem e disposição que pôs a natureza em suas cousas, porque a semelhança de mar muito empolado, com grande tormenta, onde não se vê cousa chã ou igual senão ãas ondas altas e outras maiores junto delas, ficando uns grandes baixos muito saídos entre ãas e as outras e logo tudo isto revolto e que se comem entre si mesmas, que se tornam a representar em outra forma sem ficar cousa que a vista abranja, que não seja lavrada desta arte tão vária, o que tudo junto considerado faz um espectáculo maravilhoso.

Estão continuamente estas serras acompanhadas de grandes mandas de vacas, fermosos fatos de cabras, muitas varas de porcos, com seus pastores e rafeiros, tudo o qual dá grande alegria aos caminheiros e os recreia com leite e queijo, se o tempo lho dá a eles. Há também por estas serras muitas silhas de colmeias de que se tira cada ano grande quantidade de mel e cera com que os moradores destas partes, se nisto são solícitos, granjeiam bem sua vida.

Em muitos lugares dos mais acomodados delas se semea trigo, cevada e centeio, posto que são tão fragosas como tenho dito, porque a indústria humana a tudo busca remédio e o pão que se nelas colhe não lhe faz ventagem o de Alentejo senão em ser muito.

Destas serras se passa infinito gado pera Castela, atravessando o rio Guadiana, por cima de Alcoutim, posto que os reis de Portugal tem defeso isto com grandes penas; mas como o interesse desta passagem é muito, a tudo se aventuram os homens e fazem isto tão de propósito que passando eu este rio, o Janeiro de 1569, me contaram pessoas, que se acharam presentes, que havia poucos dias que nesta paragem que digo vieram ter certos passadores com grande soma de porcos, os quais sendo sentidos pola justiça de Mértola acudiu lá com alguns da mesma vila, mas eles vinham tantos e tão bem armados que os Mertelinos os não ousaram acometer sós e mandaram pedir ajuda à marquesa de Vila Real, que estava na sua vila de Alcoutim esperando tempo pera passar a Ceita, onde o marquês estava. A marquesa lhe mandou logo alguns de seus criados e, ajuntando-se todos, os cometeram. Mas eles se defendiam como homens já condenados à morte polas leis do reino e que a isso vêm oferecidos e, por isso, os não

ousam acometer senão com muita ventagem de gente. Desta contenda ficou um dos passadores morto, o qual, antes disto, se arrimou a ùa árvore a pelejar como leão, sem haver quem lhe chegasse, té que lhe tiraram a espingarda e o derribaram. Mas da outra parte também um estribeiro da marquesa e outros ficaram feridos; contudo levaram os porcos e os repararam estas duas vilas Mértola e Alcoutim entre si e os comeram.

Da outra banda do rio, que é Castela, que também são serras e montes, neste mesmo tempo acodem os Castelhanos a esperar estes passadores, com quem têm suas inteligências; e vêm com mulheres e filhos e fazem cabanas, em que moram o tempo que ali estão.

Causa esta passagem muita falta em todo Portugal e muito mais no mesmo reino do Algarve onde este gado communmente se cria; e muitas vezes acontece que nos açougues de suas terras se não pode haver um arrátel de carne, estando em Castela às moscas, como dizem, porque lá a levam onde vale mais cara.

Há, finalmente, neste reino do Algarve muita e boa fruta, como tenho dito, há muito peixe do melhor que o mar cria, há muito e bom azeite e também haveria muito vinho, se o lavrassem, porque lhe sobeja a terra pera isso. Somente lhe falta pão, que tem pouco, e parece que o ordenou assim Deus Nosso Senhor pera sua conservação, porque, se isto tiveram como o mais, são os Algaravios gente tão alterosa e detreminada que não pudera ninguém com eles.

*Finis Laus Deo*

*Fim de todos os quatro livros  
da descrição do Algarve*

## Índice de matérias segundo o autor

O primeiro livro contém a descrição de todo o reino em geral e de todas as cidades, vilas, lugares, fortalezas e castelos dele em particular. Pág. 23.

O segundo trata largamente a conquista dele, como foi ganhado aos Mouros pelos Cristãos, restituído à fé de Nosso Senhor. Pág. 61.

O terceiro relata a maneira como este reino veio em poder dos reis de Portugal e da alteração que por sua causa se fez no escudo e armas reais. Pág. 79.

O quarto dá notícia de muitas particularidades da terra e costumes da gente deste reino do Algarve que só nele são achados. Pág. 107.

### Livro I

Que contém a descrição geral do reino do Algarve e de todas as cidades, vilas, fortalezas e outros lugares em particular. Pág. 23.

Cap. 1.º Da grandeza dos reinos dos Algarves daquém e dalém em África e do que os reis de Portugal possuem em particular, que é ãa parte da nossa Lusitânia. Pág. 25.

Cap. 2.º Da maravilhosa disposição do Sacro Promontório, com a declaração deste vocábulo, a que, ao presente, chamamos cabo de S. Vicente, com a rezão da mudança deste nome. Pág. 27.

Cap. 3.º De como o corpo do glorioso mártir S. Vicente foi trazido do reino e cidade de Valença d' Aragão a este Sacro Promontório, no tempo que Espanha se perdeu, e nele esteve escondido muitos anos. Pág. 31.

Cap. 4.º De como o corpo do glorioso mártir S. Vicente foi tresladado do Sacro Promontório pera a cidade de Lisboa em tempo del-rei D. Afonso Henriques. Pág. 35.

Sagres. Pág. 38.

Lagos. Pág. 38.

Alvor. Pág. 42.

Vila Nova de Portimão. Pág. 42.

Silves. Pág. 43.

Alagoa. Pág. 45.

Albufeira. Pág. 46.

Alcantarilha. Pág. 46.

Fárão. Pág. 46.

Loulé. Pág. 47.

Estoi. Pág. 48.

Tavira. Pág. 49.

Cacela. Pág. 54.

Arenilha. Pág. 54.

<i>Castro Marim.</i> Pág. 55.	<i>A Raposeira.</i> Pág. 58.
<i>Azinhal.</i> Pág. 56.	<i>Aljezur.</i> Pág. 58.
<i>A do Leite a Maior.</i> Pág. 56.	<i>O de Seixes.</i> Pág. 59.
<i>A do Leite a Menor.</i> Pág. 56.	<i>Sines.</i> Pág. 59.
<i>Alcoutim.</i> Pág. 56.	<i>Vila Nova de Milfontes.</i> Pág. 59.
<i>Aldea de Martim Longo.</i> Pág. 57.	<i>Benfali.</i> Pág. 59.
<i>Vale do Chopo.</i> Pág. 57.	<i>Os Colos.</i> Pág. 59.
<i>O Pereiro.</i> Pág. 57.	<i>A Murteira.</i> Pág. 59.
<i>Aldea dos Giões.</i> Pág. 57.	<i>A Carrapateira.</i> Pág. 59.
<i>Moncarapacho.</i> Pág. 57.	<i>Algoz.</i> Pág. 59.
<i>A Fonte do Bispo.</i> Pág. 57.	<i>Carvoeiro.</i> Pág. 59.
<i>Salir.</i> Pág. 57.	<i>Freixo.</i> Pág. 59.
<i>Paderne.</i> Pág. 58.	<i>Pena Grande.</i> Pág. 59.
<i>Pera.</i> Pág. 58.	<i>A Peninba.</i> Pág. 59.
<i>Monchique.</i> Pág. 58.	<i>A Nave Redonda.</i> Pág. 59.
<i>Mixilboeira Pequena.</i> Pág. 58.	<i>Alte.</i> Pág. 59.
<i>Mixilboeira Grande.</i> Pág. 58.	<i>Quarteira.</i> Pág. 59.
<i>Porches.</i> Pág. 58.	<i>Marim.</i> Pág. 59.
<i>A Bordeira.</i> Pág. 58.	<i>As Alcarias.</i> Pág. 59.
<i>Budens.</i> Pág. 58.	<i>A dos Pretos.</i> Pág. 59.
<i>Aldea do Bispo.</i> Pág. 58.	

*Destes últimos dezassete lugares não faz o autor particular menção por não ter, como ele diz, notícia inteira deles e lhe parecerem de menos importância. A ordem que segue em contar todos os lugares desde Sagres a O de Seixes é ir pela costa do poente a oriente e depois voltando pelo sertão por entre as serras.*

## Livro II

*De, por e em que tempo foi conquistado o reino do Algarve daquém-mar, havendo mais de quinhentos anos que era possuído dos Mouros.* Pág. 61.

*Cap. 1.º Do tempo em que se perdeu Espanha e se começou a recuperar pelos Cristãos e com ela o reino do Algarve.* Pág. 63.

*Cap. 2.º De como D. Frei Paio Peres Correa, Mestre de Santiago, em tempo del-rei de Castela, D. Fernando o 2.º, tomou aos Mouros Estômbar e Alvor no reino do Algarve.* Pág. 66.

*Cap. 3.º Dos recontros que o Mestre D. Paio Peres Correa teve com os Mouros, estando em Cacela, nos quais foram vencidos e desbaratados.* Pág. 68.

*Cap. 4.º Da morte dos sete cavaleiros e de como o Mestre tomou Tavira.* Pág. 70.

*Cap. 5.º Aparecimento que estes santos cavaleiros fizeram a el-rei D. Afonso de Castela, tendo cercada Tavira, com que levantou o cerco e se tornou a Castela.* Pág. 73.

*Cap. 6.º De como o Mestre D. Paio Peres Correa tomou aos Mouros Salir, Alvor, Estômbar e a cidade de Silves.* Pág. 75.

*Cap. 7.º De como o Mestre de Santiago, D. Frei Paio Correa, tomou aos Mouros Paderne e governou todas as terras que no reino do Algarve lhe tinha tomadas, té virem em poder dos reis de Portugal.* Pág. 77.

## Livro III

*Que trata de como o reino do Algarve veio em poder dos reis de Portugal e foi acabado de conquistar da maneira que ora está. Pág. 79.*

*Cap. 1.º De como a rainha de Portugal, D. Brites, foi a Castela e pediu a el-rei D. Afonso, seu pai, o reino do Algarve daquém-mar. Pág. 81.*

*Cap. 2.º De como el-rei de Portugal, D. Afonso, o terceiro deste nome, acrescentou o escudo de suas armas e se intitulou primeiramente rei do Algarve. Pág. 83.*

*Cap. 3.º Das armas do primeiro conde de Portugal, D. Henrique, tronco e origem donde procedem todos os reis dele. Pág. 85.*

*Cap. 4.º Das armas que el-rei D. Afonso Henriques, o primeiro de Portugal, tomou em princípio de seu reino e da ocasião que pera isso teve. Pág. 87.*

*Cap. 5.º Das alterações e mudanças que houve no escudo da armas reais de Portugal desde o primeiro rei D. Afonso Henriques, que as tomou, até el-rei D. Sebastião, que, ao presente, reina. Pág. 89.*

*Cap. 6.º De como el-rei D. Afonso de Portugal, depois de lhe ser dado o Algarve, foi sobre a vila de Fárão, que era dos Mouros, e lhe pôs cerco, onde o Mestre D. Paio Correa se veio também ajuntar com ele. Pág. 92.*

*Cap. 7.º El-rei D. Afonso de Portugal combate a vila de Fárão, no Algarve, e a rendeu per força e depois a deixou aos mesmos Mouros, ficando-lhe tributários e com privilégio de seus vassallos. Pág. 94.*

*Cap. 8.º De como el-rei D. Afonso de Portugal foi sobre a vila de Loulé e a tomou e o Mestre de Santiago, D. Paio Correa, tomou Aljezur. Pág. 96.*

*Cap. 9.º De como o Mestre de Santiago, D. Paio Correa, se foi pera Castela e, por divisões que houve, veio a Portugal o infante de Castela, D. Luís, chamado Pontus, e o reino do Algarve foi posto em terçaria em poder de D. João de Boim e de D. Pedr' Eanes de Portel, seu filho, cavaleiros portugueses. Pág. 98.*

*Cap. 10.º De como por diferenças que houve entre el-rei de Portugal e o de Castela tornou a Portugal o Mestre D. Paio Correa com outros dous príncipes, fidalgos de Castela, por embaixadores e das pazes que por seu meio foram feitas. Pág. 100.*

*Cap. 11.º De como el-rei de Castela, D. Afonso o 10.º, quitou a el-rei de Portugal, D. Afonso, seu genro, e ao infante D. Dinis, seu neto, e a todos seus sucessores a obrigação dos cinquenta cavaleiros em que lhe eram por respeito do reino do Algarve e o soltou a Portugal, livre pera sempre. Pág. 102.*

*Cap. 12.º Da morte e sepultura do Mestre de Santiago, D. Paio Correa, e de como estes dous reis de Portugal, D. Afonso e D. Dinis, pai e filho, e seus sucessores ajudaram sempre aos reis de Castela em suas empresas, em agradecimento do reino do Algarve. Pág. 104.*

## Livro IV

*Das particularidades do reino do Algarve d'aquém-mar. Pág. 107.*

*Ao leitor. Pág. 109.*

*Cap. 1.º De como se põem e adubam as figueiras e se toca o figo. Pág. 110.*

*Cap. 2.º Do apanhar e enseirar do figo e do muito que importa cada ano o reino do Algarve. Pág. 112.*

*Cap. 3.º Dos olivais do Algarve e da boa invenção que acharam os Algaravios de fazer o azeite. Pág. 115.*

*Cap. 4.º Das vinhas, uvas e vinho do Algarve. Pág. 118.*

*Cap. 5.º Da amêndoa do Algarve. Pág. 120.*

*Cap. 6.º Da pescaria dos atuns que morrem na costa do Algarve. Pág. 121.*

*Cap. 7.º Dos solhos que se pescam no Algarve. Pág. 123.*

*Cap. 8.º Do esparto que nasce no Algarve e do proveito que se faz dele. Pág. 124.*

*Cap. 9.º Da palma do Algarve e das obras que se fazem dela. Pág. 125.*

*Cap. 10.º Das serras do Algarve. Pág. 127.*

## **HISTÓRIA DO REINO DO ALGARVE**

*ordenada pelo licenciado Henrique Fernandes Sarrão,  
advogado da Corte, e Casa da Suplicação,  
dirigida ao muito ilustre Senhor D. Manuel de Lencastre,  
governador e capitão geral do mesmo reino  
e comendador-mor da Ordem de Santiago*

**Ao muito illustre Senhor D. Manuel de Lencastre,  
etc. o licenciado Henrique Fernandes Sarrão**

*Uns contam a Lusitana Majestade e outros as riquezas do Oriente. Eu, muito illustre Senhor, contarei a história de um reino, engrandecido com os famosos feitos e celebrados casos dos inclitos reis de Portugal, donde Vossa Senhoria descende: e assi ninguém haverá, que não julgue ser muito conveniente, que a ofereça a quem com admirável prudência e rara imitação de seus progenitores o governa. Se não chegar aos quilates dos altos merecimentos, ficará ao nível da vontade, que tive de satisfazer à menor parte, porque achei ser infinito comprehender o muito, que neles há. Espero que Vossa Senhoria a veja com atenção, e debaixo de seu emparo benignamente receba, para que, favorecido desse generoso e real ânimo, levante o espírito e acabe as empresas, que, com vário e contínuo estudo começadas, não podem sem mão subir ao que requerem. Nosso Senhor a muito illustre pessoa de Vossa Senhoria guarde e estado crescente por muitos anos.*

Em 19 de Novembro de 607.

**Prólogo ao leitor**

Três causas me obrigaram ordenar a presente história. Foi delas a primeira ver a pouca notícia, que os estrangeiros, e ainda os naturais, têm das antiguidades e grandezas do reino do Algarve, sepultadas no silêncio de tantos anos. A segunda é o grande zelo, com que o licenciado Sebastião Fernandes, meu pai, que Deus tem, lançou os primeiros fundamentos neste edificio, que eu devia acabar, pela obrigação de filho. E a terceira foi, porque a Pátria é tão doce a cada um e se lhe representa tão fermosa, e suave, como vimos no jureconsulto Ulpiano; quando louvou, e engrandeceu o reino de Fenícia, onde nascera. Se alguns erros (benévolo leitor) aqui se acharem, humildemente peço a emenda deles, que não duvidarei serem muitos, assi na variedade das cousas, como na facilidade do estilo, e pouca elegância de palavras, que são mui raras naquêle, a quem a Fortuna tira o que merece. Meu principal intento foi escrever as cousas mais notáveis do Algarve para dar princípio a curiosos, que, encobrando minhas imperfeições, mostrassem a perfeição de suas obras.

---

## Capítulo I

*Da conquista ao reino do Algarve,  
e da real prosápia dos Lencastres.*

O sereníssimo príncipe D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, que em o ano do Senhor mil e cento e oitenta e três veo pessoalmente ao reino do Algarve buscar o corpo do mártir São Vicente, deixou por sucesor de sua real coroa a D. Sancho, seu filho, o qual, com perigosos e ásperos combates, tomou aos Mouros a cidade de Silves, cabeça e título então do mesmo reino.

E depois de sua morte, e dos reis D. Afonso e D. Sancho, do nome segundos, o invictíssimo rei D. Afonso o terceiro, casando com D. Beatriz, filha d'el-rei D. Afonso o décimo de Castella, houve o Algarve em dote com todas as terras, que el-rei, seu sogro, nele tinha, para poder conquistar as mais, que os Mouros possuíam. Ajuntou muita gente d'armas, e com gloriosas vitórias se fez senhor de todo o Algarve, acrescentando em seu escudo das quinas a orla, que o cerca de castelos de ouro em campo vermelho, que eram as armas do conquistado Reino.

E sendo possuído dos reis D. Dinis, seu filho, D. Afonso o quarto, D. Pedro, D. Fernando, D. João o primeiro, D. Duarte e D. Afonso o quinto, seus descendentes, sucedeu nele el-rei D. João o segundo, por suas excelências chamado o Magno.

Deste esclarecido rei ficou aquele ilustríssimo, e excelentíssimo senhor D. George, seu filho, que foi Duque de Coimbra, senhor de Torres Novas, Aveiro, Montemor-o-Velho e outras terras, mestre de Santiago e Aviz, o qual teve três filhos: o primogénito, D. João de Lencastre, o segundo, D. Afonso de Lencastre, e o terceiro, D. Luís de Lencastre.

De D. Afonso de Lencastre e de D. Violante Henriques, filha de D. João Coutinho, Conde do Redondo, nasceram D. George de Lencastre, que morreu com el-rei D. Sebastião em África, D. Álvaro de Lencastre, Duque d'Aveiro, e D. Manuel de Lencastre, que ora é governador, e capitão-geral do reino do Algarve, a quem o governo foi entregue, para que, em paz, e justiça, conservasse e com real sangue engrandecesse aquele reino, que os reis, seus antepassados, a força d'armas ganharam, e possuíram: e assi o manifesta em seus suavíssimos costumes, na clemência, mansidão, e autoridade de sua pessoa.

A nobilíssima progénie dos Lencastres demonstrarei na árvore proposta.



---

## Capítulo II

*Do sítio e qualidades do reino do Algarve  
e da origem do seu nome.*

O reino do Algarve está situado no fim da Europa, ãa das quatro partes do mundo para o ocidente. Dista do seu princípio trinta e sete graus da linha equinocial para o setentrião, debaixo da zona temperada. Tem de largura sete léguas de norte a sul, e vinte e sete de leste a oeste; está no clima quinto: seu maior dia de sol a sol é de catorze horas e meia. Divide-se da parte do oriente pelo rio Guadiana, que vai correndo para o norte, e dividindo o Algarve do reino de Castela até dar no termo da vila de Mértola; e daí o Algarve faz volta e se vem estendendo ao ocidente por serras altíssimas, que o demarcam do Campo d'Ourique até o mar oceano, na costa de Portugal, pelo rio do lugar do Dexexe, termo da vila d'Aljezur, do qual vem pela rocha ao longo do mar setentrional para o austro até o cabo de São Vicente, e dele para o levante pela costa do mar Atlântico até dar na foz do rio Guadiana, onde acaba.

Chama-se Algarve d'aquém à diferença do Algarve d'além, que está defronte, na costa d'África: teve este nome, porque os Mouros, que vivem ao oriente, em Arábia e na Pérsia, chamavam Algarbi aos Mouros, que viviam nesta costa última do ponente, e, corrupto o vocábulo, se chamou Algarve.

É comumente de bons ares e livre de enfermidades, por causa dos ventos do mar, que cursam nele, e também é fertilíssimo de figo, vinho, passa, amêndoa e outros mantimentos, tem muitos azeites, e pão, de que se sustenta. Há nele infinita caça e grande cópia de gado, e assi em seus rios, como no mar alto se mata muito pescado. É terra muito deleitosa e aprazível, de fontes abundantes e frescos bosques, e de muitas palmeiras, das quais se fazem curiosos labores, muito conveniente e acomodada para a vida humana.

Os naturais do Algarve se chamam Algaravios. São muito determinados e animosos, mais amigos da honra, que de fazenda, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo, muito leais a quem servem, se os tratam com cortesia e brandura, têm confiança em gram maneira, e os que são pobres fazem fundamento só no espírito. Finalmente na arte do mar são excelentes, nas letras não têm o menor lugar nem nas armas o segundo.

---

## Capítulo IV

### *Da vila d'Aljezur.*

Tratei universalmente das cidades, vilas e lugares do reino do Algarve, de seu sítio, qualidades e outras cousas mais assinaladas; parece razão, que venha ao particular de cada ãa delas.

Começarei da vila de Aljezur de norte a sul, e prosseguirei de ocidente a oriente até acabar na vila de Alcoutim, tomando princípio daquela parte, em que a cidade de Lagos, pátria minha, está edificada.

A vila de Aljezur é a primeira do reino do Algarve, está em um outeiro, costa abaixo, junto de um rio da banda do sul, ãa légua do mar, e seis da cidade de Lagos, e sete da vila de Sagres. É de duzentos vezinhos, muito antiga, e fundada pelos Mouros, que a habitaram.

Tem um castelo em um serro muito alto e deborcante, onde se afirma haver grande tesouro, e já se cavou muita parte dele, com grande custo, e nenhũa cousa se achou; parece que a cobiça não acertou o lugar.

Na vila há ãa freguesia, e é terra de muita criação de gado, grande quantidade de trigo e muita caça, e tem o melhor e mais fino linho, que no mundo se colhe, porque é como seda fina. A vila é doentia por causa de ãa ribeira, que perto daí se mete n'água salgada, como alguns dizem, e qual será a causa eficiente, fique para os escudrinhadores dos segredos naturais.

#### § 1. *Do lugar do Dexexe.*

Duas léguas da vila d'Aljezur para o setentrião está o lugar do Dexexe, quarto de légua da costa de Portugal, ao longo de um pequeno rio, da parte austral, e o rio divide o Algarve do reino de Portugal, como dissemos no capítulo segundo. É de setenta moradores.

Pelas tortuosas vias, que o rio vai fazendo, se estende ãa fermosa várzea, fertilíssima de pão. E no mesmo rio esteve ãa ponte de madeira, e hoje tem ãa barca, em que todos de graça passam: o que não carece de conselho, porque como este rio é a arraia entre o Algarve e Portugal, quis aquele reino franquear na entrada os passageiros.

---

## Capítulo V

### *Da vila de Sagres.*

Entremos nas sadias terras do Algarve e descubramos outros horizontes.

A vila de Sagres está na ponta de ãa rocha altíssima, que ao mar entra dous tiros de besta, a maneira de península por o lavar o oceano de três partes: seis léguas da cidade de Lagos e sete da vila de Aljezur.

O Infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João o primeiro, a edificou por ser lugar mais acomodado a suas contemplações e descobrimentos, e nela faleceu no ano de mil e quatrocentos e sessenta. É fortaleza inexpugnável, tem seu capitão, soldados e artelheiros, e dentro ãa freguesia.

A entrada desta vila na parte, que com a terra firme se ajunta, é de largura de outenta passos pouco mais ou menos, e vai um muro lançado de ãa parte, e da outra do mar, com sua porta, pela qual se servem da banda da terra, e dentro tem outra em revés, e sobre ela duas torres, e sino de rebate, onde de noite se vigia, e um soldado costuma vigiar por seu ponto a porta de dia, e não entra pessoa dentro sem licença dele.

Do muro da ponta para dentro não tem cerca algũa de muros, nem de torres porque a mesma rocha, onde o mar bate, lhe serve de muro fortíssimo, e por cima dela, em algũas estâncias, tem artelharia, que pesca a baía, e o mar ao derredor seguramente.

As casas da vila serão vinte e quatro pouco mais ou menos, corre ãa entre outra com casa dianteira, e câmara, todas iguais, e as portas estão para um terreiro de muito pedregulho, e pedras vivas, que se não podem aplanar sem muito custo, e desta maneira é toda a vila, porque a superfície do chão é de pedras por aplanar, ãas altas, e outras baixas, por cima das quais se anda, e por ser terra seca, e pederegosa, e fundada em rochedo, se não pode nela semear, nem ter erva verde.

Dentro está ãa cisterna de muita água, e a mais, que tem, é fora dos muros, dous tiros de besta, em ãas maretas de inverno, em que bebem os gados, e onde lavam a roupa.

Em baixo, ao pé da praia, está um porto, do qual sobem para a vila por ãa escada acima de muitos degraus íngremes, e feitos à mão, talhada na mesma rocha, que vai sair junto do muro e porta da banda de fora.

Dous tiros de besta entre esta vila e a fortaleza da Baleeira faz o mar ãa enseada, na qual está ãa praia, e junto dela vêm ancorar os navegantes em suas naus e navios debaixo do emparo da artelharia da vila, que é muita, e grossa, onde esperam por tempo para dobrar o cabo de São Vicente, que corre avante para o ponente.

Esta enseada é descanso dos navegantes, assi dos que vivem debaixo do Norte, como de todas as outras nações, que a ela concorrem, e é o mais frequentado porto, que há em todo o universo, onde ordinariamente vêm ter as armadas.

E, por ser mui grande escala, os Mouros e Turcos e cossairos acodem sempre à paragem desta vila e do cabo de São Vicente para fazerem seus saltos e roubarem os navegantes e os cativarem.

Os que navegam vêm fazer aguada nas maretas, de que acima fiz menção, e algũas vezes os Mouros, mas a gente dos lugares, que estão pela terra dentro, acode logo com seus capitães e companhias ordenadas, e homens de cavalo, e defendem a aguada aos inimigos: e muitas vezes acontece pelejarem e matarem dos Mouros, que, perseguidos, largam as presas: nestes recontros se fizeram já grandes cavalarias. Quando os rebates duram nesta paragem de Sagres e Cabo, vêm as bandeiras de pé, e gente de cavalo da cidade de Lagos a defender a entrada, e em guarda da costa.

Esta vila se governa pelos moradores dos lugares d'Aldea do Bispo e Raposeira, termo da cidade de Lagos, mas gozam dos privilégios da vila, posto que nela não vivam, e estejam em outra jurisdição. Destes dous lugares se elegem os juizes ordinários e vereadores, e há escrivão, e vão fazer audiências e câmaras, e se tornam para suas casas, e conhecem dos casos, que nela e em seu termo acontecem.

Junto a Sagres, da banda oriental, está a Armação do Cabo, cujos armadores se recolhem na vila. Nesta armação há muito marisco de lagostas, lobagantes, centolas, perceves, mixilhões, e se toma muito pescado.

Sagres é chave da guarda destes reinos e nele o infante, como grandíssimo cosmógrafo, empregou bem o trabalho de sua fundação, antevendo a importante e necessária obra, em que se ocupava.

---

## Capítulo VI

### *Da cidade de Lagos.*

Tenho concluído com a descrição das vilas d'Aljezur e Sagres, é tempo de estender a pena em dar notícia da minha pátria.

A cidade de Lagos está em dous guerreiros e altos serros, com seu vale na volta de ùa enseada da parte do ocidente, à entrada de um rio, que a lava ao longo dos muros: seis léguas da vila d'Aljezur, seis da vila de Sagres e sete do cabo de São Vicente. Os Cartagenienses a fundaram, ainda que alguns dizem que dos Galegos foi edificada. É de mil e outocentos vizinhos.

Sua primeira povoação foi ùa cerca, a quem chamam a vila dentro, e depois disso se cercou o arrebalde, que é a maior parte e o melhor da cidade.

Os muros de Lagos são mui fortes, e muito bem feitos e de boa altura, em roda, tem treze baluartes com artelharia, que olham ùns a outros, para que os inimigos não entrem os muros, que vão em meo, e levam suas cavas de boa largura, cortadas em pedra ao picão, que fazem a cidade mais segura.

Lagos é de bons ares, muito temperado e sadio, e, oposto ao Norte, todo se vê do mar e assemelha à cidade de Lisboa: tem ùa baía muito grande e fermosa, é muito fértil de vinhos, não lhe falta trigo, e há nele muita pescaria de todo o pescado.

A cidade tem duas freguesias, em ùa das quais (que se chama de Nossa Senhora da Graça, e é a matriz), foi sepultado o Infante D. Henrique, que morreu na vila de Sagres, como referimos no capítulo quinto. E seu sobrinho e herdeiro, o Infante D. Fernando, o veu em pessoa buscar, e se trasladou em o real Mosteiro da Batalha.

Em Lagos há três mosteiros: um de São Francisco, da ordem da Piedade, muito devoto, outro de frades da Trindade, que se vai fazendo, e outro de freiras Carmelitas, de grande recolhimento, e virá a ser mui sumptuoso. Também há na cidade ùa igreja de São Pedro (que se chama Casa do Corpo Santo), para a qual todos os mareantes pagam suas partes, do que ganham em suas navegações, pescarias e armações, donde sempre têm tesouro, de que armam navios de armadas para socorro e serviço d'el-rei e fazem outras despesas grandes, e têm nela seu juiz, escrivão e deputados, e fazem seus estatutos, e têm seu hospital. Foram muito favorecidos dos reis, que lhes concederam grandes privilégios.

Dentro na cidade está ùa fonte d'água (a que chamam o cano), feita de pedraria, a maneira de pirâmide, e no alto acaba por remate, com ùa esfera de pedra dourada. Corre por outo bicas, e sobeja água para se lavar roupa miúda, e vai dar ao mar. E junto dela está um chafariz, em que bebem os cavalos e bestas de servidão, e vem esta água por um cano de pedra e cal, de ùa fonte abundante, que está no sítio do Paul, dous terços de légua da cidade. E dela se dá a sete hortas viçosas de muita hortaliça e

fruta, que ao longo estão da parte do norte, e a cada ùa meo anel d'água, que corre de continuo para as mesmas hortas, com que se regam. E além disso corre dela para uns tanques, que fora da cidade estão, em que se lava roupa, e corre o cano por dentro da cerca do mosteiro de São Francisco, que o tem aberto por cima, e tomam água, de que têm necessidade, e corre para outro chafariz, fora da cidade, em que bebem as bestas e gados. Antigamente havia em Lagos poços, de que bebiam, que se entupiram por serem desnecessários, depois que nele se meteu esta fonte.

Um tiro de bombardá para a banda do setentrião está um sítio, a que chamam Fonte Coberta, que tomou o nome de ùa fonte, que nascia de um vale entre matos e grandes arvoredos, os quais cobriam a mesma fonte, que ainda há, porém de menos água. E porque os pastores e gados eram muitos e a água da fonte para beber não bastava, os Mouros, que a modo de Alarves ali viviam, fizeram naquele vale abaixo, onde é mais estreito, entre dous serros, um grosso e forte muro, feito de argamassa e pedra miúda e rija, de que a maior será de grandeza de um ovo, e daí para baixo muito miúdas, que se não podem desfazer. Este muro atravessava o vale de serro a serro, em que se recolhiam as águas, que faziam grande represa e recolhimento no Inverno, e duravam todo o Verão, donde eles e os gados bebiam, e ainda há pedaços desta parede.

Deste sítio, um terço de légua para a mesma parte, está um posto, a que chamam Paul, porque antigamente foi um grande paul d'água, que depois se sangrou e cultivou, e nele se fizeram muitas vinhas e terras de pão, muitas hortas e pomares. Este paul era ùa lagoa d'água, junto do qual habitavam algũas gentes, e tinham aí sua povoação, de que ainda aparecem sinais, e se mudou ao lugar, onde ora está edificada a cidade, que desde logo tem o nome. Será mea légua em redondo, e nele se mete ùa ribeira, que vem da serra e corre por ele até se ajuntar n'água do rio. Contam os antigos, que a povoação esteve neste paul abaixo de ùa portela, onde está um poço, junto ao caminho, que vai para o lugar de Bensafrim, à mão esquerda, e que aí viviam os Galegos, que no mar do Algarve vinham pescar as baleas, dos quais há grande geração na mesma cidade, e assi foi sempre correndo a fama.

Defronte das hortas, de que acima tratei, está ùa ermida de S. João Baptista, em um campo rodeado de agrestes árvores, bem compassadas, e regadas de um tanque, ao qual vem per um cano água de Fonte Coberta. E adiante está ùa fermosa ponte de doze arcos. E além do rio para o levante está um outeiro, a que chamam o Molião, onde dizem que esteve fundada ùa cidade, cuja memória o longo tempo com a ruína dela sepultou. E ao oriente está um sítio, que se chama a Mea Praia, que tem muitas hortas.

Para a banda austral, um tiro de espingarda da cidade, está um campo raso sobre a rocha do mar, donde se vê toda a baía, e nele se exercitam os cavaleiros para a guerra e se fazem os alardos e as mais cousas necessárias para defensão da cidade.

No fim desta planície, sobre a baía, está ùa fortaleza, que se chama o Pinhão, em ùa ponta da rocha talhada, muito alta, que no mar se mete. É fortaleza edificada de fortíssimas muralhas e torres de cantaria, que dos inimigos defende a baía e entrada do rio. Tem ùa porta com sua cava na entrada, e ùa ponte levadiça com suas cadeas, que de noite se alevanta, e se pode levantar da parte de dentro do Pinhão, em tempo de cerco. E tem suas torres, pela banda da terra, muito fortes com sua artelharia, que defende a entrada pela terra, e são tão altas, que estão sogigando a altura

da outra rocha, que fica da parte de fora. Nesta fortaleza há condestable e bombardeiros, e de noite se vigia.

Da parte do mar, para o meo dia, tem a cidade muitas vinhas, e figueiras até a rocha, a que chamam Torralta, que teve este nome de ãa torre de vigia muito alta, mas dela não há memória. E ao longo da costa está a armação da Torraltinha. E no cabo deste sítio está ãa ermida de Nossa Senhora da Piedade, na ponta da rocha, da qual se vê grande parte da costa do Algarve. E adiante, para oeste, está a armação da Torralta Velha.

E daí dous tiros de espingarda está ãa praia que se chama Porto de Mós, e mais avante correm ãas rochas altíssimas, que se chamam as Ferrarias, ãas brancas e outras pretas, a maneira de frágua de ferreiro, e dizem que dessa terra preta se pode fazer ferro. Daqui se vai estendendo ãa praia deleitosa, de muita pescaria e desenfado, em que está ãa ermida de Santo Estêvão, e adiante ãa ermida e freguesia de Nossa Senhora da Luz, ãa légua da cidade, que é de muita romagem, onde se tomam novenas, e se fizeram muitos milagres.

Contam alguns praguentos que nesta cidade *aconteceu* \* um caso estranho e digno de memória, dizendo que antigamente os moradores dela costumavam festejar o primeiro dia de Maio vestindo um estrangeiro com os mais ricos vestidos, que lhe podiam achar, e todo coberto d'ouro, de muitas joias, cadeas, barceletes, anéis e peças de muita valia, que lhe cosiam por cima dos vestidos, o faziam cavalgar no melhor cavalo, e todos com suas trunfas na cabeça, adargas nos braços e suas lanças, andavam com ele por toda a cidade, e diante dele iam homens, tangendo em frautas, e muitas mulheres cantavam e dançavam, e diziam todos: Viva o nosso Maio. E tendo feito Maio a um estrangeiro, ornado e posto a cavalo, e dizendo-lhe, fora da cidade, que corresse, apertou as pernas ao cavalo e fugiu com todas as joias e peças ricas da terra em Maio, e, por causa daquele homem, lhe chamaram mês, que não devera, em memória da grande perda, que tiveram.

E porque o maior rendimento, que Lagos tem, é o das almadravas (que quere dizer pescaria de atuns) e começam do primeiro de Março e duram até dez de Julho, não será despropósito declarar brevemente, com que redes e de que modo se tomam, e vendem.

Em toda a costa do Algarve há muitas armações d'el-rei, nas quais pescam os atuns desta maneira: fazem-se redes de cordas de esparto, com malhas largas, e atadas mui rijamente com nós, de comprimento de mil e quinhentos passos, e de largura de cento e quarenta, das quais tem cuidado aqueles, que, por mandado d'el-rei, são escolhidos para este ofício. Estes se ajuntam de todas as partes em Março, nas casas, em que no Inverno as redes estão guardadas, e tiradas as olham diligentemente, se é necessário, que se remendem, e fazem outras de novo e ajuntam outras àquelas, que não tem tanto comprimento, quanto é necessário, e, feitas, as põem em barcos e barcas, feitas para isso, e as levam aos lugares, em que se hão-de lançar. Ajuntam-se os armadores e vão buscar as redes e as lançam no mar, a parte de baixo das quais chega ao fundo, e as de cima andam encima d'água. Estão além disso atadas, conforme a enchente e vazante da maré,

---

\* Entrelinhado.

com muitas âncoras, que os feitores d'el-rei são obrigados dar aos armadores, das quais ãas, quando a maré enche, e outras, quando vaza; têm tão firmemente as redes, que, ainda que o mar ande muito picado, nem se podem tirar, nem lançar na praia. A estas redes se ajuntam naquella parte, que vai para a praia, outras de linho de malhas miúdas, onde, tanto que os peixes entram, não podem fugir salvo por descuido dos armadores, e uns deles, a que chamam atalaias, sobem em rochas altas para vigiarem o mar, e verem, se vem atum, outros se assentam na praia, e fazem rede, ou qualquer outra cousa. Os que estão nas rochas, tanto que vem peixe, dão sinal, com o qual são avisados, e outros se levantam subitamente, saltam nas barcas e remam, para onde os mandam os atalaias, e cercam o peixe com redes, até que entram naquellas, que dissemos, que eram feitas de linho. Chegam todos e tiram o atum com bicheiros, e, metidos em barcos e caravelas, têm o cuidado de o mandar à cidade, para que se venda.

Em ãa praia, que se chama da feitoria, se fazem ãas ramadas, debaixo das quais se vende o atum, onde se pregam no chão muitos pontões, igual passo uns dos outros, lançam-lhes traves atravessadas por cima, de igual comprimento e as apertam muito bem, com cordas de esparto, e as cobrem com rama, de modo que escassamente os raios de sol chegam à terra. Assentam-se em ãa casa, que está defronte (a que chamam casa da feitoria) os officiais, a que el-rei deve este cargo. Posto o atum em terra, se manda primeiro contar (porque de dez seis são de el-rei e quatro dos armadores, e dos outros pescados leva el-rei de dez quatro, e os armadores seis) e se assenta em livros. Para a compra concorre muita gente da terra e estrangeiros de diversas nações. O feitor d'el-rei põe em pregão o atum, e vindo abaixando do preço, o primeiro, que lança, o fica comprado.

E para se beneficiar este atum é necessária muita fábrica, casas e chãos, que estão fora da cidade. É um grosso trato e se carregam muitas naus de atum para todo o Levante. E, ainda que na cidade de Faro haja feitoria, é para os casos fortuitos, mas Lagos é cabeça, a que todos os pescados per obrigação vêm.

As almadravas rendem ordinariamente cad'ano cinquenta mil cruzados mais e menos para el-rei, com pouca despesa. Não é de maravilhar a riqueza do Oriente, mas muito de louvar haver no Ocidente mar tão rico e cidade tal, que a seu rei, com tão assinalado serviço, reconhece.

### § 1. *Do lugar do Diáxere.*

Õa légua da cidade de Lagos, para o norte, está o lugar do Diáxere junto de ãa ribeira, que dambas as partes tem muitas vinhas de grande rendimento. É de vinte moradores.

Entre este lugar e a cidade, dous terços de légua dele, está ãa povoação, que se chama a Torre, é de doze moradores e freguesia do Diáxere.

È mea légua do Diáxere, para o setentrião, está outra povoação, chamada Arão, é de dez moradores e freguesia do Diáxere.

### § 2. *Do lugar do Marmelete.*

Para o norte, quatro léguas, está o lugar do Marmelete. É de vinte e cinco moradores. È ãa légua para o sul está a Pereira, povoação de dez moradores.

§ 3. *Do lugar dos Gralhos.*

Mea légua do lugar do Marmelete, para o oriente, está o lugar dos Gralhos, é de quinze moradores e freguesia do Marmelete, que também tem outros fregueses na serra.

§ 4. *Do lugar de Espiche.*

Da cidade ãa légua para o ocidente está o lugar de Espiche, que é de quinze moradores e freguesia de Nossa Senhora da Luz. Há neste lugar ãa fonte d'água excelentíssima.

§ 5. *Do lugar d'Almádana.*

Mea légua do lugar de Espiche, para a parte ocidental, está o lugar d'Almádana, é de vintouto moradores e freguesia de Nossa Senhora da Luz. Tem muitas terras de pão.

E deste lugar, mea légua para o sul, está a armação de Burgau, onde os Mouros algũas vezes têm saído.

E de Burgau, um terço de légua para o ocidente, está a armação d'Almádana, que tem um rio pequeno.

§ 6. *Do lugar de Bensafrim.*

Légua e mea de Lagos, para o norte, está o lugar de Bensafrim. É de quarenta moradores.

§ 7. *Do lugar de Barão.*

Para o ponente, mea légua de Bensafrim, está o lugar de Barão. É de cinquenta e quatro moradores.

§ 8. *Do lugar de Baranito.*

De Barão, mea légua para o sudoeste, está o lugar de Baranito. É de vinte e seis moradores.

§ 9. *Do lugar de Budens.*

Do lugar de Baranito, ãa légua para o sudoeste, está o lugar de Budens. É de cinquenta moradores, tem ãa fermosa fonte, de que bebem.

Há neste lugar um castelo derribado, que ficou do tempo dos Mouros, em que vivia um cavaleiro mouro, que estava levantado contra o rei de Silves. E deste castelo fazia muitos saltos e roubos a todos os Alarves e pastores, que viviam no contio da cidade de Lagos e seus derredores. Era mui forte, segundo hoje em dia aparece nos pedaços de parede, que estão em pé; não tinha porta, nem entrada. Estava entulhado até o andar do primeiro sobrado, tinha ãa janela, altura de ãa lança do chão, e por ela se metia dentro por ãa escada de corda. O mouro se chamava Bodião, de que o lugar tomou o nome.

§ 10. *Do lugar do Val do Boi.*

Um tiro de bombarda do lugar de Budens, para o sueste, está o lugar do Val do Boi. É de vinte e cinco moradores e freguesia de Budens.

§ 11. *Do lugar da Figueira.*

Mea légua do lugar do Val do Boi, para o sudoeste, está o lugar da Figueira. É de quinze moradores e freguesia de Budens.

Deste lugar, pouco mais de mea légua, para o sudoeste, está a armação do Zaveal. E dela corre a costa para o ocidente até à fortaleza da Baleeira, sobre ãa rocha, e em baixo está a armação. Nesta fortaleza se recolhe a gente dela. Tem seu capitão e artelharia: donde se defende ãa enseada de praia, na qual muitas vezes estão navios por causa da tormenta, e ficam seguros.

§ 12. *Do lugar da Raposeira.*

Õa légua do lugar da Figueira, para o noroeste, está o lugar da Raposeira. É de sessenta moradores. Tem muito trigo e bom, e muita gente de cavalo muito bilicosa\*.

§ 13. *Do lugar d'Aldea do Bispo.*

Um tiro de bombarda da Raposeira para o ocidente está o lugar d'Aldea do Bispo. É de outenta moradores; tem muito boas terras de pão.

Deste lugar ãa légua para o ponente, na costa de Portugal, está ãa torre de vigia, é a torre de Aspa, aonde se vigia todo o ano, de dia.

E do mesmo lugar, duas léguas para o sudoeste, na costa do Algarve, está a fortaleza de Boliche, ou Barcaceira, e em baixo está a armação. Nesta fortaleza se recolhe a gente; tem seu capitão e artelharia com sua cerca. E de Boliche vai correndo a costa pouco menos de mea légua do cabo de São Vicente.

*Cabo de São Vicente.*

Este cabo (que, por outro nome, se chama Sacro Promontório), pelos historiógrafos mui celebrado, é lavado do largo mar oceano da parte do ocidente, e corre a costa do Algarve da banda do oriente. A costa de Portugal vai correndo para o norte, a qual é de grandes rochedos, muito brava e perigosa para os navegantes, com qualquer tempo do ponente.

Na ponta deste cabo está ãa fortaleza com seu capitão, e artelheiros e soldados para defensão dos que navegam e passam por ele.

Dentro desta fortaleza está um mosteiro de frades da Piedade, em a ponta, onde São Vicente veo na barca com os corvos, que é ãa rocha

---

\* Acrescento de outra mão.

talhada, pela qual vem do mar um buraco por dentro, íngreme e mui alto, por onde saiu em terra o corpo do Santo, que se enterrou na igreja daquele mosteiro, e sendo antigamente levado à cidade de Lisboa, em tempo d'el-rei D. Afonso Henriques, que foi outra vez achado no mesmo lugar do mosteiro, em que deixaram a relíquia de um dedo, e dessa maneira o tornaram levar à Sé daquela cidade, cujo patrão é, onde secretamente está.

No mesmo cabo estão uns paços sumptuosos, que mandou fazer el-rei D. Sebastião, onde muitas vezes vinha por ser lugar mui saudoso e de aprazível vista, porque deles se vê o mar oceano por todas as partes até estender olhos. O cabo está em terra sequíssima, de area e pedra viva, tem água de três cisternas.

Ao pé da rocha está um leixão, cercado d'água, que vem do fundo do mar quatro lanças d'altura de cima d'água, a maneira de ilha, em redondo, de largura de ãa boa casa. Deste cabo se vê sair o sol do mar e pôr-se nele.

E porquanto tratei dos corvos, que ao mártir São Vicente, em sua navegação, acompanharam, não leixarei em esquecimento o que deles se conta. Neste cabo andam dous corvos junto do mosteiro, que procedem daqueles, que no barco vieram com o santo: os quais criaram três ou cinco filhos, e depois de feita neles a necessária criação, voam com eles, e desaparecem três ou quatro dias, e lá os deixam. Tornam os velhos corvos, a que os frades e romeiros dão de comer. E, se os filhos tornam, os picam tanto, que os fazem ausentar daquele lugar. Quando morre um vai buscar outro dos que criaram para terem sempre em dous viva a memória da antiga companhia. Caso digno de eterna lembrança, que ãas aves carecidas de razão nos fazem cair nela para se entender o muito, que cada um aos Santos deve, e a pouca consideração, que nisso temos.

#### § 14. *Do lugar da Carrapateira.*

Légua e mea do lugar d'Aldea do Bispo, para o noroeste, está o lugar da Carrapateira, mea légua da costa de Portugal. É de catorze moradores. *Já foi três vezes saqueado de mouros\**.

Entre este lugar e o cabo de São Vicente, ãa légua de cada parte, está ãa furna, a que chamam a Escada da Barriga, onde há pedras finas; e para as buscar vieram a ela estrangeiros, e a começaram desentupir com muita despesa, e por acharem dentro três bocas e não poderem acertar, qual era a das pedras, desistiram da obra.

#### § 15. *Do lugar da Bordeira.*

Para o noroeste, mea légua da Carrapateira, está o lugar da Bordeira. É de sessenta moradores; tem muitas terras de pão. E entre este lugar e a Carrapateira há profundos pegos.

É porque vamos mui empegados na relação destes lugares, convém sair deles.

---

\* Acrescento de outra mão.

---

## Capítulo VII

### *Da vila d'Alvor.*

Bem será prosseguir a ordem, que de ocidente a oriente pela costa do mar levamos.

A vila d'Alvor está ao longo de um rio, da parte do oriente, pouco menos de dous tiros de espingarda da costa, légua e mea da cidade de Lagos, e pouco mais de mea légua da vila de Vila Nova de Portimão. É de duzentos e quarenta vizinhos, tem um castelo, que mandou fazer el-rei D. Dinis, guarnecido de grossa artelharía, que defende dos inimigos a vila, rio, e costa brava.

Ao longo do rio foi antigamente edificada ãa povoação pelo grande Aníbal, quatrocentos e trinta e sete anos antes da vinda de Cristo, a que chamam a Vila Velha, em que fez ãa fortaleza muito forte, de que ainda se acham alicerces velhos e se tiram debaixo da terra caldeiras, potes e outras cousas de gente, que habitou naquele tempo, e muitas pedras, de que se fazem portais.

E, quando Aníbal invernou em Alvor, corria o rio ao longo da vila e dela direito ao sueste, à ponta da rocha, por onde tinha barra alta, e muito boa e depois se tapou com algũas tormentas, e abriu outra barra pelos medãos, onde agora está, junto a ãa ermida de Nossa Senhora d'Ajuda, de muita devação e romajem, defronte de cujo alpendre está um poço d'água mui singular, entre rio e costa, e nesta direitura anda a barca, que de maré chea é de trabalhosa passagem.

Alvor se chama por outro nome Porto de Aníbal, pela fundação antiga, que nele fez.

Esta vila não é cercada, mas em tempo d'el-rei D. Sebastião se começou cercar de muros de faxina e adobes, e não foi a obra por diante, sendo tão necessário ser murada por estar em parte perigosa.

A barra tem muitos baixos e não tem canal certo, por ser de area mudável. O rio se divide pela terra dentro em dous braços, um corre para o norte, e outro para o noroeste. Morre nele muito peixe, e há muito marisco e marinhas de sal, de que se fornece a comarca, e com ele se salgam per obrigação os atuns e pescados das almadravas da cidade de Lagos. Entram nele ribeiras d'água doce que nascem nas serras.

A vila é muito sadia, mas riscosa de mouros, e, por isso, no verão, se vigia o mar e costa com grande cuidado; tem muitas vinhas, de que se colhem vinhos afamados, e a melhor passa de cacho, que há, e tem muito bom trigo. E um tiro de espingarda para o oriente estão dous poços d'água mui excelente. E adiante um tiro de bombardas sobre a costa está ãa torre de vigia.

Para o setentrião, um quarto de légua ao longo do rio, está ãa povoação de vinte e cinco moradores, a que chamam os Montes de Baixo e daí um tiro de falcão, para o nordeste, está outra povoação de vinte moradores, que chamam os Montes de Cima, ou dos Freires.

El-rei D. João o segundo vindo tomar banhos em ãas caldas, que estão na lomba da serra de Monchique, se recolheu a esta vila, onde morreu de sua grave enfermidade no ano do Senhor mil e quatrocentos e noventa e cinco, nas casas, que naquele tempo eram do alcaide-mor dela, donde a rua, em que elas estão, se chama a Rua do Paço. Casas mais merecedoras de um sumptuoso, e real mosteiro, que de particular aposento. E a morte deste mui católico rei fez a vila de célebre memória.

---

## Capítulo VIII

### *Da vila de Vila Nova de Portimão.*

Convém agora tratar de ãa vila moderna em nome e fundação, mas rica e populosa.

A vila de Vila Nova de Portimão está em terra chã, à borda de um rio, da parte do ponente, um tiro de bombardarda da barra, pouco mais de meia légua da vila d'Alvor, duas da cidade de Silves, e quatro da vila d'Albufeira. É de novecentos vizinhos.

Antes de se edificar esta vila, estavam habitando ao longo dela, no lugar onde hoje está a ermida de São Lourenço da Barrosa, certos moradores, como eram Portimãos, Mascorros, Barrosos e outros semelhantes, que eram quarenta, os quais fizeram contrato com el-rei D. Afonso o quinto, no ano da Encarnação mil e quatrocentos e sessenta e três, para que pudessem fazer a vila, que eles logo fundaram na parte, onde ora está situada. E os do governo procedem destes fundadores.

A vila tomou o nome dos Portimãos, que a fundaram, e dizem alguns, que por ser porto muito à mão se chamou de Portimão.

É cercada de muros bons e novos. Tem um baluarte muito bem artilhado da parte do rio, ao longo do muro; é para defensão da vila e rio, e tem ãa barbacão fora dos muros.

Há nesta vila ãa freguesia; e para a barra, dous tiros de espingarda, está um mosteiro de frades da Piedade, em lugar contemplativo.

A vila está muito bem assentada, com ruas direitas e suas travessas. Vivem nela muitos homens ricos e de grande trato; e a alfândega, que tem, é de grande rendimento. Em roda da vila estão muitas hortas, vinhas e figueiras, e outras árvores. A água, que tem, é salobra, mas fora, um tiro de bombardarda, tem ãa água, onde chamam a Nora, que é boa, donde bebe a gente, que tem posse para a mandar buscar.

O rio tem barra muito boa e nele se recolhem os navios, naus, galés e armadas, que vêm por esta costa, e com qualquer tempo se metem dentro. Há nele muito pescado e muitas ostras, marinhas de sal, e muito moinhos, e tem sua barca de passagem.

Na ponta da barra da banda do ocidente, um tiro de bombardarda da vila está ãa ermida de Santa Caterina, donde se descobre o mar alto, e é de muito aprazível e deleitosa vista. Neste lugar, por ser mui acomodado, se pode fazer ãa fortaleza, com que a vila e rio se assegure.

---

## Capítulo IX

### *Da cidade de Silves.*

Chegando com minha descrição ao rio de Vila Nova, duvidei passar adiante e entrar em ãa cidade tão alhea do que fora, quam indigna do que é: levantam-se aldeas em cidades grandes, abaixam-se cidades em aldeas pobres e têm fim as soberbas monarquias; mas a obrigação, que tenho, de satisfazer aos curiosos, me fez tomar ânimo de mudar o passo.

A cidade de Silves está em um alto serro e na chapada de ãa ladeira acima, da banda do norte, duas léguas de Vila Nova, três e mea da vila de Albufeira, e seis da vila de Loulé. É de duzentos vezinhos, e no tempo dos Mouros, que depois de outros a fundaram, teve cinco mil.

Os muros da cidade são mui altos e fortes, e torreados, e tem um castelo em cima, muito fero, e grande, que tem ãa porta para dentro da cerca da cidade e outra da traição, para a banda do norte, da parte de fora, e está tão entulhado por dentro, que em parte o entulho chega a barbar com as ameas de cima, e da banda de fora fica sendo muito alto o muro, por onde fica fortíssimo.

Neste castelo está ãa admirável cisterna, porque é de três naves de abóbada, com seus arcos, cada um muito forte, e com sua porta para baixo, pela qual entram dentro ao longo do chão, e descem por ãa escada abaixo até a água, que tem em muita abundância, e por cima, da parte de fora, vai em ruas, com suas bocas, pelas quais entra o ar, e água da chuva, e faz muito boa água, de que bebem; é cousa digna de ser vista.

Dentro do mesmo castelo está um poço profundíssimo, que quási se não vê a água de cima, o que se causou por o castelo estar alto, e foi necessário fazer o poço tão fundo que chegasse ao nível do rio, para que pudessem achar água, e foi feito em tempo de Mouros.

O castelo tem outra mina e furna da parte do norte; dizem que vai sair à serra, daí a três léguas, pela qual os Mouros, estando em cerco, e com temor de os cercarem, iam à serra buscar sua lenha.

Há também outra mina, que tem a boca em ãa torre do muro da cerca da cidade, junto da porta dela, que vai ao rio por baixo do chão, e sai no pego de Mafoma, chamado assi, porque (segundo se consta) nele se afogou o rei dessa cidade, que tinha esse nome, quando os Cristãos a tomaram. Leva a mina, no solo, ãa calçada até dar naquele pego, e na entrada tem um portal de pedraria, e por esta mina iam os Mouros buscar água ao rio, para seu serviço.

Silves tem ãa freguesia, que em outro tempo foi a sé do bispado do Algarve. É um templo de abóbada, muito sumptuoso no cruzeiro, muito para ver, e nele foi sepultado el-rei D. João o segundo, e daí foi levado com real pompa ao Mosteiro da Batalha.

É cidade muito fresca de hortas e pomares. Ao derredor são terras de várzea de pão, onde se colhe muito trigo, fértil de carnes e de toda a caça, mel, e cera em abundância. Tem à primeira face, de longe, ãa vista

muito fermosa por causa da igreja, muros, castelo, edificios, e muito arvoredos, que tem dentro, em quintas, que se vêem facilmente por estar em chapada, que faz com que se veja de fora.

Toda está minada com muitas covas e edificios por baixo do chão, que se vão descobrindo e entulhando por não serem necessárias. Afirmam alguns que há nela tesouros escondidos; em cima da porta de Loulé, ao pé do castelo, havia um grande tesouro, que se mandou buscar e não se achou, mas na ladeira de São Pedro se acharam uns maticais de finíssimo ouro, que descobriram porcos, fossando, que pareciam feitos daquela hora.

Um tiro de besta para o ocidente está ãa ermida, que se chama Nossa Senhora dos Mártires, onde se enterraram todos os Cristãos que morreram na batalha, que se teve, quando Silves foi tomado aos Mouros. É casa de muita devação e onde se fizeram antigamente muitos milagres.

Ao pé da cidade, fora dos muros, no seu arrabalde, estão os vestígios de muros velhos caídos, que era a cerca da cidade e povoação velha.

Tem Silves um rio, que o lava pelo sopé do seu arrabalde, da parte do meo dia, e apega com as casas ãa ponte grande, por onde passa o rio, que é muito antiga, feita em tempo dos Mouros, muito forte; hoje estão caídos dous arcos dela e se passa o rio a vau.

De Silves para a parte d'oeste duas léguas está a freguesia de Nossa Senhora do Verde; terá cem fregueses. E para o norte três léguas está a freguesia de São Marcos; tem cento e cinquenta fregueses.

A cidade tem pelo rio abaixo muitos moinhos e boas fontes d'água, e um mosteiro de frades da Piedade, ao longo do rio, muito deleitoso, a que chamam o Paraíso, que do celestial é diferente, porque naquele é certa a doença e neste eterna saúde.

### § 1. *Do lugar do Alferce.*

De Silves, quatro léguas para o setentrião, está o lugar do Alferce, no alto de ãa serra. É de sessenta moradores e muito fresco d'águas, tem pão, muito gado e mel e cera; descobre, por sua altura, a maior parte do Algarve e da serra do Campo d'Ourique.

Acima deste lugar, dous tiros de espingarda para o norte, está um castelo derribado, que tem grandes edificios e ficou do tempo dos Mouros.

### § 2. *Do lugar de Monchique.*

Cinco léguas da cidade de Silves, para o noroeste, está o lugar de Monchique, no vale de duas serras altíssimas. É de trezentos moradores, muito ameno e aprazível, de muitas águas frigidíssimas e boas, de muita caça e montaria. Todo é cercado de pomares deleitosos, em que há castanhas, nozes, peras, maçãs e outra muita fruita; tem muitas vinhas, muita criação de gado, muito mel e cera e pão, e frescos bosques, regados de perenes fontes e saudosas ribeiras, em que estão muitos moinhos, e pisões.

Ao longo do lugar está ãa fonte de muita água, de que bebem, e em roda deles há alguns castanheiros muito grossos, que fazem aprazíveis sombras.

Um tiro de besta deste lugar está ãa ermida de Santa Brízida, onde dizem que foi antigamente templo dos Romanos.

A Monchique veo muitas vezes el-rei D. Sebastião, e lhe chamou Nova Cintra, fazendo-o vila, o que encontrou a cidade de Silves, cujo termo é.

E, por ser de tanta frescura, muitos homens nobres vão no verão folgar e tomar seus passatempos a este lugar.

As duas serras, de que acima falei, vão correndo de oriente a ponente; são tão altas, que delas se descobre todo o Algarve e a maior parte do Campo d'Ourique e Alentejo e muita parte do mar oceano, quanto a vista pode alcançar, e são balisas para os navegantes, que, saindo do mar profundo, a primeira terra, que vêem muitas léguas ao mar, são estas duas serras, cujas extremidades aparecem por cima das nuvens.

### *Foia*

Em ãa destas serras, da banda do ocidente, no mais alto dela, está um campo plano, a que chamam Foia, que é o maior e mais alto cume de toda a serra; esta planície é algum tanto deborcante para o ponente; tem ãa fonte d'água abundantíssima e, ainda que ãa pessoa beba dela um cântaro, lhe não faz mal nem pejo algum; e, querendo alguém meter nela a mão para tirar ãa pedra, não pode sofrer sua frialdade, e, pelo contrário, no inverno, é tão quente, que parece água, que ferve ao fogo.

Além desta fonte, por toda a Foia, há outras muitas fontes de excelentes águas, de que se fazem grossas levadas, que correm pela serra abaixo, e de contino está aquele campo coberto e vestido de muita e fermosa erva verde, Inverno e Verão, pela temperança dos ares, em tanto que, os mais dos dias, de longe, parece que esse cume está rodeado de nuvens, e por essa vista se entende se é tempo húmido, ou seco.

A esta Foia vêm de todas as partes os gados pascer e fazer grandes criações, e se houve dos reis que ela fosse para pastos, e que nenhũa pessoa pudesse fazer casas, quintas, nem pomares, nem outras fazendas nela, do que resulta muito proveitoso e bem comum de todos.

Há pela Foia muitas árvores de imensa grandeza, principalmente de carvalhos, entre os quais esteve um, que se chamava o carvalho d'el-rei, ao pé do qual el-rei D. João o segundo jantou, e na cortiça dele fez com ãa faca, por sua mão, ãa cruz, que, por espaço de muitos anos, se viu. Notai a recriação do santo rei, que, em agreste lenho, deixou sinal do verdadeiro, em que se obrou o mistério de nossa redenção; justa ocupação de altos príncipes trazer sempre na memória as cousas da católica fé.

Õa légua de Monchique para o sul, na lomba da serra do oriente, estão uns banhos muito sadios, em que muitos cobraram saúde de muitas enfermidades; os banhos são desta maneira: é ãa fonte d'água claríssima, muito transparente, que nasce entre uns rochedos e sai quente, e é muito macia e confortosa. Vem por minas de enxofre (segundo se afirma) que é causa de sarar esta água: principalmente sarna, porque este é seu efeito. Tem ãa casa e dentro está a fonte, onde se banham e lavam as pessoas, que aí vão para despídos se lavarem secretamente, e a mandou fazer el-rei D. João o segundo, quando neles se veo banhar. Da água da fonte se faz ãa levada, com a qual se rega um pomar do vale abaixo.

De Monchique, dous terços de légua para o sudoeste, está ãa povoação de trinta moradores, a que chamam Os Casais, que é sua freguesia.

E do mesmo lugar, pouco mais de ãa légua, está um sítio, que se chama Santo António, onde se começou fundar um mosteiro, e não teve efeito; tem fermosa fruta de espinho. Está para o sudoeste.

§ 3. *Do lugar da Mixilhoeira Grande.*

Ao longo de duas ribeiras, quatro léguas da cidade de Silves, para o ponente, está o lugar da Mixilhoeira Grande, em um teso à vista do mar. É de trezentos e cincoenta moradores, fértil de pão, tem muitos pomares, vinhas, figueiras, e outras fazendas. Bebem de ãa fonte de água, que está ao sopé do alto, na ribeira, entre ãas pedras, para o oriente. Tem defronte um rio, que é o de Alvor, em cujos braços se acha muito marisco.

§ 4. *Do lugar da Figueira.*

Um tiro de mosquete do lugar da Mixilhoeira Grande, para o nascente, está o lugar da Figueira. É de trinta moradores e freguesia da mesma Mixilhoeira. Tem vinhas e terras de pão, e ãa fonte de muita água em ãa penha, ao pé do lugar.

§ 5. *Do lugar da Mixilhoeira da Carregação.*

Pelo rio abaixo, à borda dele, para o austro, está o lugar da Mixilhoeira da Carregação, ãa légua grande da cidade de Silves, da parte do oriente; é de trinta moradores e freguesia do lugar de Estômbar.

Neste lugar se carregam todos os anos muitos navios e naus de figo para o reino e fora dele, que rende muito. Estiveram nele lójeas d'el-rei, em que o figo se agasalhava para daí se embarcar. O figo se vende desta maneira: há um corrector, cujo officio é público, ao qual avisa o mercador do preço, que dará por cada peça de figo, e por este preço vende, quem dele se contenta, até se encher o número de peças, que o mercador assentou.

Deste lugar, para o noroeste, três quartos de légua, está no rio de Vila Nova ãa pequena ilha, que se chama do Orvalho, em que há algũa caça. Nesta ilha se divide o rio em dous braços, um corre ao norte, que é para a cidade de Silves, outro ao noroeste, que é para o Delouca, onde está ãa alterosa ponte.

Do rio do Delouca, mea légua para o ponente, está ãa fermosa ribeira, que nasce na serra de Monchique, da fonte dos Banhos, a que chamam a ribeira de Boina: ao longo dela vão pomares, hortas, terras de pão.

Mea légua do lugar para o meo dia, antes de chegar à barra de Vila Nova, estão uns aposentos, que se chamam Ferregudo, que eram muito principais, e nos edifícios, ainda que estão caídos, se mostra a grandeza deles, porque era cercado de muros, e com casas de sete ou oito moradores, que se metiam ãas por outras, feitas com muita curiosidade, e os baixos delas corriam ao longo do rio. Os muros estão em muitas partes derribados e as casas caídas; de crer é que o intento foi maior, que o efeito.

§ 6. *Do lugar de Estômbar.*

Dous tiros de mosquete do lugar da Mixilhoeira da Carregação, para o oriente, está o lugar de Estômbar. É de duzentos moradores, o mais antigo do Algarve, onde os Mouros de Silves vinham.

Tem um castelo de ãa só pedra talhado, em que os Mouros se recolhiam a pelejar, com um poço ao pé, deminuído já, da antiguidade. É fértil o lugar de pão, azeite, de infinito figo, vinho, ameixieiras, amandoais, com suas hortas, e tem dous poços, de que bebem.

Deste lugar, ãa légua para o sul, está, na costa do mar, a armação de Carvoeiro; e adiante mea légua, para onde nasce o sol, está ãa torre de vigia, que se chama a Torre d'Alfanzina.

### § 7. *Do lugar d'Alagoa.*

Três quartos de légua do lugar d'Estômbar, para o levante, está o lugar d'Alagoa, ao longo de duas alagoas, de que tomou o nome, que causa ser o lugar doentio no Verão. É de quinhentos moradores, fertilíssimo de pão, tem muitas figueiras, olivais e outras árvores. Vivem nele homens ricos, e muitos deles são de cavalo, que chegam a cinquenta.

Há neste lugar dous juizes ordinários, que o juiz da cidade de Silves faz por eleição, e na pauta, que se manda a Silves, há-de vir necessariamente um vereador dos moradores d'Alagoa. E das rendas do concelho da mesma cidade dão ao concelho daquele lugar certo dinheiro para as obras públicas dele.

Dous tiros de espingarda para o sul está um mosteiro de frades da ordem do Carmo, sumptuoso, e fresco.

Pelas lagoas acima tem terras de pão muito grossas, e no cimo delas está um cano feito de pedra e cal de muito custo, com suas bocas por cima, largo que cabe por ele um homem em pé, e corre muito espaço de terra; este cano se fez por causa das águas, que vinham dar em ãa lagoa, que se aproveitou para se desviarem por esse cano as águas para outra parte.

Este lugar era capaz de ser vila, e a cidade de Silves, cujo termo é, o impediu; e os moradores dele fizeram já boas empresas e cativaram muitos Mouros, que na costa do mar saíram.

### § 8. *Do lugar de Porches o Novo.*

Para o oriente, três quartos de légua d'Alagoa, está o lugar de Porches o Novo. É de cinquenta moradores; tem grande cópia de figueiras, vinhas e terras de pão.

Deste lugar, mea légua para o sul, está ãa povoação de dez moradores, a que chamam Porches o Velho, freguesia do Novo.

E mea légua de Porches o Velho, para a parte austral, está ãa inexpugnável fortaleza, que tem dentro ãa igreja, que se chama Nossa Senhora de Porches, ou da Rocha, em ãa ponta de rocha muito alta, e pela banda do norte, que é da terra, na entrada, tem um muro, que a atravessa, e fica a ponta no mar, com sua ponte levadiça, em que tem sua cava, e está bem artelhada, e dentro tem ãa cisterna de boa água. Nesta fortaleza há capitão e condestable.

### § 9. *Do lugar d'Alcantarilha.*

Duas léguas de Silves, para o sueste, está o lugar d'Alcantarilha, em um outeiro. É de duzentos moradores, foi mandado cercar de muros;

tem um pedaço cercado da parte do mar, corre ao longo de ãa ribeira de Inverno, e tem este lugar muitas figueiras, de cujo figo se faz carregação, muitas vinhas e outras fazendas.

Junto a este lugar, da parte do ocidente, esteve ãa povoação, chamada Canelas, e ora está desabitada.

Um quarto de légua deste lugar, para o sudoeste, está na costa do mar a armação da Pedra da Galé, ao longo de um pequeno rio.

§ 10. *Do lugar de Pera.*

De Alcantarilha, um tiro de falcão, para o sueste, está o lugar de Pera. É de outenta moradores e freguesia d'Alcantarilha; tem muitas figueiras, terras de pão, e vinhas.

§ 11. *Do lugar do Algoz.*

De Silves para o leste duas léguas está o lugar do Algoz. É de cem moradores e abundante de pão.

§ 12. *Do lugar de São Bartolameu de Messines.*

Para o oriente, três léguas da cidade de Silves, está o lugar de São Bartolameu de Messines. É de sessenta moradores e tem muitas terras de pão. As povoações, de que abaixo farei menção, são freguesias do mesmo lugar, em cuja igreja entram oito e nove juízes de vintena, e estão ãas das outras em distância de meia légua, ãa légua, pouco mais ou menos, convém a saber: os Gregórios, de trinta moradores; as Cortes, de doze; Amorosa, de quarenta; Aldea Ruiva, de vinte; Portela, de quinze; Messines, de quatorze. Todas estas povoações com o lugar e seus derredores terão setecentos vezinhos; tem vinhas, terras de pão, e criação de gados.

Aqui se verá o desemparo daquela antiga cidade, que quási todos a deixam, escolhendo antes a vida do campo, que a política.

---

## Capítulo X

### *Da vila d'Albufeira.*

Saindo das ruínas da cidade de Silves e da multidão de seus lugares, tratarei de ãa vila não menos antiga, que povoada.

A vila de Albufeira está sobre ãa rocha, que o mar lava pelo pé, três léguas e mea da cidade de Silves, quatro de Vila Nova, três da vila de Loulé, e cinco da cidade de Faro. É de quatrocentos e cinquenta vezinhos, ficou do tempo dos Mouros, que a fundaram, e assi as ruas, que tem, são muito estreitas, ao modo que em África edificam.

E é cercada de muro fortíssimo, no qual tem três portas, ãa para o norte, outra para o levante, e outra para o ponente. Está torreada de nove torres, e tem seu castelo com duas torres muito fortes, e dentro ãa cisterna d'água; e assi fica a vila inexpugnável e parece de fora mui crespa, e em roda, da banda do norte, corre um ribeiro, que lhe serve de profunda cava. No arrebalde tem três poços d'água de serviço, e outros longe, de que bebem. É fértil de pão, legumes e figo, que para muitas partes se carrega; tem muitas vinhas, pinhais, e é de muita caça.

Fora dos muros, da parte do ocidente, está sobre a rocha ãa ermida de São Sebastião, na qual se viu notoriamente um milagre do mesmo Santo, em tempo que havia peste nesta vila; e perante muita gente se acenderam sírios e tochas, e tangeu a campa, e, sendo de noite, foi vista ãa procissão da vila para a mesma ermida, de que há instrumentos públicos.

Ao longo da costa, dous tiros de espingarda, da parte do ponente, está a armação da Baleeirinha. E daí um tiro de bombardá, para o noroeste, está ãa quebrada, a que chamam Gralheira, em um serro alto e de muito rochedo, a maneira de rua, porque ficam as rochas talhadas de ãa parte, e da outra muito altas, íngremes e descobertas por cima, e vai pelo solo da rua muito plano, e corre assi esta rua comprimento de um tiro de besta, e no cabo dela, no pé do rochedo, se faz, a maneira de lapa, ãa boca de cova larga; e dizem que vai sair a outra boca, que está dela para o norte um tiro ou dous de bombardá, e se afirma que já em outro tempo passaram alguns homens por ela; nestas rochas andam e criam algũas águias.

Um quarto de légua da vila, da banda do ocidente, está ãa torre de vigia e adiante dous terços de légua está outra torre, donde se vigia.

Para o oriente está ãa torre de vigia, ãa légua da vila; e avante dous terços de légua está a armação de Pedra Negra, que é a melhor da costa e de maior rendimento, porque nela se toma cad'ano mais atum, que em nenhũa outra armação, em tanto que muitas pessoas lhe chamam em lugar de Pedra Negra, Pedra d'Ouro, e tem ãa igreja de Santo António.

Da vila, mea légua para o norte, estão charneças, onde nasce muito esparto, ao qual chamam por graça retrós do Algarve.

*§ 1. Do lugar de Paderna.*

Duas léguas da vila d'Albufeira, para o setentrião, está o lugar de Paderna, que é de duzentos moradores.

Mea légua deste lugar, para o sul, está um castelo antigo, edificado pelos Mouros, sobre um cabeço, com muros inteiros, posto que antiquíssimos; tem somente ãa porta da banda do levante; cai sobre ãa ribeira, que corre ao longo de um alto rochedo, onde o castelo está, ora despovoado e sem gente; e dentro está ãa cisterna muito boa; há nela ãa ermida de Nossa Senhora, onde tem ermitão contínuo.

*§ 2. Do lugar de Alfontes.*

Para o noroeste, pouco mais de ãa légua da vila de Albufeira, está o lugar de Alfontes. É de sessenta moradores, tem ãa só rua, que corre de leste a oeste. Há neste lugar alguns homens de cavalo, ricos, tem boas terras de pão, vinhas, e grandes fazendas.

## Capítulo XI

### *Da vila de Loulé.*

Porque neste tratado devo satisfazer aos leitores em as cousas mais notáveis, não entregarei ao esquecimento as antiguidades de ãa vila, que seus sítios ainda representam, desviando-me da costa para o sertão.

A vila de Loulé está em um campo chão, três léguas da vila d'Albufeira e duas da cidade de Faro. É de seiscentos vizinhos, muito antiga, já do tempo dos Mouros, cercada de muros, os quais estão reedificados de novo, e o castelo novamente feito com muito boas casas.

É muito sadia, de bons ares e frescura, muito fértil, assi de pão como de vinhos, azeites, criações, e de todos os mantimentos, que pode haver no sertão: pescados não lhe faltam, porque de carroto vêm da cidade de Faro, Quarteira e Ferrobilhas. É tão abundante d'águas, que não há casa, que não tenha um poço e dous d'água, e, em lugar de talha, tem o gargalo do poço, com seu cubo e corda, que lhe serve de púcaro.

No meo da praça sai um cano d'água, em que bem pudera moer um moinho, se o fizeram. Ao derredor da vila, por todas as partes, há hortas e pomares muito frescos. Tem ãa freguesia e um mosteiro de frades, que fora de Franciscos e ora é de Agostinhos, junto da vila, da banda do levante. E fora da vila, dous tiros de besta para o ocidente, tem um mosteiro da Piedade, muito devoto, com sua cerca, muito fresca d'água e árvores. Todas as saídas, que esta vila tem, são ásperas, pedregosas, e quási ínvias.

Loulé tem muitos sítios de nomes mouriscos, como é um, que está para o sul, e se chama Almacil, que tomou o nome do Mouro que o habitava.

Está outro sítio, ãa légua para a parte do norte, contra a serra, que se chama Ator, por onde passa ãa ribeira grande, que se vai meter no rio de Quarteira; e nesta ribeira está ãa ponte de quatro arcos, que ficou dos Mouros.

Outro sítio está junto à vila, da parte austral, que se chama Momperle. Estes nomes mouriscos estão tão vivos nesta vila, porque há pouco tempo, que nela estiveram os últimos Mouros, que houve no Algarve, e há poucos anos, que faleceu um, que se foi para os Mouros, a África, e não podendo lá viver, se tornou ele e os outros, e se fizeram cristãos.

Para o sul está outro sítio, que se chama Quarteira, e à boca de um rio, a que chamam do mesmo sítio, está ãa armação de atuns. Quarteira tem ãa torre antiga, que serviu já de vigia, e adiante está outra torre nova de vigia.

Detrás da torre antiga, para o norte, está ãa lagoa, que se chama a Lagoa dos Adens, onde anda muita caça de espingarda; e está outra lagoa, que se chama a Lagoa dos Peixes, além dela, está um tiro de besta, para o sul. Esta lagoa se entupe da parte do mar, com as tormentas, e fica dentro muito peixe e grande soma de caça. Por dia de Santiago a vila de

Loulé a descouta e dá liberdade a toda a pessoa que vá caçar, e com muito pouco trabalho a abrem para o mar, às enxadas, de tal maneira que quasi fica seca, e ali tomam tanto peixe, que é cousa espantosa.

Junto desta lagoa está um sítio de terra, a que chamam o Almarjem, muito abundante d'ervas e fermoso bosque de arvoredos e espessos matos, com suas fontes, onde andam a pascer os cavalos dos moradores da vila e não entram outros d'outra parte, e tem um homem posto pela Câmara que os guarda, e são muito fermosos e gordos. Neste sítio de Quarteira há grande criação de cavalos e os melhores e mais afamados do reino. É muito abundante de pão de cad'ano, e tem moinhos d'água doce.

/ No ano do Senhor mil e quinhentos e outenta e sete deu a água da chuva com muito ímpeto no arrabalde da vila, da parte do norte, e pôs por terra cento e dez casas, e morreram quarenta pessoas, pouco mais ou menos, e, morrendo vestidos, foram achados nus, foi como furacão, a que vulgarmente chamam dilúvio de Loulé. / Não se acaba de entender, se a causa foi natural ou miraculosa. /

Da vila légua e mea para o norte está a freguesia de Querença, de sessenta fregueses. Adiante duas léguas está a freguesia de Salir, de cento e cinquenta fregueses. Nesta freguesia de Salir está um castelo muito antigo, situado no alto de um serro, despovoado, e quasi derribado, e chama-se a povoação do mesmo castelo, porque assi se chamava antigamente. E cinco léguas de Loulé para o setentrião está a freguesia de Santo António do Machial, de cento e vinte fregueses. E ao ponente duas léguas está a freguesia de Boliqueime de cento e quarenta moradores.

### § 1. *Do lugar de Alte.*

Da vila de Loulé, três léguas para o norte, está o lugar d'Alte. Tem ãa ribeira muito fresca, de muitos moinhos e pomares e terras de pão; e nele se faz muita baracinha de esparto para todas as partes. No lugar há sessenta moradores e entrando o Freixe, que é ãa povoação e freguesia d'Alte, ãa légua dele, terá duzentos.

---

## Capítulo XII

### *Da cidade de Faro.*

Tornando tomar à costa do mar Atlântico, trataremos dos edifícios, que junto dela se estendem.

A cidade de Faro (a que o vulgo chama Farão) está situada ao longo do rio da parte do oriente, em um campo plano, cinco léguas da vila de Albufeira, duas da vila de Loulé e cinco da cidade de Tavira. É de dous mil e duzentos vizinhos, antiga, e foi habitada dos Mouros.

Tem ãa cerca bem rodeada e forte, e dous beluartes fora do castelo, pegados ao muro, e cerca com muito boa artilharia para defensão do desembarcadouro do rio, onde está ãa das portas da cidade, que se chama a Porta do Mar, e por outro nome o Poço das Naus, que nele estão, por grandes que sejam. É cercada da banda do mar e fica a maior parte por cercar de muros, e é este arrebalde a força da cidade. Faro é muito aprazível e abundantíssimo d'água de poços, entre os quais há um, que se chama o dos Cântaros, que tem tanta água, que o não podem ensecar.

Na cidade houve sempre muito trato de Frandes, e muita carregação para fora de figos, azeites, amêndoas, e d'outras mercadorias na terra e em seu termo nascidas.

Muita parte dos moradores é de mareantes, que vivem pelo meneo das armações de atuns e mais pescarias; e há em Faro a feitoria dos atuns, onde se levam a vender das armações, e feitor, que os vende, cujo superior é o provedor das almadras da cidade de Lagos, como dissemos no capítulo sexto.

Tem duas freguesias, ãa das quais é a Sé Catedral, que se mudou da cidade de Silves, no ano de mil e quinhentos e setenta e sete, por Silves ser doentio, e houve sempre muitas diferenças entre Silves e Faro, o qual, por residirem nele o Bispo e Cabido, ficou muito mais nobre.

Dentro da cidade está ãa praça e terreiro, ao longo do rio, que é o principal dela, muito aprazível, e onde vão todos os da cidade passear a pé e a cavallo. E no rio tem ãa fonte ao longo deste terreiro, que é de água doce, ornada e cercada com seu edificio e se cobre d'água salgada com a maré chea.

Tem mais um mosteiro de frades Franciscos observantes e outro de freiras Capuchas, que a rainha D. Caterina mandou fazer, o qual é muito notável e sumptuoso. E um colégio de padres da Companhia, que, com sua doutrina e exemplo, fazem grande fruto na cidade.

Está para o oriente um grande campo, ao longo da cidade (que é do concelho), o qual se chama Atalaia, onde há muita caça de codornizes e outros pássaros de gavião, e junto dele corre ãa ribeira, ao longo da qual estão muitas hortas; e pelos fins deste campo, para o sul, vão muitos esteiros do rio, que se não podem contar, onde tem muitos moinhos; e no meo deste campo, em um altíssimo serro, está ãa ermida, que se chama Santo António, de muita devação, e com parecer campo razo, depois que vão a

ela, descobrem dali tanta vista, que é cousa admirável, e aparece daí a vila d'Albufeira e outra muitas terras.

Um tiro da cidade, para o nordeste, está ãa ermida de Nossa Senhora da Esperança, rodeada de muitos e espessos pinheiros, que fazem o lugar muito saudoso, e dele se descobre muita vista para todas as partes, e daí se vêem todas as embarcações dos que navegam para o levante e ponente. E é casa de muita romagem.

O rio é abundante de pescados e marisco; tem três barras, convém a saber: a barra grande, duas léguas da cidade, que se chama a barra de Contra; outra para o oriente, que se chama a Fozeta; e outra para o ponente, que se chama Ferrobilhas. Outra barra se faz, que se chama Zimbral, e se abre e cerra muitas vezes, segundo correm as invernadas e temporais, onde está outra armação. E assi é pela costa de Faro quatro armações, das quais a primeira é o Cabo, a segunda o Zimbral, e a terceira Ponta Bebada, e a quarta Ferrobilhas: de ãa a outra pode haver ãa légua, pouco mais ou menos.

Faz o rio um braço da banda do ponente da cidade, em que também há muitos moinhos, e para a terra, ao longo do rio, vão também hortas, e toda em roda tem muitas vinhas, e de mea légua adiante, por todas as partes, leva muitos olivais, de que se colhe muito azeite.

Da cidade, duas léguas para o oriente, ao longo do rio de Marim, que corre para a cidade de Tavira, está ãa torre e quinta antiga, que se chama a Torre de Marim, a qual mandou fazer el-rei D. Dinis, de muitas antigualhas, de muitos mármores, com muitas letras; e junto dela está ãa fonte d'água muito abundante.

Para o noroeste, ãa légua de Faro, está a freguesia de São João da Venda, de cinquenta fregueses. E outra légua para o norte está a freguesia de Santa Bárbara de Neixe, de cento e cinquenta fregueses. E mea légua para o nordeste está a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, *de quarenta fregueses* \*. E ãa légua para o oriente está a freguesia de São Bartolameu de Pexão, *de quarenta fregueses* \*. E duas léguas para a mesma parte está a freguesia de São Sebastião de Chelfes, de cento e cinquenta fregueses.

De Faro para o nordeste está um altíssimo serro, a que chamam o Serro de São Miguel, onde dizem que apareceu, de trás do qual para o setentrião está ãa ermida de seu nome, que é de muita romagem, onde está um poço de singular água, no meo da ladeira. Neste serro há muitas árvores de fruto, e, em roda, muitas terras de pão. Os navegantes se guiam por este serro e lhe chamam Monte do Figo per outro nome e por ele tomam a barra de Faro. No mais alto deste serro está ãa cruz, que de muito longe parece; e por ser lugar íngreme se fez a igreja abaixo, e muitas pessoas levam daqui terra, que aproveita para muitas enfermidades. Caso digno de consideração, que em um deserto e áspero serro nos mostrou o Arcanjo a excelência da solidão e vida contemplativa, que nos fragosos montes melhor se passa para subir ao glorioso serro da bemaventurança.

---

\* Entrelinhadas.

§ 1. *Do lugar d'Estoe.*

Ûa légua de Faro para o norte, ao pé da serra, está o lugar de Estoe, que é de cinquenta moradores. Todo está cercado de hortas mui frescas e viçosas, e, no meo dele, está ùa fonte descoberta, ao modo de chafariz, com quatro mármores deitados, de comprimento de dez palmos; a fonte terá de altura outros seis para baixo, com tanta abundância d'água que dela se faz ùa levada, da qual se regam todas as hortas, e quem quer a mete em casa.

Há neste lugar dous lagares d'azeite, nos quais, ao tempo que o azeite se faz, têm canos, onde esta água lhe vai dar nas caldeiras, sem mais trabalho, nem custo. Dizem que este lugar é das mais antigas cousas do Algarve, e que foi já cidade e cabeça do bispado.

Abaixo deste lugar dous tiros de besta estão uns edificios de grandes fundamentos, com muitos mármores e antigualhas, já quási desfeitas, onde se afirma que esteve a cidade de Ossónoba. E para o sul, abaixo do lugar, está ùa ribeira fresca, com muitos pomares e moinhos.

Conta-se, por graça, que os moradores deste lugar, por sua antiguidade, se quiseram isentar de acudir às solenes procissões de Faro, e diziam que eles eram da antiga Ossónoba, que fora cabeça, e não havia de obedecer a Faro, que era seu termo. Para isso fizeram no lugar sua procissão solene, e para que não fossem entendidos do que falavam e faziam e determinavam fazer, ordenaram entre si nova linguagem, pela qual se entendiam, e hoje há muitas pessoas, que muitas pessoas (*sic*), que muitas palavras, dela sabem. Nem era de espantar quererem eles fazer a sua pátria esta honra, se tão verdadeiro o caso fosse, como antigo seu lugar.

§ 2. *Do lugar de São Braz d'Alportel.*

De Estoe ùa légua para o norte está o lugar de São Braz d'Alportel, de vinte moradores, muito fresco e fértil de pão, de infinita caça e frutas. Tem ùa fonte de muita água, de que dizem que vinha um grande cano per ùa ribeira abaixo, e chegava à cidade antiga de Ossónoba, da qual se bebia, e hoje se vêem pedaços de paredes deste cano antigo. O lugar tem grande freguesia, serão duzentos fregueses.

## Capítulo XIII

### *Da cidade de Tavira.*

Mui vários são os casos, com que as notabilíssimas cidades desperdem de seu valor e antiguidade, o que nesta, de que abaixo tratarei, se mostra claramente, porque, ainda que na nobreza de seus moradores estejam hoje vivas lembranças de quem foi, contudo não se pode negar que o tempo lhe tirou grande parte do muito, em que floreceu.

A cidade de Tavira (a que também chamam Tavila) está ao longo de um rio, da parte do ocidente, pouco menos de ãa légua da barra, cinco da cidade de Faro, seis da vila de Loulé, e duas da vila de Cacela, e quatro da vila de Castro Marim; é de dous mil vizinhos e os Mouros a povoaram. Tem ãa cerca antiga, e o arrebalde, que é o melhor da cidade, não está cercado. Na entrada da barra, parte do levante, está começada ãa fortaleza grande e fermosa.

É Tavira muito viçosa, abundante e fértil assi de muitas frutas e hortaliza, como de muitas águas, fontes, e de muitos poços, que há pela cidade. No meo da praça está ãa horta muito grande, que se chama a Horta d'El-Rei, rodeada de boas casas, que lhe servem de valados. E de todas as partes tem a cidade muitas hortas, pomares, olivais, amendoais e figueirais, e há grande carregação de figo, azeite e amêndoa para fora.

Tem dous mosteiros de frades, um de Franciscos observantes e outro de Agostinhos, e um mosteiro de freiras da ordem de São Bernardo. E duas freguesias.

Pelo meo da cidade passa o rio, em que está ãa ponte, pela qual se passa à outra banda da cidade, onde chamam Alagoa, e na ponte há casas, em que vivem moradores, e de ãa banda e da outra do rio há muitas moradas de casas.

E pelo rio acima ãa légua pouco mais chega a maré d'água salgada, e daí por diante é água doce, que vem de ãa ribeira não muito grande, que se chama Asseca. D'ambas as partes desta ribeira há muitos pomares, e dentro neles muitos ameixiais e outro arvoredo de muita frescura; o rio é de muito pescado, ostras, amênjoas e outro muito marisco.

Junto à cidade, pelo rio acima, da parte do ponente, há ãas alcarias, que se servem e alimpam com um cano d'água, que ficou dos Mouros, o qual vem por baixo do chão, todo de cantaria lavrada. Cabe por ele um homem em pé, e, quando se entupe, o vão alimpar, e chegam até onde o temor os não estorva ir avante.

Da mesma parte, não longe do rio, está ãa furna que tem a entrada, como um portal grande de lójea, e vai por baixo do serro e, entrando mais dentro, é mais larga; muitos homens começaram ir por ela, mas não ousam a lhe ir ver o cabo. Dizem que vai ter à serra, daí a três ou quatro léguas; o mais que têm ido por ela será tiro de duas bombardas, e dentro há corujas e mosquitos em tanta quantidade, que eles bastam para estorvar a passagem desta furna.

Tavira tem muitas frescas saídas, principalmente ãa para a banda do sul, que se chama a Atalaia, e daí para toda a barra se descobre o mar, para defensão da qual estão certas peças d'artelharía no mesmo sítio, onde nascem duas fontes d'água, por entre pedras e rochedos, que servem de lavadouros das lavandeiras da cidade; e desta água se regam muitas hortas.

Ûa légua de Tavira para o nordeste, entre o rio d'Asseca e o caminho que vai para a vila de Castro Marim está um mosteiro de frades de Nossa Senhora d'Ajuda.

Da cidade ãa légua para o ocidente está ãa igreja de Nossa Senhora da Luz, de muita romagem, que fez já muitos milagres, e é freguesia de cento e cinquenta fregueses, e os mais são homens fidalgos, que moram por suas quintas; é sítio mui fértil e aprazível. E três léguas de Tavira para o noroeste está a freguesia de Santa Caterina da Fonte do Bispo, de duzentos fregueses. Também mea légua para norte está a freguesia de Santo Estêvão, de cinquenta fregueses. E ãa légua para oriente está a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de cento e cinquenta fregueses.

De Tavira, da parte de dentro da costa, corre um rio cinco léguas até a cidade de Faro, que se chama o rio de Santa Luzia, o qual tomou o nome de ãa ermida da mesma santa, que junto dele está; e entre o rio e costa do mar vai ãa ilha de medãos d'area de largura de um tiro de pedra, e a partes mais larga e cavando-se em qualquer lugar dela se acha água doce mui estremada: a qual ilha serve de muro e defensão da cidade e das quintas, que ao longo daquele rio correm, e os inimigos e Mouros não podem desembarcar, nem entrar pela terra dentro. Somente há dous passos, a um dos quais chamam o passo do Pinheiro; e a outro o porto de Marim, e neles podem desembarcar na baixa mar, e por essa razão são vigiados todas as noutes por dous homens de cavalo em cada um; e ao longo deste rio, entre estas duas cidades, há muita povoação de moradores contínuos em quintas boas e de grande rendimento, muitos pomares e hortas, e é terra grossa de fazendas e aprazível no sítio.

Vai de Tavira correndo a costa para o levante ãa légua até a torre, que se chama da Raposa, sobre o mar, a qual tem na entrada da parte de dentro ãa profunda cava, e fojo alto, para que os Mouros, que nela entram, possam cair nele, como aconteceu que vindo a ele Mouros e, entrando dentro, por a boca do fojo estar toda tapada com palhas, caiu um dentro e os outros se retiraram.

### § 1. *Do lugar de Moncarapacho.*

Da cidade de Tavira duas léguas e mea para o ocidente está o lugar de Moncarapacho. É de outenta moradores e é freguesia de setecentos fregueses, e muitos deles ricos, alguns dos quais são do termo de Faro e outros de Tavira, e na igreja entram os juizes de vintena de ambos os termos por estar Moncarapacho em meo destas duas cidades.

Este lugar está cercado de muitas fazendas, quintas, hortas e pomares, figueirais e olivais e é muito fresco, de muitas águas e aprazível.

De Moncarapacho mea légua para o nordeste está um serro, que se chama a Cabeça de Moncarapacho, que notavelmente se pode ver. Corre este serro de leste a oeste, é de muito rochedo, mui medonho e espartoso, e, a partes, tem rochas talhadas, e muito íngremes, d'altura de

três e quatro lanças; entre estas altas rochas tem muitas lapas e covas, a maneira de casas, nas quais moraram antigamente os Mouros ou outras gentes, que antes deles habitavam a terra. É tão fragoso, que por ele se não pode andar, salvo por veredas; e para um homem muito bem disposto subir à sumidade do monte (ainda que não parece tão alto) há mister um dia todo, porque, caminhando por ãa vereda, vai dar em partes de rochedos tais e tão altos, que não se podem passar senão com muitos rodeos. É cousa tão forte e tem tantas covas e furnas contrapassadas, que se podem esconder nele mil homens sem serem mais vistos, nem achados, senão quando eles quiserem. Todas estas covas e furnas se passam de ãas a outras, como laberinto. Entre elas estão alguns moroços de pedras e paredes d'argamassa, muito antigas, onde está ãa furna muito larga, que dizem ir sair na serra daí a três léguas ou mais. Terá este medonho cabeço quási ãa légua de comprido, e de largo mea, e, donde começa a subir de todas as partes, começa a levar estes fortes e espantosos rochedos, covas e lapas. Ao pé deste serro estão quatro penedos redondos, grandes, em quadra juntos, e sobre eles está outro penedo muito grande e alto, a modo de torre, que toca no assento de quatro penedos, que lhe servem de coluna, em que o penedo grande se sustenta; é excelente obra da natureza que todo o príncipe e pessoa de espírito folgara de ver.

---

## Capítulo XIV

### *Da vila de Cacela.*

É necessário virar, para que tratemos de ãa vila, donde no Algarve se fez grande conquista.

A vila de Cacela está ao longo da costa, em um cabeça alto, duas léguas da cidade de Tavira e duas de Santo António d'Arenilha, e outras duas da vila de Castro Marim. Antigamente foi grande e cercada de muros, que se mandaram arrasar, e os Mouros a habitaram.

Tem um castelo muito forte, com duas torres muito boas. Da parte do norte tem a terra quási chã e igual com o muro, e da banda do mar tem a terra muito baixa e ao nível da costa, com que fica muito mais forte. Todos seus vezinhos, que serão cento e cinquenta, estão espalhados por montes, quintas e figueirais, de que a terra é muito chea e povoada: são fazendas de muito rendimento, que dão figo, azeite e amêndoa e outros frutitos de carregação, e ora vivem somente no castelo o comendador ou seu logotenente e o prior.

É muito frequentada de Mouros, porque a costa é, no verão, muito mansa e bem aparelhada para isso.

---

## Capítulo XV

### *Da vila de Santo António d'Arenilha.*

Trataremos brevemente de ãa vila de poucos povoadores.

A vila de Santo António d'Arenilha está quási à boca da barra do rio Guadiana, duas léguas da vila de Cacela e ãa da vila de Castro Marim.

O derredor dela é de area, em que prantam algũas vinhas fracas, e tem muitos pinhais. Alguns pescadores vêm de fora a esta vila fazer sua pescaria. Os vezinhos são tão poucos, que não passam de dous: nela se deve contar um por milhar, e a honra ficou em lugar de renda.

E porque nesta vila a costa do Algarve se acaba e em muitas partes deste tratado fiz menção das torres de vigia, que nela há, convém declarar a ordem, que nas vigias em toda a costa se tem. Estas torres dão sinais de fogo, quando há nova, ou rebate de Mouros, e de dia têm seus fachos, que abaixam, havendo nova de inimigos, que querem desembarcar, ou estão em terra. E logo na costa se sabe sem outro aviso.

## Capítulo XVI

### *Da vila de Castro Marim.*

Homiziado vem meu rude estilo ao couto da vila, de que trato.

A vila de Castro Marim está em um alteroso e guerreiro sítio, junto de ãa lagoa, ao longo do rio Guadiana, da parte do ocidente; quatro léguas da cidade de Tavira e duas da vila de Cacela e ãa da vila de Santo António d'Arenilha; é de duzentos vezinhos e o primeiro lugar do reino do Algarve, que se divide de Castela com o Guadiana, que passa pelo meo, e está defronte de Aiamonte, vila de Castela; foi habitada de Mouros e é cercada de muro, que está já desbaratado com algũas ameas derribadas. Tem três portas na cerca, e um castelo muito forte, que está consertado de novo, e nele ãa torre muito alta e fermosa, donde se descobre muita vista.

Dos morraçais, que esta vila tem, para o rio, há muitas sainhas, em que fazem muito sal e muito bom, que se carrega para todas as partes. São estas marinhas as milhores fazendas, que há em Castro Marim.

Tem muitos olivais, e é muito abundante de trigo e colhe vinhos, que bastam para a terra.

Há nesta vila duas comendas, ãa da ordem de Cristo, que não tem dízimas, somente tem os direitos dos pescados, sainhas e matos da ordem; a outra comenda é de Santiago, que são dízimas da igreja.

Teve antigamente um convento de Templários, onde depois deles extinguidos, esteve outra, do qual o de Tomar teve o princípio, e ficou ainda a um certo sítio o nome da obra.

O famoso rio Guadiana se chama assi, porque os Mouros o habitaram e os Árabes chamam Guid a qualquer rio, e porque dantes se chamava Ana, ficou o nome de Guadiana, como se dissessem rio Ana. É caudal, em que morrem solhos e sáveis, lampreas e muito grosso pescado. Nasce na Mancha d'Aragão, e daí a outo léguas se mete debaixo da terra e vem sete léguas até o lugar, onde torna a sair; mete-se n'água salgada abaixo da vila de Mértola, que antigamente se chamou Julia Mertilis.

#### § 1. *Do lugar do Deleite.*

De Castro Marim três léguas para o norte está o lugar do Deleite, junto de um esteiro do rio Guadiana. No lugar e freguesia há cento e cinquenta moradores; tem vinhas e figueiras e muitos arvoredos.

Na vila há ãa freguesia, e para o norte légua e mea está a freguesia de Santo António do Azinhal, que é de cento e trinta fregueses.

---

## Capítulo XVII

### *E último da vila de Alcoutim.*

Suspenderemos o trabalho, que em caminho comprido é sempre certo. A vila d'Alcoutim está à borda do rio Guadiana, da parte do ocidente; seis léguas da vila de Castro Marim. É de duzentos vizinhos e a derradeira do reino do Algarve de ocidente a oriente, e nela acaba nossa descrição pela ordem que no discurso dela seguimos.

Tem um castelo antigo em um alto serro, que ficou do tempo dos Mouros, já em muitas partes desbaratado.

#### § 1. *Do lugar de Martim Longo.*

De Alcoutim para o ocidente cinco léguas está o lugar de Martim Longo. É de setenta moradores, muito aprazível, de muita caça. Tem dous poços d'água muito boa e muitas terras de pão.

Este lugar tem três freguesias anexas, convém a saber: os Giões, de cento e vinte fregueses, para oriente, e Alcaria dos Vaqueiros, de duzentos fregueses, para sul, e Vale do Cachopo, de duzentos fregueses, para o ocidente. Nestas freguesias há muitos lavradores ricos.

#### *Conclusão*

E, para que nossa história longa não seja, daremos aqui fim, notando dela que o reino do Algarve tem quatro cidades, dez vilas, trinta e seis lugares, seis fortalezas, oito torres de vigia, onze rios, dezasseis mosteiros, sessenta e cinco freguesias e dezasseis mil vizinhos.

FIM

## Tavoadas alfabéticas das terras do reino do Algarve

### A

Aljezur, vila. *Cap.* 4.  
Alvor, vila. *Cap.* 7.  
Albufeira, vila. *Cap.* 10.  
Alcoutim, vila. *Cap.* 17.  
Almádana, lugar. *Cap.* 6. § 5.  
Aldea do Bispo, lugar. *Cap.* 6. § 13.  
Alferce, lugar. *Cap.* 9. § 1.  
Alagoa, lugar. *Cap.* 9. § 7.  
Alcantarilha, lugar. *Cap.* 9. § 9.  
Algoz, lugar. *Cap.* 9. § 11.  
Alfontes, lugar. *Cap.* 10. § 2.  
Alte, lugar. *Cap.* 11. § 1.

### B

Barão, lugar. *Cap.* 6. § 7.  
Baranito, lugar. *Cap.* 6. § 8.  
Bensafrim, lugar. *Cap.* 6. § 6.  
Bordeira, lugar. *Cap.* 6. § 15.  
Budens, lugar. *Cap.* 6. § 9.

### C

Cacela, vila. *Cap.* 14.  
Castro Marim, vila. *Cap.* 16.  
Carrapateira, lugar. *Cap.* 6. § 14.

### D

Dexexe, lugar. *Cap.* 4. § 1.  
Diáxere, lugar. *Cap.* 6. § 1.  
Deleite, lugar. *Cap.* 16. § 1.

### E

Espiche, lugar. *Cap.* 6. § 4.

Estôambar, lugar. *Cap.* 9. § 6.  
Estoe, lugar. *Cap.* 12. § 1.

### F

Faro, cidade. *Cap.* 12.  
Figueira, lugar da cidade de Lagos.  
*Cap.* 6. § 11.  
Figueira, lugar da cidade de Silves.  
*Cap.* 9. § 4.

### G

Gralhos, lugar. *Cap.* 6. § 3.

### L

Lagos, cidade. *Cap.* 6.  
Loulé, vila. *Cap.* 11.

### M

Marmelete, lugar. *Cap.* 6. § 2.  
Martim Longo, lugar. *Cap.* 17. § 1.  
Mixilhoeira Grande, lugar. *Cap.* 9.  
§ 3.  
Mixilhoeira da Carregação, lugar.  
*Cap.* 9. § 5.  
Monchique, lugar. *Cap.* 9. § 2.  
Moncarapacho, lugar. *Cap.* 13. § 1.

### P

Paderna, lugar. *Cap.* 10. § 1.  
Pera, lugar. *Cap.* 9. § 10.  
Porches o Novo, lugar. *Cap.* 9. § 8.

<b>R</b>	Santo António d'Arenilha, vila. <i>Cap. 15.</i>
Raposeira, lugar. <i>Cap. 6. § 12.</i>	
<b>S</b>	<b>T</b>
Sagres, vila. <i>Cap. 5.</i>	Tavira, cidade. <i>Cap. 13.</i>
Silves, cidade. <i>Cap. 9.</i>	
São Bartolameu de Messines, lugar. <i>Cap. 9. § 12.</i>	<b>V</b>
São Braz d'Alportel, lugar. <i>Cap. 12.</i> <i>§ 2.</i>	Vila Nova de Portimão. <i>Cap. 8.</i> Val do Boi, lugar. <i>Cap. 6. § 10.</i>

Fim da tavoada.

## GLOSSÁRIO

### A

**Adiantado-mor:** governador civil e militar.

**Administração municipal:** os concelhos eram governados por juizes, vereadores, procurador e escrivão do concelho, que constituíam a vereação. Juizes e vereadores saem da gente da governança da terra. Este agrupamento das pessoas mais importantes era indicado ao corregedor num *rol* ou *pauta*, a partir do qual — e por um processo complicado e restritivo — se procedia a eleições indirectas. Durante a vigência das Ordenações Manuelinas (1514-1603) a escolha era anual e por tiragem à sorte dos nomes que constavam da pauta e que estavam metidos em bolas de cera: pelouros. Depois tornou-se indispensável a confirmação da eleição pelo Desembargo do Paço, Casa da Rainha ou senhor da terra que tal poder tivesse.

**Adubio:** amanho, trabalho a ter com elas.

**Alacil:** «tempo de recolher o figo» (n. m.) e também as uvas e de os secar. É ainda o tempo da apanha da azeitona e da fabricação do azeite; o mesmo que *safra*, termo utilizado no resto do País, principalmente para a apanha da azeitona e no Brasil para qualquer cultura; é curioso que este outro arabismo não seja corrente no Algarve, diz-nos e comenta Orlando Ribeiro.

**Alardo:** revista de tropas, ajuntamento de gente para recrutamento militar.

**Albernoz:** espécie de gabão com mangas e capuz, usado pelos Árabes.

**Alboção:** «alcofa de esparto» (n. m.).

**Alcaçarias:** fábrica de curtimento de peles.

**Alcaide-mor:** governador com funções militares, administrativas e judiciais.

**Alcance:** perseguição.

**Alcaria:** «nome de terra» (n. m.), fazenda no campo, pequena povoação (vid. Viterbo, *Elucidário*, s. v. «alcaria»).

**Almáfega:** pano grosseiro, feito de lã churra (das ovelhas churras, de inferior qualidade), usado no luto ou na confecção de sacos.

**Almeixal:** «terreiro em que o secam [o figo]» (n. m.). É, ainda hoje, o nome que se dá ao terreiro, fechado por uma sebe de ramos com 1 m a 1,5 m de altura, onde se secam o figo, maçarocas de milho e uvas.

**Almoguavaria (por maneira de):** a modo das incursões feitas por soldados portugueses em Marrocos, a fim de se apossarem de gados e de fazerem prisioneiros.

**Almotacel-mor:** funcionário régio encarregado de abastecer a corte, de cuidar dos caminhos por onde el-rei passasse; inspeccionava também pesos e medidas (vid. Moraes, *Dicionário...*, s. v.).

**Almoxarifado:** área a cargo de um almoxarife, que nela cobrava e arrecadava impostos reais.

**Alporcados:** enterrados.

**Altenaria (aves de):** aves de rapina, amestradas para a caça.

**Alto:** alto mar.

**Alverca:** depósito para água, tanque, lagoa.

**Angra:** pequena baía, enseada.

**Arame (d'):** de latão (liga de cobre e zinco).

**Assinadas:** assinaladas, distribuídas.

**Assoalhar:** publicar, divulgar.

**Avolários:** talvez avolórios ou avoengos, o mesmo que ascendentes. No ms. da Academia das Ciências de Lisboa escreveu-se ascendentes.

**Azinhavre:** azebre ou verdete.

## B

**Bandeira quadrada:** sem pontas e distintivo de chefe de alta jerarquia (vid. Moraes, s. v. «bandeira»).

**Bandeiras de pé:** veja «Ordenanças militares».

**Bargantim:** pequena embarcação de guerra, a remos.

**Bateria:** acometimento, assalto.

**Besta:** arma, com arco de pau e corda, para atirar setas e pelouros (bolas de metal); besteiros eram os soldados que as manejavam.

**Bodega:** taberna.

## C

**Calar:** penetrar.

**Camareiro-mor:** o que dirige os moços da câmara e guarda-roupa real (vid. Moraes, s. v.).

**Cambos:** são, hoje, de cana, compridos, para derrubar os figos.

**Capelo:** pequena capa que cobria o pescoço e os ombros.

**Casa do cível:** para que se apelava das sentenças dos juizes de 1.<sup>a</sup> instância (vid. Moraes, s. v.).

**Cerradas:** com as covas tapadas.

**Chançarel:** chanceler = alto funcionário que tinha o selo real.

**Compêndio:** do latim *compendium* = caminho mais curto.

**Condeça:** cesto.

**Condestabre, condestable ou condestável:** responsável pela artilharia nas fortalezas.

**Conjunção e aparelho:** oportunidade e meios.

**Convenças:** convenções.

**Conversação:** convivência, trato.

**Couce:** propriamente calcanhar; «o pisam aos couces» = pisam-no com os pés.

**Custoso:** «os mais custosos que puderam» = com o mais luxo que puderam.

## D

**Dar-se:** entregar-se; «se deram» = se entregaram.

**Declaração:** explicação.

**Deferir:** «vem deferir» = buscar, vir ter a.

**Desenfadamento ocioso:** divertimento no tempo livre do exercício das armas.

**Despedida:** «sentindo-se provocado a despedida» = compelido a desovar.

**Devertir:** afastar, desviar.

**Discurso:** discernimento.

**Distinto:** instinto.

**Divisar:** demarcar.

**Dizimar:** lançar o imposto da dízima.

**Dízimo:** contribuição que se pagava aos eclesiásticos (vid. Moraes, s.v.).

**Domésticos:** sociáveis, civilizados.

**Donadios:** donativos.

## E

**Empar, empar as videiras:** mantê-las direitas, fixando-lhes, junto do pé, uma vara ou cana, como estacas.

**Ensoar:** «começam a se ensoar» = a secar sob a acção do sol; ou do vento soão (levante).

**Entender:** «se com eles entender quisessem» = se quisessem meter-se com eles, causar-lhes enfados ou danos.

**Enxaravia:** touca ou véu que cobria a cabeça.

**Escavadas:** «querem-se escavadas [as figueiras]» = prosperam com as covas que lhe fazem em redor do pé.

**Escrivão da puridade:** importante oficial régio com acesso aos segredos do Governo; um como secretário ou ministro de Estado (vid. Viterbo, s. v. «puridade», e Moraes).

**Escrúpulo:** dúvida.

**Esnoga:** sinagoga.

**Estalhados:** no ms. por entalhados.

**Estâncias:** lugares, junto do muro, donde cada capitão partiria para o ataque.

**Facinoroso:** cometedor de grandes façanhas, aqui; no mau sentido, de crimes. *Facinus* é, em latim, o acto bom ou mau.

**Fato:** rebanho.

**Fazenda:** propriedade rústica; é, ainda hoje, o sentido corrente no Algarve.

**Feitores:** aqui talvez os representantes, entre nós, de companhias comerciais estrangeiras.

**Ferros:** «quem mais ferros lhe dá» = lavradas mais de duas vezes.

**Firmidão:** firmeza, valor.

**Freguesia:** igreja paroquial.

**Freto:** estreito.

**Fusta:** embarcação a remos; «fusta bem aderençada» = bem provida do que fazia falta.

## H

**Honras:** «terras onde alguns senhores tinham suas casas ou solares e por vassalos os vizinhos delas; as quais eram isentas de tributos reais, governadas por juizes postos por eles, dos quais havia apelação para a chancelaria, nelas não entravam juizes d'el-rei ou alçadas» (Morais, s. v. «honra»).

## I

**Instituto:** assunto.

## J

**Juramento e menagem:** juramento solene, como de vassalo a suserrano, de cumprir as condições de doação.

**Juro (de):** de direito, literalmente; mas a expressão significa, juridicamente, título conferido perpetuamente ao donatário (vide Morais, s. v.).

## L

**Levantisco:** natural das regiões do Levante.

**Lição:** leitura, exposição de doutrina.

## M

**Macama:** hoje muxama.

**Medão:** grande meda de areia, duna.

**Merchante:** actualmente mercador.

**Mística:** contígua.

**Molares:** nome que persiste.

**Monteiro-mor:** tinha a seu cargo as coutadas e defesas do Reino e dirigia as caçadas reais.

## N

**Nação:** nascimento, origem.

**Nadível:** de nascente, nascida no lugar.

**Novamente:** pela primeira vez.

**Novedio:** novo.

## O

**Ordenanças militares:** D. Sebastião deliberou enquadrar militarmente a população, em 1569-1570, reformando legislação anterior. Em cada con-

celho os homens seriam agrupados em companhias de *Ordenanças*, sob o comando de um capitão-mor. Nelas havia capitães, alferes e sargentos; cada grupo de 25 homens teria um cabo. Os homens teriam armas conforme as suas posses, e os mais abonados seriam obrigados ao serviço a cavalo. A cada companhia cabia uma *bandeira*, designação que por vezes substitui a de *companhia*. Estas ordenanças faziam periodicamente os seus exercícios, chamados *alardos*.

## P

**Padroado:** direito de protector, adquirido por quem fundava uma igreja; direito de conferir benefícios eclesiásticos.

**Pão:** chamava-se pão ao trigo, centeio, cevada e milho branco (não mais), os cereais de que se fazia o pão; neste caso o autor quererá referir-se, sobretudo, ao trigo.

**Partes:** «que não tinham partes» = sem culpa formada.

**Partido:** «dando-se-lhe a partido» = entregando-se com condições.

**Pátria:** do latim *patria*, subentende-se *terra*; lugar onde se nasce, país natal. Hoje só se usa nesta última acepção.

**Pauta:** veja «Administração municipal».

**Petos:** no ms. da Academia «gostos».

**Portagem:** imposto que se pagava pela entrada de produtos no Reino e nos concelhos e destinados à venda.

**Praguentos:** maldizentes.

**Preitos e posturas:** pactos, concertos e respectivas condições.

## R

**Rebém:** açoitado com que se castigavam os forçados.

**Recado:** «posto nela bom recado» = posta a cidade em segurança; «fazer mau recado» = fazer dano, praticar uma má acção.

**Recova:** grupo de homens a cavalo, propriamente de almocreves.

**Redadeira:** derradeira.

**Referta:** disputa.

**Refresco:** vitualhas, víveres.

**Relíquias:** restos.

**Repolego:** bainha.

**Ribeira:** «ribeira do mar» = terra junto do mar, marginando-o.

## S

**S.:** abreviatura de *scilicet* (*scire licet*) = convém a saber, isto é.

**Sangue limpo:** sangue puro, sem mistura de sangue judaico ou mouro.

**Saudoso:** sadio, bom para a saúde.

**Sazoadado:** pronto a recolher.

**Sertão:** a parte interior das terras, afastada da costa.

**Serviços:** «presente ou obséquo que o direito senhorio esperava da generosidade e primor dos seus colonos, que, tendo obrigação de fazer-lhe este mimo, não eram, contudo, obrigados em certa quantidade ou

qualidade da cousa que haviam de mandar» (Viterbo, *Elucidário*, s. v. «serviço»).

**Siso (de):** seriamente, com força.

**Sobremão (de):** feitas com vagar, descansadamente.

**Solho:** o mesmo que esturjão. Esta pesca acabou. Baptista Lopes, no documento ilustrativo n.º 20 da sua *Corografia... do Reino do Algarve*, Lisboa, 1841, ainda inclui o solho entre os peixes que se pescavam na costa e rios do Algarve, mas não se lhe refere, em particular, no capítulo sobre «Pescarias», o que denuncia a escassez do peixe, nesse tempo, e a ocasionalidade da sua pesca. Lembre-se que é com os ovos do esturjão que se fabrica o caviar e que a espécie abunda nos rios da Rússia, aonde vai desovar.

**Sombreiro:** chapéu.

## T

**Terceira:** «posto em terceira» = na mão de terceiros e não de um outro dos contratantes; terceira é o mesmo que terçaria.

**Termo:** limite.

**Teso:** elevação de terreno, monte.

**Teúdo:** obrigado, constrangido.

**Tiro:** arma que arremessava projecteis, aqui peças de artilharia, provavelmente.

**Toa:** corda de rebocar barcos; «tudo isto levavam à toa, por cordas» = tudo isto era puxado por cordas.

**Tocho:** pau, cacete.

**Tratar:** negociar.

**Trato:** comércio.

## V

**Veador da fazenda:** administrador dos bens do rei e da fazenda pública.

**Vedor das obras:** que inspeccionava e dirigia as obras (vid. *Morais*, s. v.).

**Vedor dos resíduos:** oficial de el-rei que tinha jurisdição sobre o que ficava dos testamentos (vid. *Morais*, s. v.).

**Vereadores:** veja «Administração municipal».

**Véspera (hora de):** uma das horas canónicas, em que se reza o breviário, à tarde.

**Vidinho:** vide nova para plantar.

**Volto:** traduzido.

## ÍNDICE

### 3 APRESENTAÇÃO

**Corografia do Reino do Algarve (1577), Frei João de S. José**

- 23 LIVRO I — Que contém a descrição geral do reino do Algarve e de todas as cidades, vilas, fortalezas e outros lugares em particular
- 61 LIVRO II — De, por e em que tempo foi conquistado o reino do Algarve daquém-mar, havendo mais de quinhentos anos que era possuído dos Mouros
- 79 LIVRO III — Que trata de como o reino do Algarve veo em poder dos reis de Portugal e foi acabado de conquistar da maneira que ora está
- 107 LIVRO IV — Das particularidades do reino do Algarve daquém-mar
- 127 Índice de matérias segundo o autor

**História do Reino do Algarve (circa 1600), Henrique Fernandes Sarrão**

- 135 Prólogo ao leitor
- 136 CAPÍTULO I — Da conquista ao reino do Algarve, e da real prosápia dos Lencastres
- 138 CAPÍTULO II — Do sítio e qualidades do reino do Algarve e da origem do seu nome
- 139 CAPÍTULO III — Como se divide o reino do Algarve em cidades, vilas e lugares
- 140 CAPÍTULO IV — Da vila d'Aljezur
- 141 CAPÍTULO V — Da vila de Sagres
- 143 CAPÍTULO VI — Da cidade de Lagos
- 150 CAPÍTULO VII — Da vila d'Alvor
- 152 CAPÍTULO VIII — Da vila de Vila Nova de Portimão
- 153 CAPÍTULO IX — Da cidade de Silves
- 159 CAPÍTULO X — Da vila d'Albufeira
- 161 CAPÍTULO XI — Da vila de Loulé

- 163 CAPÍTULO XII — Da cidade de Faro
- 166 CAPÍTULO XIII — Da cidade de Tavira
- 169 CAPÍTULO XIV — Da vila de Cacela
- 170 CAPÍTULO XV — Da vila de Santo António d'Arenilha
- 171 CAPÍTULO XVI — Da vila de Castro Marim
- 172 CAPÍTULO XVII — E último da vila de Alcoutim
- 173 Tavoada alfabética das terras do reino do Algarve
- 175 GLOSSÁRIO

INDICE

ALFABÉTICO

A	175
B	176
C	177
D	178
E	179
F	180
G	181
H	182
I	183
J	184
K	185
L	186
M	187
N	188
O	189
P	190
Q	191
R	192
S	193
T	194
U	195
V	196
W	197
X	198
Y	199
Z	200

Composto e impresso na  
*Tipografia Guerra — Viseu*

